

TESE DE ACELERAÇÃO DA PPÁ

2021

ppa.org.br

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



1

INTRODUÇÃO

2

SUMÁRIO EXECUTIVO

3

CONTEXTO DA AMAZÔNIA

- **As várias Amazônias existentes:** aspectos ambientais, socioeconômicos e territoriais
- **Conceitos e entendimento do ecossistema** de negócios de impacto na Amazônia

4

BIODIVERSIDADE

- **Temas chave** da Tese, relacionados à biodiversidade
- **Critérios** de busca e seleção dos negócios a serem apoiados, relacionados à Biodiversidade e Questões Socioambientais
- **Acompanhamento** e monitoramento

5

PROGRAMAS

- Diretrizes gerais
- Negócios de impacto socioambiental em **estágios iniciais**
- Negócios de impacto socioambiental **estágios maduros**
- Negócios de impacto socioambiental relacionados a **regeneração e restauração florestal**
- Negócios de impacto socioambiental empreendidos por **populações locais e comunitários**

6

CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS



EXPEDIENTE

Coordenação:

Secretaria Executiva da PPA

Redação e Revisão Técnica:

Secretaria Executiva da PPA

Aliança Bioversity / CIAT

Quintessa

Consultores:

Arnaldo Carneiro

Philippe Lisbona

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica:

Coletivoreverte.com

Fotos:

Acervo PPA



1 INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) é uma plataforma de ação coletiva, liderada pelo setor privado, que busca a construção de soluções inovadoras para o desenvolvimento de uma economia sustentável e para a conservação da biodiversidade, florestas e dos recursos naturais da Amazônia, bem como para a melhoria socioeconômica e da qualidade de vida das populações rurais e tradicionais.

Uma das principais iniciativas criadas pela PPA e seus parceiros foi o Programa de Aceleração e Investimentos de Impacto. O programa, liderado pelo Idesam, atuou com negócios de impacto socioambiental estabelecidos na Amazônia. Aprovado pelo Conselho Deliberativo da PPA, o planejamento da Plataforma para 2021 visa dar suporte a um número maior de iniciativas de apoio e fomento para negócios de impacto socioambiental da Amazônia, envolvendo o trabalho com diferentes públicos, regiões e cadeias de valor relacionadas à floresta. Este direcionamento reforça a proposta de valor da PPA, de fomentar o ecossistema de impacto na Amazônia.

Sendo assim, a PPA tem o objetivo de **identificar novas possibilidades de aceleração de diferentes tipos e estágios de negócios de impacto socioambiental que atuam na/com a Amazônia**. Diante deste novo contexto e da necessidade de contemplar uma maior complexidade e diversidade do ecossistema de impacto na Amazônia, a Secretaria Executiva da PPA identificou a necessidade de se construir uma Tese de Aceleração para a PPA. Este documento visa estruturar as múltiplas possibilidades de atuação, sob o guarda-chuva de uma grande estratégia de aceleração de negócios de impacto, funcionando como um cardápio de possibilidades de apoio a diferentes tipos/estágios de negócios de impacto socioambiental da região.

O parceiro para a realização deste trabalho foi o Quintessa, aceleradora de impacto. Fundado em 2009, impulsiona o crescimento, estrutura a gestão e capta investimento para negócios de impacto. O Quintessa atua diretamente com empreendedores e seus times, por meio de programas personalizados para cada negócio, e também em parceria com grandes empresas, institutos, fundações e investidores que desejam se aproximar e se relacionar com negócios de impacto. Ao longo dos mais de dez anos de experiência, o Quintessa identificou e apoiou mais de 100 negócios de impacto de destaque em áreas como educação, saúde, meio ambiente e inclusão.

2

SUMÁRIO EXECUTIVO



SUMÁRIO EXECUTIVO

A construção da Tese de Aceleração da PPA **começou com o entendimento do contexto da Amazônia**, no sentido de aprofundar o entendimento sobre as várias Amazônias existentes, considerando aspectos ambientais, socioeconômicos e territoriais (ver ‘Contextualização da Amazônia’). Desta forma, estabeleceu-se que um recorte territorial deve ser levado em consideração, dada a magnitude e especificidades da Amazônia.

Ainda, dentro desse esforço, estabeleceu-se um olhar específico para o tema de negócios de impacto socioambiental da região. Neste contexto, foi feita uma **tipificação e um mapeamento de iniciativas que já existem para desenvolvimento e fortalecimento destes**, (ver em ‘Ecossistema de Negócios de Impacto na Amazônia’). As propostas de programas de aceleração foram pensadas para abarcar, então, os diversos tipos de negócios – e de ser complementar ao que existe na região, e não em sobreposição.

O olhar cuidadoso para o eixo temático central da Tese de Aceleração da PPA, Biodiversidade, possibilitou a definição de **temas-chave dos negócios a serem apoiados, relacionados a este tema e a tendências no contexto amazônico: Bioeconomia, Regeneração e Restauração Florestal, Clima/Carbono e Cadeias de Fornecimento Sustentáveis**. Ademais, serviu de base para a definição de critérios de busca e seleção destes negócios, de forma que as diretrizes da Tese preveem **análises de impacto na seleção em relação a magnitude e probabilidade de impacto relacionado a Biodiversidade, além de questões Socioeconômicas do negócio**. Por fim, ainda foram estabelecidas orientações em relação ao acompanhamento e monitoramento deste tema (ver mais em ‘Biodiversidade’).

A definição dos programas da Tese de Aceleração foi construída a partir de um **amplo processo de escuta de atores do ecossistema da Amazônia e construção coletiva com as empresas membro da PPA**, além do Conselho Consultivo. A **priorização e escolha dos focos dos programas foi feita levando em consideração a realidade e lacunas amazônicas e dos objetivos da PPA** com a Tese de Aceleração, notoriamente:

IMPACTO

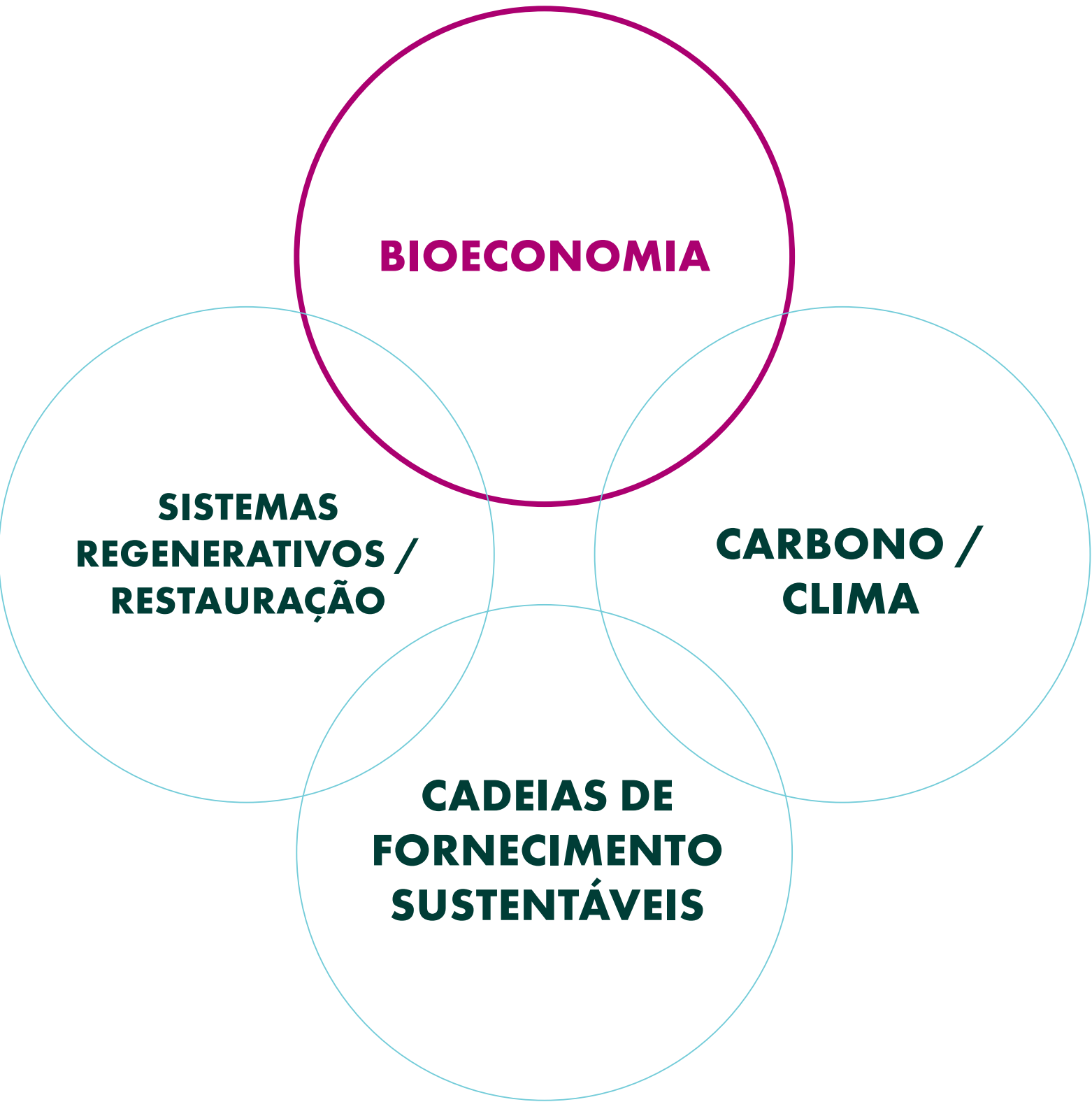
- Contribuir para conservação e regeneração da biodiversidade na Amazônia
- Estimular o empoderamento local/comunitário via abordagens de negócio (com sustentabilidade financeira)

ESTRATÉGIA PPA

- Gerar de pipeline de negócios de impacto para endereçar os desafios socioambientais da Amazônia
- Fortalecer o ecossistema de negócios de impacto na Amazônia (via apoio a dinamizadores, serviços, dados)

Os eixos definidos para os programas da Tese de Aceleração da PPA são: **Negócios de impacto socioambiental em estágios iniciais, em estágios maduros, relacionados a regeneração e restauração florestal e empreendidos por populações locais e comunitários**. Para cada um destes programas foram descritas orientações em relação a escopo, formato, conteúdos-chave, busca e seleção e aporte de capital (ver mais em ‘Programas de Aceleração da PPA’).

TEMAS CHAVE



EIXOS:

- Estágios Iniciais
- Estágios Maduros
- Restauração Florestal
- Populações Tradicionais

TERRITÓRIOS:

- Relacionados ao desmatamento
- Relacionados ao tipo de território
- Relacionados a fatores socioeconômicos ou demográficos
- Relacionados a setores/cadeia chave da Amazônia
- Relacionados a questões geográficas
- Relacionados à área de atuação dos membros da PPA ou investidores interessados

A intenção foi criar diretrizes para que a **PPA considere no apoio (financeiro e/ou institucional) a programas, que serão executados por organizações implementadoras** (terceiras). Essas diretrizes, então, funcionam como guia para a PPA utilizar tanto no momento de escolha da organização implementadora, quanto no desenho do programa em específico com estes implementadores.

Por fim, é importante mencionar que **os programas de aceleração da PPA serão realizados via parcerias com empresas membro da PPA ou com outras organizações que tenham interesse em alguns dos eixos da Tese**. Desta forma, cada programa de aceleração da PPA será customizado de acordo com o parceiro, cabendo a possibilidade de aporte financeiro de ambas as partes – financiamento combinado).

Também serão considerados apoios institucionais, do ponto de vista de comunicação, que poderão dar visibilidade a iniciativas de destaque no ecossistema. Assim, é previsto que cada programa em específico tenha características próprias, desenhadas pela PPA junto com a(s) empresa(s) membro parceira(s)-financiadora(s), além de eventualmente em conjunto com a organização implementadora selecionada (que irá executar o programa).

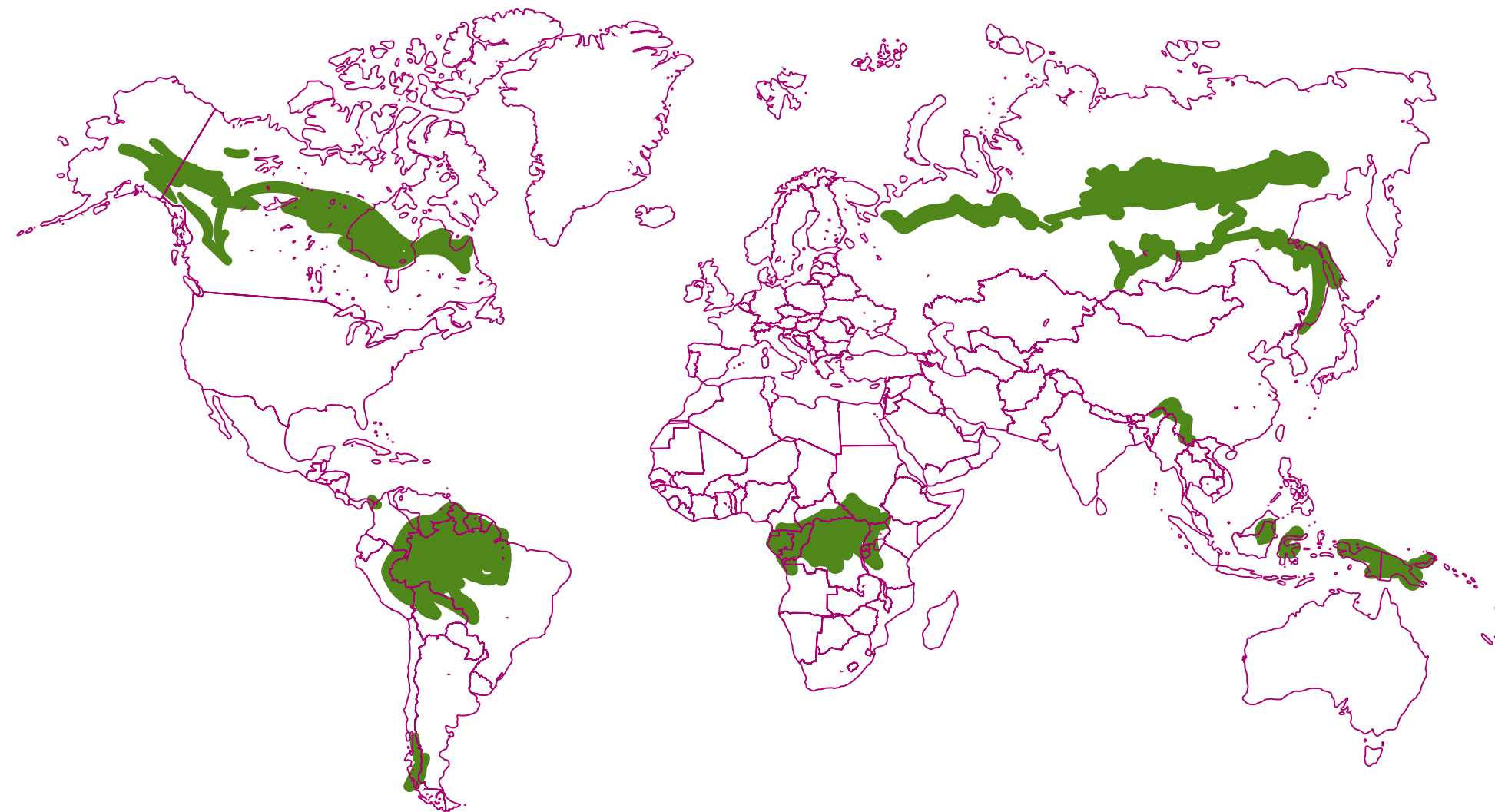
3 CONTEXTO DA AMAZÔNIA

UM PANORAMA SOBRE O TERRITÓRIO

AS VÁRIAS AMAZÔNIAS EXISTENTES:

ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS

Este bloco inicial traz elementos para compor uma visão geral do território, em uma tentativa de abarcar as especificidades, a complexidade, o histórico e a magnitude da Amazônia, não a visualizando como um ‘bloco único’, mas sem a pretensão de esgotar o tema. Ainda, o panorama tem como foco aspectos ambientais da Amazônia, dado o posicionamento da Biodiversidade como eixo central da Tese de Aceleração da PPA. Ademais, aspectos socioeconômicos e demográficos também são abordados, uma vez que são indissociáveis do território e de uma visão de desenvolvimento sustentável, que passa pelo tripé ambiental, econômico e social. Além de reforçar a estratégia da PPA como organização que visa estimular o empoderamento local e comunitário via abordagens de negócio, fomentando negócios de impacto socioambientais – que, por sua vez, têm por princípio a questão social como eixo relevante.



Florestas Intactas do Mundo (WRI, 2016)

A nível nacional, o **Brasil se comprometeu a zerar o desmatamento ilegal e restaurar 12 milhões de hectares até 2030 através do Acordo de Paris**, celebrado durante a COP 21 em 2015, ratificado pelo Congresso Nacional em 2016 e promulgado em 2017 (Decreto 9.073). Essa NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) é o instrumento de medida e comunicação destes compromissos frente à UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima). Neste contexto de olhares internacionais e compromissos assumidos, a Amazônia terá um papel relevante nas múltiplas estratégias que terão de nascer. Em boa medida através do estímulo às estratégias de redução do desmatamento, e por outro lado com estratégias positivas, como por exemplo identificar cadeias produtivas e negócios de impacto socioambientais da região que mereçam ser replicados e ganhar escala.

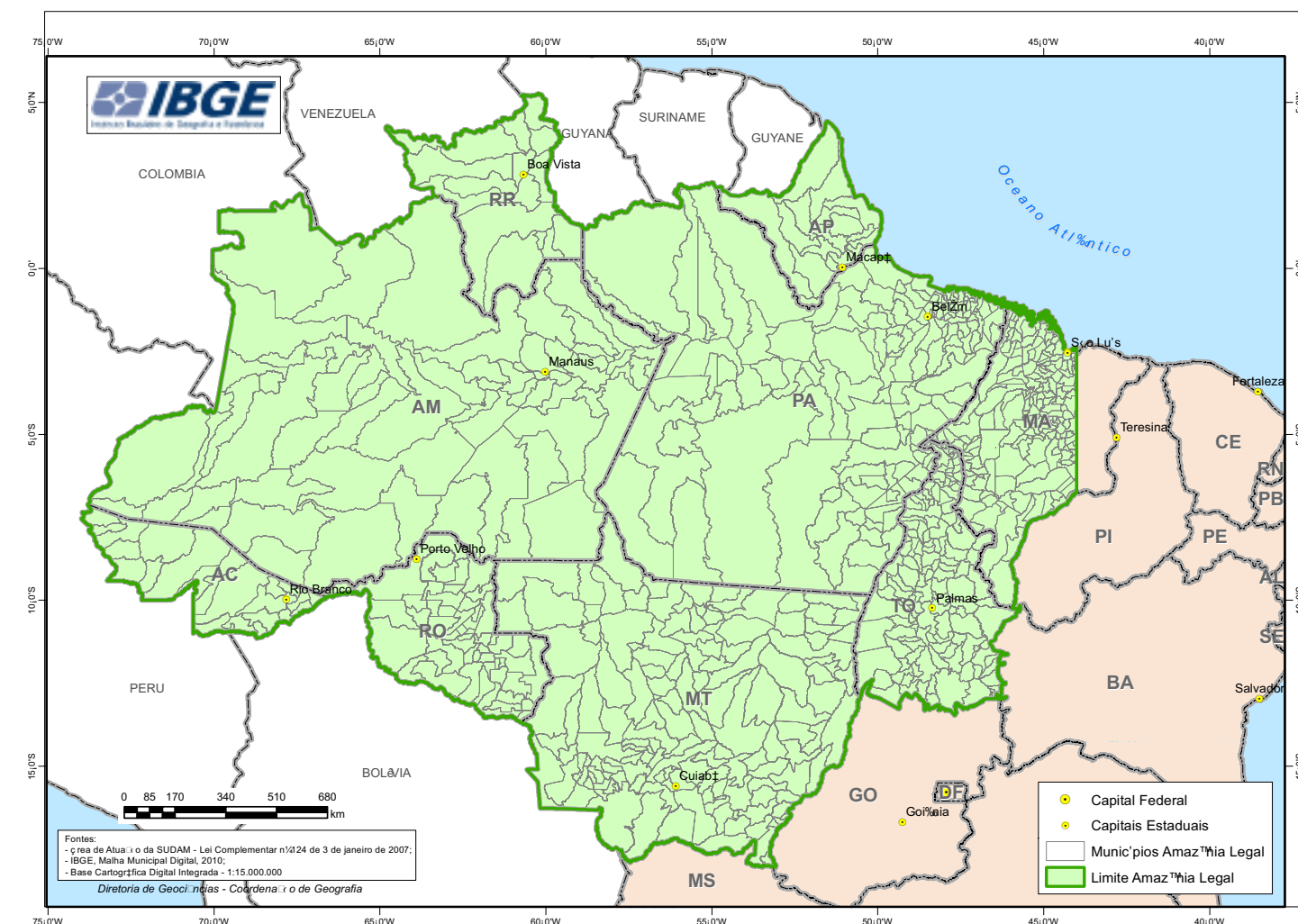
AMAZÔNIA

DOS RIOS, ESTRADAS E CENTROS URBANOS

A Amazônia Legal, definição política instituída pelo governo, passa por 9 Estados brasileiros, divididos entre a Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e a Amazônia Oriental (Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso). O território possui uma superfície aproximada de 5 milhões de km², representando cerca de 60% do território brasileiro, e passa por 772 municípios: 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como 181 Municípios do Estado do Maranhão.

Dada essa magnitude, a Amazônia compreende diferentes paisagens e tipos de vegetação. A região abriga florestas de terra firme, de várzea e de igapó, além de lavrados e muitas outras fisionomias vegetais. Há tanto áreas de florestas conservadas, quanto áreas desmatadas, e áreas de transição entre as duas primeiras. Também inclui municípios que se assemelham a outros centros urbanos do Brasil. Assim, a reflexão sobre caminhos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia exige, em primeiro lugar, o reconhecimento dessa heterogeneidade.

Na porção Ocidental da Amazônia ainda predomina uma economia de base extrativista, enquanto nas zonas de ocupação moderna predominam a agricultura industrial e mineração. A geografia da ocupação Amazônica das últimas décadas derivou, principalmente, de duas frentes de expansão, ambas das periferias da floresta para o centro, e oriundas essencialmente do Nordeste e Sul-Sudeste do Brasil. Estas ocupações definiram um padrão geográfico binário (floresta e não floresta) e contíguo, crescendo da periferia para o centro da floresta, e originando aquilo que se convencionou chamar de "Arco da Ocupação e/ou Desmatamento". A partir deste Arco, diversas infraestruturas lineares adentraram os internos da floresta, expandindo um modelo de ocupação associado essencialmente às rodovias.

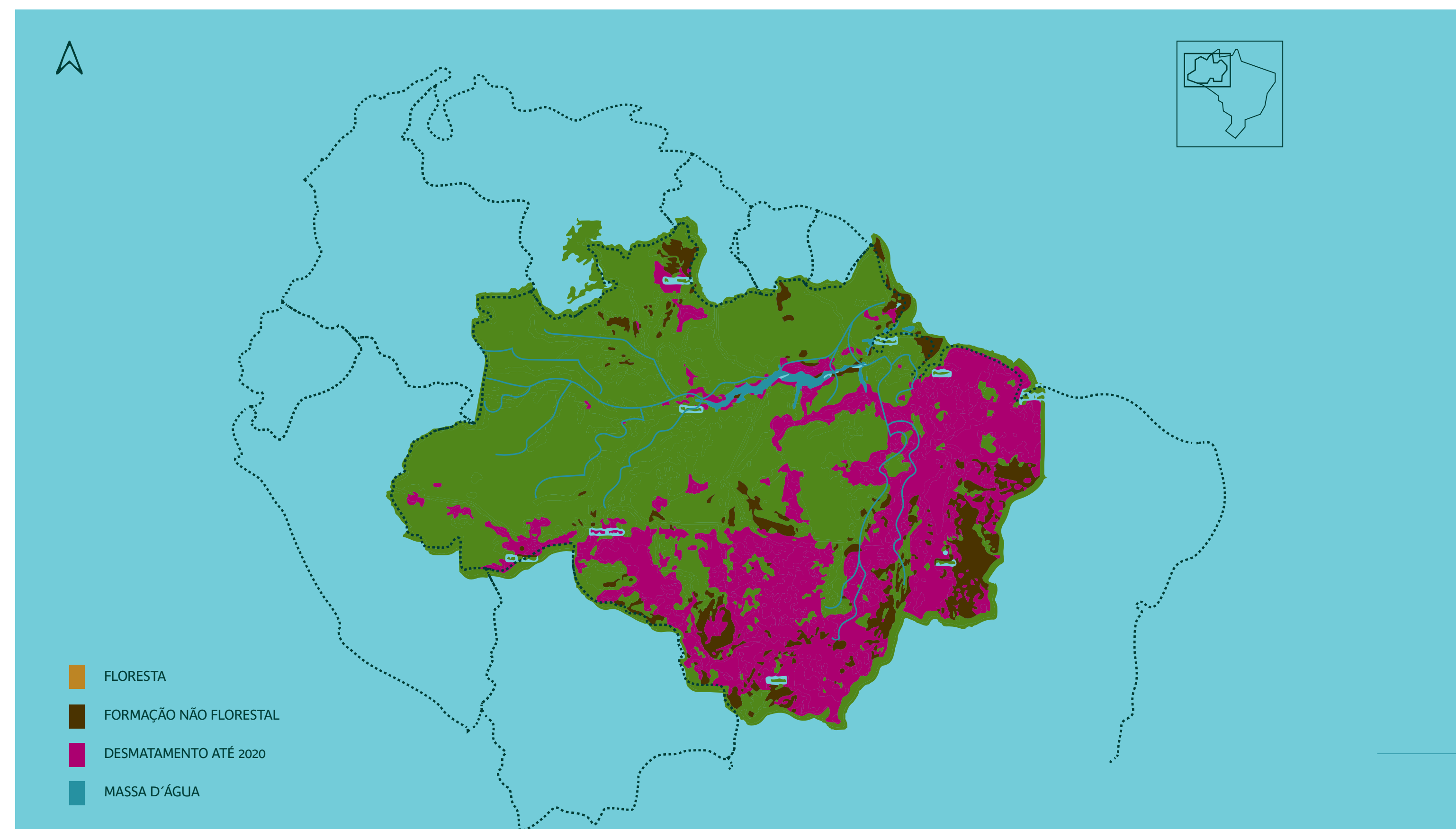


“**Amazônia dos rios**” e a “**Amazônia das estradas**”: estes dois grandes padrões de paisagens Amazônicas definem diferentes formas de vida, cultura, usos de recursos, provimento de serviços e modais de transporte. Ainda, há os núcleos urbanos criados a partir de cidades históricas e enclaves industriais, onde os serviços ganham certa qualidade e escala.

A “**Amazônia dos rios**” leva em consideração o desenho da bacia hidrográfica e tem como seu eixo principal a calha do Rio Amazonas.

Os pólos tradicionais de desenvolvimento localizados às margens do rio principal e dos seus mais fortes afluentes têm no transporte hidroviário a sua âncora para a logística de transporte. Nos seus agrupamentos ribeirinhos encontra-se uma rede hierarquizada de cidades, comunidades e aglomerados, que tem nos recursos florestais e pesqueiros seu maior recurso e fonte de vida. Comunidades extrativistas, tradicionalmente dispostas segundo a oferta dos recursos florestais e pesqueiros, distribuem-se ao longo das várzeas e planícies de inundação. Remanescentes do último ciclo extrativista baseado na borracha (ver mais sobre ciclo da borracha em Contextualização da Amazônia: Ciclos Econômicos e Economia), estes ribeirinhos vivem um processo de aglomeração em comunidades maiores e capazes de prover serviços básicos de educação e saúde. A manufatura simples destes produtos florestais e pesqueiros, quando constituem excedente de produção, pode servir aos pequenos negócios e como complemento da renda familiar. O extrativismo ainda é a base da economia nestas regiões, onde a floresta e recursos hídricos são abundantes. Um fator transformador entre as comunidades ribeirinhas foi a criação de Reservas Extrativistas (RESEX) ou Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), que visavam a garantia fundiária, bem como o acesso aos recursos florestais e pesqueiros.

Estas reservas também contribuíram para promover pequenos aglomerados comunitários, onde atualmente se "esconde" um potencial produtivo e pré-industrial, a ser explorado pela onda da bioeconomia (ver mais sobre Bioeconomia em Contextualização da Amazônia: Ciclos Econômicos e Economia). Entre projetos de assentamento, pequenas cidades, vilas, aldeias e povos indígenas, existem milhares de comunidades com o desafio de incorporar os potenciais benefícios desta “nova economia da floresta e da biodiversidade”. Os desafios vão desde questões práticas e de infraestrutura como isolamento, falta energia, sinal, internet, dificuldades logísticas, processamento complexo, falta de capacitação, treinamento e equipamentos, quanto à questões de gestão, baixo volume de produção, controle de qualidade dos produtos, acesso a mercados e estratégias comerciais, entre outros. É em função desse contexto que programas de fomento a empreendimentos destes territórios têm alto valor para a Amazônia.





3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: UM PANORAMA SOBRE O TERRITÓRIO

A “**Amazônia das Estradas**” foi construída para atender aos projetos de colonização do governo militar e ao dito propósito de integração nacional. A abertura de estradas como a Transamazônica, a BR-163 e a BR-364 deu lugar a um novo padrão de ocupação e circulação na Amazônia. Um novo modelo de aglomerados e urbanização surgiu ao longo das estradas e, em seu entorno, serviços como postos de gasolina e núcleos de produção industrial de produtos madeiros. Expandiu-se um modelo de exploração dos recursos naturais baseado na oferta logística das estradas, na exploração madeireira e no desmatamento, que deu lugar a pecuária e bolsões de agricultura industrial de grãos.

A pecuária foi a principal causa do desmatamento na região. Se, de um lado, a pecuária é um investimento lucrativo com elevada liquidez e pouca demanda de trabalho ou supervisão, de outro, a expansão deve-se a uma série de fatores não relacionados à produção em si e sim relacionada à especulação fundiária, estimulada pela valorização rápida de terra comprada a preços muito reduzidos. Além disso, muitos proprietários ou grileiros lançam mão de madeira ilegal, trabalho “escravo”, desvio de crédito barato, evasão fiscal e lavagem de dinheiro, entre outras manobras ilícitas (Margulis, 2003). A pecuária tornou-se, assim, uma atividade mais especulativa do que produtiva – e, portanto, seu controle não depende apenas de políticas ambientais.

Além disso, diversos assentamentos da reforma agrária também foram dispostos ao longo destas estradas (ver mais em xx sobre assentamentos), estabelecendo outras configurações de desmatamento e ocupação do território na forma de "espinhas de peixe", como se convencionou chamar no Estado de Rondônia. Nos assentamentos o desmatamento ainda foi acelerado, dada a exigência do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de que o título de posse da propriedade só seria concedido para aqueles que desmatassem ao menos 50% da sua área. Depois da abertura da área e da venda da madeira, a atividade econômica que se instalou e que perdura até o dia de hoje é a produção de bezerros para atender a pecuária extensiva que se desenvolveu no entorno dos assentamentos.

Atualmente 30-45% do desmatamento da Amazônia vem de pequenas propriedades, em média menos de 300 hectares (ver mais em Contextualização da Amazônia: Dinâmica Territorial sobre desmatamento), que muitas vezes são assentamentos rurais. Falta assistência técnica, agregação de valor e acesso a linhas de crédito e a mercados para o pequeno produtor rural nessa situação de carências.

Em alguns assentamentos diferenciados, pode-se fomentar empreendimentos que mantêm a **floresta em pé ligados a cadeias da sociobiodiversidade**, ao passo que, nos assentamentos mais antigos e construídos na lógica do desmatamento, a regeneração e reconstrução de paisagens através de sistemas agroflorestais (SAF), Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), lavoura-pecuária (ILP) ou Silvipastoril (SSP) podem ser empreendimentos promissores.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA:

DINÂMICA TERRITORIAL

DINÂMICA TERRITORIAL

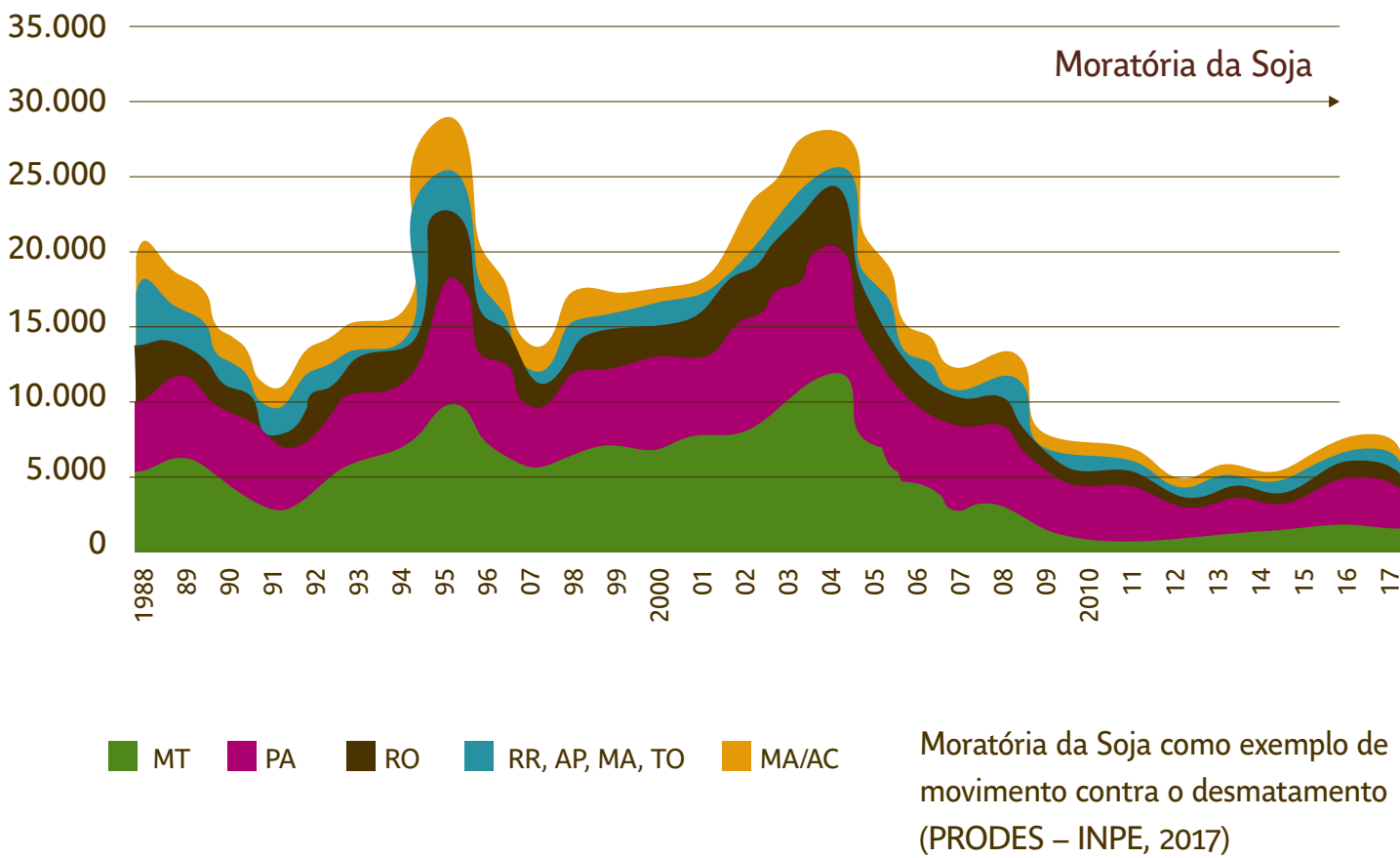
E O DESMATAMENTO NA
AMAZÔNIA (1988 - 2020)

A Amazônia brasileira é um cenário chave onde diversas abordagens foram testadas, tornando a região um laboratório de inovação em termos de governança. Graças a muitas políticas ambiciosas, os níveis de governo brasileiro (federal, estadual e municipal), a academia, o setor privado e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) conseguiram assumir compromissos sem precedentes para reduzir o desmatamento na região.

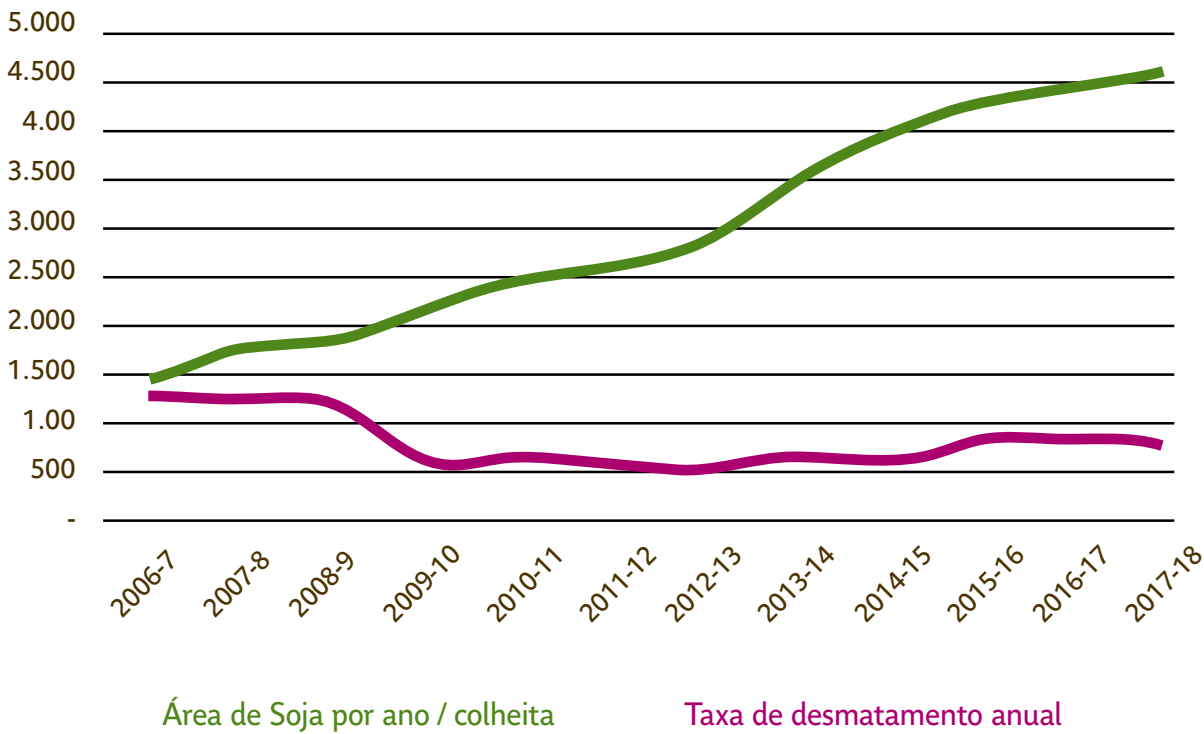
Políticas federais como o PPCDAM (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia), criado em 2004, e iniciativas estaduais como o Programa Municípios Verdes do Pará, em 2011, foram avanços significativos em termos de políticas públicas. Na paralela, acordos do setor privado e OSCs como a Moratória da Soja de 2006 e o Acordo Pecuário de 2009 deram um novo impulso à luta contra o desmatamento.

Além disso, muitas operações policiais foram realizadas na Amazônia, permitindo o desmantelamento de certas organizações que propagavam ilegalidades na madeira, terra, mineração de ouro e outras cadeias, apesar de ainda ser uma grande questão da região. Juntos, estes esforços reduziram o desmatamento na Amazônia em mais de 70% desde seu pico em 2004, tornando o Brasil o maior contribuinte mundial para a redução de emissões neste período.

TAXA DE DESMATAMENTO (km2/ano)



ÁREA EM MILHARES DE HECTARES



TAXA DE DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA (INPE) 1988-2020



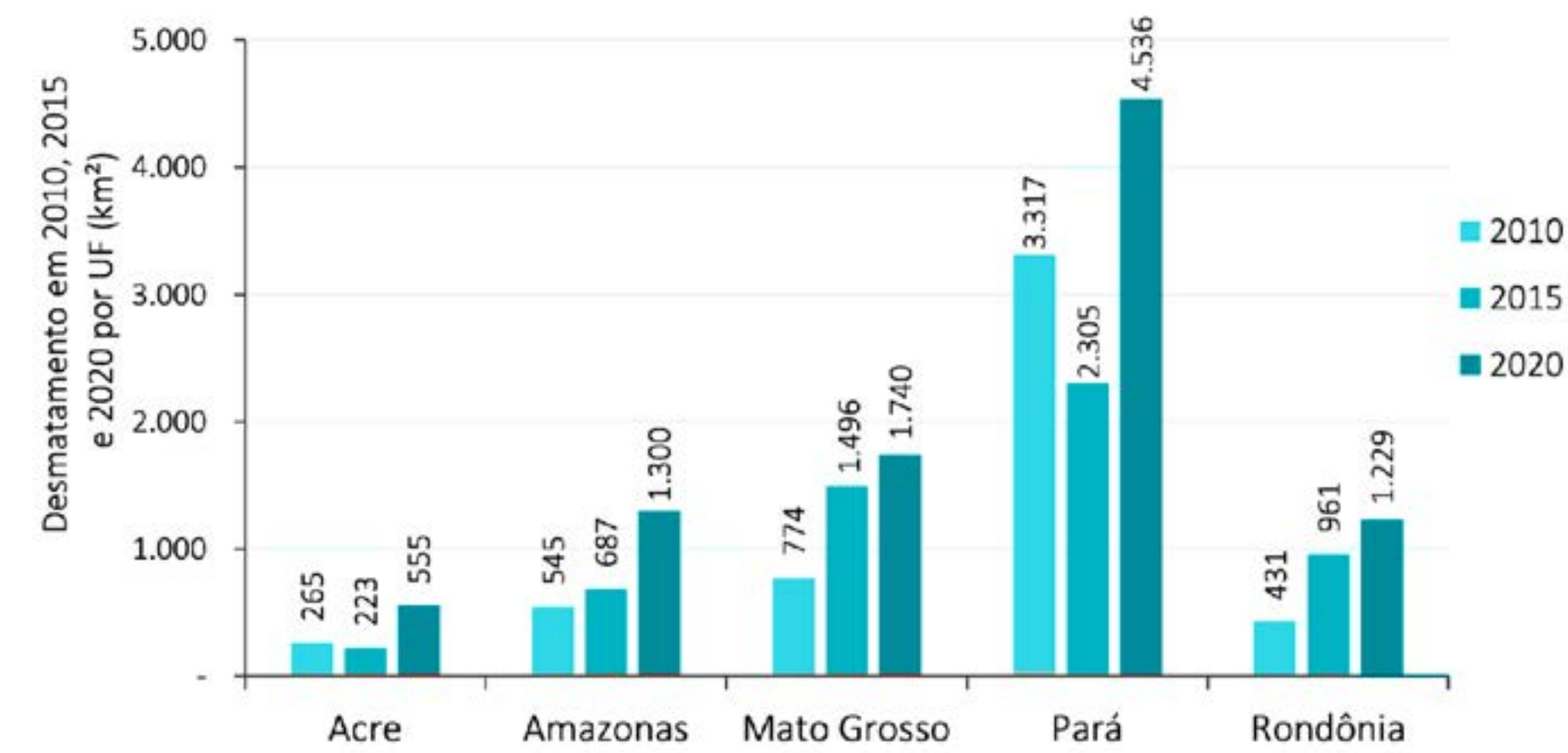
De maneira geral, os dois grandes picos de desmatamento na Amazônia estavam ligados a movimentos econômicos locais e globais: 1995, época do Plano Real em que houve ganho de poder de consumo do brasileiro e em 2004 pela força da economia da China demandando do Brasil. Apesar de na última década não ter havido um grande pico, nos últimos 2 anos (2019-20) o desmatamento voltou a subir, devido a uma série de fatores, combinados com a não prioridade dada para políticas ambientais do país. Os esforços citados anteriormente não foram capazes de conter o desmatamento contínuo e perderam sua eficácia ao longo do tempo (Seymour e Harris, 2019) e, infelizmente, a pressão sobre a Amazônia está cada vez maior. Se a previsão feita pelo INPE para o ano 2020 se verificar, teremos dobrado o desmatamento desde 2014, passando de 5.000 para 11.000 km² anuais.

Segundo diversos especialistas, as mudanças no uso da terra na região combinadas com as mudanças climáticas globais (elevação de temperatura e escassez de água) poderiam gerar a “savanização” da Floresta Amazônica, sem diferenciar uma floresta degradada de uma verdadeira savana, como existe nos ecossistemas do Cerrado. Os modelos divergem quanto ao nível de desmatamento que representaria um ponto sem retorno, um ‘ponto de inflexão’ (Nobre et al., 2008).

Atualmente, os lugares de maior risco na Amazônia são o Sul e o Sudeste (regiões do Pará, Mato Grosso e Rondônia), como mostrado acima nos mapas do Arco do Desmatamento, mas também há pressões surgindo em novos locais. Há receios renovados de que a Amazônia não esteja muito longe deste “ponto de inflexão” nesse eixo leste-sul (Lovejoy, 2019).

Ao analisar o desmatamento do bioma Amazônia por Estado, é possível entender mais sobre essa dinâmica na região. O Estado do Pará se destaca negativamente pelo recente crescimento, dada sua localização leste na Amazônia e relação com o Arco do Desmatamento. O Amazonas, apesar de representar uma menor quantidade de desmatamento, também apresenta aumento nos últimos 5 anos (dobrou a quantidade entre 2010 e 2020). O Mato Grosso se mantém estável entre 2015-2020, impulsionado pela política PCI (Produzir, Conservar e Incluir), mas é um Estado que já desmatou muito historicamente (anterior a 2010, que é a data de início do gráfico) e tem no território outros biomas que também foram desmatados, como Pantanal e Cerrado.

TAXA DE DESMATAMENTO DO BIOMA AMAZÔNIA, POR ESTADO (INPE, 2020)

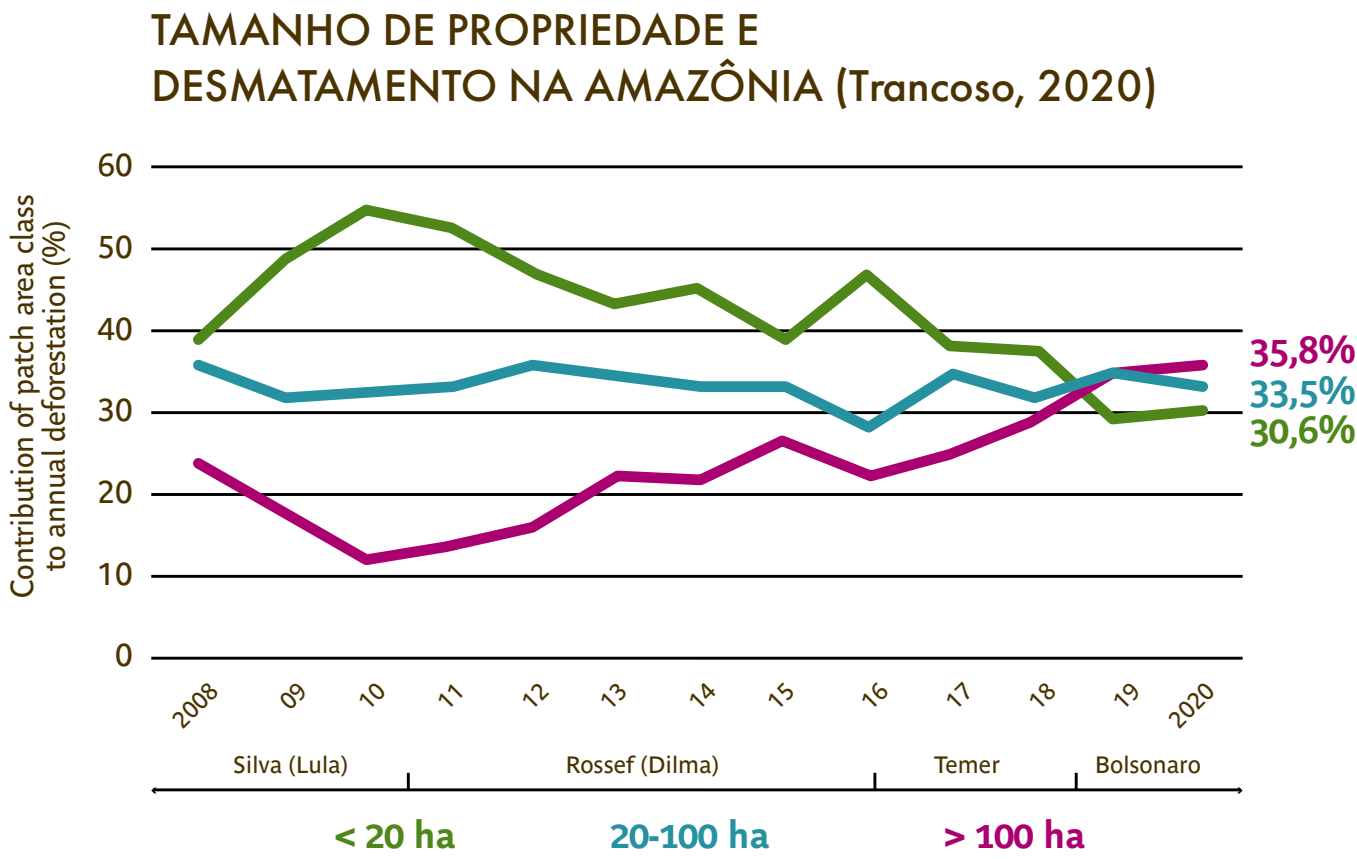


Ainda, é possível tirar algumas conclusões quando se analisa a relação entre os tamanhos de propriedade, as categorias fundiárias e o desmatamento. O histórico de desmatamento na Amazônia Legal, quando analisado por categorias fundiárias, coloca em evidência que as Terras Indígenas (TIs) e as Unidades de Conservação (UCs) de Proteção Integral são as categorias fundiárias com as menores taxas de desmatamento (Inpe, divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente). É notória, portanto, a centralidade dessas áreas protegidas na estratégia de controle do desmatamento. Para que estas áreas possam permanecer como vetores de preservação da floresta, é estratégico que disponham de uma estrutura de apoio que proteja a integridade dessas terras. E que sejam criados modelos de desenvolvimento que deem sustentabilidade financeira para população, ao passo que ‘mantenham a floresta em pé’, reduzindo as pressões de desmatamento em prol da conservação da biodiversidade e das funções climáticas de seus recursos florestais.

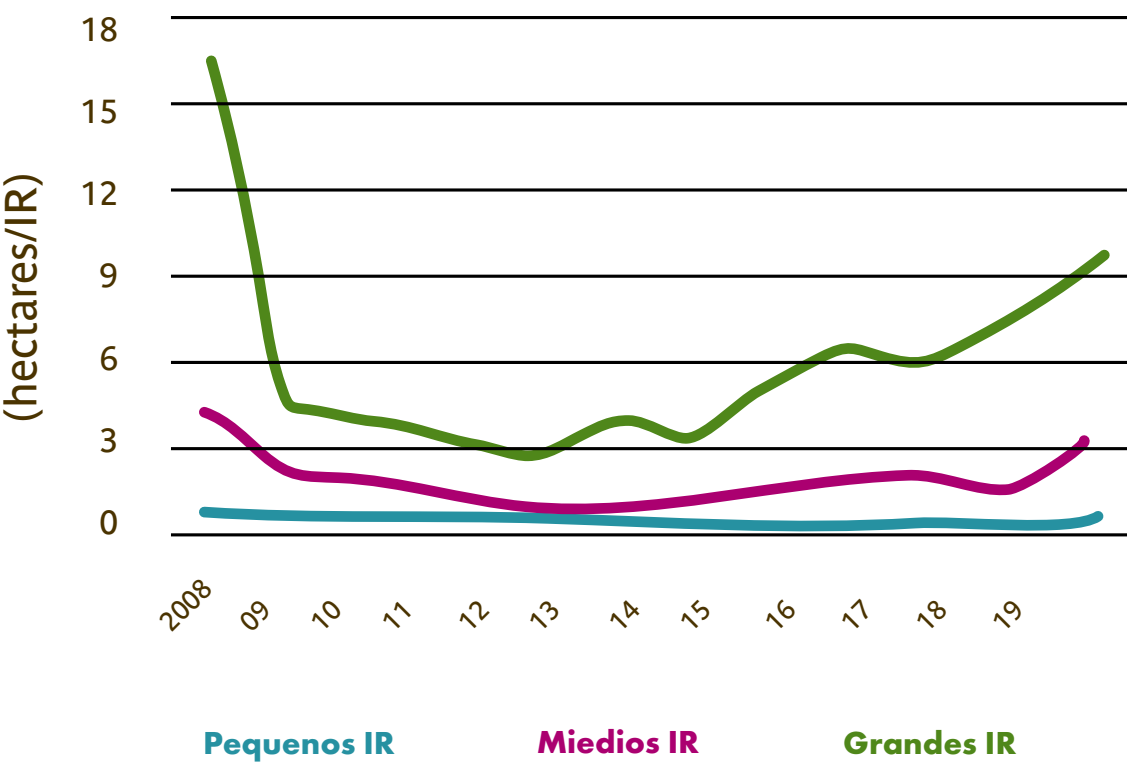
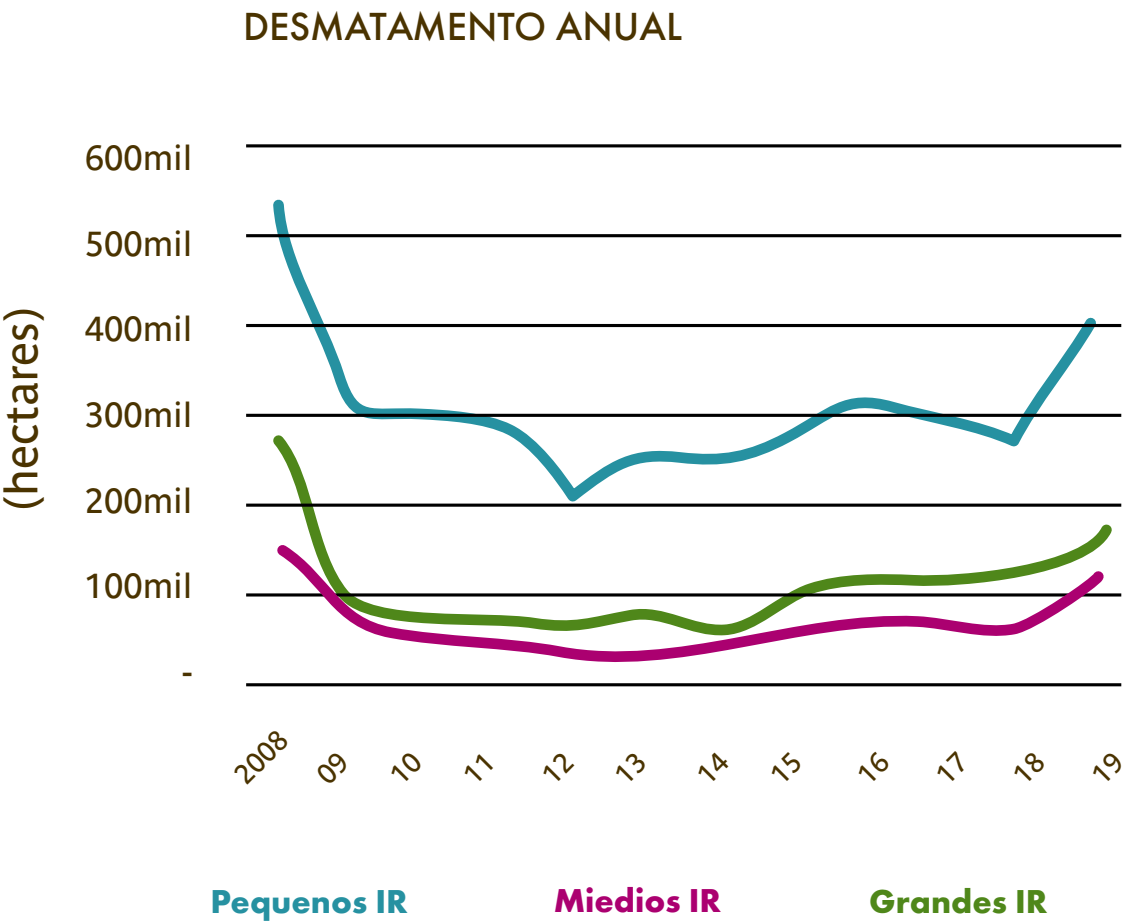
Dotar estas populações e habitantes de áreas protegidas de melhores condições de vida e renda tem sido uma tese defendida e, neste sentido, é essencial a promoção de negócios orientados ao desenvolvimento de atividades econômicas de uso sustentável da floresta e da biodiversidade, que aglutinem iniciativas com/desenvolvidas por comunidades tradicionais e produtores familiares.

Quando analisado sob a ótica de tamanho de propriedade, pequenas propriedades (menos de 300 hectares) representam atualmente 30-45% (dependendo da fonte) do desmatamento da Amazônia, como já mencionado acima no contexto inicial sobre a Amazônia. Essas propriedades muitas vezes são assentamentos rurais (ver distribuição dos assentamentos em y), em que há um enorme contingente populacional carente de inclusão social e produtiva. Novamente, estes dados mostram a importância de que políticas de fomento para a região olhem para pequenas propriedades e contribuam na transição e ampliação de novos modelos de negócios que mantém a floresta em pé e/ou a regeneram.

Esses números talvez surpreendam o imaginário popular de que o desmatamento da Amazônia vem somente dos grandes produtores. As grandes propriedades (maiores que 1.250 hectares) representam aproximadamente 35% do desmatamento, e médias propriedades (entre 220 e 1250 hectares) representam os 1/3 restantes.



Ainda, em quantidade, as pequenas propriedades representam 94% do número de propriedades da Amazônia (aproximadamente 700 mil), seguidas pelos 4% de porte médio (30 mil) e 2% de grande porte (16 mil). Tomados isoladamente esses números podem transformar os pequenos em grandes causadores do desmatamento. Eles são relevantes e é preciso desenvolver estratégias e políticas com esse recorte, porém é importante observar que os pequenos não representam tanto em termos de área e proporção de desmatamento. Segundo a organização The Nature Conservancy (TNC), quando os mais de 730 mil pequenos imóveis da Amazônia são considerados, a média de área convertida anualmente é de 0,4 ha/imóvel, cerca de 15 vezes menor que o desmatamento médio dos 16 mil grandes imóveis rurais (6,2 ha/imóvel/ano) e cinco vezes menos que o dos 31 mil imóveis de porte médio (4,7 ha/imóvel/ano). Nesse contexto, é importante, então, criar mecanismos de combate ao desmatamento que levem em consideração e endereçam essas distintas realidades.



Tendência de desmatamento anual em imóveis rurais (IR) e por imóvel rural da Amazônia, entre 2008 e 2019 (TNC a partir de dados do Prodes – INPE e do SICAR -SFB)

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS



Em termos populacionais, a Amazônia tem características singulares e que devem ser observadas atentamente. Um primeiro ponto é que a região engloba a maior parte da população indígena do país: estima-se por volta de 60% do total de indígenas do Brasil, somando mais de 180 diferentes povos e totalizando por volta 400 mil pessoas, mas não há dados atualizados sobre essa população (o último Censo foi realizado em 2010).

Como mencionado acima, no contexto de desmatamento na Amazônia, os indígenas têm sido um grande exemplo de ocupação territorial que mantém grandes bolsões de floresta. Estudos demonstram que essas áreas foram fundamentais para a formação da biodiversidade encontrada na América do Sul (diversos produtos são fruto de técnicas indígenas de manejo da floresta, como a castanheira, a pupunha, o cacau, o babaçu, a mandioca e a araucária). Até hoje essas regiões são mais bem conservadas que seu entorno e contribuem para preservação dessa Biodiversidade (no período de 2000 a 2014, a taxa de desmatamento nas Terras Indígenas foi de 2% - enquanto nas áreas ao redor, que não são protegidas, foi mais de 19%, segundo o IPAM).

A importância das Terras Indígenas na conservação da biodiversidade deu origem a um marco legal para promover a gestão ambiental dos territórios indígenas via a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Hoje as Terras Indígenas são demarcadas e ocupam cerca de 100 milhões de hectares na Amazônia, são mais de 400 Terras, que representam mais de 20% do território Amazônico e 60% das Terras Indígenas do Brasil (ISA) – ver mais em ‘Mapas e Recortes’. Essas terras têm a tese de garantir a proteção dos direitos e da identidade desses povos, mantendo a floresta em pé. Mas é sabido que mesmo com essas demarcações, que inclusive estão sob questionamento atualmente, essa população vive em constante ameaça territorial – e de vida –, dado o complexo contexto de disputas territoriais, grilagem e desmatamento na Amazônia.

Considerando que grande parte das Terras Indígenas estão situadas na Amazônia Legal e a sua relevância para manutenção da floresta em pé, é latente um olhar para essa população no âmbito da Tese de Aceleração da PPA, que possui a Biodiversidade como eixo temático central. O desafio é a elaboração de estratégias conjuntas levando em consideração modos de vida indígenas, a agenda ambiental e possibilidades de geração de renda. Nesse sentido, além de políticas públicas, o fomento de negócios de impacto socioambientais que têm essa população como empreendedor ou parceiro/ fornecedor pode ser um dos caminhos.



Além dos povos indígenas, os **seringueiros** são outra população local relevante que vive do bioma, evidenciado pela luta de Chico Mendes na década de 80. A atividade extrativista da seringa, que exige a floresta em pé, deu origem em 1990 às Reservas Extrativistas no Brasil (RESEX), localizadas em grande parte no Acre e Pará – ver mais em ‘Mapas e Recortes’.

Ainda, é importante destacar as comunidades **quilombolas e ribeirinhas** que vivem na região -. No projeto Nova Cartografia Social Brasileira, apoiado pelo Fundo Amazônia (ver mais em ‘Fundo Amazônia’) foram mapeadas mais de 1.000 comunidades quilombolas na Amazônia Legal: cerca de 750 no Maranhão, mais de 400 no Pará, quase 100 no Tocantins e dezenas no Amapá, Amazonas e Rondônia.

Os ribeirinhos, população tradicional que vive à margem dos rios e estão ligados à atividade da pesca, foram reconhecidos pelo governo federal em 2007 através da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Mas não há dados atualizados sobre a quantidade de comunidades e população total na região (ver com FAS).

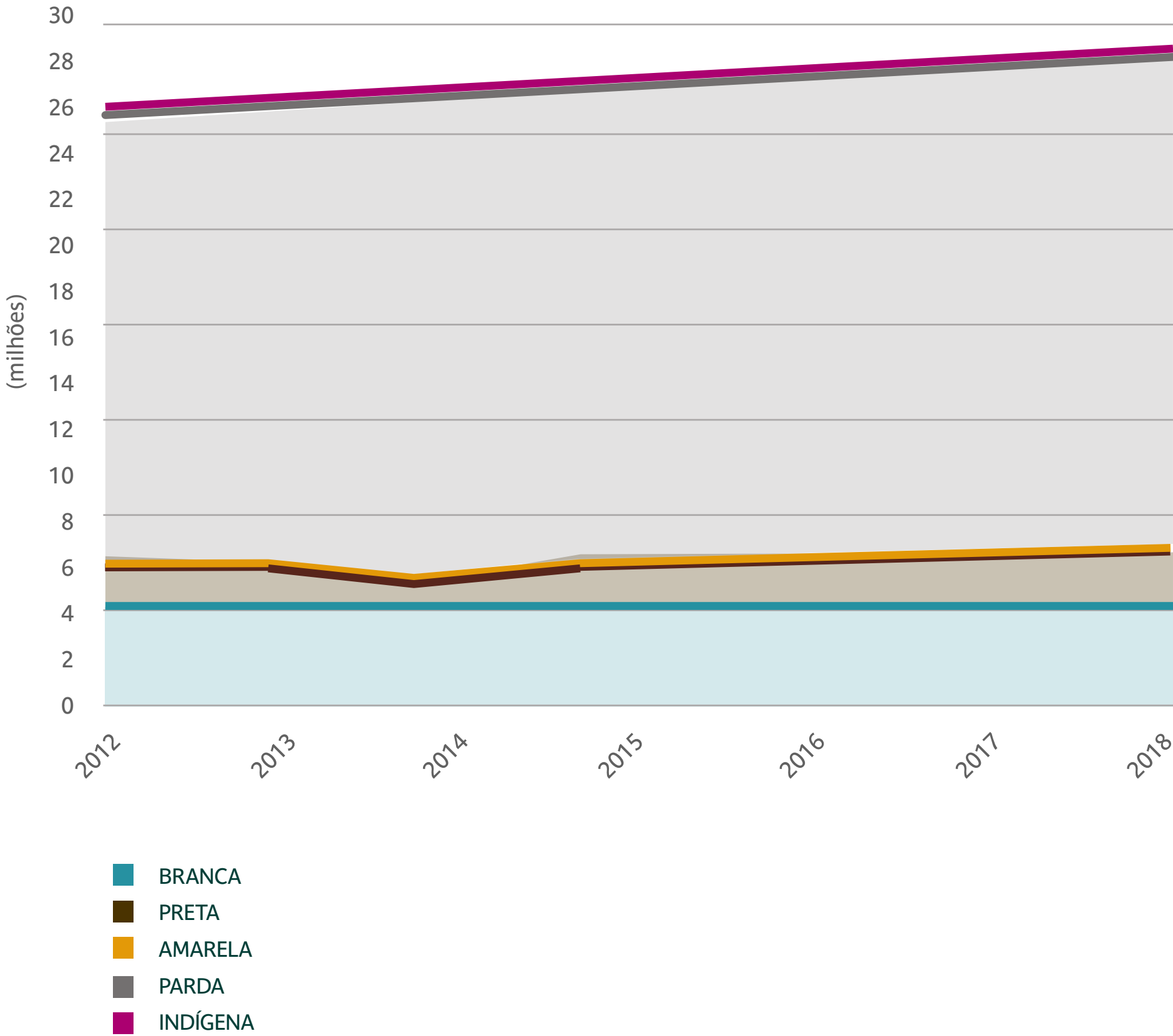
Essa vasta diversidade étnica e populacional dialoga com a sustentabilidade e a conservação da biodiversidade. Os povos e comunidades tradicionais aliam seu modo de vida com conhecimentos que contribuem para a conservação da floresta em pé e manutenção dos serviços ecossistêmicos que ela provê. Deste modo, o entendimento dessas populações e a proposição de modelos e novos empreendimentos que aliem a proteção da floresta, a geração de renda visando desenvolvimento local e melhores condições de vida é fundamental.

Há muito o que se avançar na luta pela preservação da floresta, mas também pela questão da sexualidade e diversidade na região. O tema da identidade de gênero e orientação sexual ainda é considerado tabu e não há dados sistemáticos e atualizados sobre a questão LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersexual, assexual, pansexual ou outros) na Amazônia. Sabe-se que é um tema pouco abordado nas escolas, famílias e comunidades, ainda mais pela crescente presença das igrejas evangélicas na região que, em geral, adotam posicionamentos conservadores.

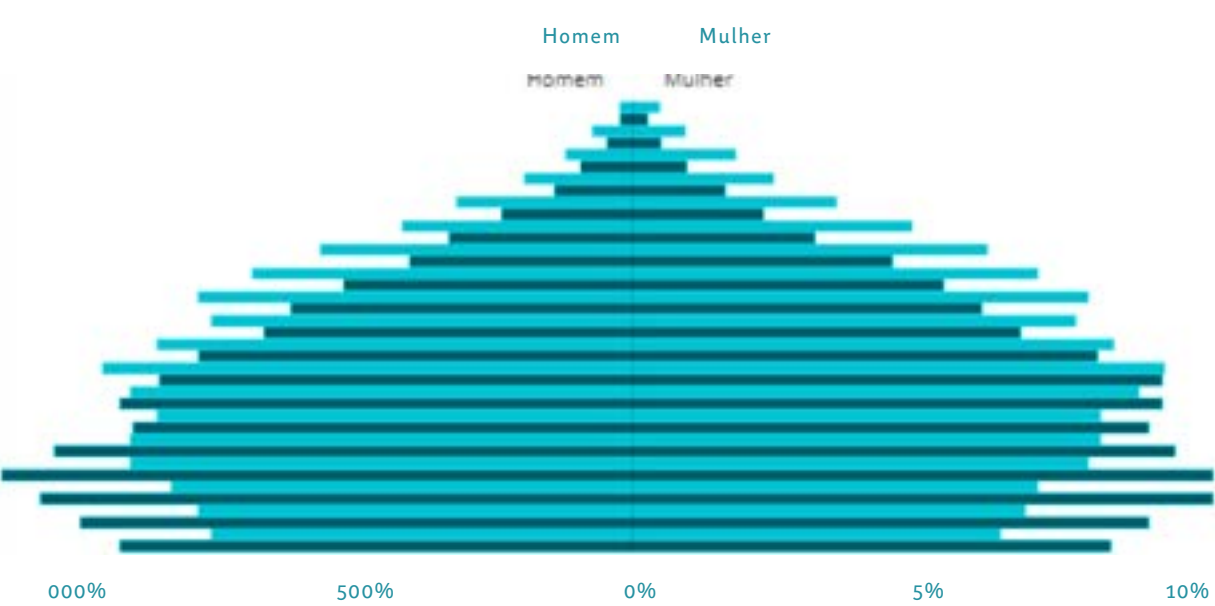
Outra temática que precisa avançar é a questão de gênero, em que a distribuição de papéis entre homens e mulheres é assimétrica e há relatos de violência e abuso sexual. É importante que haja uma lente gênero na região, trazendo à tona a questão da mulher, em intersecção com a preservação da floresta e geração de renda para a família. São crescentes as iniciativas de fomento ao empreendedorismo feminino no Brasil e no mundo - é de se esperar que este tipo de incentivo avance também na Amazônia, no sentido de apoio a programas de empreendedorismo socioambiental com liderança feminina e/ou que busque contribuir para ressignificar o papel da mulher em iniciativas de geração de renda.

Em relação à dimensão de raça, a população da Amazônia Legal é **PREDOMINANTEMENTE PARDA (70%), SEGUIDO PELA POPULAÇÃO BRANCA (20%) E PRETA (9%).**

RAÇA/COR DA POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL (PNAD, extraído do Portal Amazônia Legal em Dados)

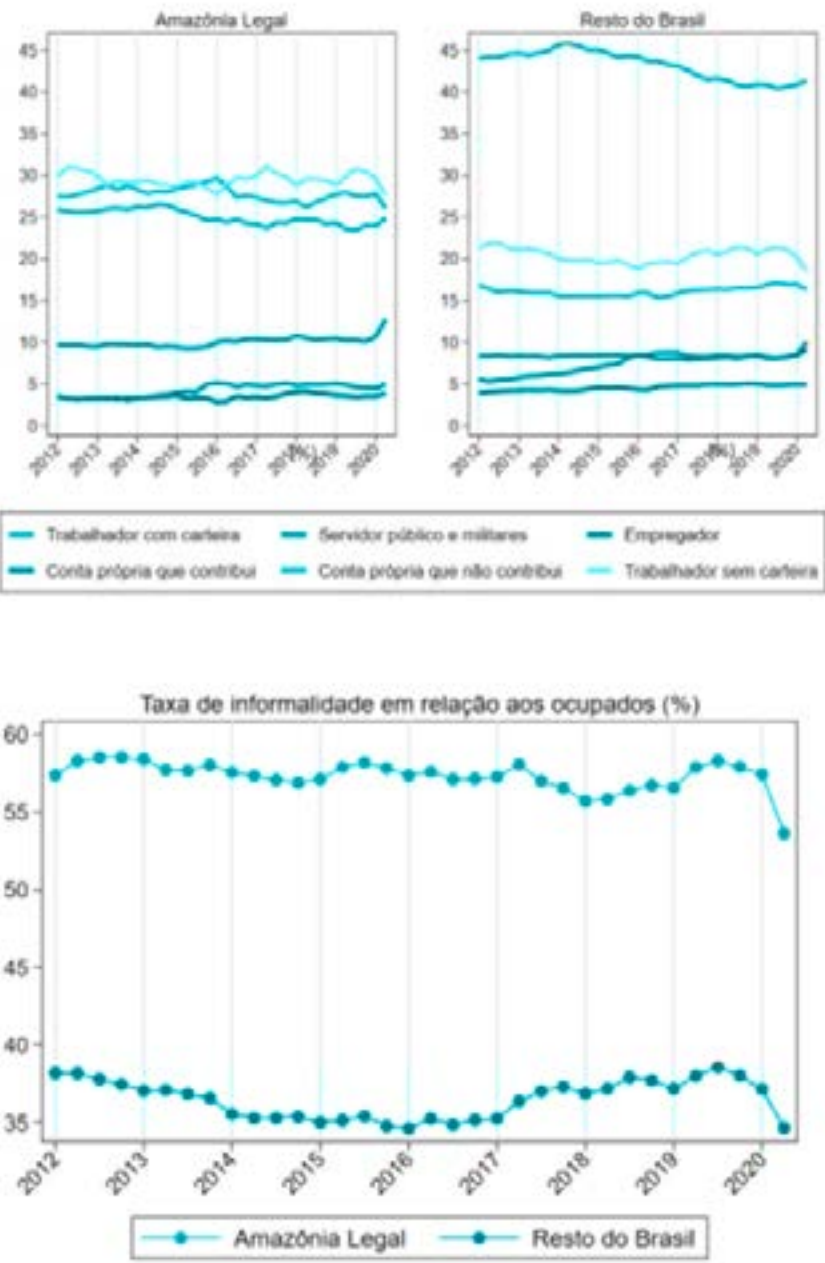


A **pirâmide etária da Amazônia Legal** ainda é jovem: a maior parte da população tem entre 10 e 34 anos de idade. Em relação a longevidade, a expectativa de vida no Maranhão é a menor do Brasil (71), seguido por Rondônia (72). A região passa por um bônus demográfico, no qual há um aumento da proporção de pessoas em idade de trabalhar em relação à população dependente (Gonzaga et al. 2020). Porém, faltam oportunidades: no Estado do Amazonas, por exemplo, 250 mil jovens não estudam ou trabalham (PNAD, 2018).



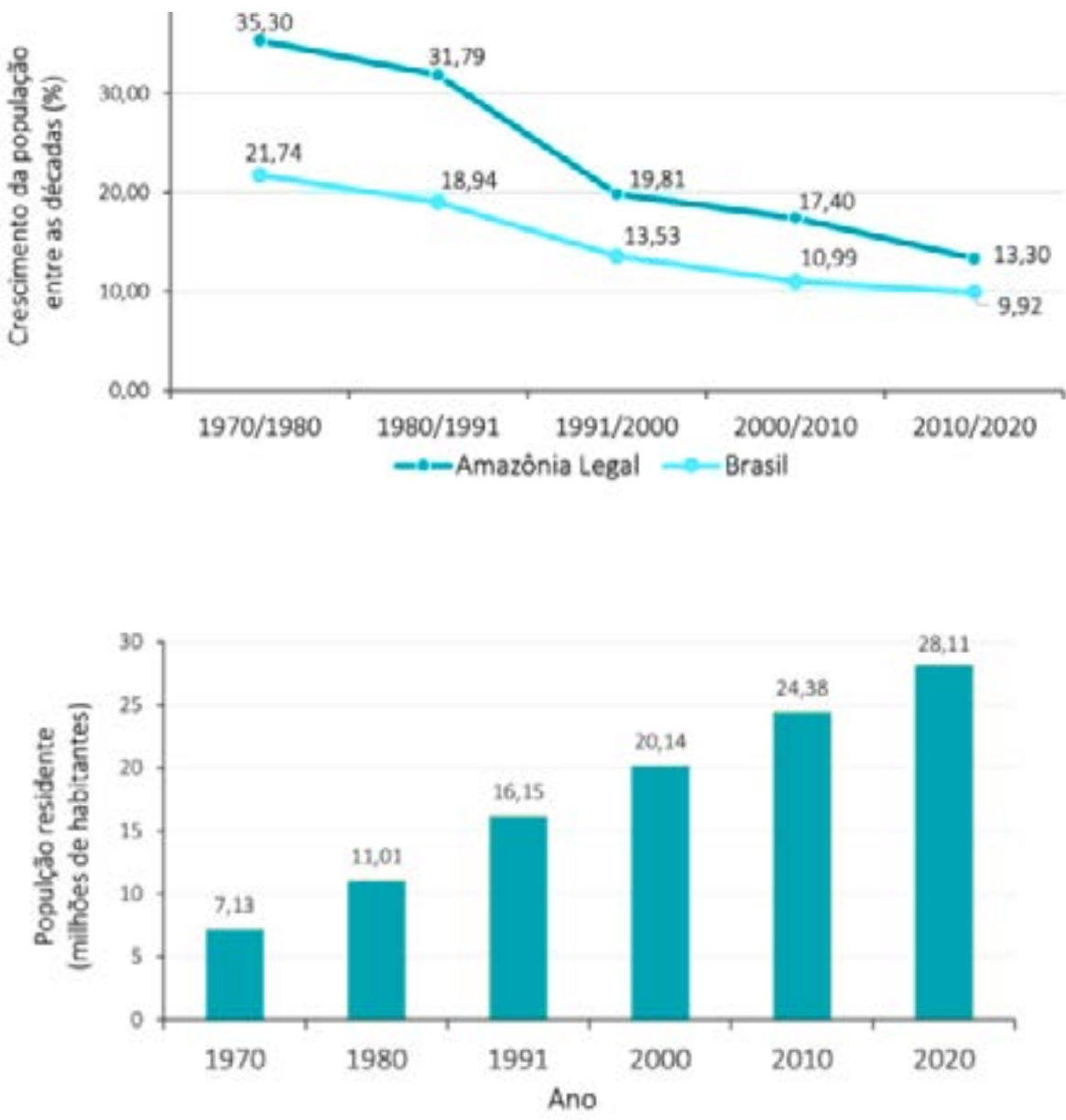
Fonte: PNAD Contínua. extraído do Portal Amazônia Legal em Dados. Obs: Para o cálculo da participação da região, foram considerados os 9 estados que compõem a Amazônia Legal. * Brasil sem os estados da região da Amazônia Legal.

Ainda, as **condições de trabalho e renda** da Amazônia são bastante informais. A taxa de informalidade de trabalho é significativamente maior do que no Brasil. Uma proporção relativamente grande da renda e do emprego da região vem das transferências do governo federal, mineração industrial, agricultura mecanizada e das indústrias sediadas no Polo Industrial de Manaus. Abre-se, então, uma janela de necessidade e oportunidade para trabalhar com os jovens, por exemplo, via novos negócios e empreendedorismo socioambiental, apesar dos desafios de educação de base e pouco fomento à cultura empreendedora.



Trabalho e informalidade na Amazônia (com base nos dados do PNAD e IBGE; Gonzaga, Alfenas e Cavalcanti, 2020)

No período entre 1972 e 2020, a **população da Amazônia Legal** aumentou de 8,2 milhões para 28,1 milhões de habitantes, representando hoje 13% da população brasileira. A densidade demográfica na região é ainda baixa: 5,6 habitantes por km². Em relação aos estados, o Pará é o mais populoso, com 8,8 milhões, seguido por Maranhão (5,9 milhões) e Amazonas (4,2 milhões). Por outro lado, o Amapá (862 mil) e Roraima (631 mil) são os estados menos populosos na região (Santos et al., 2021).



Crescimento populacional (%) e Habitantes da Amazônia (IBGE, 2020)

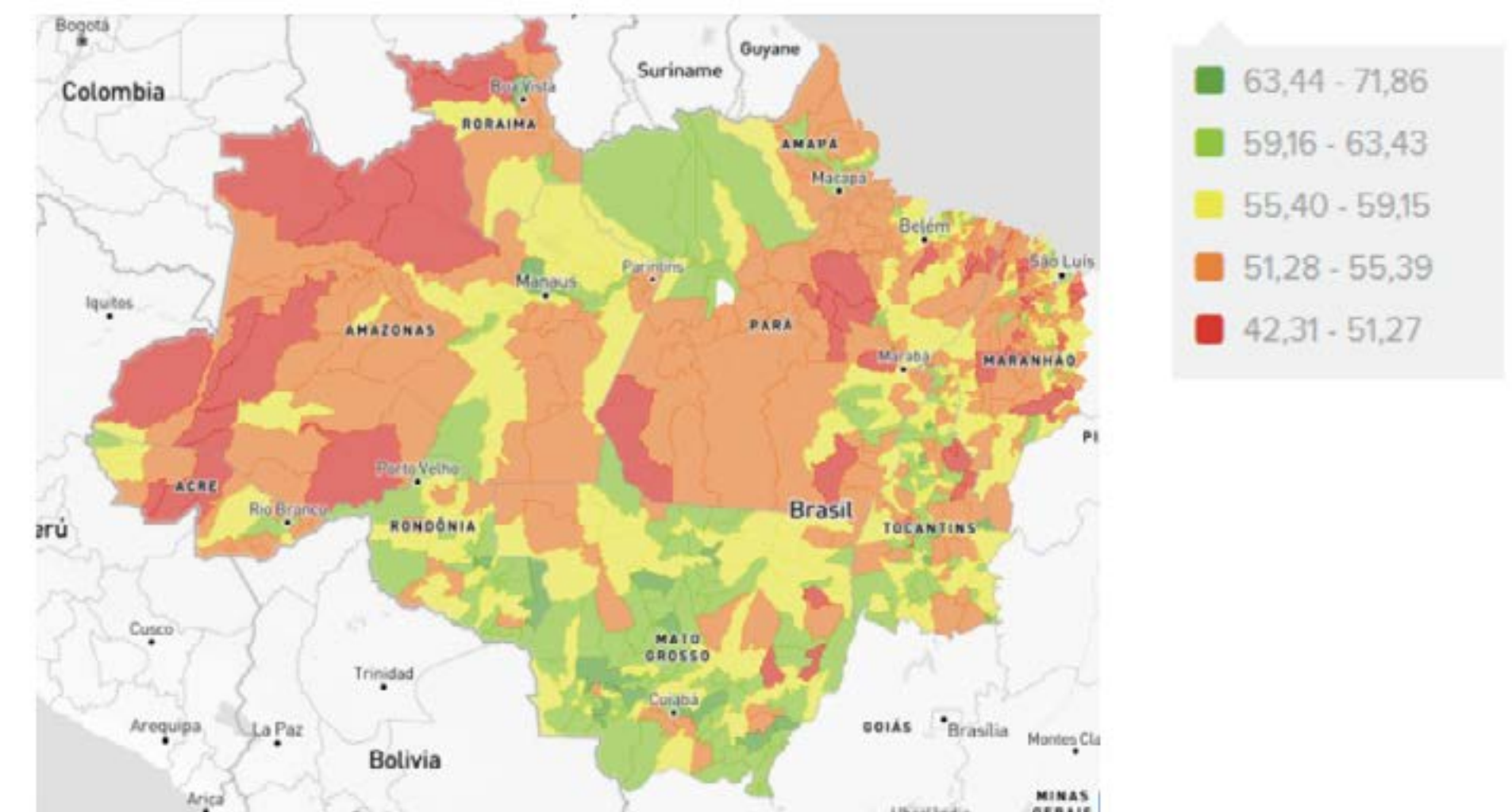
A Amazônia convive com **altas taxas de crescimento populacional**: entre 2000 e 2010, a população cresceu 2,09% ao ano, superior à taxa registrada para o Brasil (1,17%), e com grau de urbanização de 72,6% (IBGE, 2010). Esses dados revelam a força da questão urbana na Amazônia contemporânea. Este processo aconteceu de maneira endógena, em que a falta de políticas estruturantes associadas a uma economia florestal ou a uma exploração racional do seu capital natural, gerou uma pobreza no interior da Amazônia e uma migração aos centros urbanos em busca de novas oportunidades.

Em relação a indicadores sociais, o retrato é desafiador. Os nove estados que compõem a Amazônia têm IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, medida de qualidade de vida que leva em consideração educação, renda e longevidade) abaixo de 0,750 - enquanto o IDH-M do Brasil é 0,778 (2017, Ipea).

Outra medida que pode ser considerada é o **Índice de Progresso Social (IPS)**, índice criado em 2013 pela Social Progress Imperative (SPI), publicado na Amazônia pelo Imazon em 2014 e atualizado em 2018. O índice, que leva em consideração necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar e oportunidades, apresenta um diagnóstico social em 772 municípios da Amazônia. Em 2018, o IPS médio da Amazônia (56,52) permaneceu bem abaixo da média nacional (67,18). Os Estados da Amazônia, Mato Grosso (59,13), Rondônia (58,51) e Tocantins (57,44) apresentaram os melhores resultados no IPS Amazônia 2018. Contudo, nenhum dos nove Estados superou a média nacional. Dos 772 municípios amazônicos apenas Cuiabá (67,22), no Mato Grosso, superou ligeiramente a média nacional (67,18).

Os dados revelam que a situação não é positiva para a região – e de novo demonstra a necessidade de se pensar novos modelos de desenvolvimento capazes de gerar maior desenvolvimento local e geração de renda para a população, sem comprometer ativos ambientais.

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL NA AMAZÔNIA (2018 - IMAZON)

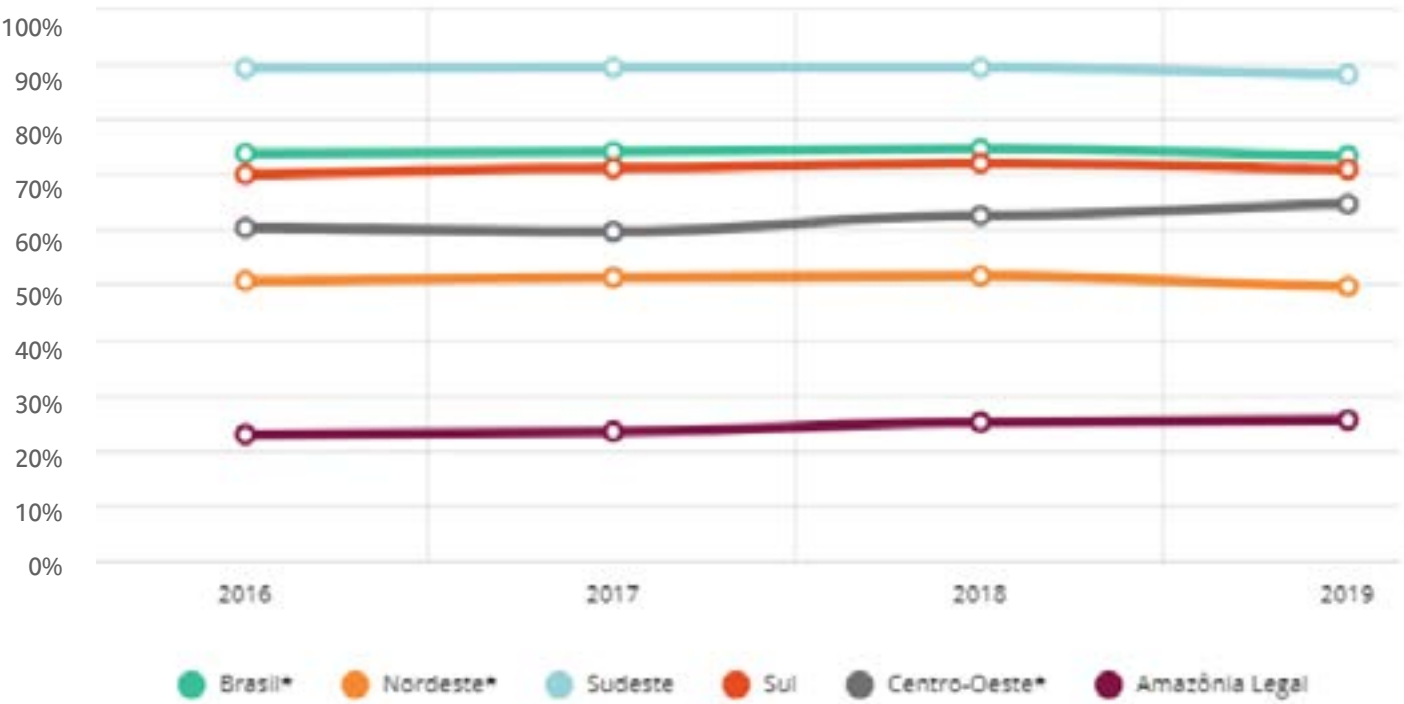


Esses indicadores estão ligados a temas-chave críticos para a região, como saneamento básico. Pouco mais de um a cada quatro domicílios na região da Amazônia Legal contam com saneamento básico adequado (2019), número bastante abaixo da realidade brasileira. A pior performance é em Rondônia: um a cada dez domicílios possuem saneamento básico. O percentual sobe para 42% no Estado do Amazonas, mas segue abaixo da média brasileira.

SÃO +2 MILHÕES DE PESSOAS
NA REGIÃO DA AMAZÔNIA LEGAL
VIVENDO SEM SANEAMENTO
ADEQUADO (2019).

APENAS
57,1 %
DE TODA POPULAÇÃO AMAZÔNICA
TEM ACESSO ADEQUADO À ÁGUA

990 MIL
PESSOAS SEM ACESSO À
ENERGIA ELÉTRICA NA
AMAZÔNIA LEGAL



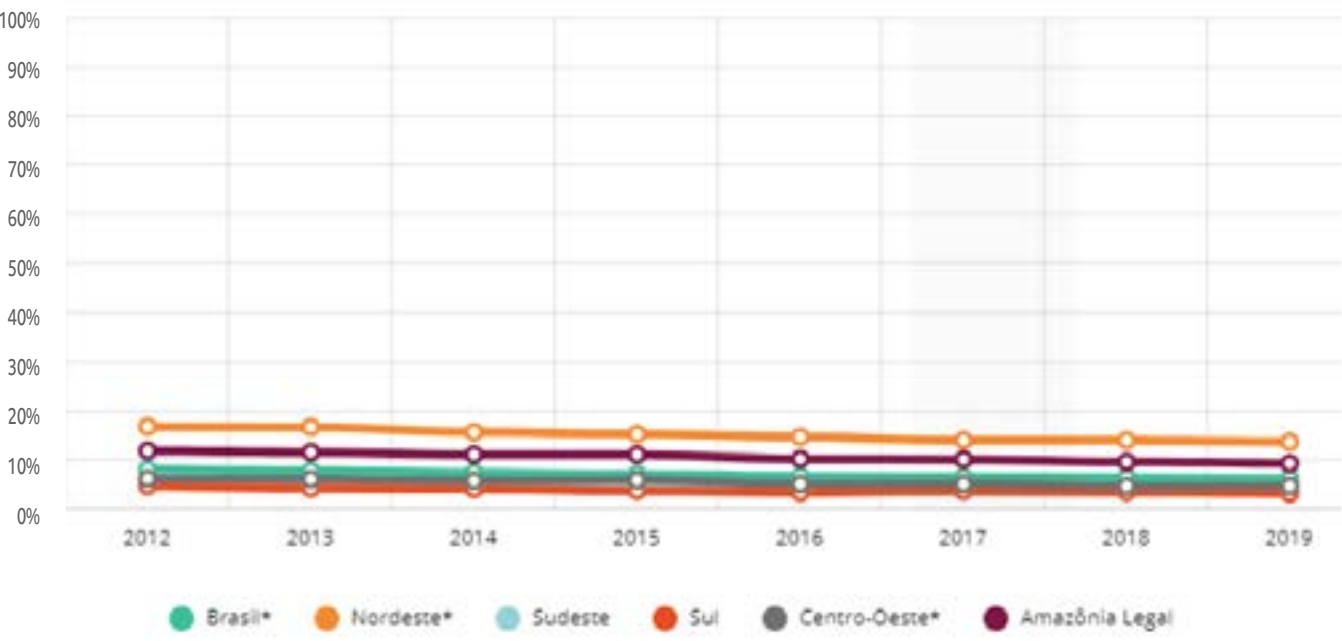
Saneamento adequado (PNAD, extraído do Portal Amazônia Legal em Dados).
Obs: Na área urbana considerou-se adequado: abastecimento de água por rede geral de distribuição; coleta de lixo diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza; esgotamento sanitário por rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede. Na área rural, adiciona-se: abastecimento de água por poço profundo ou artesiano; poço raso, freático ou cacimba ou fonte ou nascente; e esgotamento sanitário por fossa não ligada à rede. * Brasil sem os estados da região da Amazônia Legal. Centro-Oeste sem MT. Nordeste sem o MA.

A cobertura de água na Amazônia é uma das mais baixas do Brasil. Apenas 57,1% de toda população apresenta acesso adequado à água. Mato Grosso é o Estado que se destaca (89,3%), em comparação ao Amapá, que tem o pior índice, 34,9% (Painel Saneamento, Trata Brasil 2020). A questão na região é decorrente do tipo de habitação e forma de captação de água, em que o acesso à água superficial depende do nível dos rios mais próximos, que varia de acordo com as secas e cheias na região. Durante a época da seca, a água do rio vai para longe das casas e durante a cheia pode chegar a entrar nas mesmas, o que torna impossível qualquer método de captação de água fixo e dificulta a perfuração de poços. É urgente novas soluções, podendo ser via modelos de negócio inovadores que enderecem esse desafio.

Ainda, o acesso à energia elétrica na Amazônia é um desafio. Há diversas especificidades na região, como grandes distâncias, dificuldades logísticas e altos custos de instalação, que são obstáculos para a garantia do acesso formal ao serviço público de energia elétrica – sendo necessárias então inovações e soluções descentralizadas. Como consequência, a Amazônia concentra muitos dos locais onde esse serviço ainda é escasso ou precário, configurando a última fronteira do acesso à energia elétrica no Brasil. Resultados encontrados apontam para cerca de 990 mil pessoas sem acesso à energia elétrica na região da Amazônia Legal, com estimativas de que 19% da população que vive em Terras Indígenas na Amazônia esteja sem acesso à energia elétrica, versus 22% em Unidades de Conservação e 10% dos assentados rurais (Instituto de Energia e Meio Ambiente, 2020).

Outro ponto de agravante são os **dados educacionais da região**, que também tem uma performance abaixo do que a brasileira. Alguns dados ajudam a compreender esse cenário, como a taxa de analfabetismo, performance no IDEB, proficiência em Português e Matemática, anos de estudo e pessoas com ensino superior completo.

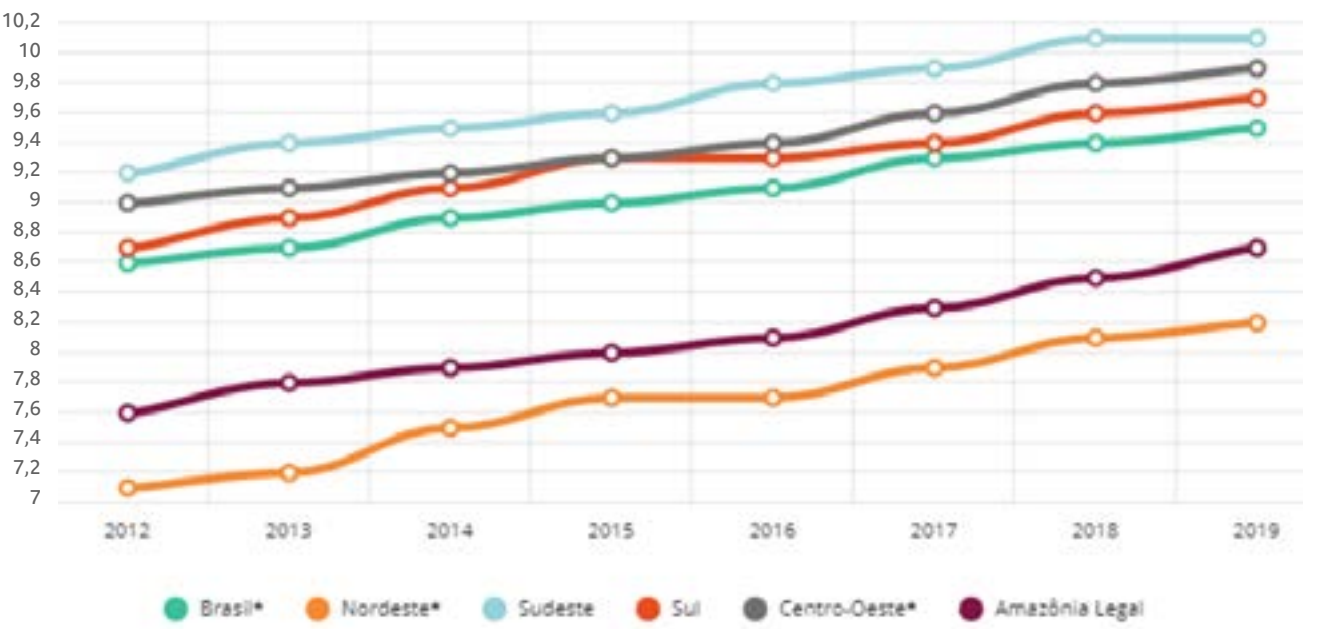
A taxa de analfabetismo da Amazônia Legal chama atenção: em média, uma a cada 10 pessoas com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever (2019). Essa taxa é abaixo da média brasileira, chegando a 9,4% da população com 15 anos ou mais, maior que as demais regiões do país, exceto o Nordeste. O menor percentual é observado no Estado do Amapá (5%), enquanto o Maranhão tem quase o triplo de analfabetismo (15%).



Taxa de analfabetismo (%) 15 anos ou mais (PNAD 2012-19, extraído do Portal Amazônia Legal em Dados). *Brasil sem os estados da região da Amazônia Legal. Centro-Oeste sem MT. Nordeste sem o MA.

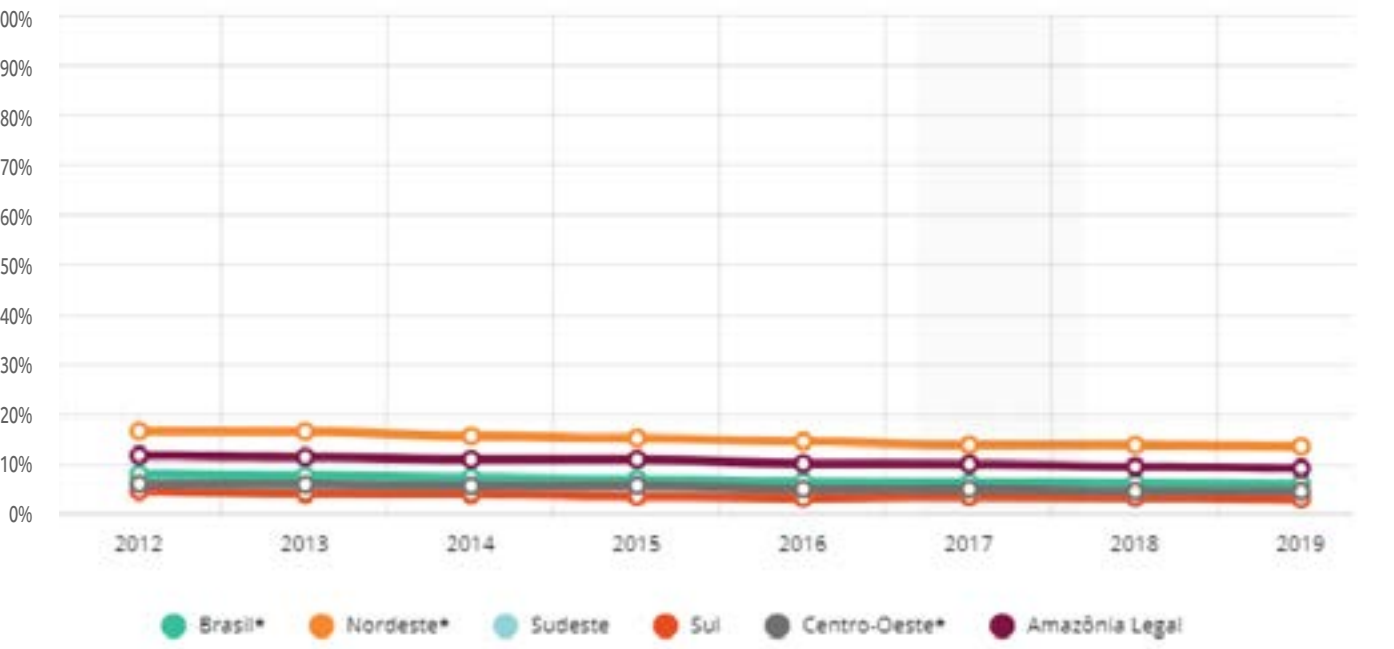
Em relação ao **IDEB** (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) praticamente todos os Estados da região estão abaixo da nota média do Brasil do 1º ao 9º ano do ensino fundamental. Em relação a Português e Matemática, o mesmo: em Matemática a cada 100 estudantes do 9º ano na região, menos de 10 têm desempenho adequado (versus 14,8 na média nacional) e a língua portuguesa é dominada por menos de 15% dos estudantes da região (versus 26,3% da média brasileira).

Apesar de crescente, a média de anos de estudo da população da Amazônia com 25 anos ou mais é de apenas 8,7 anos (2019), inferior à de todas as outras regiões do país, que já é considerada baixa, exceto o Nordeste. A menor média é a do Estado do Maranhão, com 7,7 anos de estudo, e a melhor performance é em Roraima, com 10,1 anos de escolaridade média (se equiparando à média do Sudeste, por exemplo).



Escolaridade média (anos de estudo) da população de 25 anos ou mais (PNAD, 2012-19; extraído do Portal Amazônia Legal em Dados). * Brasil sem os estados da região da Amazônia Legal. Centro-Oeste sem MT. Nordeste sem o MA.

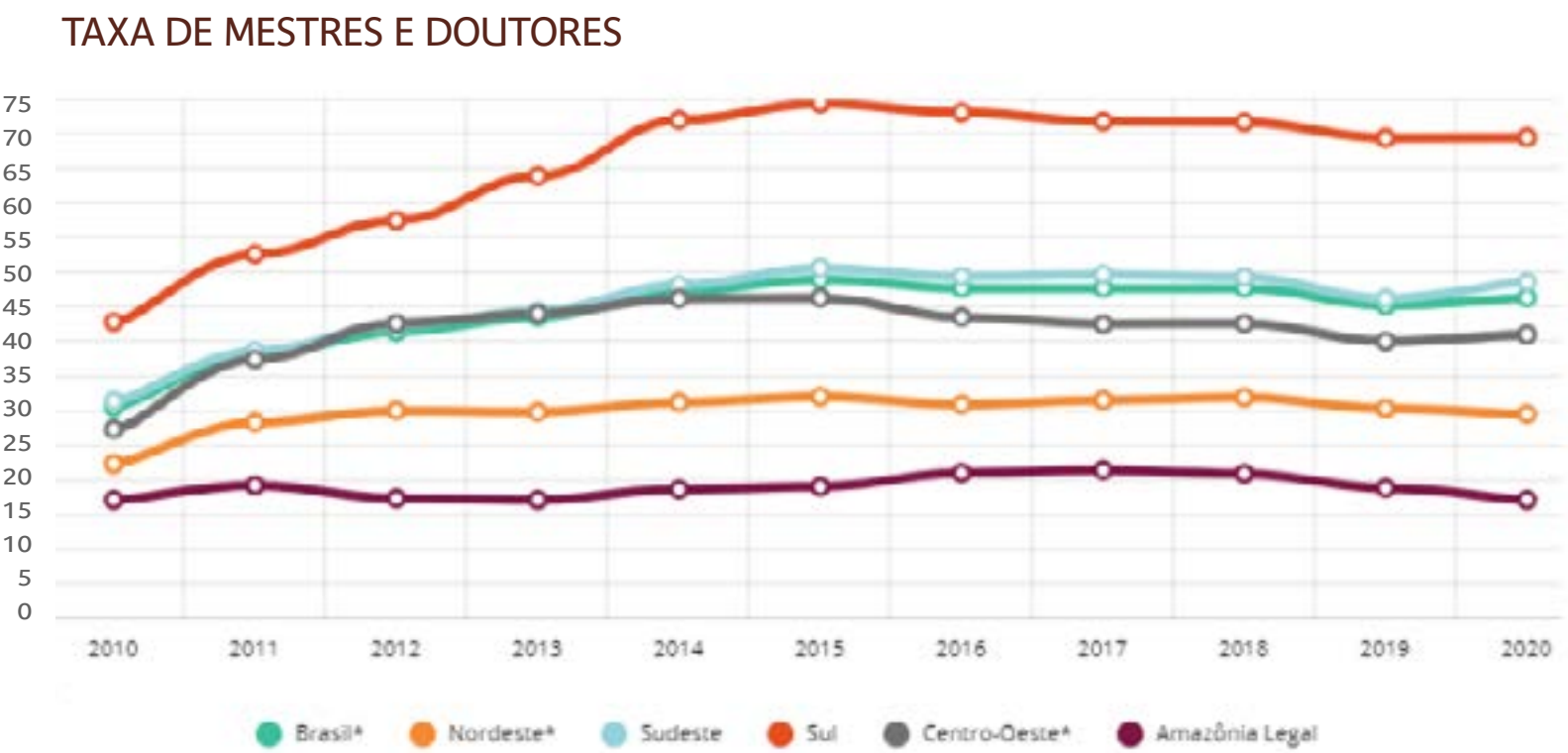
Tomando o ensino superior como medida, o percentual de **jovens de 25 a 29 anos com o Ensino Superior** é de 14,3% (2019), próximo à região Nordeste e inferior à média brasileira novamente. O menor percentual é do Maranhão (9,9%), enquanto Mato Grosso tem o dobro do percentual (20,3%), mas todos os Estados da Amazônia Legal estão abaixo da média nacional, apesar da heterogeneidade regional.



Percentual de jovens com ensino superior (PNAD, 2012-19; extraído do Portal Amazônia Legal em Dados). * Brasil sem os estados da região da Amazônia Legal. Centro-Oeste sem MT. Nordeste sem o MA.

Por fim, há um desafio latente no que tange a questão de **ciência e tecnologia** na Amazônia. Utilizando como proxy deste tema informações fornecidas pela Amazônia Legal em Dados, que são (i) a taxa de mestres e doutores, (ii) o percentual de pessoas com ocupações técnico-científicas, (iii) a geração de patentes e (iv) os investimentos dos estados em ciência e tecnologia, observa-se que ainda há bastante o que avançar, mesmo o Brasil estando distante de padrões de referências internacionais.

A taxa de mestres e doutores por 100 mil habitantes pode ser tomada como um indicador do potencial da atividade científica na região. A Amazônia teve uma taxa de 17,2 por 100 mil habitantes (2020), muito inferior ao restante do país (46,4). Todos os Estados da região apresentaram uma taxa de mestres e doutores por 100 mil habitantes inferior à média brasileira. A maior taxa é observada no Mato Grosso com 26,3 – e, no outro extremo, o Maranhão tem uma taxa de 6,7 mestres e doutores a cada 100 mil habitantes.

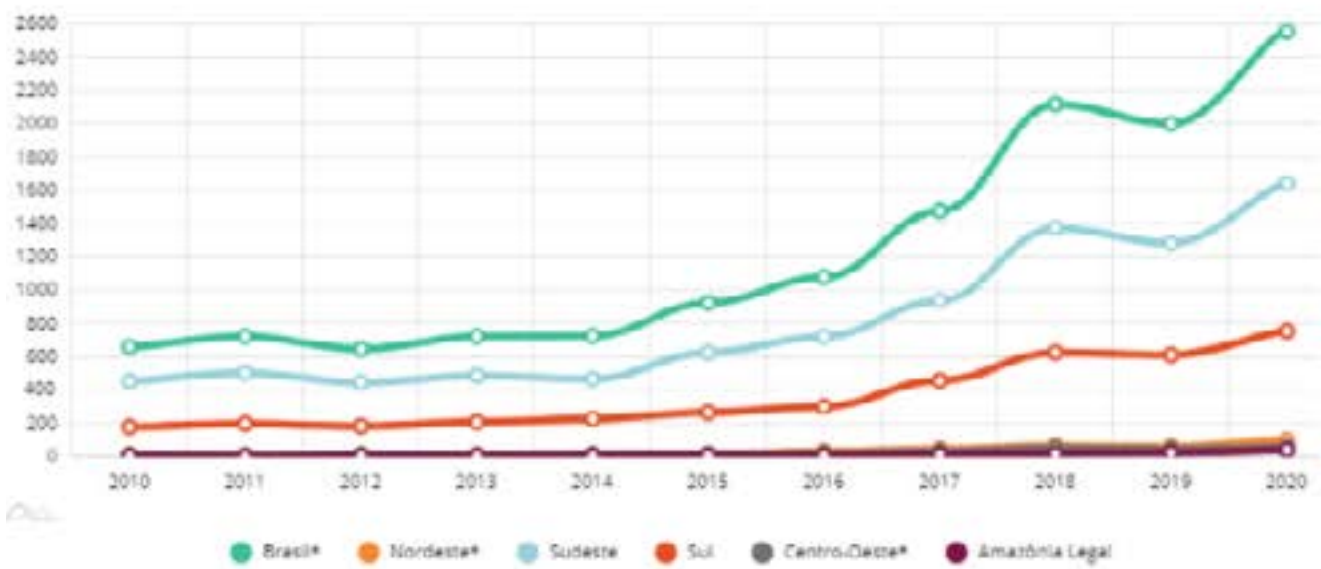


Utilizando as ocupações técnico-científicas nas empresas para observar o esforço empresarial de inovação, verifica-se que esse também não é um indicador positivo na região: 0,84% dos vínculos estão relacionados a ocupações técnico-científicas. No Brasil a média desse percentual é de 1,68%, sendo que o Sudeste é a região que se destaca com 2,05% (2019, Ministério da Economia: Relação Anual de Informações Sociais, partir dos códigos da Classificação Brasileira de Ocupações). Aproximadamente 70% dos vínculos se concentram em três estados da região, sendo que Amazonas se destaca com 1,21% (2019).

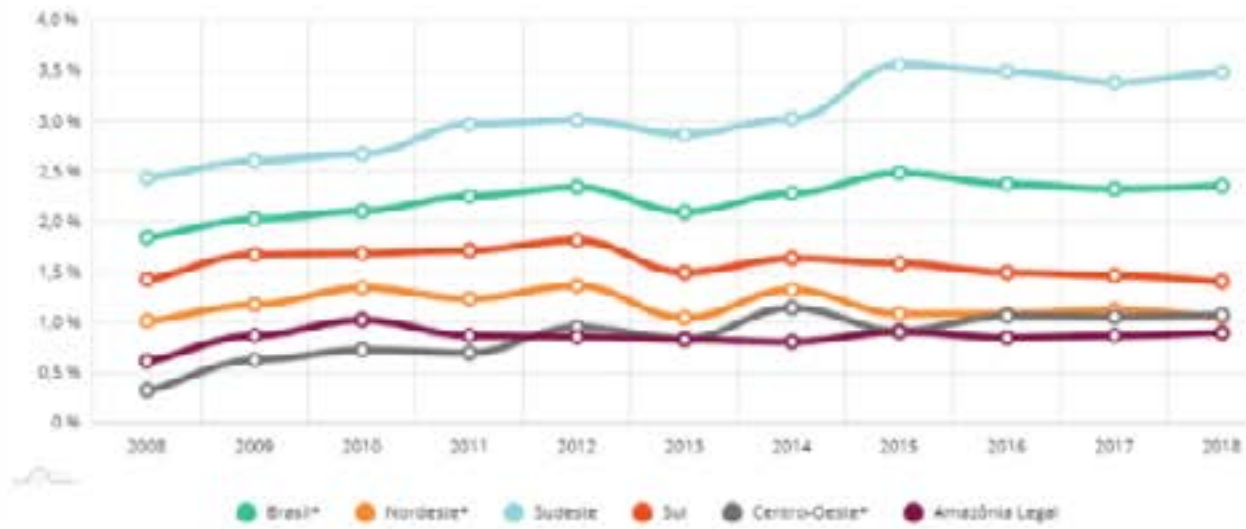
As patentes, fruto da competência e esforço de inovação de Centros de P&D (pesquisa e desenvolvimento) e das empresas, também são inferiores à média brasileira, apesar do crescimento positivo entre 2010-2020, passando de 6 para 43 patentes. Dessas, quase metade são do Amazonas, enquanto Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins não tiveram patentes concedidas no ano de 2020. Por fim, representando o estímulo às atividades nessa área, os investimentos dos governos Estaduais Amazônicos em C&T (ciência e tecnologia) é o menor do Brasil: 0,9% (2018). Amazonas tem o maior índice da região com 1,5%, enquanto o Amapá teve um dispêndio de 0,1% de sua receita total em C&T.

A questão de inovação na Amazônia tem um bom caminho pela frente e exige orçamento, fomento à iniciação científica, bolsas de estudo, interiorização, linhas de fomento à pesquisa (que tem um potencial a ser explorado, segundo a Fundação CERTI, referência em ecossistemas de inovação e que atualmente estuda o contexto Amazônico). Fomento a pesquisas relacionadas à tecnologia e biodiversidade, um grande ativo da Amazônia, podem ser uma via para este tema, dando potência para a ligação academia-mercado e gerando negócios de impacto socioambiental mais inovadores. A lente da inovação deve ser transversal quando se trabalha a temática de novos negócios e empreendedorismo socioambiental.

NÚMERO DE PATENTES CONCEBIDAS



PERCENTUAL DOS DISPÊNDIOS TOTAIS EM X&T



Número de patentes concedidas e Percentual dos dispêndios totais em C&T (MCTIC/INPI, dados extraídos do Portal Amazônia Legal em Dados).

* Brasil sem os estados da região da Amazônia Legal. Centro-Oeste sem MT. Nordeste sem o MA.

3.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA:

CICLOS ECONÔMICOS E ECONOMIA



NA AMAZÔNIA, ASSIM COMO EM OUTRAS REGIÕES DO BRASIL, A HISTÓRIA ECONÔMICA FOI MARCADA POR CICLOS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS.

Alguns autores consideram que os ciclos econômicos amazônicos tiveram tantas curvas quanto seus rios. Estes ciclos econômicos sempre apresentaram limites de expansão, com uma contínua transferência de mazelas e problemas para o ciclo seguinte, sem conseguir a sua efetiva consolidação. A existência de "retardamento tecnológico", a não geração de tecnologia para superar os problemas de curto prazo, a adoção de políticas equivocadas e sujeitas a flutuações, fortemente apoiada nos subsídios da natureza são algumas de suas limitações.

Levando em consideração os ciclos produtivos, a região Amazônica desempenhou um papel importante no ciclo do cacau. O extrativismo do cacau de várzea, associado a um cultivo empírico, teve grande peso na economia regional a partir do século 18 até a independência do Brasil. Depois, seguiu-se o ciclo da borracha, que teve dois importantes momentos históricos, no início do século XX e durante a II Guerra Mundial.

O primeiro ciclo da borracha durou mais de 30 anos (1879 a 1912) e conectou a Amazônia, em termos econômicos, com a industrialização automotiva, inaugurando a era dos transportes urbanos. A grande seca do Nordeste em 1877 e o atrativo dos altos preços da borracha culminaram com o avanço da migração e do processo de ocupação das várzeas até os confins da Amazônia Ocidental. Seguindo a oferta natural do recurso seringueira, a população que chegava em Belém e Manaus era imediatamente transportada e dispersa ao longo das várzeas dos grandes rios. Essa primeira fase de ocupação dos interiores Amazônicos deixa marcas até os dias atuais. A decadência deste primeiro ciclo foi motivada pelo sucesso dos plantios homogêneos e produtivos na Ásia.

O segundo ciclo da borracha, durante a II Guerra Mundial, surgiu como uma ação emergencial para atender as forças aliadas que se encontravam desabastecidas em consequência da situação militar na Ásia, que interrompeu sua produção. Uma nova leva de migrantes nordestinos foram acolhidos na região na forma dos “soldados da borracha”, igualmente dispersos pelas várzeas (planícies de inundação) dos grandes eixos fluviais. Com a queda da economia da borracha, reduziu-se a migração para a Amazônia e, as populações que ali permaneceram, desconectadas de qualquer economia nacional, passaram a dedicar-se a uma economia de subsistência, essencialmente, ao longo das margens dos rios. Daí se originam os ciclos de extração madeireira de pau-rosa, castanha-do-pará e outras espécies florestais.

A Amazônia mudou de dinâmica nas décadas de 60-70, com a abertura das rodovias, passando da civilização somente de várzeas (“Amazônia dos rios”) para, também, a “Amazônia das estradas” nos anos que se seguiram. Surgem daí os novos ciclos econômicos como a Zona Franca de Manaus, os projetos de mineração e agropecuária industrial e madeireira.

O ciclo das grandes obras hidrelétricas vem a consolidar um novo modelo de ocupação granular, que cresce na forma de aglomerados urbanos que se estabeleceram no entorno desses projetos ditos como de “desenvolvimento”.

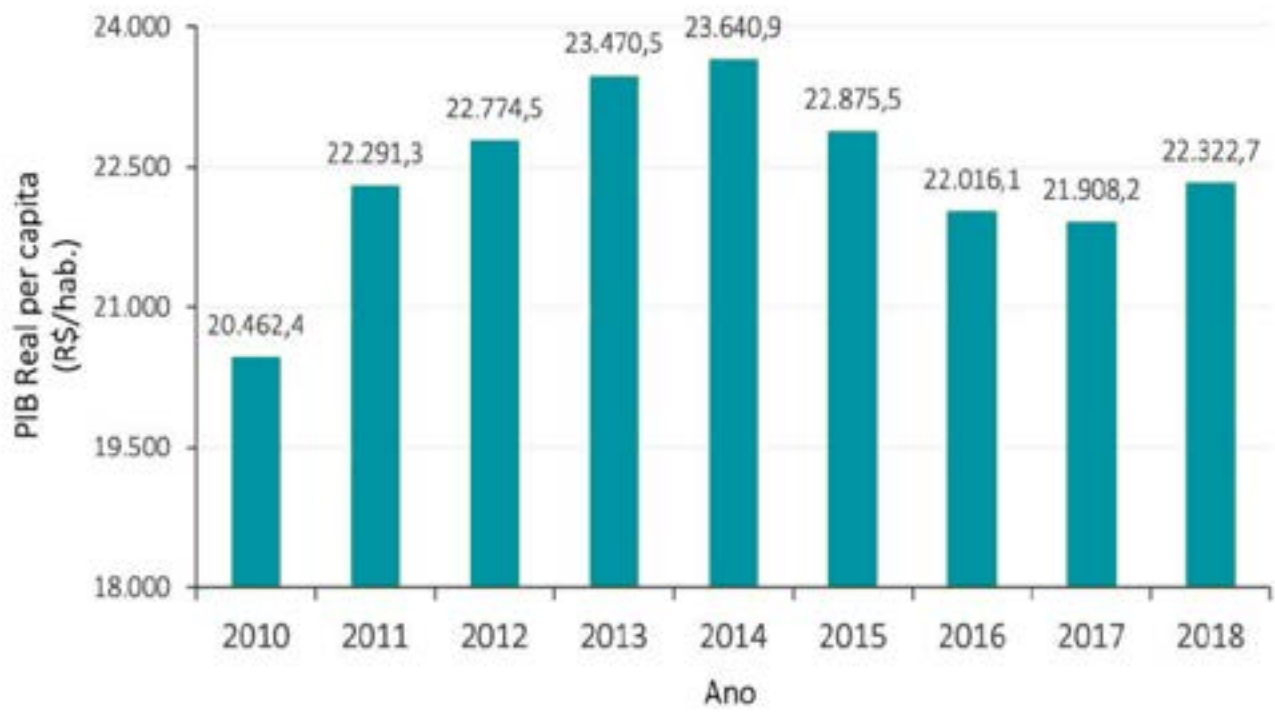
Os núcleos urbanos seguiram ganhando população, dado o processo endógeno de migração. Diversas comunidades e moradores isolados, remanescentes dos ciclos da borracha, foram aos poucos descendo os rios e engrossando modestas periferias das cidades ribeirinhas. No caso do estado do Amazonas, a expectativa de emprego, renda e serviços levava alguns grupos até Manaus.

O modelo de ocupação predominante na região (exploração madeireira predatória e conversão de terras para agropecuária) tende a resultar em uma economia local que segue o padrão “boom-colapso”. Ou seja, nos primeiros anos da atividade econômica ocorre um rápido e efêmero crescimento – boom, seguido de um declínio significativo em renda, emprego e arrecadação de tributos - colapso (Celentano & Verissimo, 2007). A renda cai pelo colapso da exploração de madeira e pela conversão econômica da terra para a agropecuária, atividade que não mantém a geração de renda e empregos.

INDICADORES ECONÔMICOS DA AMAZÔNIA

Em relação a indicadores econômicos da Amazônia, o Produto Interno Bruto (PIB) da região totalizou R\$ 613,3 bilhões em 2018, correspondendo a apenas 8,8% do PIB nacional. O PIB per capita atingiu cerca de R\$ 22,3 mil por habitante em 2018, enquanto para o Brasil atingiu R\$ 33,6 mil por habitante. O Pará, o estado mais desmatado, tem uma situação ainda mais dramática: pouco mais da metade do PIB per capita nacional, com R\$ 19 mil por habitante (Santos, 2021). Ao longo da última década, o PIB per capita da Amazônia Legal atingiu pico em 2014 (R\$ 24,64 mil por habitante) e oscilou desde então.

O Mato Grosso possui PIB Real per capita muito superior aos demais estados, com R\$ 39,9 mil por habitante em 2018, enquanto o Maranhão conta com o menor (R\$ 14 mil por habitante). Essa discrepância também ocorre na distribuição entre os municípios. Entre os estados, Pará (R\$ 161,3 bilhões em 2018), Mato Grosso (R\$ 137,4 bilhões) e o Amazonas (R\$ 100,1 bilhões) são os que possuem maior contribuição no PIB regional. Por outro lado, Amapá (R\$ 16,8 bilhões), Acre (R\$ 15,3 bilhões) e Roraima (R\$ 13,4 bilhões) são os estados com menor participação.



Estados	PIB em 2018 (R\$ bilhões)	PIB per capita em 2018 (R\$ mil)	População ocupada em 2019 (mil habitantes)
Acre	15,3	17,6	306
Amapá	16,8	20,2	329
Amazonas	100,1	24,5	1.651
Maranhão	98,2	15,1	2.278
Mato Grosso	137,4	39,9	1.698
Pará	161,3	19,0	3.541
Rondônia	44,9	25,6	815
Roraima	13,4	23,2	221
Tocantins	35,7	22,9	653
Amazônia Legal	613,3	22,3	11.492
Brasil	7.004,1	33,6	94.642

PIB Real per capita nos estados da Amazônia Legal, entre 2010 e 2018 (IBGE, 2020)

Na Amazônia, a pauta de exportações ainda permanece concentrada e tímida para produtos da sociobiodiversidade. Na média do período entre 2017 e 2019, os dez produtos com maior receita de exportação foram responsáveis por 86% do valor total exportado pela região.

Os principais produtos de exportação da Amazônia, durante este período, foram oriundos da agricultura mecanizada (soja, milho, algodão), extração mineral (ferro, alumínio, cobre, ouro), pecuária e papel e celulose (Coslovsky, S.,2020). Fica evidente o descolamento da produção e exportação daquilo que se convencionou chamar de vocação natural Amazônica, qual seja a exploração de recursos baseados no seu capital natural.

Os principais produtos de exportação da Amazônia, durante o período entre 2017 e 19, foram oriundos da agricultura mecanizada (soja, milho, algodão, torta), extração mineral (ferro, alumínio, cobre, ouro), pecuária e papel e celulose. Juntos eles responderam por 50% da pauta de exportação, estimada em 39 bilhões (US\$).

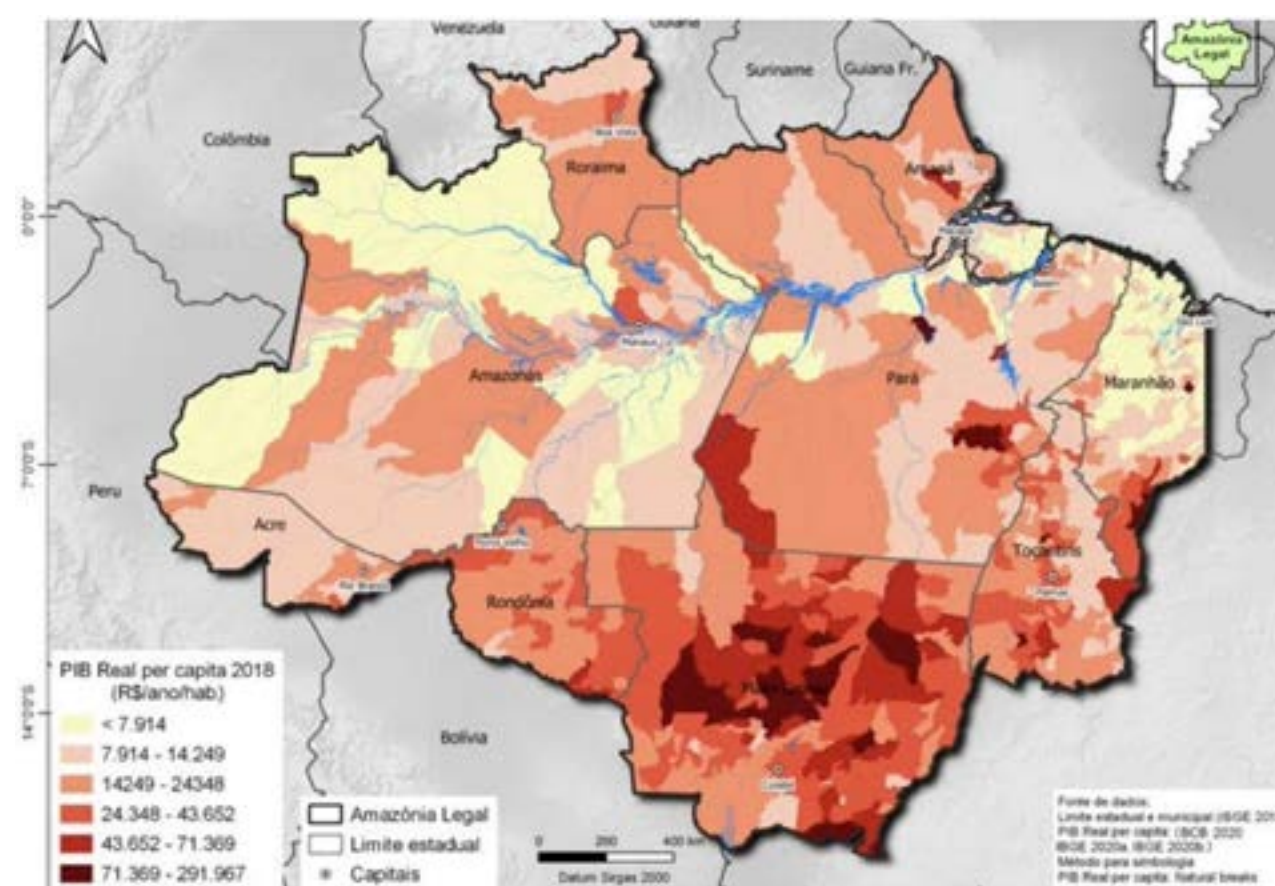
Produto	Valor (US\$)	% Amazônia
Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura	9,8 bilhões	25%
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	9,5 bilhões	24%
Milho, exceto para semeadura	3,5 bilhões	9%
Óxidos de alumínio, exceto corindo artificial	2,5 bilhões	6%
Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	2,1 bilhões	5%
Minérios de cobre e seus concentrados	2,0 bilhões	5%
Carnes de bovino, desossadas, congeladas	1,8 bilhão	5%
Algodão, não cardado nem penteado	1,2 bilhão	3%
Pasta química de madeira de não conífera, à soda ou sulfato	743 milhões	2%
Ouro (incluído o ouro platinado) em outras formas	475 milhões	1%
Subtotal - 10 principais produtos exportados	33,8 bilhões	86%
Valor total – todos os produtos	39,0 bilhões	100%

Principais Produtos Exportados pela Amazônia Legal – 2017-2019 (Coslovsky, 2021)

OS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO EM ESCALA NA AMAZÔNIA EXPLICAM A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E A CONCENTRAÇÃO DO PIB

As commodities agrícolas como soja, milho, algodão e a torta originada destes mesmos produtos definem um padrão de concentração do PIB na porção sul da Amazônia, estado do Mato Grosso e Rondônia. A pecuária de produção extensiva, explica o padrão de distribuição mais difuso ocupando o norte do Mato Grosso e estado do Pará, Rondônia e Roraima.

As commodities minerais, concentradas em poucos municípios, definem um padrão mais granular em torno das áreas de exploração no Pará, Mato Grosso e Amapá.



PIB Real per Capita por Municípios da Amazônia Legal, 2018 (IBGE, 2020)

Mais recentemente, com o superciclo das commodities (gado, soja e minério), que durou até 2012, o volume de impostos arrecadados no país cresceu fortemente, com resultados positivos na arrecadação das prefeituras dos municípios da Amazônia, graças aos tributos locais e repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

Na época, o governo federal tinha grande volume de recursos, o que abriu espaço para convênios com prefeituras e governos estaduais. Programas de compras de produtos agrícolas e abastecimento de escolas (Programa de Aquisição de Alimentos - PPA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) também geraram bons negócios em cadeias curtas de produção de alimentos. O volume de transferências de renda cresceu, com programas como o Bolsa Família, o Seguro Defesa e as aposentadorias rurais, trazendo impactos sobre o consumo das famílias e acelerando a produção de motos, celulares e televisores na Zona Franca de Manaus.

Essa economia da Amazônia, baseada na agropecuária e com altos índices de desmatamento, faz com que a região tenha uma grande relevância na emissão de gases do efeito estufa (GEE) no Brasil, sendo que o país é o sexto maior emissor do mundo. Os dados brasileiros mostram que as principais fontes de GEE no país são a Agropecuária (28%) e o Uso da Terra (44%, principalmente devido ao desmatamento), atividades bastante presentes na Amazônia, versus outras fontes como Energia (19%), Resíduos (4%) e Indústria (5%). Por essa razão, estados amazônicos (Mato Grosso, Pará, Amazonas e Acre) são responsáveis por grande parte das emissões, com valores de emissões mais elevados do que Estados do Sudeste por exemplo, como São Paulo e Minas Gerais (Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa – SEEG, 2019).

Por fim, outro aspecto a ser considerado na economia da região é o desenvolvimento granular e a Zona Franca de Manaus. Entende-se por desenvolvimento granular o fato de que as transformações que se observam na Amazônia nas últimas três décadas concentraram-se nas capitais dos Estados e, com raras exceções, nas cidades médias. Estas se distribuem indistintamente pela Amazônia dos rios e estradas, constituindo um padrão único e localizado de ocupação e concentração da população.

Apesar destas considerações, a Amazônia é ainda fortemente percebida como uma região rural. Mas os dados populacionais trazem à tona o fenômeno urbano. A Amazônia tornou-se uma fronteira agrícola urbanizada, uma “floresta urbanizada”, com 18 milhões de moradores urbanos, quase a população da região metropolitana de São Paulo (Sawyer, 1987; Becker, 1995).

Um dos exemplos de desenvolvimento granular a considerar é a Zona Franca de Manaus (ZFM). Criada em 1969, estabeleceu um pólo de montagem eletroeletrônico no coração da floresta amazônica com o objetivo de ser um porto livre destinado ao armazenamento, beneficiamento e retirada de produtos do exterior.

Entre tantas, uma das críticas que se faz ao modelo ZFM é pela falta de conexão com as vocações regionais. O modelo baseado em isenções-incentivos fiscais, estabeleceu um parque industrial baseado na assemblagem, verdadeira linha de montagem de peças que vindas do sudeste do Brasil, são apenas montadas na cidade de Manaus. Uma vez montadas elas retornam aos mercados consumidores nacionais, estejam onde estiverem. Motos, automóveis, TVs e aparelhos eletrônicos, entre outros, participam deste festim de subsídios que já duram 50 anos e que se pretende estender até 2053.

Por mais importância que tenha hoje a Zona Franca de Manaus, um estudo sobre diversificação da economia no Amazonas (Instituto Escolhas, 2020) mostra que ela padece de problemas centrais, relacionados à alocação ineficiente de recursos, distorção de mercados e cadeias produtivas e dependência de subsídios. Os ganhos sociais destes subsídios são pequenos, visto que a expectativa de emprego no polo industrial atraiu contingentes populacionais para Manaus, gerando frustração e exclusão. A população praticamente dobrou nas últimas 5 décadas e os índices de desemprego são bastante elevados. O estudo apresenta, ainda, eixos de oportunidades que permitiriam conectar a cultura industrial adquirida e os subsídios associados ali alocados: a Bioeconomia e um Polo da Economia da Transformação Digital, além de outras atividades na região do Amazonas, como Ecoturismo e Piscicultura.

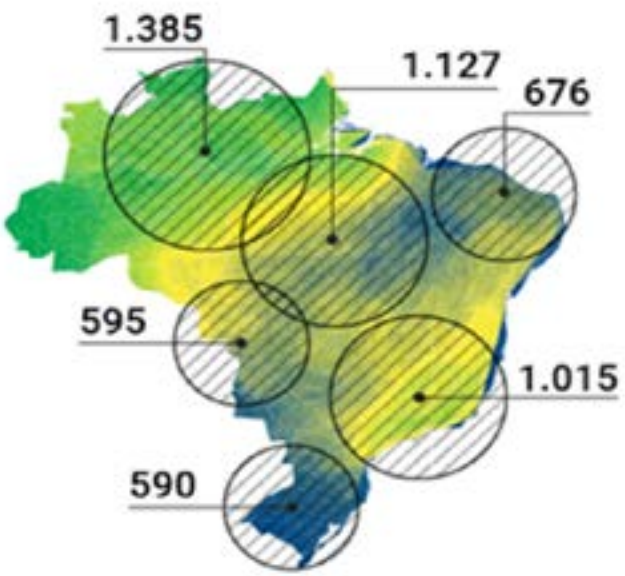
Um alento para o tema é a Lei de Informática: as empresas instaladas na Zona Franca são obrigadas a destinar pelo menos 5% do seu faturamento em P&D (pesquisa e desenvolvimento). Historicamente, esses recursos foram usados para inovações dentro das próprias fábricas, na melhoria de produtos e processos internos. Porém, uma diretriz criada em 2018 e iniciada em 2020 prevê cinco programas prioritários em que as empresas da ZFM podem investir em negócios terceiros. Um deles é o PPBioeconomia, voltado para pesquisa e inovação para a economia baseada no uso dos recursos da floresta de forma sustentável. Apesar de ser positivo, convencer as empresas a destinar parte da verba de P&D ao PPBio não é fácil por questões relacionadas a incentivos e outras burocracias. O PPBio não está incluso dentro das destinações obrigatórias (2,7% do faturamento das empresas, dos 5% totais) ou dos 0,14% que devem ir para projetos fora da região metropolitana de Manaus.

BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA

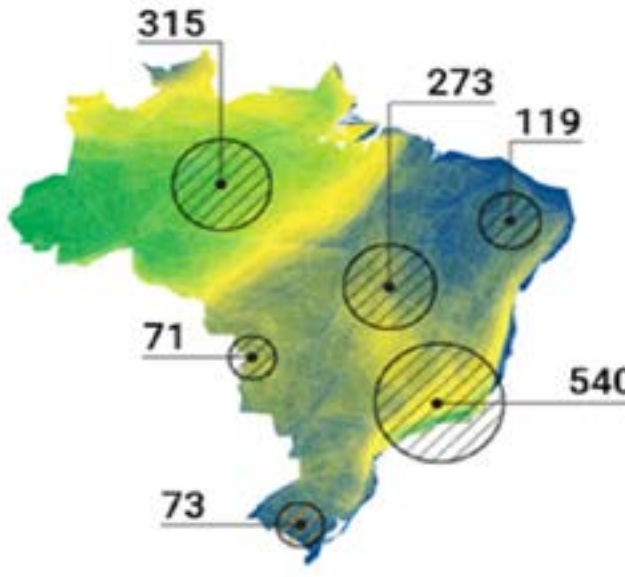
A Amazônia, hoje, não é a mesma de trinta anos atrás. O contexto regional, imerso em um novo contexto mundial e uma nova dinâmica nacional, vem mudando. Novos projetos e negócios trazem um novo paradigma, o de consolidar antigas experiências através de investimentos de impacto ou ainda estabelecer uma nova corrente de empreendedorismo, que aprofunde a relação desenvolvimento e conservação.

O Brasil abriga a maior biodiversidade do planeta - mais de 20% do número total de espécies da Terra. Como exemplo, há o estudo realizado em 2021 pela Rede Amazônia Sustentável (RAS), composta por pesquisadores de mais de 30 instituições do exterior e do Brasil, como a Embrapa Amazônia Oriental, criada com o objetivo de produzir e aplicar evidências científicas como caminho para fortalecer a sustentabilidade na região Amazônica. O estudo indica a relevância da Amazônia no cenário da biodiversidade brasileira e mundial. Tendo como exemplo espécies no contexto brasileiro, tem se:

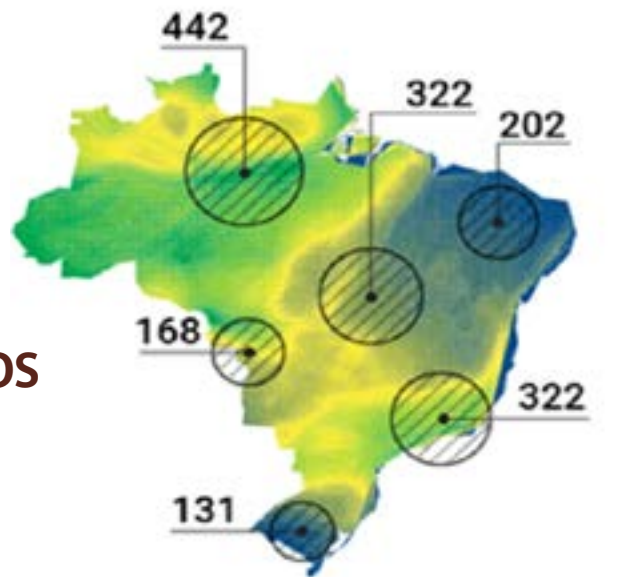
AVES



ANFÍBIOS



MAMÍFEROS



Número de espécies por bioma. Página Hiperdiversidade - Rede Amazônia Sustentável (2021).

Essa diversidade pode fazer com que a Amazônia alcance relevante vantagem competitiva no mercado de bioprodutos. Partindo da premissa de que o desenvolvimento econômico racional, consistente e de longo prazo para a Amazônia deve ser fundamentado no conhecimento da natureza e no entendimento de que a biodiversidade amazônica é o lastro deste processo transformador, tem-se a narrativa da bioeconomia como matriz de desenvolvimento econômico sustentável que evita a simplificação excessiva da natureza que geralmente ocorre quando se busca aumentar a produção.

O avanço da bioeconomia pressupõe (i) infraestrutura, mas não se trata fundamentalmente de construir estradas e portos para o embarque de grãos e carnes e sim de uma infraestrutura voltada ao desenvolvimento sustentável e (ii) o fortalecimento das organizações científicas locais, seu vínculo com os povos da floresta e um processo educativo que valorize o patrimônio cultural da região.

O **Fundo Amazônia**, criado em 2008, para captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, apoiou a multiplicação das ações empreendedoras na forma de projetos piloto, alavancando cadeias de negócios em pequena escala, capacitando grupos sociais ao empreendedorismo e promovendo uma verdadeira nuvem de novos negócios na Amazônia. O programa, encerrado após 10 anos (em 2019), por questões políticas e suspensão dos repasses dos maiores doadores, como o governo da Noruega e da Alemanha), incentivou a criação de projetos inovadores para promover o

desenvolvimento sustentável em comunidades da Amazônia, resultando em um alcance de 30 mil famílias e 70 mil produtores locais, que receberam apoio às suas próprias atividades econômicas. Ainda que dispersos no território e localizados em regiões muitas vezes despidas de logística de transporte, isto permitiu o estabelecimento de uma cultura de pequenos negócios na Amazônia e o surgimento de novas cadeias. Muitas destas iniciativas foram reforçadas por projetos posteriores, se tornaram autossustentáveis e conseguiram sobreviver até os dias atuais.

Uma nova aposta para essa agenda é a **Amazônia 4.0**, movimento do renomado cientista Carlos Nobre, que resgata e reúne idealismo e realismo em um conceito poderoso e inovador, que opta pelo desenvolvimento econômico e social sustentável, baseado no respeito à biodiversidade e às tradições e estilos de vida locais, aproveitando ao mesmo tempo o potencial das tecnologias de ponta da indústria 4.0. A proposta é que ativos biológicos e biomiméticos (relacionados às funções e processos presentes na natureza) sejam utilizados para a elaboração de produtos farmacêuticos, cosméticos e alimentícios, ou mesmo na busca de novos produtos, materiais, soluções energéticas e mobilidade, todos com significativo potencial de novos negócios. O projeto da Amazônia 4.0 ainda está em desenvolvimento e prevê a implementação de biofábricas em cadeias produtivas, como de açaí, cupuaçu e cacau. Além disso, prevê a capacitação de pessoas para trabalharem nessas biofábricas e de um instituto de pesquisa.

O conceito Amazônia 4.0 surge para operacionalizar as transformações inovadoras propostas pela “Terceira Via Amazônica”. **A primeira via**, escolhida pelo governo há 20 anos, correspondeu à delimitação do governo brasileiro de vastas áreas protegidas como terras indígenas e unidades de conservação (parques nacionais e florestas), como forma de garantir que uma área suficientemente grande do bioma Amazônia fosse preservada. Entretanto, embora protegidas por lei, essas áreas não estão imunes às invasões, exploração ilegal e degradação dos seus internos. **A segunda via** propõe um modelo de desenvolvimento regional com atividades como a produção de grãos em um sistema de monocultura e a pecuária extensiva em áreas, bem como a mineração controlada ou mesmo a exploração madeireira. O Brasil se tornou líder global nesta área, no entanto, esse modelo coloca o futuro da Amazônia em grave risco.

Combinando a produção econômica de madeira, carne e soja por área, temos um rendimento médio de 125 USD por hectare/ano, o que é bastante baixo (comparado com a produtividade em outras regiões do Brasil e do mundo). Portanto, reforçar o modelo de conservação proposto na primeira via e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência da produção de commodities (o segundo caminho) através de "sistemas integrados de cultura-pecuária-floresta", a chamada "intensificação sustentável", é uma possibilidade a ser explorada, mas não garante por si só o desenvolvimento sustentável da Amazônia a médio e longo prazo. Nesse contexto, além da crise climática e a ameaça global à biodiversidade, surge **a terceira via** amazônica, que propõe um novo paradigma de desenvolvimento sustentável para a região. Um modelo que utiliza todo o conhecimento fornecido pela ciência, tecnologia, inovação e planejamento estratégico para uma bioeconomia baseada na ideia de uma "floresta em pé", valorizando a biodiversidade e o trabalho sustentável das comunidades locais".

A Concertação pela Amazônia, que busca o diálogo com todos os setores da sociedade para um debate plural e democrático voltado para o desenvolvimento sustentável da região amazônica, tem como seus grupos de trabalho a bioeconomia. A construção de referências para o tema é feita a partir das ‘florestas, rios e pessoas’ da Amazônia, reconhecendo a diversidade da região. O movimento propõe uma **tipologia para a bioeconomia amazônica**, de acordo com diferentes abordagens e sistemas produtivos.

No Brasil, a economia sempre esteve relacionada ao uso de recursos naturais, desde a exploração do pau-brasil no período colonial até a atual produção do agronegócio, correspondente a quase um terço do PIB nacional. No entanto, uma trajetória foi marcada historicamente pelo aproveitamento predatório, com impactos ambientais e sociais e, até hoje, não existe um programa estratégico para o uso sustentável da biodiversidade na Amazônia, onde está a maior floresta tropical do planeta.

Ao longo das últimas décadas, a economia da Amazônia distanciou-se cada vez mais das vantagens comparativas propiciadas por seu acesso à floresta, rios navegáveis, estuário e costa oceânica com clima equatorial quente e úmido. Hoje, uma proporção relativamente grande da renda e do emprego da região vêm das transferências do governo federal, mineração industrial, agricultura mecanizada e das indústrias sediadas no Polo Industrial de Manaus (Gonzaga et al.,2020).

A bioeconomia possibilita um fortalecimento das relações entre as atividades do setor primário, como a agricultura e extrativismo com as atividades da indústria de transformação e dos serviços, tornando-as segmentos de um mesmo processo e contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico em bases regionais (IPEA, 2017).

Visando entender quais atividades compatíveis com a floresta podem impulsionar a economia da Amazônia Legal ainda nessa década, um estudo (Coslovsky, S. – 2020, para Amazônia 2030) revela algumas atividades de exportação e seus respectivos mercados, alguns deles multibilionários, nos quais os exportadores da Amazônia mantêm uma participação, até o momento, ínfima.

A análise dos dados de exportação revela que empreendimentos sediados na Amazônia exportaram 955 produtos entre 2017 e 2019. Entre esses produtos, apenas 64 são oriundos de extrativismo florestal não-madeireiro, sistemas agroflorestais, pesca e piscicultura tropical e hortifruticultura tropical. No contexto desse artigo, esses 64 produtos são classificados como “compatíveis com a floresta” e geraram uma receita anual de US\$ 298 milhões, sendo que o mercado global desses mesmos produtos movimentou US\$ 176,6 bilhões por ano. Isso significa que as empresas da Amazônia mantiveram uma participação de apenas 0,17%. Há, neste sentido, uma grande oportunidade para ser explorada.

Produtos Compatíveis com a Floresta	Valor (US\$)	% Produtos Compatíveis
Pimenta (do gênero piper), seca, não triturada nem em pó	108 milhões	36%
Outros peixes, exceto fígados, ovas e sêmen	33 milhões	11%
Óleos de dendê, em bruto	27 milhões	9%
Suco (sumo) de qualquer outra fruta ou produto hortícola	24 milhões	8%
Cabeças, caudas e bexigas natatórias, de peixes	20 milhões	6%
Outras frutas e partes de plantas, preparadas ou conservadas	19 milhões	6%
Castanha-do-pará, fresca ou seca, sem casca	16 milhões	5%
Castanha-do-pará, fresca ou seca, com casca	12 milhões	4%
Peixes ornamentais de água doce	5 milhões	2%
Outras frutas congeladas, não cozidas ou cozidas em água...	4 milhões	1%
Filés de outros peixes, congelados	3 milhões	1%
Outros sucos de abacaxi, não fermentados	3 milhões	1%
Outros camarões, congelados	3 milhões	1%
Mel natural	3 milhões	1%
Outros óleos de dendê, mesmo refinados ...	2 milhões	1%
Subtotal – 15 principais produtos compatíveis	281 milhões	94%

Produtos Compatíveis com a Floresta Exportados pela Amazônia: 2017-2019 (Coslovsky, S. – 2020, para Amazônia 2030)

PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

Há diversos produtos da sociobiodiversidade com cadeias de negócios já reconhecidos, mas que carecem de estruturação e articulação em relação às capacidades e expectativas dos vários atores envolvidos na cadeia. O acesso a produtos da sociobiodiversidade da Amazônia é fundamental para manter a floresta em pé e para atender o crescente mercado de produtos sustentáveis. Desta forma, a PPA pode fazer recortes programáticos para seus programas de aceleração de acordo com determinadas cadeias da sociobiodiversidade (ver 'Programas de Aceleração da PPA').

Ainda não há dados suficientes e clareza de quais setores e cadeias da bioeconomia e compatíveis com a floresta da Amazônia tem maior potencial, estão sendo desenvolvidos estudos sobre oferta e demanda neste sentido. É importante observar que as oportunidades de negócios com novos produtos da floresta devem ser avaliadas com base na demanda e não na oferta, como comumente se faz. Ao elevar demasiadamente o potencial de produtos amazônicos, tem-se uma eventual falsa expectativa de negócios. Ademais, para atuação com cadeias, deve-se analisar as limitações e gargalos que estas cadeias apresentam como um todo, em particular qual o seu elo mais frágil: material humano, produção, inovação, gestão, comercialização, atração de investimentos, entre outros.

Como um primeiro olhar sobre o tema, cita-se um projeto de cooperação técnica feito em 2019 pelo Ministério da Agricultura (MAPA) e a cooperação alemã (GIZ), que selecionou produtos amazônicos que alcançam mercados locais, regionais, nacionais e eventualmente exportação. A lista não é exaustiva, mas traz exemplos com alguma relevância comercial e valor de mercado.





AÇAÍ » *Euterpe Oleracea*

O açaí é considerado um alimento de grande valor nutricional e seu consumo nacional e internacional tem aumentado vigorosamente nos últimos anos. Na região Amazônica, exerce importante papel socioeconômico e cultural, pois o alimento obtido a partir de seus frutos tem consumo regional elevado. O açaí pode ser comercializado in natura, processado em polpa ou até em pó, como ingrediente para outros produtos. Os nativos extraem sua polpa, que é consumida pura ou acompanhada de farinha de mandioca ou tapioca (pode-se fazer o mingau) e também com peixe assado ou camarão seco. Além disso, a polpa é utilizada na preparação de sobremesas, sucos, vinhos, licores ou sorvetes.



CACAU » *Theobroma Cacao*

O cacau distribui-se nas regiões tropicais da América do Sul e Central, compreendendo as bacias do Orinoco e do Amazonas. Ele tem expressiva importância econômica, sendo suas amêndoas conhecidas em todo o mundo. Pelas populações locais o cacau é utilizado para o uso culinário, em particular para consumo da polpa in natura. A polpa é rica em açúcares, e pode ser consumida na forma de refresco ou licor. As amêndoas são usadas na fabricação de chocolates caseiros ou industriais, bebidas e como ingrediente em outros alimentos como biscoitos, bolos, barras. Das sementes extrai-se também a manteiga de cacau. Ela é muito usada na indústria farmacológica e na fabricação de cosméticos.



ÓLEOS VEGETAIS

A extração de óleos vegetais sem derrubar árvores valoriza a floresta em pé e constitui uma importante alternativa de renda para os povos tradicionais. As técnicas tradicionais de extração mantêm as propriedades naturais e o sabor característico dos valiosos óleos. No processo de refino industrial, a maioria dessas propriedades se perderia. Os óleos extraídos a frio contêm uma alta proporção de vitaminas termossensíveis (A, B e D), antioxidantes, carotenóides e hormônios. Os óleos extraídos de “Copaíba” (*Copaifera spp*), “Andiroba” (*Carapa guianensis*), “Murmuru” (*Astrocaryum murumuru*), “Bacuri” (*Platonia esculenta*), Castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*) e “Babaçu” (*Attalea speciosa*), entre outros, são cada vez mais utilizados como insumos para indústrias cosméticas e farmacêuticas nacionais e internacionais.



CASTANHA DO BRASIL » *Bertholletia Excelsa*

A castanha-do-Brasil é consumida fresca ou assada e utilizada como ingrediente na composição de inúmeras receitas de doces e salgados, como por exemplo pães e bolos. A castanha pode ser utilizada in natura, processada ou em óleo. A comercialização da castanha fomenta a economia extrativista na Amazônia e contribui para a geração de renda e a manutenção da floresta em pé.



PALMITO » *Eurterpe Oleracea* or *Bactris Gasipaes*

Várias cooperativas promovem os sistemas agroflorestais como forma sustentável de produção contribuindo ao mesmo tempo para proteger os serviços ecossistêmicos. O palmito pode ser consumido em conserva como aperitivo, em saladas, como creme, tortas e bobós. O palmito pode ser colhido, selecionando apenas alguns dos caules, ano após ano, sem matar a planta individual enquanto desenvolve novos brotos. A remoção de hastes mais antigas corresponde a uma forma de manejo sustentável para palmeiras.



GUARANÁ » *Paullinia cupana*

O guaraná se adaptou e passou a ser cultivado em várias outras regiões do Brasil. Apesar disso, é ainda na floresta amazônica que ele pode ser encontrado em estado silvestre, especialmente, e em grande concentração na região compreendida pelos rios Madeira, Tapajós, Amazonas e pelas cabeceiras dos rios Marau e Andirá. Na culinária, pelo processamento da semente pode ser obtido o guaraná em pó, bastão, extratos e xaropes. O fruto é um produto rico em cafeína. O teor da cafeína na semente do guaraná pode variar de 2% a 5% (do peso seco), maior que o do café (1% a 2%), do mate (1%) e do cacau (0,7%).



PESCADOS » *Pirarucu* e *Tambaqui*

A pesca se destaca como forma de vida socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia. Entre os peixes amazônicos de manejo de grande valor nutricional e comercial, se destacam o pirarucu (*Arapaima gigas*), um gigante da água doce e o tambaqui (*Colossoma macropomum*). São peixes encontrados na bacia amazônica e do qual se aproveitam a carne e o óleo.



CUPUAÇU » *Theobroma grandiflorum*

O cupuaçu é uma das frutas mais populares da Amazônia, e vem sendo implantada comercialmente também no sudeste da Bahia. A polpa do cupuaçu é utilizada no preparo de sorvetes, sucos, geleias, doces, mousses, bombons, balas, biscoitos e iogurtes. As sementes, depois de secas, são utilizadas na fabricação de chocolate branco ou “cupulate”.



ACEROLA » *Malpighia glabra*

É largamente cultivada em diversas regiões brasileiras, destacando-se o Norte e o Nordeste do país. A polpa pode ser utilizada na preparação de sucos, sorvetes, vinhos, licores, doces e pastilhas de vitamina C. A colheita dos frutos da aceroleira destinados ao consumo in natura ou ao processamento do suco para fins de exportação deve ser feita de maneira bastante criteriosa. O consumo em expansão dessa fruta deve-se, basicamente, a seu elevado teor de ácido ascórbico (vitamina C). Em algumas variedades, alcança até 5.000 miligramas por 100 gramas de polpa. Esse índice chega a ser 100 vezes maior que o da laranja e o do limão.



MEL » O mel da conservação da sociobiodiversidade

Na Amazônia, culturas como açaí, cupuaçu, castanha-do-pará e maracujá dependem diretamente de polinizadores como as melíponas. A cadeia de produção do mel de abelhas sem ferrão e com ferrão (meliponicultura e apicultura, respectivamente) na Amazônia depende do acesso facilitado aos insumos para essa criação, como as caixas adequadas de madeira, as colmeias para a reprodução, a assistência técnica, entre outros. Dessa maneira, a produção sustentável de mel na Amazônia é uma importante fonte de renda para comunidades tradicionais e empreendimentos, assim como uma valiosa contribuição para a biodiversidade, além de proporcionar um produto de sabor extraordinário.



BORRACHA » *Hevea brasiliensis*

O Brasil é a origem da seringueira e a técnica de extração original de borracha permaneceu no Brasil. Enquanto na Ásia a produção é principalmente padronizada em grandes plantações, os povos tradicionais da Amazônia ainda coletam borracha da forma mais tradicional do extrativismo. Por meio do uso sustentável, a floresta permanece em sua composição natural. A produção é feita pelas comunidades tradicionais que vivem em várias áreas protegidas, especialmente aquelas localizadas na Amazônia. Proporcionando renda a milhares de famílias de comunidades locais, parte da produção de borracha natural é vendida para indústrias. A outra parte é utilizada na fabricação de diversos produtos, como calçados, chinelos, luvas, bolsas, louças, esculturas, indústrias de pneumáticos, artefatos de borracha e acessórios de vestuário.



BACURI » *Platonia insignis*

O Bacuri é uma das frutas mais populares da região Amazônica, sendo pouco maior que uma laranja. Ele contém polpa agri-doce, rica em potássio, fósforo e cálcio. Essa árvore ocorre naturalmente desde a Ilha de Marajó, na foz do Rio Amazonas, até o Piauí, seguindo a costa do Pará e do Maranhão. Sua madeira é considerada nobre e tem variadas aplicações. O óleo extraído de suas sementes é usado como anti-inflamatório e cicatrizante na medicina popular e na indústria de cosméticos. Como o bacurizeiro é uma planta de fecundação cruzada, com polinização ornitófila, realizada por pássaros, a produção dos frutos depende da presença destes, pipiras e periquitos em especial. A fruta é consumida diretamente ou utilizada na produção de doces, sorvetes, sucos, geleias, licores e outras iguarias. Sua casca também é aproveitada na culinária regional.



PUPUNHA » *Bactris gasipaes*

A pupunha é uma fruta de excelente valor energético e elevado teor de vitamina A, apresenta polpa carnuda, espessa e, às vezes, fibrosa. A pupunheira é nativa dos trópicos úmidos da Amazônia. Na culinária do fruto da pupunha é consumida a semente extraída, servida no lanche ou com café, acompanhados com mel, açúcar ou ao natural. Outro uso culinário para os frutos cozidos é a preparação de uma variedade de comidas caseiras, ou moídos para produção de farinha.



HORTIFRUTI ORGÂNICO

Cada vez mais empreendimentos da Amazônia têm direcionado suas atividades para a produção de hortaliças e legumes orgânicos, seja em sistemas agroflorestais ou outras formas de produção sustentável. Merecem destaque: coentro, cebolinha, espinafre, rúcula, banana pacovan, limão, limão, caju, coco, abacaxi e farinha de mandioca. Vários produtos já constam com selos de origem e certificação de produto orgânico.



BACABA » *Oenocarpus bacaba*

A polpa de bacaba produz um óleo comestível adocicado, de uso culinário. De cor creme-leitosa e sabor agradável, o “vinho de bacaba” é produzido e empregado mais ou menos da mesma forma que o “vinho de açaí”. Ambos assemelham-se até mesmo em termos nutricionais. Possuem elevado teor de óleo, recomendando-se cautela no consumo. O “vinho de bacaba” pode ser utilizado com alimentos salgados servidos nas refeições cotidianas. Também utiliza-se para fazer uma papa, consumida com farinha ou preparando-a na forma de sucos e refrescos.

PROTEÇÃO DE FLORESTAS E PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

Um passo estruturante para a agenda de proteção florestal na Amazônia foi o **PPG-7 (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais)**, iniciativa criada no seio do G-7 que tinha a intenção de participar da conservação das florestas tropicais e se desenvolveu entre 1994 e 2009.

O programa, financiado com US\$ 428 milhões, foi acolhido favoravelmente pelo Brasil, comprometendo-se a financiar uma série de projetos que deviam respeitar cinco linhas de ação: (i) a experimentação e a demonstração de atividades que visam conciliar a conservação e o desenvolvimento; (ii) a conservação de áreas protegidas; (iii) a demarcação das terras indígenas; (iv) a consolidação das instituições públicas responsáveis pelas políticas ambientais; (v) a pesquisa científica.

Entre os resultados mais relevantes, destaca-se a criação de mais de 100 milhões de hectares de áreas protegidas na Amazônia e Mata Atlântica, nos quais estão incluídos 2,1 milhões de hectares de reservas extrativistas, 44 milhões de hectares de terras indígenas demarcadas e 72 milhões de hectares de corredores ecológicos.

Ainda, foram estabelecidas áreas de conservação e gerenciamento dos recursos naturais. A ideia era fortalecer a regulação sobre o uso das terras em regiões de floresta. Isso permitiu a demarcação de 2,1 milhões de hectares de floresta, monitorados por um sistema capaz de avisar sobre desmatamento e degradação nos nove estados da Amazônia (PRODES e DETER).

O PPG7 também incluiu um componente de ciência e tecnologia, que financiou importantes centros de pesquisa como o INPA, Embrapa e Museu Paraense Emílio Goeldi e mais de 100 estudos sobre os ecossistemas florestais brasileiros.

Nas últimas décadas, a **questão da proteção de florestas e ecossistemas tem sido cada vez mais abordada pela perspectiva dos serviços ecossistêmicos** que elas provêm. Permeando os diversos setores da sociedade, a abordagem ecossistêmica sob a ótica dos serviços está cada vez mais sendo incorporada nas agendas políticas, nos planejamentos setoriais e nos debates da sociedade civil organizada. O aumento do interesse e da repercussão dessa área do conhecimento surge da melhor compreensão de que a humanidade e a natureza são intimamente conectadas e interdependentes (Haines-Young e Potschin 2018).

O comprometimento da provisão de serviços ambientais gera impactos não somente ecológicos e econômicos, mas também à saúde, bem-estar humano e funcionamento das sociedades. Dessa forma, a comunidade científica vem avaliando e sistematizando informações sobre PSA, reconhecendo a necessidade e a urgência de se tomarem medidas inovadoras para proteger os ecossistemas, conciliando a sua conservação com o desenvolvimento econômico. Nessa temática, os setores agropecuários e florestais merecem destaque, uma vez que podem contribuir tanto no suprimento como na supressão de serviços ecossistêmicos.

Desde o fim dos anos 1990, os Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) ganharam destaque como um instrumento de mercado para viabilizar a proteção ambiental, e vêm sendo incorporados às políticas públicas de diversos países, sobretudo na América Latina (Wunder, 2006). Este instrumento emerge num contexto de liberalização econômica, para suprir as deficiências dos estados e encontrar novas fontes de financiamento para a conservação e o desenvolvimento. A justificativa dos PSA encontra-se nos limites dos instrumentos de comando e controle em, sozinhos, conterem o avanço do desmatamento.

Em 2021 foi sancionada a Lei 14.119/21, que regulamenta o pagamento por serviços ambientais. Trata-se de uma forma de incentivo à conservação e desenvolvimento sustentável pela remuneração em troca do bem preservado. O texto cria uma política de pagamento por serviços ambientais, que determina objetivos e diretrizes, e um programa federal de pagamento por esses serviços (PFPSA), com foco em ações de manutenção, recuperação ou melhoria da cobertura vegetal em áreas consideradas prioritárias para a conservação, nas ações de combate à fragmentação de habitats e para a formação de corredores de biodiversidade e conservação dos recursos hídricos (Presidência da República, 2021). No entanto, algumas discussões e vetos ainda tem mobilizado o Congresso relacionados à tributação.

Vale mencionar, ainda, que os serviços ambientais vêm ganhando atenção do setor privado, visto a crescente representatividade do conceito em importantes índices de sustentabilidade corporativa, como Dow Jones Sustainability Index family (Nova Iorque) e FTSE4 Good Index Series (Londres). No Brasil, a avaliação sobre serviços ecossistêmicos é considerada no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Brasil Bolsa Balcão (ISE-B3) desde 2018. Assim, visando atender à demanda de investidores e destaque no setor financeiro, os estímulos fiscais e econômicos podem atrair recursos do setor privado tanto para alimentar fundos ambientais que financiam o PSA, como para aumentar a escala dos projetos (Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, 2021).

Outro importante aspecto de programas de PSA é que, além do impacto positivo na renda dos proprietários da terra, pode haver benefícios associados ao próprio serviço ecossistêmico, como a possibilidade de comercialização de produtos não-madeireiros, a redução nos custos de tratamento de água e a emissão de créditos por captura ou redução de gases de efeito estufa, entre outros. Portanto, viabilizar investimentos privados e de cooperação internacional é crucial, ainda mais em um cenário de recuperação econômica pós-pandemia.

O pagamento pelos serviços ambientais pode acontecer de várias formas: direto (monetário ou não); prestação de melhorias sociais a comunidades rurais e urbanas; compensação vinculada a certificado de redução de emissões por desmatamento e degradação; comodato; títulos verdes (green-bonds) e Cota de Reserva Ambiental instituída pelo Código Florestal. Receitas obtidas com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, de que trata a Lei 9.433/97 (Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos), também poderão ser usadas para o pagamento desses serviços ambientais, mas dependerão de decisão do comitê da bacia hidrográfica. Outras modalidades de pagamento poderão ser estabelecidas por atos normativos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que será o órgão gestor da política nacional (Agência Câmara de Notícias, 2021).

É interessante mencionar o projeto Floresta+Amazônia de PSA, que é resultado de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e está sendo desenhado no segundo semestre de 2021. O projeto visa incentivar atividades de conservação e restauração

da vegetação nativa na Amazônia Legal, fornecendo incentivos monetários para proprietários e possuidores de pequenos imóveis rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais. São previstas quatro modalidades de distribuição de recursos, com objetivos específicos e requisitos de participação dos beneficiários: (i) Floresta+Conservação, Floresta+Recuperação, Floresta+Comunidades e Floresta+Inovação.

A despeito da criação da lei e de novos projetos no âmbito governamental, o Brasil ainda não possui uma estratégia nacional de implementação de PSA. Cabe uma promoção maior da parte dos governos nacionais, estaduais e municipais, incitando o setor privado a participar também a ser um dos pagadores.

O Brasil tem grande concentração de ativos florestais ou de outras formas de vegetação natural nos biomas Amazônia e Cerrado (83%). No entanto, a maior parte das iniciativas de PSA existentes, estão concentradas no Sul e Sudeste do Brasil, imbuídos de proteger os escassos remanescentes de vegetação natural, sejam eles ilhas de floresta ou campos de altitude.

A região da Mata Atlântica é a que os PSA mais se destacam. O crescimento das grandes metrópoles do Sul e do Sudeste estimula uma demanda local por serviços ecossistêmicos, principalmente pela conservação da água, dadas as diversas crises hídricas. Um estudo do Ministério do Meio Ambiente (MMA) levantou cerca 80 projetos de PSA neste bioma até 2010 (Pagiolla et al., 2013), a maioria sendo destinados à proteção dos recursos hídricos. Diversas organizações trabalham com o tema na região, dentre as quais se destacam o MMA, FUNBIO, Cooperação Alemã, Agência Nacional de Águas, Banco Mundial, WWF e The Nature Conservancy (TNC).

Ainda, no contexto brasileiro é importante mencionar que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é de extrema importância por delimitar área mínima de conservação (que é 80%, no caso da Amazônia). Para as propriedades conseguirem se adequar ao CAR, há um déficit em relação a APP (Áreas de Proteção Permanente) e RL (Reserva Legal) – e então necessidade de restauração ou regeneração de áreas, que podem ser incentivadas via PSA. O CAR também permite o desmatamento legal, mas são áreas privadas que não precisam necessariamente ser desmatadas, daí a oportunidade dos pagamentos por serviços ambientais (PSA) e de fazer destes déficits florestais um novo negócio.

	DÉFICIT DE APP		DÉFICIT RL		DÉFICIT TOTAL	VEGETAÇÃO NATIVA DESPROTEGIDA
	Mha¹	%	Mha¹	%	Mha¹	Mha1
BIOMA						
Amazônia	1.1	6%	3.6	4%	4.7	12
Caatinga	0.8	22%	0.2	2%	1.0	35
Cerrado	1.9	24%	4.2	9%	6.1	44
Mata Atlântica	4.1	56%	2.7	22%	6.8	0²
Pampa	0.3	46%	0.5	18%	0.8	4
Pantanal	0.0	6%	0.0	1%	0.1	8
BRASIL	8.1	22%	11.3	7%	19.4	103

Imaflora a partir do CAR, 2018

No caso da Amazônia, a abundância de ativos florestais e o risco associado ao baixo valor destes ativos versus desmatamento, torna essencial a implementação de PSA. Os níveis crescentes de desmatamento são, sobretudo, motivados pela lógica patrimonialista, onde a apropriação da terra representa o valor do negócio e onde os ativos florestais servem apenas de alavancagem para financiar os custos operacionais de abertura e consolidação desta apropriação.

Na região amazônica, os primeiros PSA foram implementados no âmbito do programa Proambiente, iniciado em 2003. O Proambiente incentivava a transição agroecológica em áreas de fronteira agrícola e, para isso, fornecia apoio técnico aos produtores e planejamento comunitário (Britto et al. 2012). O projeto incluiu 11 pólos e 6000 famílias, e foi liderado pelos movimentos sociais em parceria com o governo federal. No entanto, o Proambiente terminou em 2010 por falta de recursos e de quadro institucional no nível federal. Outros PSA foram concebidos para assegurar a continuação de Sistemas Agroflorestais, liderados por organizações locais, com apoio de programas de cooperação internacional, principalmente do PPG7 (Dos Santos e Vivan, 2012).

Apoiando-se na agenda REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), que estava emergindo em nível internacional, os Estados do Amazonas e do Acre procuraram captar recursos para suas políticas ambientais. O Estado do Amazonas criou em 2007 o Bolsa Floresta, como forma de pagamento individual e coletivo para influenciar práticas de uso de recursos naturais dentro das áreas protegidas. São

pagamentos condicionados a restrições do uso de áreas, mas que implicam em poucas mudanças relacionadas ao uso tradicional feito pelos moradores das UCs. Grupos indígenas também viram no REDD uma oportunidade de conseguir recursos para garantir a proteção da sua terra, como no caso do Projeto Carbono dos Paiter-Surui (Toni e Ferreira, 2011). Através do Fundo Amazônia o Brasil ingressou na lógica do REDD+ em que os pagamentos vinham a partir de resultados (redução do desmatamento), eram administrados pelo BNDES e os recursos distribuídos para projetos que contribuem para esta redução do desmatamento.

Em relação a iniciativas privadas de PSA na Amazônia, no contexto de grandes empresas apoiando pequenos proprietários produtores na conservação da floresta, destaca-se o Pagamento de Serviços Socioambientais – PSSA para os produtores de borracha nativa da empresa francesa VEJA Fair Trade (Vert Shoes no Brasil), no Estado do Acre, nos anos de 2017 e 2019, em parceria com a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre – Cooperacre. O objetivo é estimular a produção desta matéria prima e ao mesmo tempo criar estímulos para conservação das florestas onde é produzida. Parte da inovação do mecanismo de PSSA da VEJA está em diferenciar o valor do produto do valor dos serviços de conservação a ele associados; e, desta forma, descolar o custo do PSSA do custo direto do produto. Na contabilidade da empresa, o PSSA é considerado como parte dos custos das práticas de governança social e ambiental, que fazem parte da missão e do diferencial competitivo da empresa.

Para que a agenda avance e mais exemplos surjam na região, é urgente a definição de marcos regulatórios e fiscais e a aproximação entre empresas que tenham a necessidade de compensação ambiental com os proprietários destes ativos na Amazônia, que tem o potencial de trazer um novo momento para os pagamentos por serviços ambientais na Amazônia.

MAPAS E TERRITÓRIOS

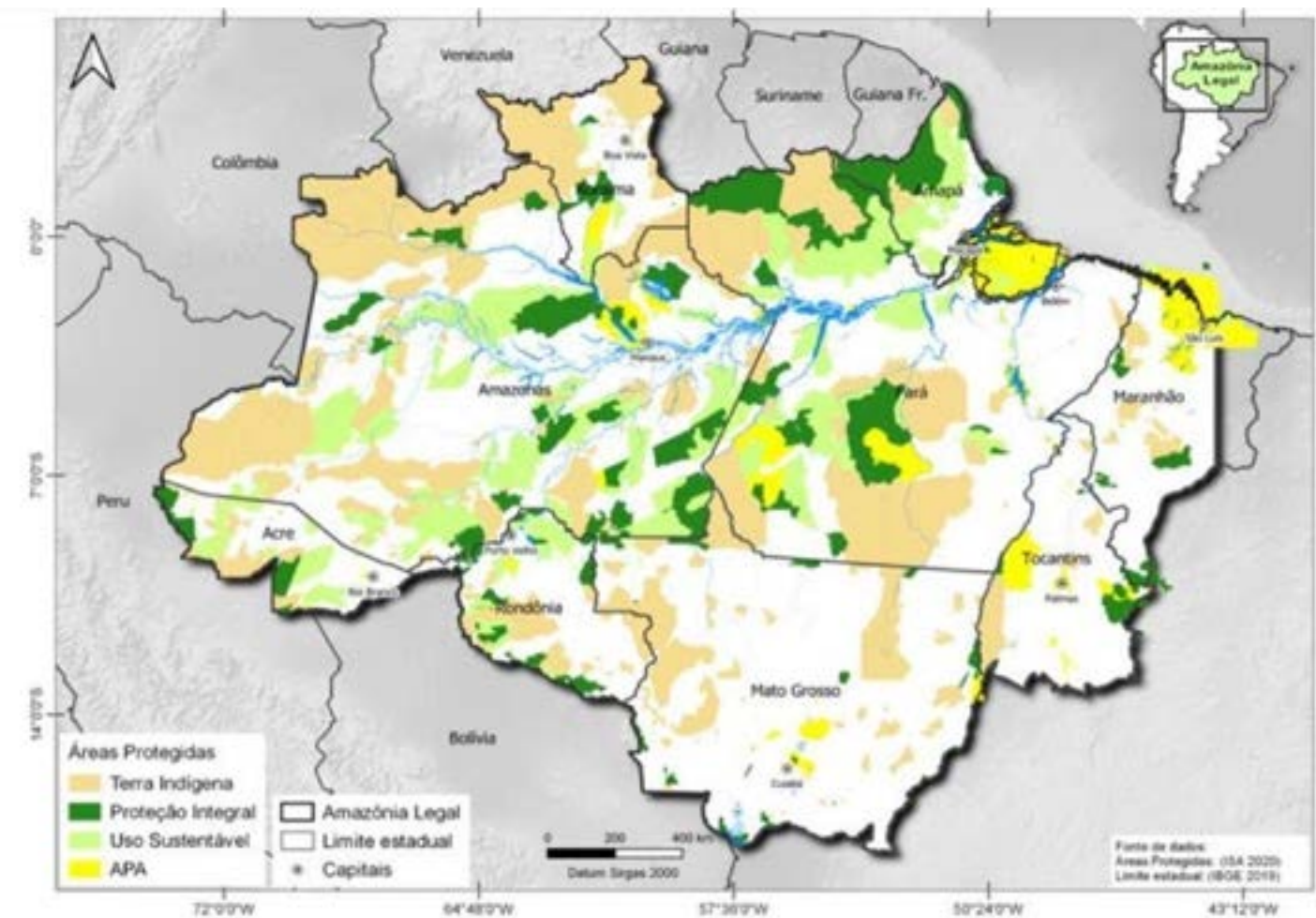
Por fim, considerando-se a dimensão do território Amazônico, é interessante se situar geograficamente na região e entender especificidades e possíveis recortes, que podem ser inclusive um dos critérios para determinadas chamadas de programas de aceleração da PPA (ver mais em ‘Programas de aceleração da PPA). São destacados alguns como exemplos: Áreas protegidas, Terras Indígenas, Assentamentos Rurais, regiões com alto índice ou áreas críticas em relação ao Desmatamento.

ÁREAS PROTEGIDAS

A Amazônia é o bioma que mais tem Unidades de Conservação no Brasil (27,7% do território - ICMBIO, 2018). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) federal e estadual, tem algumas categorias consideradas de uso sustentável (RESEX – Reservas Extrativistas e RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável), criadas com a clara intenção de proteger territórios de práticas predatórias, garantindo a segurança fundiária para populações tradicionais e suas práticas de uso de recursos naturais.

Juntas, estas áreas somam 530.511km2, compreendendo 10,6% da superfície amazônica e dispersas principalmente entre Amazonas, Pará e Acre. Muitas destas áreas, em particular aquelas que se aproximam das frentes de expansão e desmatamento, encontram-se ou sob ameaça à sua integridade física, pela invasão de madeireiros ilegais ou outras práticas ilícitas.

Nestas áreas, e sob a tutela de um plano de manejo e gestão, abre-se um rol de oportunidades para pequenos negócios de base florestal. O desafio de implementar agendas de negócios, inclusão social e produtiva é urgente e pode inclusive contribuir para a redução do quadro de práticas ilegais de desmatamento, trazendo saúde e bem-estar para a população.



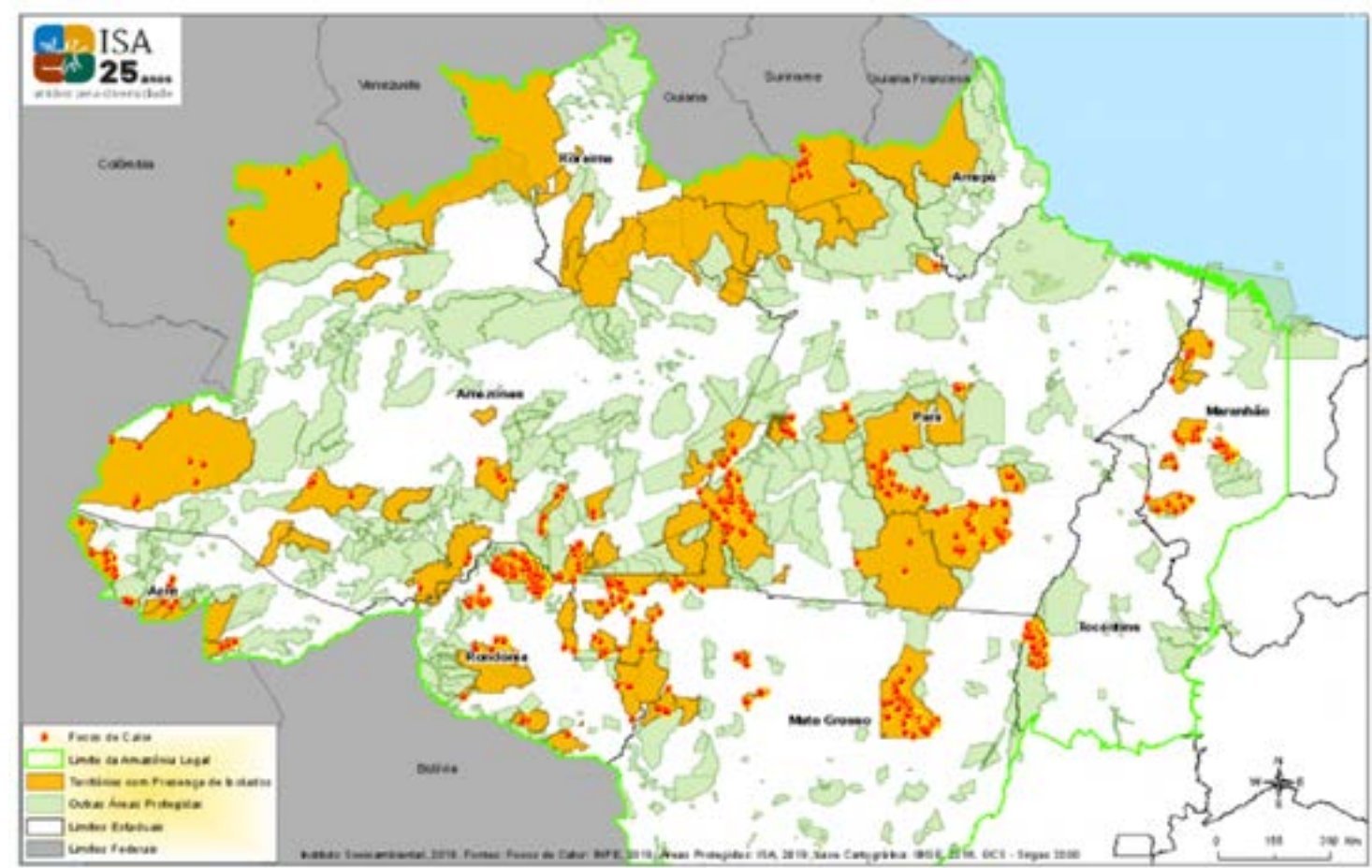
Unidades de Conservação de Uso Sustentável (com base nos dados do ISA, 2020)

TERRAS INDÍGENAS

As Terras indígenas foram criadas com a intenção de proteger as populações indígenas e garantir que suas áreas de uso e práticas ancestrais sejam da mesma forma protegidas. A área soma 1.151.920 km², compreendendo 23% da superfície amazônica e dispersa principalmente entre Amazonas, Pará e Acre (ISA, 2021).

Muitas destas áreas, em particular aquelas que se aproximam das frentes de expansão e desmatamento, também encontram-se ou sob ameaça à sua integridade física, pela invasão de madeireiros ilegais ou outras práticas ilícitas.

Normalmente boa parte destes territórios dispõe de planos de gestão e em conjunto com as comunidades indígenas, com um inventário de recursos naturais e práticas culturais. Estes ativos podem servir de apoio para a estruturação de negócios de base comunitária. Associações criadas nestes territórios têm sido a ponte para a formação de jovens lideranças, abertas ao empreendedorismo e ávidas por processos de capacitação orientadas a negócios sustentáveis.

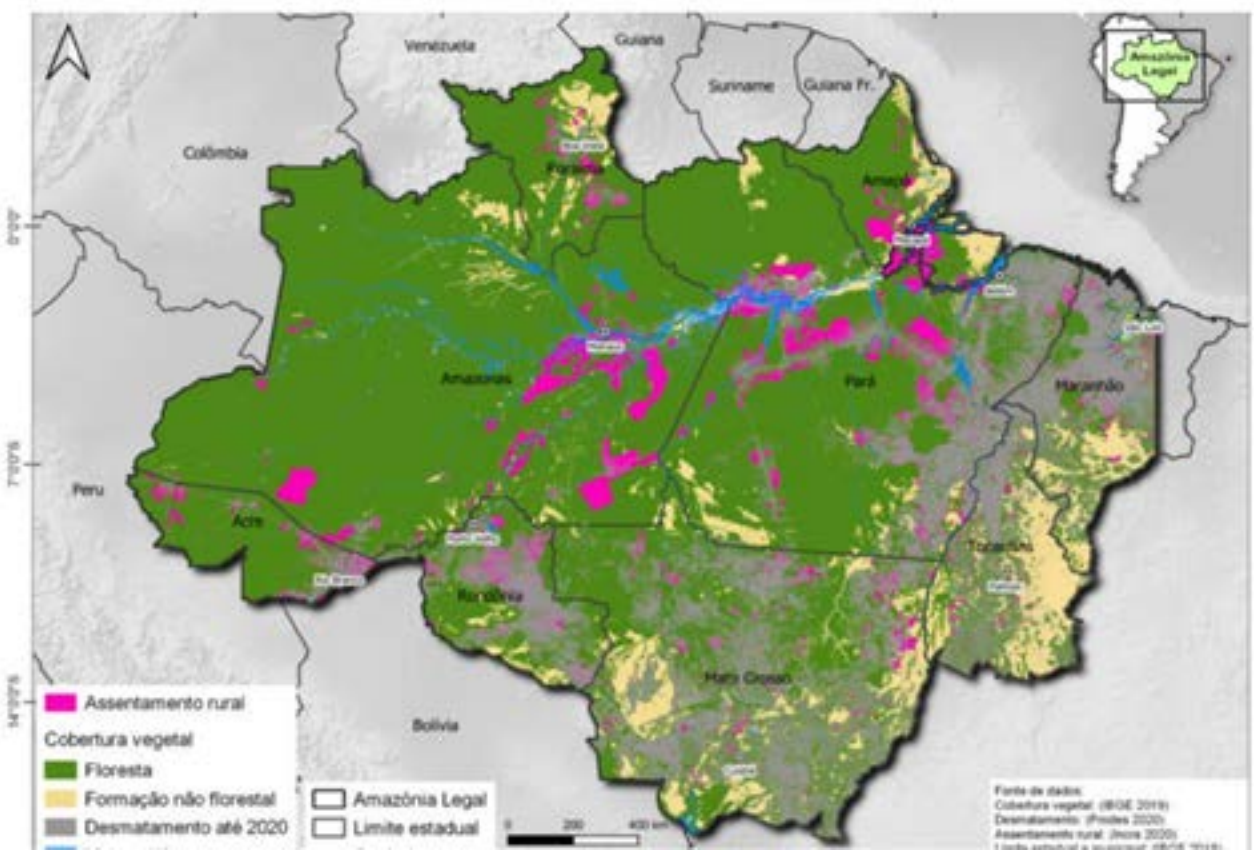


Terras Indígenas na Amazônia brasileira (ISA, 2020)

ASSENTAMENTOS RURAIS

Os assentamentos rurais são implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na Amazônia Legal, os assentamentos ocupam 392.196 km² (8% da região), uma área superior aos territórios dos estados de São Paulo e Santa Catarina somados. O Pará abriga um terço da área de assentamentos da região atingindo 135.684 km². Em seguida estão os estados do Amazonas com 23% e Mato Grosso com 12% (Incra 2018). Os 2.269 assentamentos rurais na Amazônia abrigam 460.312 famílias de pequenos produtores (INCRA, 2018). O desmatamento em assentamentos rurais da Amazônia Legal atingiu 2.097 km² em 2020 (22% do total desmatado). Considerando-se o desmatamento acumulado, o Pará, Rondônia e Mato Grosso possuem maior área desmatada em assentamentos rurais, respectivamente. No total, 180.946 km² da área de assentamentos rurais sofreram desmatamento até 2020, 45% da área total (Inpe, 2020 e Incra, 2018).

Historicamente, a carência de assistência técnica, serviços básicos, dificuldades de acesso a tecnologias, políticas públicas, transferência de conhecimento e melhores condições logísticas colocaram o agricultor familiar da Amazônia à margem do processo de desenvolvimento da região. De acordo com Castro e Pereira (2017) os agricultores familiares foram negligenciados pelas diferentes esferas governamentais ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira. Isso levou à necessidade de derrubada constante de áreas florestadas para o estabelecimento de atividades produtivas como a agricultura de corte e queima e a pecuária extensiva de baixa produtividade. Este ciclo de empobrecimento das áreas não gerou melhores condições de vida para a população. Além disso, tem tornado a agricultura familiar cada vez mais vulnerável aos efeitos das alterações climáticas, colocando em risco a segurança alimentar das famílias.

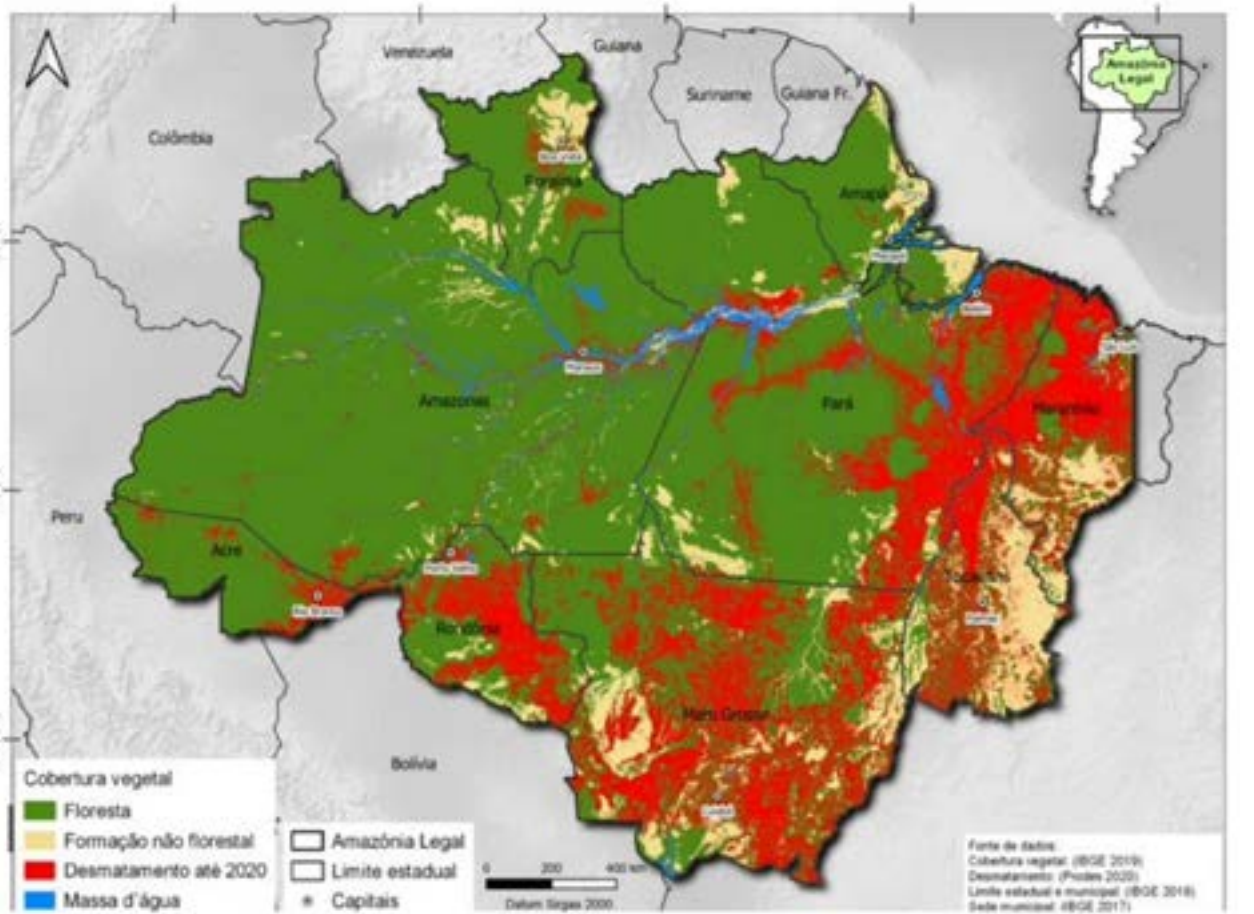


Assentamentos rurais na Amazônia (com base nos dados do INCRA, 2020)

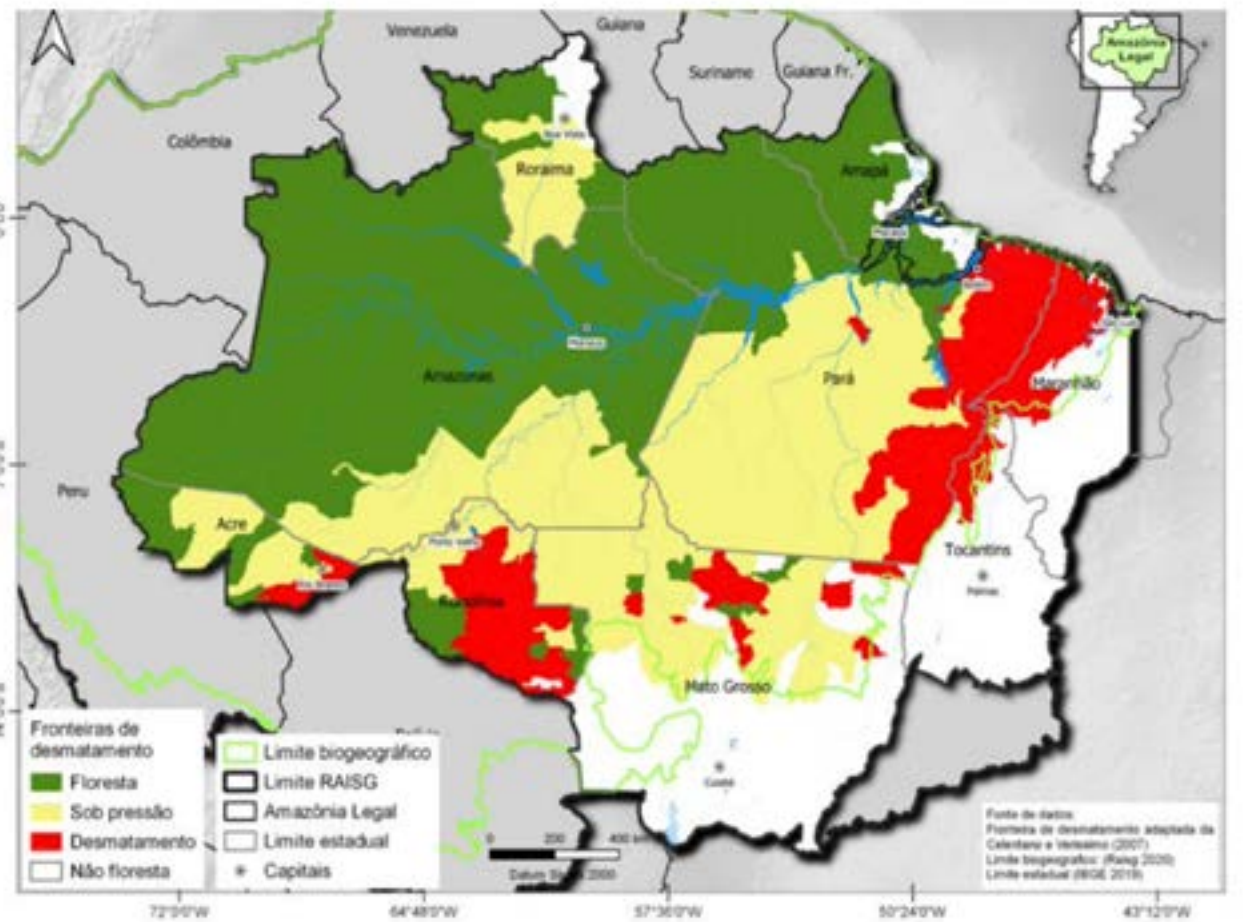
DESMATAMENTO

É possível visualizar espacialmente a dinâmica e regiões de desmatamento na Amazônia. O plano de ação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) tem como um dos seus focos, a orientação de políticas estruturantes em municípios que apresentam altas taxas de desmatamento anual. Os municípios prioritários são definidos com base nos dados do monitoramento anual promovido pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Considerando o acesso fácil a estes dados, oferecido pela plataforma Terrabrasilis (2021), a própria PPA pode optar por recortes prioritários para seus programas ligados a essa temática, quando o tema envolver a dinâmica do desmatamento. Eventuais processos de aceleração de negócios sustentáveis nestes territórios podem trazer um impacto direto sobre o desmatamento na região.



Cobertura e Desmatamento na Amazônia Legal até 2020 e Áreas críticas e sob pressão do desmatamento na Amazônia Legal (INPE)



Com o fechamento deste bloco de 'Contextualização da Amazônia', destaca-se que, levando em consideração a magnitude e especificidades Amazônicas, as diretrizes da Tese de Aceleração da PPA propostas preveem, portanto, possíveis recortes territoriais. Notoriamente: relacionados ao desmatamento (áreas de pressão do desmatamento ou com altos índices, como exemplos), ao tipo de território (Terras Indígenas ou com concentração de Assentamentos, como exemplos), a fatores socioeconômicos e demográficos (em regiões com mais ou menos desenvolvimento local e determinadas características populacionais, como concentração de jovens), setores/cadeias da sociobiodiversidade amazônica (locais com possível produção ou potencial), questões geográficas (determinados municípios, estados ou bacias), além de área de atuação ou interesse das empresas membro da PPA ou parceiros interessados em desenvolver programas de aceleração de negócios de impacto socioambiental na região.

Ainda, diversas questões da região Amazônica apresentadas nessa seção (i) fundamentam as escolhas de foco dos programas (ver mais em 'Programas de Aceleração da PPA) e (ii) foram previstas nos temas-chave e subsetores da Tese de Aceleração da PPA (ver mais em 'Biodiversidade - Temas Chave), como a questão latente de restauração e regeneração florestal, o potencial da bioeconomia, a falta de acesso à água, energia e saneamento, necessidade de serviços e soluções logísticas para a consolidação das cadeias de fornecimento sustentáveis amazônicas; ou ainda, (ii) trazem luz a critérios de seleção e análise de negócios de impacto a serem apoiados pelos programas da PPA (ver mais em 'Biodiversidade - Critérios de Seleção), como qual a área restaurada e conservada pelo negócio, se faz uso eficiente de recursos na sua cadeia de valor ou como contribui para questões socioeconômicas da região que atua.

POSSÍVEIS RECORTES TERRITORIAIS PARA A TESE DE ACELERAÇÃO DA PPA:

- Relacionados ao desmatamento
- Relacionados ao tipo de território
- Relacionados a fatores socioeconômicos ou demográficos
- Relacionados a setores/cadeia chave da Amazônia
- Relacionados a questões geográficas
- Relacionados à área de atuação dos membros da PPA ou investidores interessados

3.4 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: **ECOSSISTEMA**

Entendimento do ecossistema de negócios
de impacto socioambiental na Amazônia

CONCEITO DE NEGÓCIOS DE IMPACTO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

A premissa de que negócios podem e devem ter o impacto socioambiental positivo em seu centro é de longa data, possui diversas nomenclaturas e conceitos, criados em diversos países. No Brasil, o termo e o ecossistema de negócios de impacto começa a ganhar robustez dos anos 2000 em diante, quando começaram a surgir os primeiros negócios, organizações de apoio ao seu desenvolvimento e investidores com esse recorte específico.

O conceito de negócios de impacto foi formalmente criado no Brasil em 2015 ([Carta de Princípios para Negócios de Impacto](#)) - e atualizado em 2019 pela Aliança pelos Investimentos em Negócios de Impacto. De acordo com esta nova definição, presente na publicação [‘O que são Negócios de Impacto’](#), tem-se: “empreendimentos que endereçam problemas socioambientais por meio de sua atividade principal e atuam de acordo com a lógica de mercado, com um modelo de negócio que busca retorno financeiro”.

É comum no ecossistema a utilização do termo ‘negócios de impacto social’. No âmbito desta publicação, será utilizado o termo ‘**negócios de impacto socioambiental**’, dando ênfase também para a questão ambiental, dada a crescente relevância desta temática no ecossistema de impacto no Brasil e a pertinência no contexto amazônico.

Observando os termos utilizados pelos atores da Amazônia que, de alguma forma, se conectam com o ecossistema de negócios de impacto socioambiental, percebe-se a **utilização de diversas variantes e conceitos correlatos**. Cada iniciativa utiliza uma nomenclatura que enfatiza determinados aspectos. São utilizados termos como: negócios socioambientais, negócios com impacto, negócios florestais sustentáveis, negócios sustentáveis, negócios da economia da floresta, atividades produtivas sustentáveis, negócios da floresta em pé, negócios das cadeias da sociobiodiversidade, empreendimentos florestais, iniciativas sustentáveis (uma vez que para determinadas populações locais os termos ‘negócio’ ou ‘empreendimento’ são exclusivamente ligados ao aspecto financeiro, de exploração e lucratividade); ou ainda aqueles que enfatizam a questão comunitária, como negócios comunitários, negócios comunitários sustentáveis ou negócios das cadeias de valor de base comunitária.

Levando em consideração o contexto amazônico, é pertinente fazer ajustes e, de certa forma, ampliar o conceito de negócios de impacto socioambiental para que se adeque a realidade local e abarque o amplo espectro de tipos de organizações.

Neste sentido, a proposta de tipificação de negócios de impacto socioambientais amazônicos é a seguinte:

NO CAMPO (MEIO RURAL/FLORESTA)
A. Empreendimentos agroextrativistas florestais
Geralmente organizações comunitárias (cooperativas ou associações) ou empresas que se dedicam à agricultura ou extrativismo sustentável no meio rural/florestal (com eventual nível de beneficiamento e processamento)
B. Negócios de impacto relacionados à inovação e a novos modelos para restauração e regeneração florestal
Negócios que surgiram para resolver questões socioambientais relacionadas a cenários de degradação, sejam tecnologias/inovações ou novos modelos para restauração ou regeneração produtiva; aderentes e aplicáveis na realidade Amazônica.
NÃO NECESSARIAMENTE NO MEIO RURAL (PODE SER URBANO)
C. Pequenos negócios e redes de processamento de produtos agroflorestais (não necessariamente produzem, mas beneficiam, processam e agregam valor)
Negócios que compram insumos dos empreendimentos agroextrativistas florestais, industrializam e comercializam (para consumo local, ou vendem para um terceiro que distribui mais amplamente); ficam localizados em locais próximos da floresta ou em portos
NÃO NECESSARIAMENTE COM SEDE NA AMAZÔNIA
D. Negócios de impacto socioambiental, relacionados a comercialização de produtos da sociobiodiversidade (não necessariamente produzem)
Negócios que compram insumos de empreendimentos agroextrativistas florestais (com relação justa, de desenvolvimento e práticas sustentáveis), eventualmente industrializam (ou já compram industrializado) e comercializam.
E. Negócios de impacto socioambiental, relacionados a serviços que endereçam desafios amazônicos
Negócios que oferecem serviços relevantes, inovadores e aderentes para a realidade e desafios da Amazônia, com tecnologia ou não (no produto final). Como exemplos, logística, turismo, financeiro, rastreabilidade.
F. Negócios de impacto socioambiental de base tecnológica relacionada à Biodiversidade
Negócios de base tecnológica e agregação de valor relacionado a biodiversidade da Amazônia, com impacto socioambiental. A tecnologia pode estar a nível da molécula/enzima (biotecnologia), no processamento da matéria prima ou no processo.

Exemplos são: (A) um negócio de extrativismo sustentável, ou agricultura orgânica e/ou agroecológica de produtos da sociobiodiversidade Amazônica; (B) um negócio de tecnologia de proteção de mudas para fomento a restauração; (C) um negócio que compra de pequenos produtores e faz processamento de açaí, no porto de Belém; (D) um negócio que comercializa em uma plataforma online produtos da sociobiodiversidade Amazônica com altas propriedades nutricionais, produzidos de forma sustentável e com comércio justo ; (E) um negócio de turismo sustentável de base comunitária ou (F) um negócio de biotecnologia cosmética a partir de insumos da sociobiodiversidade amazônica, produzidos de forma sustentável e com comércio justo.

A tipificação é relevante não somente para representar e abarcar a diversidade de negócios existentes na região, como para direcionar o apoio a essas organizações, no sentido de entender que cada tipo de negócio tem desafios característicos diferentes, de naturezas e profundidade particulares, de forma que os programas de fomento para o seu desenvolvimento devem ser moldados de acordo com os tipos de negócio que serão

apoiados. É importante enfatizar que a tipificação é dinâmica, que pode e deve ser ajustada ao longo do tempo e que pode apresentar nuances na prática, que serão endereçadas na implementação da Tese de Aceleração da PPA (ver mais em ‘Programas da Tese de Aceleração da PPA’).~

Ademais, merecem atenção e ajustes os conceitos e definições dos estágios de maturidade dos negócios de impacto socioambientais da Amazônia. Principalmente para os negócios tipos D (comercialização), E (serviços), F (base tecnológica relacionada à biodiversidade) e, eventualmente, para o B (restauração e regeneração florestal), é possível aplicar uma régua mais semelhante ao desenvolvimento de startups (termo da língua inglesa sem tradução oficial para a língua portuguesa, no sentido de ser uma "empresa emergente").

As fases propostas são as seguintes:

INICIANTE				CONSOLIDAÇÃO		
1. IDEIA	2. TESTE DE CONCEITO ENTENDIMENTO DO PROBLEMA E PROPOSIÇÃO DE SOLUÇÕES	3. PROTOTIPAGEM TESTAGEM DO PRODUTO	4. IDA A MERCADO PRODUTO TESTADO, EM FASE DE LANÇAMENTO DE MERCADO	5. EXPANSÃO DE MERCADO E INÍCIO DE ESTRUTURAÇÃO INTERNA MAIS ROBUSTA	6. TRAÇÃO ESTRUTURAÇÃO E ALAVANCAGEM DO NEGÓCIO	7. ESCALA EXPANSÃO DE PRODUTOS, MERCADOS E RECEITA
Estou no começo da minha trajetória empreendedora. É o momento de explorar potencias ideias de negócio.	Tenho definida minha ideia de negócio. É o momento de conhecer melhor meu cliente, sua necessidade e refinar a ideia. (Validação do modelo de negócio com foco no cliente: encaixe problema-cliente)	Tenho uma hipótese da solução que irei oferecer. É o momento de prototipar meu produto/ serviço, de forma que sua proposta de valor contemple a necessidade do cliente. (Validação do modelo de negócio com foco na solução: encaixe problema-solução)	Meu produto/serviço já existe. É o momento de realizar minhas primeiras vendas e validá-lo no mercado, de forma a ter evidências de que está criando valor para o cliente e ganhando força no mercado. (Validação do modelo de negócio com foco no acesso ao mercado: encaixe produto-mercado).	Fiz minhas primeiras vendas. É o momento de entender como expandir comercialmente (priorizar segmentos, tracionar canais de venda com reconhecido potencial, entender como investe em comunicação), criar modelo de logística de escoamento dada as distâncias amazônicas e ter maior robustez de operações e time.	Validei meu produto/serviço no mercado. É o momento de estruturar a gestão da organização, criar time robusto e refinar o modelo de negócio, de forma a ter evidências de que minha proposta de valor está inserida em um modelo de negócio escalável e lucrativo. (Encaixe do modelo de negócio).	Meu negócio está estruturado e preparado para crescer. É o momento de expandir.

O estágio 5, “Consolidação - Expansão de Mercado” foi adicionado à régua para se adequar ao contexto amazônico, dado os desafios relacionados à previsão de demanda pelos produtos e serviços amazônicos, acesso ao mercado, parcerias comerciais e logística de distribuição, dada a infraestrutura da região.

Há, inclusive, uma iniciativa do ecossistema da região que atua exatamente com esse foco de expansão de mercado, a **Partnerships for Forests (Parcerias para Florestas), da Palladium**, consultoria global de impacto socioambiental, com recursos do Escritório de Negócios Estrangeiros, Comunidade e Desenvolvimento do Governo do Reino Unido e o Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (UK Aid Direct, funded by UK Government's Foreign, Commonwealth & Development and the Department for Business, Energy and Industrial Strategy - BEIS). A iniciativa opera na África Oriental, Ocidental e Central, Sudeste Asiático e América Latina – incluindo, portanto, a Amazônia, em busca de negócios relacionados a florestas sustentáveis e uso do solo. O projeto oferece para os negócios recursos filantrópicos (doações) e apoio técnico para a criação de um plano de negócios, realização de projeto piloto e estratégia de crescimento comercial. O projeto engloba desde grandes empresas, que querem expandir seu fornecimento e mercados de produtos florestais sustentáveis, até pequenos negócios rurais, que precisam de apoio na ampliação de mercado. Um exemplo é a Rede de Sementes do Xingu, associação criada em 2007 no Mato Grosso para atender demandas por sementes para a restauração de ecossistemas degradados e que oferece, além das sementes, a implementação de projetos de restauração por meio da Semeadura Direta – Muvuca.

Para os tipos 1 (empreendimentos agroextrativistas florestais) e 3 (processamento), que geralmente são organizações de base comunitária (associação ou cooperativa), ou para outros tipos de negócio que se configuram dessa forma, a régua acima não necessariamente se aplica. Para essas organizações, o estágio de maturidade diz respeito à estruturação e ao avanço, de forma não sequencial, em relação a aspectos como:

- . **Socioambiental:** práticas de produção sustentável (como sistemas agroflorestais, integrados, produção orgânica), saúde e segurança do trabalho, além da definição e mensuração de indicadores socioambientais
- . **Negócio:** modelo de negócio, sustentabilidade financeira, formalização e controles financeiros
- . **Gestão, governança e time:** tomada decisão, planejamento, equipe (profissionais, contratados ou voluntários)
- . **Produção:** produtividade, entendimento de custos e despesas, melhoria da produção, processamento, beneficiamento e industrialização
- . **Mercado:** estruturação comercial e clareza em relação a como vender seus produtos, para quem, e qual mercado (interno, brasileiro ou exportação)

Assim, para esses tipos de empreendimentos específicos, a definição do nível de maturidade da organização entre Iniciante, Consolidação, Avançado ou Escala, por exemplo, deve ser avaliado de acordo com os aspectos descritos acima.

Os programas de aceleração da PPA propostos (ver mais em ‘Descrição dos Programas de Aceleração da PPA’) estão conectados a esses diversos tipos e estágios de maturidade dos negócios de impacto socioambientais, além de temas-chave que se conectam a tendências para a região Amazônica e Biodiversidade, que é o eixo central da Tese de Aceleração da PPA (ver mais em ‘Biodiversidade – Temas Chave’).

ATORES DO ECOSSISTEMA DE NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DA AMAZÔNIA

Cada vez mais têm surgido organizações e iniciativas na Amazônia que atuam no fomento específico a negócios de impacto socioambiental na região, chamadas de ‘organizações intermediárias’ ou ‘dinamizadoras’, que são aquelas que apoiam empreendedores e investidores na sua jornada. Ainda, há diversas que estão conectadas com a agenda de fomento a novos negócios como forma de geração de renda e impacto socioambiental, mas não necessariamente se conectam com a temática de negócios de impacto e não se reconhecem como parte deste ecossistema ou como ‘aceleradoras’ ou ‘incubadoras’. Há, então, uma possibilidade de diálogo de modo que se identifiquem mais com esse campo de negócios de impacto e, eventualmente, incluam explicitamente essa lente no seu posicionamento, comunicação e atuação.

A seguir, serão citadas algumas organizações que atuam na Amazônia com o recorte de negócios de impacto socioambiental ou conceitos correlatos, a título de ilustração, não pretendendo, portanto, ser exaustivo. É importante ressaltar que essa é uma visão construída a partir de informações públicas e de conversas com representantes de várias das organizações, e não uma análise sistemática e com dados autodeclarados.

Há um grupo de intermediários que trabalham no fomento à geração de renda para populações locais (indígenas e ribeirinhos, como exemplos), visando impacto socioambiental, principalmente por meio do agroextrativismo e das cadeias da sociobiodiversidade.

SÃO EXEMPLOS:

PROJETO SAÚDE E ALEGRIA (PSA), organização não-governamental, fundada em 1987, com sede no município de Santarém-Pará. Atua com comunidades ribeirinhas no Pará com os seguintes eixos de atuação: (i) saúde comunitária, (ii) desenvolvimento territorial, (iii) educação, cultura e comunicação e (iv) economia da floresta, este último que se conecta com a temática de negócios de impacto socioambiental. Possui projetos de fomento de unidades socioprodutivas, turismo de base comunitária e artesanato, energias renováveis, além da incubadora de negócios socioambientais, realizado no seu Centro Experimental Floresta Ativa – CEFA, em parceria com a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a WTT (World-Transforming Technologies), o Instituto Invento e MIT Lab (do Instituto de Tecnologia de Massachusetts), estimulando o desenvolvimento de tecnologias pelas próprias comunidades.

ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA, organização não-governamental, criada em 1988 em Rio Branco – Acre, por professores, estudantes universitários e representantes do movimento social seringueiro, incluindo o ativista Chico Mendes, no contexto do movimento dos seringueiros para empatar a devastação das pastagens e garantir o direito de posse das suas colocações. A Associação tem como objetivo defender a causa extrativista e proteger a Floresta Amazônica, apoiando as populações tradicionais. Dentre os eixos

de atuação, está o programa de Negócios Florestais Sustentáveis, que fomenta a geração de trabalho e renda para comunidades amazônicas, mantendo a Floresta em Pé e visa fortalecer as cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade via organização socioprodutiva desses empreendimentos, beneficiamento, acesso a mercado e comércio justo.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS (IPE), fundado em 1992, at aos Sustentáveis (UNS), especializada em criar alternativas de participação e envolvimento social em prol da biodiversidade a partir de projetos com comunidades e parcerias empresariais. Com mais de dez anos de atuação na Amazônia, desenvolve iniciativas ligadas ao turismo de base sustentável, criação e desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis na Amazônia (Eco Polos no Baixo Rio Negro) e efetividade de gestão de áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas), com o projeto Legado Integrado da Região Amazônica (LIRA), que envolve o apoio a outras organizações intermediárias que atuam com essa temática, além do apoio direto a instituições locais, comunitárias e indígenas para implementar ações complementares que promovam a participação social na gestão do território e a bioeconomia.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA), organização da sociedade civil fundada em 1994, é referência nacional na produção, análise e difusão de informações qualificadas sobre os povos indígenas no Brasil. Possui sedes na região amazônica, como Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Altamira (PA). Dentre suas iniciativas, estão o Programa na Bacia do Rio

Xingu, considerando a expressiva diversidade socioambiental que a caracteriza e a importância do corredor de áreas protegidas de 28 milhões de ha que inclui Terras Indígenas e Unidades de Conservação; e o Programa da Bacia do Rio Negro (PRN), que promove e articula processos e múltiplas parcerias a fim de melhorar da qualidade de vida, a valorização da diversidade socioambiental, segurança alimentar, desenvolvimento de uma economia responsável e produção colaborativa e intercultural de conhecimento. Ambos as iniciativas de alguma forma visam contribuir para o desenvolvimento de novos modelos de geração de renda e sustentabilidade financeira para essas populações, e a organização vem se reinventando e testando diversas abordagens para a temática, dado os profundos desafios existentes.

IMAFLOA, INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA, é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em São Paulo em 1995. Atua hoje em diversos biomas brasileiros. Na Amazônia, contou com o Fundo Amazônia para (i) a consolidação e a expansão do sistema de garantia de origem denominado “Origens Brasil”, contribuindo para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a valorização de produtos da sociobiodiversidade em áreas protegidas da Amazônia e (ii) a produção sustentável de cacau no entorno do território do Xingu.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM) é uma organização científica da sociedade civil, estabelecida em Belém do Pará, Brasil, em 1995. A organização tem, dentre seus eixos de atuação, os temas de (i) territórios naturais protegidos, (ii) agropecuária de baixo carbono e (iii) produção familiar sustentável,

que de alguma forma se relacionam com a agenda de geração de renda e empreendimentos de populações locais. Como exemplo, há o projeto com o Ideflor-Bio (Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará), que promove capacitações a agricultores familiares na recuperação de áreas de preservação permanentes (APPs) em seus imóveis rurais com técnicas que ampliem sua renda.

INSTITUTO OURO VERDE (IOV), organização não governamental, fundada no Mato Grosso em 1999, que possui a participação social como base para o desenvolvimento sustentável. São foco são (i) apoio a estruturação de atividades produtivas, (ii) apoio ao processo de comercialização e (iii) finanças solidárias. Dentre os seus projetos está o ‘Agroflorestando a Amazônia’ que visa promover a produção agroecológica de agricultores familiares, ampliando a segurança alimentar e nutricional, a geração de renda com preservação ambiental, o envolvimento familiar e o bem viver das comunidades locais, através da gestão coletiva e integração de ações.

INSTITUTO PEABIRU, fundado nos anos 2000, é uma organização da sociedade civil, membro da PPA. Visa fomentar o protagonismo de grupos sociais da Amazônia para a promoção do pleno acesso aos seus direitos fundamentais. Atua preferencialmente no bioma Amazônia, com sede em Belém, Pará (Grande Belém, o Marajó e o Nordeste Paraense) nas cadeias de valor amazônicas de abelha, açaí, pesca artesanal e ecoturismo de base comunitária.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS), organização da sociedade civil, fundada em 2008 e com sede em Manaus (AM). Dentre os seus eixos de atuação, está o trabalho com ribeirinhos e indígenas,

no sentido de fomento ao empreendedorismo socioambiental e alternativas econômicas sustentáveis, associadas à redução do desmatamento e da vulnerabilidade social. Dentre seus projetos, há diversos que se relacionam de alguma forma com a agenda de negócios de impacto socioambiental e populações locais, como o ‘Edital Floresta em pé’ (entre 2017 e 2019, juntamente com o Fundo Amazônia, para fomentar as alternativas econômicas sustentáveis, associadas à redução do desmatamento e da vulnerabilidade social) e o Prêmio da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (SDSN Amazônia).

NESsT, fundada nos anos 2000 nos EUA, atua de forma global com incubação e investimento com capital paciente em empreendimentos sociais: negócios criados para promover um propósito social de forma financeiramente sustentável. Há diversos anos presente no Brasil, iniciou em 2021 sua atuação na Amazônia, buscando instituições lideradas por comunidades tradicionais que tenham histórico de vendas e alto impacto socioambiental positivo. Associações, cooperativas ou empresas envolvidas em cadeias sustentáveis na Amazônia brasileira que contribuem para a conservação da floresta foram escolhidas para receberem investimento médio entre R\$ 50 a 200 mil e assim, passarem a integrar o Portfólio da NESsT. Esses empreendimentos são beneficiados com 1 a 3 anos de incubação, capacitação e mentoria personalizadas, acesso a rede de parceiros, exposição a novas parcerias comerciais e monitoramento do impacto social e ambiental. Ainda, a NESsT lançou, também em 2021, o Edital de Economia Indígena, que faz parte do projeto Amazônia

Índigena Direitos e Recursos, financiado pela USAID, liderado por WWF e NESST, com o apoio da COIAB, FEPOIMT, FEPIPA, OPAN, ICV e IPAM. O edital selecionou duas categorias de iniciativas econômicas indígenas (abaixo e acima de R\$100 mil de receita por ano) que fortaleçam os povos, a cultura, a proteção do território, o meio ambiente e a biodiversidade. São oferecidos prêmios entre R\$20-40, apoio técnico coletivo ou individualizado, mentorias, entre outros apoios.

Há outros intermediários e organizações que também focam no fomento ao agroextrativismo da região e cadeias da sociobiodiversidade, mas com foco em organizações de base comunitária (associações ou cooperativas). **SÃO EXEMPLOS:**

INSTITUTO CENTRO DE VIDA (ICV), fundado no Mato Grosso em 1991, é uma organização da sociedade civil que visa construir soluções compartilhadas para a sustentabilidade do uso da terra e dos recursos naturais. Dentre seus programas, há a iniciativa Negócios Sociais, que, com base no ferramental da agroecologia e na assessoria às associações e cooperativas da agricultura familiar, pretende fortalecer as cadeias de produção sustentável na Amazônia por quatro pilares: (i) Produção orgânica e agroflorestal, (ii) Apoio na gestão do empreendimento familiar e comunitário; (iii) Certificação Orgânica Participativa e (iv) Plataforma de comercialização: coordenação entre oferta e demanda entre diferentes atores, e viabilização da venda em mercados diversificados.

INSTITUTO DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA (ISES), que atualmente se denomina Mandu Inovação Social, atuante desde 2004, viabiliza negócios comunitários para a construção de economias locais resilientes. Dentre seus eixos de atuação, está o desenvolvimento de Negócios Comunitários relacionados à agricultura familiar, coleta seletiva, economia criativa e turismo de base comunitária. Possui atuação principalmente no Sudeste e Nordeste, mas com projetos também na região Amazônica (Amazonas e Pará).

SUSTENTAL, organização criada em 2014, com sede em Manaus – Amazonas, e atuação principalmente na Resex Médio Purus (Reserva Extrativista do Médio Purus, unidade de conservação de uso sustentável da natureza localizada no oeste do estado do Amazonas). Dentre suas soluções amazônicas, está o desenvolvimento de micro regiões a partir de comunidades tradicionais e agroextrativismo sustentável, a implementação e regularização de organizações de base comunitária e o fomento a cadeias produtivas da Sociobiodiversidade.

CONEXSUS, organização que tem aportado contribuições sistêmicas para a temática de negócios comunitários sustentáveis em diversas regiões do Brasil, entre elas na Amazônia, com o apoio inclusive da PPA. Sua atuação é ampla, incluindo o mapeamento de organizações de base existentes, o fomento à conexão com o mercado, a modelagem do negócio e jornadas de capacitação, assim como acesso a crédito. Fundada em 2016 com sede no Rio de Janeiro, a Conexsus tem como foco ‘Negócios Comunitários Sustentáveis’ (de base comunitária e agroextrativismo sustentável) e tem conseguido capilaridade e atuação relevante na Amazônia via parceiros locais. O seu objetivo atualmente

está na construção de uma plataforma de serviços para que as organizações comunitárias melhorem seus modelos de negócios e ganhem autonomia e sustentabilidade financeira.

INTERELOS, criado em 2017 com sede em São Paulo, tem como foco implementar cadeias de valor de base comunitária. Na Amazônia, atua no (i) fortalecimento e expansão sustentável da cadeia de valor do Açaí no Arquipélago de Bailique – Amapá e (ii) na Resex Verde Para Sempre (Porto de Moz – Pará), fortalecendo as cadeias de valor através do apoio técnico aos atores locais nos processos produtivos, organizativos, de gestão e mercadológicos.

Ainda, há um outro grupo de dinamizadores que são organizações internacionais da sociedade civil com foco ambiental e atuação no Brasil em diversos biomas, dentre eles a Amazônia. A atuação dessas organizações é geralmente sistêmica, com projetos de longo prazo, articulação multissetorial, monitoramento e geração de dados, capacitação e treinamento e atuação na ponta com agricultores, fomentando novos modelos, como agricultura regenerativa (sistemas agroflorestais – SAFs) e sistemas integrados (como a integração lavoura, pecuária e floresta, ILPF).

SÃO EXEMPLOS:

THE NATURE CONSERVANCY (TNC), organização não governamental que trabalha em escala global para a conservação do meio ambiente, fundada em 1951, nos EUA. No Brasil, atua no Cerrado, Mata Atlântica e na Amazônia. A atuação na região

amazônica envolve Povos Indígenas, para oferecer ferramentas que complementam a capacidade de gestão de suas terras; Produtores rurais, com quem a TNC desenvolve projetos-piloto para aumentar a produtividade em áreas já abertas e para restaurar florestas em partes das propriedades; Colaboração com empresas de diversos setores para fortalecer cadeias de produção mais sustentáveis, incluindo as de soja, carne e cacau; e com os governos municipais, estaduais e federal, para aperfeiçoar o planejamento territorial e o monitoramento do desmatamento. Destaque para o Projeto Cacau Floresta, em São Félix do Xingu e Tucumã (PA), que visa promover os Sistemas Agroflorestais com cacau como alternativa de renda e de restauração florestal e assim mitigar o desmatamento nesta região.

SOLIDARIEDAD, organização internacional sem fins lucrativos, fundada nos anos 80 na Holanda, atua hoje de forma global no desenvolvimento de mercados sustentáveis e inclusivos. Iniciou sua atuação no Brasil há mais de 10 anos e hoje está em todos os biomas, focando no cacau e pecuária na Amazônia. Possui com a empresa Cargill, membro da PPA, um programa no Pará para desenvolver cacau sustentável na Amazônia por meio de modelos agroflorestais que combinam o cultivo do cacau com outras espécies nativas como mecanismo de renda para pequenos produtores familiares.

WORLD RESOURCES INSTITUTE (WRI), organização não governamental fundada em 1982 nos EUA, é uma instituição global de pesquisa com atuação em mais de 60 países, entre eles o Brasil. Na Amazônia, tem projetos de regeneração natural assistida, em parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV), o Instituto do

Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a Suzano, membro da PPA, no Mato Grosso e Pará; a série 'As Caras da Restauração', mostrando perfis e histórias de quem restaura no Brasil, dentre eles na Amazônia, em parceria com a Alcoa Foundation, membro da PPA. Além da iniciativa Land Accelerator (Aceleração da Terra), com programas na África, Ásia e América Latina (pela primeira vez em 2021), que oferece treinamentos presenciais, on-line e orientação personalizada, apoio na estruturação do negócio e comercialização dos seus produtos (advindos da regeneração produtiva).

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL (CI), fundada em 1990, nos EUA. No Brasil, atua no Cerrado, Mata Atlântica e na Amazônia. Na região amazônica, possui projetos com a temática indígena, como o projeto Nossas Futuras Florestas - Amazônia Verde, que selecionou mulheres indígenas da Bacia Amazônica como parte de um novo Programa de Desenvolvimento de Mulheres Indígenas Líderes. Assim como o projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia, que envolve gestão integrada da paisagem e tem dentre as principais linhas de ação a estruturação de arranjos inovadores para a gestão integrada das Unidades de Conservação, o desenvolvimento de cadeias de valor relacionadas a biodiversidade, o fortalecimento do setor de produção de sementes e mudas de espécies nativas e o setor de extensão rural voltado para o manejo/recuperação de áreas protegidas privadas e públicas, a restauração de áreas degradadas com espécies nativas e o apoio a utilização de práticas agrícolas sustentáveis.

Mudando para outro foco, há um grupo de intermediários que atuam com o recorte de negócios de impacto socioambiental relacionados à inovação e tecnologia, no contexto de bioeconomia na Amazônia.

COMO EXEMPLOS, HÁ:

A organização **CERTI**, referência na criação do ecossistema de inovação de Florianópolis, que, depois de mapear e fazer estudos sobre a região, lançou em 2021 a iniciativa Jornada Amazônia. A Jornada tem como propósito ativar e potencializar o ecossistema de inovação na Amazônia, por meio do empreendedorismo inovador em escala, fortalecimento e multiplicação de conexões entre atores do ecossistema e o fortalecimento da bioeconomia como principal estratégia para manter a floresta em pé, com sua biodiversidade reconhecida pelo valor relevante e insubstituível que tem. Além do momento 'Originação', que fomenta novos negócios transformando ideias em empreendimentos, envolvendo suporte financeiro e mentorias, há o momento prévio de 'Ativação' (visa despertar e ativar o potencial empreendedor dos talentos amazônicos, por meio de oportunidades de desenvolvimento pessoal), e o seguinte de 'Evolução' (cria conexões de valor entre negócios existentes e grandes indústrias, buscando gerar soluções inovadoras para a bioeconomia no território), além de uma dimensão estratégica e transversal de 'Sinais Vitais' (monitoramento ativo das cadeias produtivas para identificar as melhores ações para o desenvolvimento sustentável da floresta e suas cadeias de valor). Entre as metas para os próximos cinco anos estão a preservação de um milhão de hectares, R\$400 milhões movimentados com produção sustentável, 400 empreendimentos inovadores de impacto criados, além de 40 mil talentos impactados pela temática de empreendedorismo de impacto.

INCUBADORAS E PARQUES TECNOLÓGICOS DE UNIVERSIDADES DA REGIÃO, mas que não necessariamente possuem o viés de negócios de impacto socioambiental, como as incubadoras da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA), entre outras.

PROGRAMAS DE FOMENTO DA INICIATIVA PRIVADA E EMPRESAS VOLTADAS PARA TECNOLOGIA, mas novamente não necessariamente com o viés socioambiental, como a Samsung Creative Startups, programa de aceleração em parceria com a Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e o CCEI (Centro Coreano de Economia Criativa e Inovação) a nível Brasil, mas com bom alcance na região Amazônica; ou o Samsung Ocean Lab, programa de aceleração que contempla exclusivamente a região da Amazônia Ocidental e do Amapá de treinamentos e mentorias para desenvolver projetos de tecnologia e empreendedorismo que ofereçam soluções inovadoras para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Relacionados ao tema de desenvolvimento de talentos para a região, há outros intermediários de negócios de impacto socioambiental da Amazônia com foco em jovens e universitários. A questão do êxodo rural é uma realidade na Amazônia, ainda mais para o público jovem, dado os desafios da juventude na construção de projetos de vida, conflito com as gerações anteriores com histórico predominantemente rural e poucas possibilidades de atuação no mercado de trabalho formal, tendendo a migrarem para centros urbanos em busca de melhores condições de vida (ver mais em ‘Contextualização da Amazônia’). Neste sentido, o empreendedorismo socioambiental pode ser uma abordagem. **SÃO EXEMPLOS:**

A iniciativa **AMAZÔNIA UP**, do Centro de Empreendedorismo da Amazônia (CEA), programa de pré aceleração voltado para negócios em estágios iniciais no Pará ligados à floresta, biodiversidade e uso do solo, que tem como foco estudantes de escolas técnicas, universitários e recém-formados.

O CURSO TÉCNICO DE GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, DA FUNDAÇÃO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (FAS), para jovens ribeirinhos. Lançado em 2021 com a Petrobras, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) e outros parceiros, envolve capacitação e treinamento no tema, além da criação de um plano de negócios.

O PROGRAMA JOVENS TRANSFORMADORES DA ASHOKA NA AMAZÔNIA LEGAL, que busca jovens de 12 e 19 anos da região que tenham (i) Ideia (sensibilizado com um problema social ou ambiental que afeta a vida das pessoas e desenvolveu uma ideia para resolvê-lo); (ii) Equipe (formou uma equipe com outras pessoas em torno desta ideia); (iii) Impacto (compromisso em gerar mudanças para o bem da sua comunidade e (iv) Co-liderança do movimento (encoraja as pessoas a se reconhecerem como agentes de mudança). Como Jovem Transformador Ashoka (JOTA), o jovem tem a oportunidade de se fortalecer e fortalecer a sua equipe, acessando recursos e redes para alcançar maior impacto. A Ashoka é uma organização internacional sem fins lucrativos, com foco em empreendedorismo social, fundada na Índia pelo americano Bill Drayton em 1980.

A PLATAFORMA DE EMPREENDEDORISMO JUVENIL DO PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, que promove a formação de jovens para o trabalho e o empreendedorismo, complementando o déficit escolar com cursos,

capacitações e dinâmicas e proporcionando contato com os conceitos de empreendedorismo e busca de novas alternativas para a inclusão econômica.

A RAINFOREST SOCIAL BUSINESS SCHOOL (RSBS)/ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS (UEA), escola de ensino superior inovadora no processo de formação de recursos humanos que emprega metodologias participativas, vivências e desafios inerentes às situações de gestão de negócios numa perspectiva de construção de saberes e significados que comportem a Amazônia em sua vocação econômica e estabeleçam um horizonte de novos negócios ou mesmo a ampliação e adequação daqueles já existentes. A iniciativa surgiu em 2019, a partir da interação da UEA com o Instituto de Estudos Avançados (IEA/USP). Atualmente possui o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu Amazon Rainforest Business (Negócios da Floresta Amazônica), voltado para a gestão e empreendedorismo associado a conservação do Bioma Amazônia.

A YOUTH CLIMATE LEADERS (YCL) - JOVENS LÍDERES PELO CLIMA, movimento de jovens relacionado à temática do clima, criado em 2018 por quatro brasileiras. Atualmente possui 14 hubs no Brasil (espaços orientados para a inovação que atuam como plataformas para coordenar, promover e multiplicar soluções e atividades climáticas localmente), entre eles no Amazonas, além de nos EUA, Itália e Portugal.

Com outro viés, há intermediários com enfoque urbano relacionado à temática de negócios de impacto socioambiental.

O **IMPACT HUB MANAUS** se destaca nesse sentido, com diversas iniciativas com esse foco, como a Tribo Iniciação, de fomento para negócios em estágios iniciais, coworking e comunidade em Manaus. Ainda, lançou em 2021 a iniciativa Inovação e Aceleração na Região Amazônica (IARA), uma plataforma que visa apoiar organizações e coletivos com foco no Pará que queiram realizar campanhas de impacto nas suas comunidades. Os selecionados, dos setores de Mobilidade, Economia da floresta em pé, Saneamento básico e acesso à água e Defesa do território, passam por uma jornada de aceleração de três meses em 3 frentes: aporte financeiro, desenvolvimento de campanhas e fortalecimento institucional. A iniciativa faz parte do Laboratório de Clima da Purpose, organização global que cria soluções de impacto para acelerar a construção de um mundo mais aberto, justo e habitável por meio de campanhas de comunicação inovadoras e criativas.

Por fim, mas não menos relevante, houve a iniciativa da própria PPA para o fomento do ecossistema na Amazônia, que foi pioneira na criação de um programa de aceleração para negócios de impacto socioambiental da região, o **‘PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DA PPA’**. O programa, lançado em 2018, contou com 3 edições, acelerou 30 negócios amazônicos e investiu em 12 deles. Foram quase R\$ 7,9 milhões investidos em negócios amazônicos, trazendo opções customizadas e adaptadas aos diversos tipos de negócios, com diversidade de fontes (capital privado e filantrópico) e mecanismos financeiros. Liderado por um grupo de empresas da PPA, o programa foi coordenado pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam) e teve apoio estratégico da USAID, Aliança Biodiversity & CIAT, Instituto Humanize, Fundo Vale e ICS.

Após pouco mais de dois anos acelerando e investindo em negócios de impacto na Amazônia, o Programa de Aceleração da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) evoluiu e se transformou em uma aceleradora de impacto, a **AMAZ**. O surgimento da AMAZ pode ser visto como uma **evolução natural do Programa da PPA, em que a iniciativa ganhou novos contornos e passou a ser independente – coordenada pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam)**.

A **AMAZ** se posiciona como aceleradora em busca do ‘unicórnio da Amazônia’, no sentido de buscar negócios inovadores que tenham potencial de crescimento rápido. Com fundo de R\$ 25 milhões, quer investir em 30 startups da bioeconomia até 2025. Aderente ao ecossistema incipiente da Amazônia, a estruturação financeira do fundo é baseado em finanças híbridas, com uma combinação de capital de risco e capital filantrópico (representa 50% do fundo e contou com o aportes do Fundo Vale, Instituto Humanize, Instituto Clima e Sociedade - iCs, Good Energies Foundation e Fundo JBS pela Amazônia).

Em paralelo, o **IDESAM** tem um histórico de desenvolvimento de iniciativas de café agroflorestal na região do Amazonas, assim como o fomento a negócios de impacto na região visando o escoamento e comercialização dos produtos das cadeias socioprodutivas amazônicas, como o Café Apuí Agroflorestal. A organização acredita que um dos elos mais complexos das cadeias produtivas amazônicas diz respeito ao escoamento e comercialização dos produtos e esse gargalo pode ser solucionado com o fomento a negócios e serviços que se proponham a resolver essa questão.

A partir de uma perspectiva macro dos diversos atores do ecossistema de negócios de impacto socioambiental, chama atenção a questão regional: **o ecossistema local é menos maduro, há poucos atores locais**. Existem algumas organizações intermediárias que foram criadas por pessoas da região ou fundadas e tem histórico na região, como o Projeto Saúde e Alegria (PSA), a Associação SOS Amazônia, o Centro de Empreendedorismo da Amazônia (CEA), o Impact Hub Manaus, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) ou a Sustental. Mas há, majoritariamente, outros perfis de organizações atuantes na região, como (i) organizações da sociedade civil internacionais com foco ambiental (The Nature Conservancy - TNC, Conservação Internacional - CI, Solidaridad, World Resources Institute), ou (ii) organizações da sociedade civil que atuam com a temática de populações locais, organizações de base comunicação e impacto socioambiental que foram fundadas em outros locais e atuam de forma transversal no Brasil, mas também estão na Amazônia (como Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPE, Instituto Socioambiental - ISA, Imaflora, Mandu, Interelos, Conexsus), ou ainda (iii) organizações que atuam com a temática de negócios de impacto ou inovação e estão entrando no ecossistema Amazônico, ajustando seus programas e iniciativas, como a CERTI, a NESsT. Ademais, é interessante observar a **distribuição geográfica das sedes das organizações intermediárias e/ou as regiões foco das suas iniciativas**. A maioria das organizações atuantes têm sedes na região. Dada a dimensão do território, há organizações com iniciativas focadas em determinadas regiões e outras com atuação transversal na Amazônia, como exemplos a Jornada Amazônia - CERTI, a Amaz

– Idesam; a Aceleradora B - CEA, a Conexsus e a NEsST. A seguir estão algumas das organizações citadas anteriormente plotadas no mapa da região:

Para além do apoio em desenvolvimento, quando o foco é investimento e financiamento para os negócios de impacto socioambiental, observa-se, aos poucos, o surgimento de novas organizações e mecanismos financeiros. **SÃO EXEMPLOS:**



SITAWI, organização social de interesse público (OSCIPI), foi fundada em 2008 e é pioneira no desenvolvimento de soluções financeiras para impacto social e na análise da performance socioambiental de empresas e instituições financeiras. Como membro da PPA, fez, em 2019 e 2020, duas rodadas Amazônicas na sua Plataforma de Empréstimo Coletivo, voltada para empréstimos para negócios de impacto positivo na região. As rodadas na Amazônia aconteceram com o apoio da PPA (que direcionou investimentos da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) e do CIAT (Centro Internacional de Agricultura Tropical) e do Instituto Humanize. Por meio da Plataforma de Empréstimo Coletivo SITAWI, qualquer pessoa pode investir em um ou mais dos cinco negócios de impacto positivo na Amazônia que participam da rodada. Ela funciona por peer-to-peer lending, modalidade em que uma pessoa empresta dinheiro diretamente para outra pessoa ou empresa de forma digital.

FUNDO VALE, fundo de fomento e investimento criado em 2009 pela Vale, que aporta recursos de forma estratégica para apoiar e fortalecer negócios de impacto socioambiental positivo. Inicialmente dedicado à Amazônia, região onde se concentram as principais atividades da Vale, expandiu sua atuação e contribui, também, com os desafios socioambientais de outras regiões no país. Já fez investimentos de capital semente em negócios amazônicos relacionados a café agroflorestal (Café Apuí), além de negócios ligados a restauração e regeneração florestal (Belterra, Caaporã e Inocas), no contexto do Desafio Agroflorestal, iniciativa lançada em 2020 que envolve aceleração e investimento para negócios dessa temática, em conexão com a Meta Florestal da Vale (compromisso assumido pela empresa para recuperar e proteger 500 mil hectares de áreas até 2030).

MERIAKI IMPACT, family office relacionado a família do Grupo Fleury que também foca no fomento a negócios da temática de regeneração florestal. Com atuação global e sede na Holanda, visa catalisar investimentos para regeneração ambiental, investindo em fundos que apoiem negócios inovadores que mudem a cadeia alimentar para sistemas regenerativos. Além de investir em fundos, eventualmente investe diretamente em negócios, como a Renature, negócio também baseado na Holanda e fundado por brasileiro, que apoia produtores e empresas na transição para agricultura regenerativa.

A Conexsus lançou em 2019 o **FUNDO SOCIOAMBIENTAL CONEXSUS**, que fornece serviços financeiros personalizados a negócios comunitários rurais e florestais e pequenas empresas. Ao longo da trajetória contou com o apoio do Fundo Vale, Fundação Good Energies e da PPA (por meio do programa PPA Solidariedade). A intenção é que o fundo alavanque outros investimentos sobretudo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. O fundo fornece mecanismos inovadores como (i) Garantia (de aval) de crédito: facilita a concessão de financiamento oficial nos bancos, diminuindo o risco potencial dos bancos, (ii) Recuperação de crédito para as cooperativas e associações que possuem pequenas dívidas bancárias; (iii) Empréstimos ágeis: desenhados especialmente para pequenas empresas e (iv) Social “equity”: aporte de pequenos investimentos para pequenas e médias empresas.

FUNDO ‘ALTHELIA BIODIVERSITY FUND’ (ABF), administrado pela gestora de investimentos sustentáveis Mirova Natural Capital, o fundo busca superar os desafios financeiros oferecendo capital de longo prazo, flexível e paciente, de forma a endereçar os desafios inerentes à Amazônia para negócios sustentáveis que possam ter um impacto positivo e transformador para a biodiversidade e para as

comunidades amazônicas. O período de vigência do fundo, lançado em 2020, é de 11 anos e a previsão é captar \$100 milhões neste período, principalmente em capital privado. Um dos negócios que receberam investimento foi a Manioca, organização acelerada pela PPA que promove produtos alimentícios da Amazônia; além da Horta da Terra, empresa que produz plantas alimentícias não convencionais (PANCs) desidratadas.

KAETÉ INVESTIMENTOS, gestora de investimento que desde 2011 investe na Amazônia. O fundo Empresas Sustentáveis na Amazônia contou com o suporte e investimento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e outros investidores institucionais e privados, totalizando R\$100 milhões de capital comprometido. Tem como foco o investimento em negócios na Amazônia Legal nas cadeias produtivas de produção primária sustentável (frutas regionais, dendê, fibras, gomas, resinas); indústria de alimentos, fibras, cosméticos, óleos/essências, têxteis, gomas, borracha e biotecnologia; piscicultura; produtos florestais madeireiros e não madeireiros; ecoturismo; serviços e tecnologias ambientais; reciclagem e tratamento de resíduos; energia renovável e infraestrutura logística. O fundo investiu em negócios como o Peixes da Amazônia e a Tobasa Bioindustrial de Babaçu.

Ainda, a região amazônica conta um forte grupo de apoiadores filantrópicos que financiam várias das organizações intermediárias e iniciativas de apoio citadas acima, que por sua vez estão conectadas com a agenda de fomento a negócios de impacto socioambiental na região. Esse apoio é de extrema importância para a manutenção e perenidade das iniciativas de apoio a negócios de impacto na

região, uma vez que a sustentabilidade financeira dessas organizações também é um desafio, dada a complexidade de apoio, a logística de deslocamento e incipiência dos negócios, que não tem fôlego para pagar o apoio, ao contrário, precisam de suporte para se desenvolver e muitas vezes de doação de capital semente. É interessante observar que além de apoiadores e financiadores nacionais, há também apoiadores internacionais, ligados a movimentos, governos ou instituições filantrópicas globais, de diversos países como EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Suíça e Noruega, dada a relevância da Amazônia a nível local e mundial. Para que a região e essa agenda avancem e se fortaleçam, é necessário que esses apoios sejam não só mantidos como também ampliados, abarcando diversos recortes, como regiões-foco, temáticas, estágios e tipos de negócios.

ALGUNS EXEMPLOS DESSES APOIADORES SÃO:

APOIADORES NACIONAIS
Instituto Clima e Sociedade (iCs) Instituto Humanize Fundo JBS pela Amazônia Fundação Cargil Fundo Vale Fundo Casa Socioambiental Programa Petrobras Socioambiental
APOIADORES INTERNACIONAIS
Climate and Land Use Alliance (CLUA) Climate Finance Lab Ford Foundation French Development Agency (AFD) German Agency for International Cooperation (GIZ) Global Environment Facility (GEF) Good Energies Foundation Gordon e Betty Moore Foundation Green Economy Coalition (GEC) Inter-American Development Bank (IDB) LEAF Coalition Leopold Bachmann Foundation Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD) OAK Foundation Porticus Rainforest Foundation Norway The World Bank UK Aid Direct USAID World Wild Fund (WWF)

Nota: O Fundo Amazônia, criado em 2018 no contexto e proposta do Brasil na 13a Conferência das Partes da UNFCCC (2007), foi bastante relevante para o fortalecimento e financiamento de diversos intermediários e projetos da região. Ao longo dos últimos 11 anos, o fundo recebeu doações voluntárias, principalmente do governo da Noruega e Alemanha, para aplicação não reembolsável (doação) em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e na conservação e no uso sustentável da Amazônia Legal. O Fundo Amazônia está parado desde abril de 2019, quando o governo brasileiro extinguiu os colegiados Comitê Orientador (COFA) e o Comitê Técnico (CTFA), que formavam a base do Fundo.

Por fim, há no ecossistema da Amazônia movimentos, redes e articulações multissetoriais que de alguma forma tangenciam a agenda de negócios de impacto socioambiental, a bioeconomia, o empreendedorismo e a inovação na região. **SÃO EXEMPLOS:**

AMAZÔNIA 4.0: liderado pelo climatologista Carlos Nobre, é um novo modelo de desenvolvimento sustentável baseado na bioeconomia em que há a união do progresso científico-tecnológico com a experiência dos povos da floresta. É uma aposta para criar uma bioeconomia, com lógica de mercado capaz de manter a floresta em pé, via o fomento de tecnologias capazes de transformar os bioinsumos em produtos de maior valor agregado. Estão sendo criados os Laboratórios Criativos da Amazônia, unidades de produção no centro da floresta que incorporam as tecnologias da 4ª Revolução Industrial (ver mais em ‘Contextualização da Amazônia’).

Campanha Amazônia em Casa, Floresta em Pé: busca dar visibilidade e acesso a produtos amazônicos que geram renda para as comunidades locais e valorizam a floresta em pé, fomentando um mercado sustentável. Apoia pequenos produtores e constrói arranjo logístico, operacional e comercial que reúne parceiros estratégicos para que os produtos sigam da floresta até os consumidores de forma eficiente e a preço justo. É fruto do Lab Amazônia (Idesam e

Climate Ventures), em parceria de realização com o Mercado Livre.**HUB DE ECONOMIA VERDE E BIOECONOMIA DA AMAZÔNIA:** com secretaria executiva da Fundação Amazônia Sustentável, em parceria com a Coalizão de Economia Verde (Green Economy Coalition – GEC), foi estabelecida em 2020 e congrega mais de 53 organizações (sociedade civil, empresas, trabalhadores, governos, agências internacionais da ONU e acadêmicos) conectadas a outros sete Hubs em todo o mundo, comprometidas em acelerar a transição para uma economia regenerativa, verde e inclusiva na Amazônia.

REDE AMAZÔNICA DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO (RAMI), com sede em Manaus, tem objetivo de integrar os agentes dos sistemas de empreendedorismo e inovação da região Norte para articular e representá-los junto às instituições de apoio ao desenvolvimento regional e global. Recebe o apoio de organizações como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

SDSN AMAZÔNIA: Faz parte da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (tradução do inglês Sustainable Development Solutions Network, SDSN), criada em 2012 sob o comando do secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon. A SDSN mobiliza conhecimento científico e tecnológico global para promover soluções práticas para o desenvolvimento sustentável, incluindo a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo Climático de Paris. A Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (SDSN Amazônia), foi em 2014 na cidade de Manaus - Amazonas, como rede regional da SDSN Global que visa mobilizar o conhecimento local na busca e criação de soluções e boas práticas para os desafios relacionados ao desenvolvimento sustentável. Envolve e abarca as características pertinentes às realidades dos 8 países e uma província da Bacia Amazônica (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, e Guiana Francesa).

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA: com Secretaria Executiva do Instituto Arapyaú, busca o diálogo com todos os setores da sociedade para institucionalizar no Brasil um debate plural e democrático voltado para o desenvolvimento sustentável da região amazônica. Seus pilares são o fortalecimento institucional de organizações públicas e não estatais, governança da região, desenvolvimento que concilia capital natural e justiça social e negócios como um dos protagonistas da região. Tem como premissa a geração de conhecimento via grupos de trabalho como Bioeconomia, Advocacy e Setor Privado, e 16 eixos temáticos (Governança, Forças Armadas, Recursos Financeiros, Políticas Públicas, Atuação Empresarial, Sociedade Civil, Ciência e Tecnologia, Sociedade e Cultura, Indicadores de Desenvolvimento, Uso do Solo e Desmatamento, Regularização Fundiária, Infraestrutura, Comunicação e Mídia, Mudanças Climáticas, Agenda Internacional e Educação). Para compartilhamento e divulgação do conteúdo gerado, possui parceria com a Página 22 (revista multimídia com foco em sustentabilidade), além de iniciativas de sistematização e transparência de dados, como o Portal Amazônia Legal em Dados.

PLATAFORMA PARCEIROS PELA AMAZÔNIA (PPA): a própria PPA é um ator relevante para a região. Como plataforma de ação coletiva do setor privado, objetiva fomentar o empreendedorismo de impacto local e novos modelos de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Por meio de seus Grupos Temáticos, a Plataforma tem desenvolvido e identificado soluções tangíveis e inovadoras para contribuir com a conservação da biodiversidade e recursos naturais da Amazônia, assim como garantir a qualidade de vida das comunidades da região.

4 BIODIVERSIDADE

BIODIVERSIDADE

Contribuir para conservação e regeneração da biodiversidade na Amazônia é um dos objetivos da Tese de Aceleração da PPA e seu eixo temático central. Este olhar envolve (i) **a definição de temas chave** que se conectam com tendências e biodiversidade no contexto Amazônico e que funcionam como diretriz de busca de negócios de impacto socioambiental relacionados a eles, (ii) **a definição de critérios de elegibilidade e análises na seleção de negócios** a serem apoiados pela PPA relacionados à biodiversidade e (iii) **considerações sobre monitoramento e avaliação** deste aspecto.

A importância e contribuição da Amazônia para a biodiversidade é extensa e profunda. A região detém pelo menos dez por cento da biodiversidade mundialmente conhecida, possuindo 25% da biodiversidade terrestre e mais espécies de peixes do que em qualquer outro sistema fluvial (Lovejoy, 2019). No contexto da região, a biodiversidade pode ser considerada a variável crítica para a manutenção dos diferentes Serviços Ecossistêmicos - vale ressaltar que as florestas tropicais fornecem o maior fluxo de múltiplos **Serviços Ecossistêmicos** entre os ecossistemas terrestres (Costanza et al., 1997). A influência ocorre tanto em escala regional bem como em uma escala global, por meio da regulação do clima e provisão de habitat (Alamgir et al., 2016). A perda da biodiversidade pode resultar em reduções críticas nos recursos providos pelos ecossistemas, influenciando diretamente o desenvolvimento local, as condições adequadas de saúde e moradia, a geração de renda e a prosperidade econômica.

25%
DA BIODIVERSIDADE
TERRESTRE ESTÁ
NA AMAZÔNIA

REFERENCIAL METODOLÓGICO

Foram consultadas referências metodológicas e compromissos climáticos mundiais que abordam o tema de Biodiversidade. As referências consultadas, bem como sua contribuição para a proposta, são:

PADRÃO DE DESEMPENHO 6: BIODIVERSIDADE E GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS (IFC - CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL)

A IFC é uma organização internacional pertencente ao Grupo Banco Mundial e voltada ao desenvolvimento do setor privado. Seu “Padrão de Desempenho 6” reconhece que a proteção e a conservação da biodiversidade, a manutenção dos serviços de ecossistemas e a gestão sustentável dos recursos naturais vivos são fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Este Padrão de Desempenho tem três objetivos: i) proteger e conservar a biodiversidade; ii) manter os benefícios dos serviços de ecossistemas; e iii) promover a gestão sustentável dos recursos naturais vivos mediante a adoção de práticas que integrem tanto as necessidades de conservação quanto às prioridades do desenvolvimento.

A proposta feita está em linha com estes objetivos e utilizou também a abordagem proposta por este Padrão de Desempenho de caracterização de habitats vis-à-vis sua relevância para a conservação da biodiversidade. A partir de categorias distintas de relevância que consideram a existência de **habitats modificados, naturais ou críticos**, os requisitos para as atividades das empresas nestes são distintos. Em habitats modificados ou naturais, estabelece-se um objetivo de não haver **perdas líquidas** em biodiversidade, ao passo que em habitats críticos deve haver **ganhos líquidos**.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 15 “VIDA TERRESTRE”

(ODS, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS)

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para seus países membro em 2015, são a nova agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos. Chamada de Agenda 2030, a iniciativa é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, relacionados a áreas de saúde, educação, meio ambiente, desigualdade, entre outros.

O ODS 15: Vida Terrestre, estipula metas com correlações diretas com Biodiversidade, tendo como objetivo geral de “proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”. As metas deste objetivo que foram selecionadas para a proposição deste trabalho são:

15.1. Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;

15.5 - Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;

15.6 - Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos;

15.7 - Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;

15.8 - Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias; e

15.c - Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável”.

CONTRIBUIÇÃO NACIONALMENTE DETERMINADA (NDC) BRASILEIRA

No contexto dos compromissos do governo brasileiro junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas (UNFCCC), a pretendida contribuição nacionalmente determinada (NDC, em inglês), estabelece os compromissos nacionais de cada país associados ao Acordo de Paris. Do texto original, os seguintes compromissos estão relacionados às propostas feitas:

. **No setor florestal e de mudança do uso da terra:** fortalecer o cumprimento do **Código Florestal**, em âmbito federal, estadual e municipal; fortalecer políticas e medidas com vistas a alcançar, na Amazônia brasileira, o **desmatamento ilegal** zero até 2030 e a compensação das emissões de gases de efeito de estufa provenientes da supressão legal da vegetação até 2030; **restaurar** e **reflorestar** 12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos; ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por meio de sistemas de geo-referenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis;

. **No setor da energia:** alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030, incluindo: expandir o uso de **fontes renováveis**, além da energia hídrica, na matriz total de energia para uma participação de 28% a 33% até 2030; expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil, aumentando a parcela de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica para ao menos 23% até 2030, inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar; alcançar 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico até 2030; e

. **No setor agrícola:** fortalecer o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura, inclusive por meio da restauração adicional de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030 e pelo incremento de 5 milhões de hectares de sistemas de **integração lavoura-pecuária-florestas (iLPF)** até 2030.

CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA: METAS DE AICHI

De forma semelhante aos ODS e a NDC, há metas estabelecidas e compromissadas pelo Brasil no contexto da Convenção da Diversidade Biológica. Esta Convenção ocorreu em 2010, durante a 10ª Conferência das Partes (COP-10) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) na Província de Aichi, Japão. Nela foi estabelecido o Plano Estratégico para a Biodiversidade, um conjunto de 20 proposições voltadas à redução da perda da biodiversidade, denominadas Metas de Aichi. As seguintes metas compromissadas pelo Brasil foram selecionadas e contempladas na proposição:

. **Objetivo Estratégico A:** Endereçar as causas subjacentes da perda de biodiversidade integrando a biodiversidade na sociedade e no governo;

. **Objetivo Estratégico B:** Reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover seu uso sustentável;

. **Objetivo Estratégico C:** Melhorar o estado da biodiversidade, salvaguardando ecossistemas, espécies e diversidade genética;

. **Objetivo Estratégico D:** Aumentar os benefícios da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos para todos; e

. **Objetivo Estratégico E:** Melhorar a implementação por meio de planejamento participativo, gestão do conhecimento e capacitação.

PUBLICAÇÕES DA USAID E PPA

Também foram considerados como referências as diretrizes e políticas da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, em inglês) e da PPA que abordam o tema de biodiversidade, notadamente:

. **O “Manual de Biodiversidade e Desenvolvimento** (Biodiversity and Development Handbook” e a “Política de Biodiversidade” (Biodiversity Policy) da USAID, que prevêem, entre outros temas: (a) a identificação da lógica de intervenção de biodiversidade da empresa; (b) os resultados esperados; e (c) a definição dos Indicadores Chave (Key Performance Indicators - KPIs) aplicáveis e propõe também que os KPIs sejam unidimensionais, mensuráveis, com abordagem temporal, específicos e práticos;

. **A publicação “Principais conclusões do CAL-PSE para conservação da biodiversidade”**, da iniciativa “Catalisando e aprendendo por meio do engajamento do setor privado para a conservação da biodiversidade (Catalyzing and Learning through Private Sector Engagement for Biodiversity Conservation - CAL-PSE)”. Esta é uma das principais iniciativas da Aliança Internacional de Biodiversidade (Biodiversity International Alliance) e do Centro Internacional de Agricultura Tropical (International Center for Tropical Agriculture – CIAT) no Brasil, desenvolvida em 2017 em parceria com a USAID, que busca transformar a maneira como se aborda conservação da biodiversidade na Amazônia e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade de vida dos povos da região. A Teoria de Mudança descrita na publicação foi levada em consideração para a formulação proposta, contemplando a diretriz orientadora do papel do setor privado como catalisador de indústrias sustentáveis. Também foi contemplada a metodologia de monitoramento da publicação no que tange a sua dinâmica de avaliação e aprendizagem.

. **Antecedentes e indicadores de projetos da PPA** estabelecidos anteriormente, que envolvem Economia de Base na Biodiversidade, Meios de Vida e Bem-estar e Integridade do Ecossistema.

TEMAS-CHAVE DA TESE DE ACELERAÇÃO DA PPA

A partir do objetivo da Tese de Aceleração da PPA de “Contribuir para conservação e regeneração da biodiversidade na Amazônia”, buscou-se identificar setores e/ou atividades econômicas que funcionam como temas-chave para a prospecção de negócios de impacto socioambiental com potenciais contribuições positivas ou maior aderência a este objetivo.

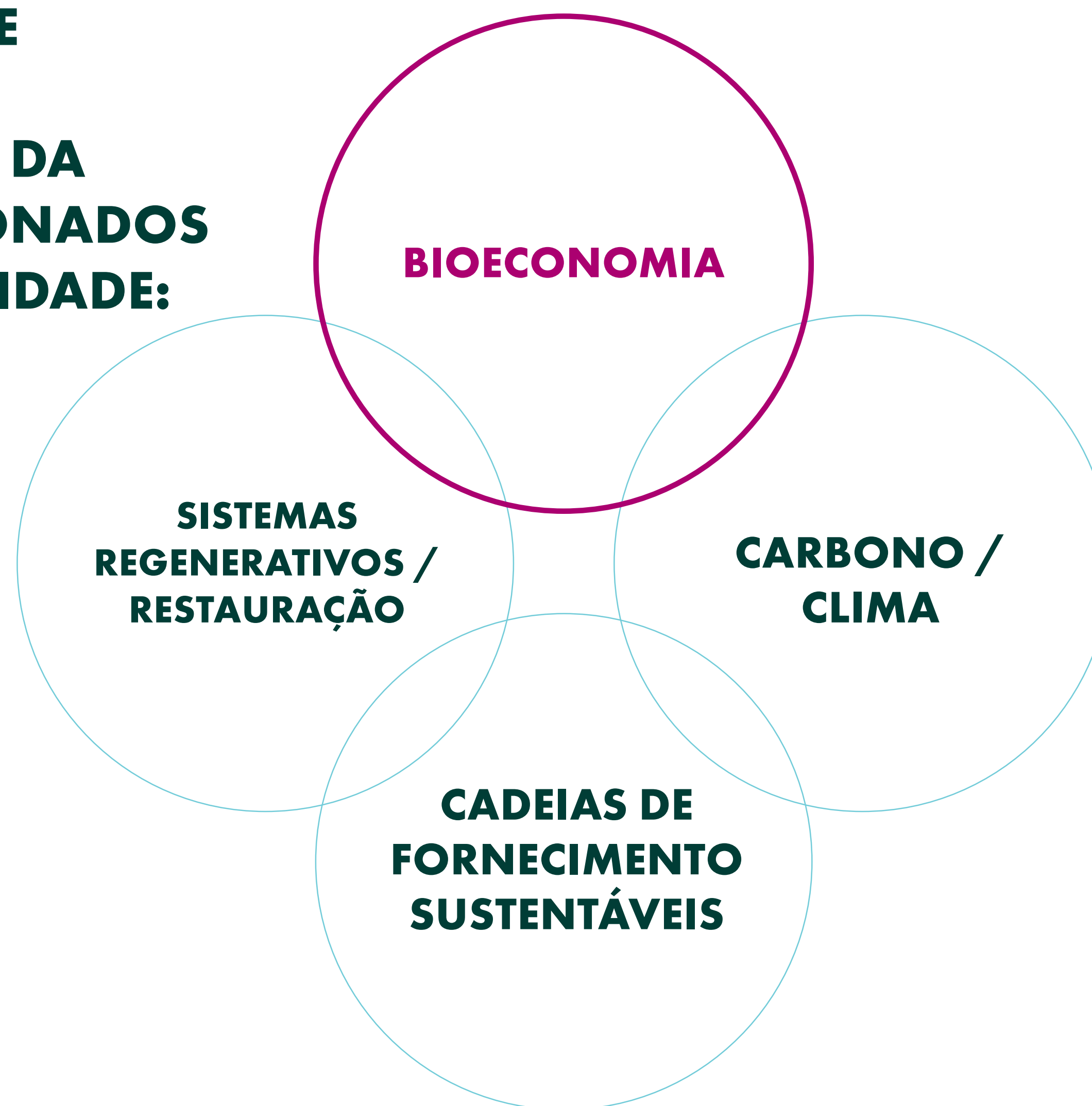
A PROPOSIÇÃO DOS TEMAS LEVOU EM CONSIDERAÇÃO 2 ASPECTOS:

1. Oportunidades de uso econômico que promovam o uso sustentável da floresta (mantém a floresta em pé)
2. Existência de áreas já alteradas e/ou degradadas (desmatadas), que tem potencial e necessidade de regeneração.

Adicionalmente, também foram considerados tendências e negócios de impacto socioambiental emergentes no contexto amazônico, além de referências e literatura existente sobre a temática.



TEMAS CHAVE DA TESE DE ACELERAÇÃO DA PPA, RELACIONADOS A BIODIVERSIDADE:



OS EIXOS DOS PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO DA PPA SÃO VOLTADOS PARA:

- Negócios de impacto socioambiental em estágios iniciais
- Negócios de impacto socioambiental em estágios maduros
- Negócios de impacto socioambiental restauração/regeneração florestal
- Negócios de impacto socioambiental empreendimentos por populações locais e comunitários

POSSÍVEIS RECORTES TERRITORIAIS PARA A TESE DE ACELERAÇÃO DA PPA:

- Relacionados ao desmatamento
- Relacionados ao tipo de território
- Relacionados a fatores socioeconômicos ou demográficos
- Relacionados a setores/cadeia chave da Amazônia
- Relacionados a questões geográficas
- Relacionados à área de atuação dos membros da PPA ou investidores interessados

Os temas-chave propostos, bem como o entendimento sobre sua definição, aplicação no contexto de negócios de impacto socioambiental e subsetores elegíveis são:

BIOECONOMIA

Refere-se a negócios que contribuem para a “**manutenção da floresta em pé**”, via alternativas econômicas, a partir de insumos da biodiversidade da Amazônia. São atividades econômicas que envolvam a produção de bens e serviços a partir de material biológico como recurso primário. Nesse sentido, um aspecto importante da bioeconomia é a aplicação de mecanismos, tecnologias e processos relacionados aos recursos biológicos, à criação ou melhoria de processos industriais, ao desenvolvimento de novos produtos e serviços. Vale ressaltar que contempla também aspectos de diversidade socioeconômica local (**sociobiodiversidade**). O conceito de bioeconomia é de relevante interesse para a Amazônia e para o contexto de negócios de impacto socioambiental, no sentido de negócios que se alinham com o modelo de desenvolver alternativas econômicas que viabilizem a “manutenção da floresta em pé”, proporcionando aos agentes envolvidos oportunidades de emprego e renda, equivalentes ou maiores do que o custo de oportunidade associados ao desmatamento e avançando em direção a modelos que permitam enfrentar os desafios econômicos, sociais e ambientais de forma integrada na região (ver mais em ‘Contextualização da Amazônia’).

Setores elegíveis (exemplos não exaustivos):

- . **Produtos Florestais não madeireiros:** Extrativismo / uso sustentável de espécies nativas e/ou de outras espécies de importância na cadeia alimentar como insumos para alimentos e bebidas, moda, artesanato, cosméticos, saúde; incluindo soluções de uso sustentável de áreas florestais e **Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)**;
- . **Pesca e/ou aquicultura:** Extrativismo como insumos para alimentos, moda, saúde, entre outros e produção primária sustentável (soluções inovadoras e sustentáveis de **aquicultura**, ex **piscicultura**, **quelonicultura**);
- . **Ecoturismo de base comunitária:** Hospedagem e serviços diversos relacionados a **turismo sustentável** e de **base comunitária**.

SISTEMAS REGENERATIVOS E RESTAURAÇÃO FLORESTAL

Contempla negócios de fomento à recuperação de áreas alteradas, degradadas ou antropizadas (habitats modificados), que tem potencial - e necessidade - de regeneração. São atividades econômicas que envolvem intervenções, produtivas ou não, que focam na regeneração de solo fértil, no aumento da biodiversidade e no incremento do fluxo de serviços ecossistêmicos (como a regulação da erosão, a melhoria no ciclo da água e a **fixação de carbono**). No contexto amazônico, tais atividades têm grande relevância nas áreas historicamente desmatadas, bem como nas áreas de fronteira de desmatamento. A regeneração dessas áreas propicia importantes ganhos ambientais e benefícios à biodiversidade como a interligação de fragmentos, formação de **zonas de amortecimento**, aumento populacional e diversidade local (ver mais em ‘Contextualização da Amazônia’).

A restauração florestal envolve a reconstrução gradual da floresta, resgatando sua biodiversidade, função ecológica e sustentabilidade ao longo do tempo. Enquanto a restauração florestal busca alcançar parâmetros semelhantes a uma floresta primária/original,

A recuperação florestal contempla etapas intermediárias deste processo. No âmbito desta publicação, utiliza-se o conceito ‘restauração’ por ser cunhado e utilizado com frequência pelo campo, para facilitar o entendimento, entendendo que recuperação entra nesse contexto.

No reflorestamento o objetivo é o plantio de árvores para a formação de uma floresta (com espécies nativas ou exóticas), a qual não precisa ter a mesma estrutura florestal original da área desmatada. Além disso, no reflorestamento pode haver extração futura dessas árvores para fins comerciais. Regeneração é um mecanismo natural reconstrução do ambiente, que pode ser assistida ou via agricultura regenerativa (como exemplos sistemas agroflorestais - SAF, silvipastoris, ou de integração lavoura-pecuária-floresta - ILPF).

Setores elegíveis (exemplos não exaustivos):

- . **Sistemas Agroflorestais (SAFs) e/ou Integrados:** sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), lavoura-pecuária (ILP), silvipastoril (SSP) ou agroflorestais (SAF);
- . **Restauração Florestal:** inovações e eficiência na produção de mudas e desenvolvimento de projetos; tecnologias para restauração em larga escala e soluções de uso sustentável de áreas em restauração, envolvendo de Pagamento por Serviços Ambientais (como exemplos, carbono e provisão de água).

CARBONO E CLIMA

Refere-se a negócios que contribuem para a redução de emissões de gases do efeito estufa e mitigação de mudanças climáticas, além dos itens acima de Bioeconomia e Sistemas Regenerativos e de Restauração Florestal, que também contribuem nesse sentido. Contempla atividades relacionadas à energia (renovável, eficiente e acessível) e ao tratamento de efluentes (sistemas autônomos e descentralizados de saneamento e água limpa). Além do quesito ambiental, os acessos adequados a energia, saneamento e água limpa são três aspectos que estão longe da universalização no contexto amazônico, sendo então uma relevante questão social e também de desenvolvimento local (ver mais em 'Contextualização da Amazônia').

Também inclui atividades diretamente ligadas ao mercado de carbono, por meio da geração e comercialização de créditos, suporte técnico e tecnológico. Estão excluídas atividades econômicas associadas a projetos de infraestrutura convencionais, bem como fontes de geração de energia hídrica.

Setores elegíveis (exemplos não exaustivos):

- . **Energia limpa, eficiente e distribuída:** Geração de energia renovável, distribuída, de pequena escala a partir de fonte solar ou biomassa; Soluções de eficiência energética;
- . **Saneamento e Efluentes:** Sistemas autônomos de saneamento básico para regiões remotas e/ou de baixa renda, soluções de aumento do reuso de água na indústria, agropecuária e habitação, sistemas de utilização de águas de chuva para consumo doméstico ou agrícola e sistemas de tratamento de efluentes desenvolvidos a partir de **soluções baseadas na natureza (SbN)**.

CADEIAS DE FORNECIMENTOS SUSTENTÁVEIS

Contempla negócios que mitiguem impactos negativos, promovam a eficiência das cadeias de valor da região e enderecem os desafios característicos da Amazônia, como a questão logística (ver mais em Contextualização da Amazônia). Também contempla soluções relacionadas a acesso a crédito financeiro, bem como negócios voltados para os princípios da economia circular.

- . **Resíduos e Logística Reversa:** Soluções voltadas para os princípios da economia circular no desenho, substituição, descarte e logística reversa de produtos; Soluções de tecnologias/processos industriais zero resíduo, uso único, coleta de resíduos recicláveis/reaproveitáveis, sistemas de tratamento de resíduos autônomos/baixo custo e coprodutos;
- . **Logística, Distribuição e Comercialização:** Soluções e tecnologias para os desafios Amazônicos de logística, distribuição e comercialização (como exemplos, rastreabilidade, marketplace);
- . **Serviços Financeiros:** Soluções de serviços financeiros e seguros aderentes às necessidades/inclusivos; Soluções para ampliação e capilarização de crédito/microcrédito para produtores; Soluções de serviços financeiros para projetos relacionados aos temas-chave citados (como exemplos, energia renovável, restauração etc.).

FILTROS POSITIVOS E NEGATIVOS PARA CADA TEMA-CHAVE

Além dos temas-chave e de uma tipologia de setores elegíveis, propõe-se o racional de 'filtros positivos' e 'filtros negativos', para apoiar o delineamento e elegibilidade de negócios de cada tema. A proposição é que os potenciais negócios a serem apoiados sejam observados à luz desses filtros positivos ou negativos, que são elementos que fazem com que o negócio se aproxime ou distancie dos objetivos da Tese de Aceleração da PPA no âmbito de Biodiversidade.

Os filtros estão relacionados a pontos como mitigação de impactos negativos, boas práticas, certificações, inovação e conhecimento aplicado, educação ambiental e capacitação técnica, gestão eficiente de recursos, repartição de benefícios, entre outros. Eles serão depois utilizados como base para as análises de seleção de uma forma mais sistemática, com determinado peso e pontuação (ver no item seguinte "Critérios de elegibilidade e análises na seleção de negócios a serem apoiados").

- . **Filtros positivos:** buscam identificar pontos desejáveis de práticas do negócio que contribuam com os objetivos da Tese de Aceleração da PPA;
- . **Filtros negativos:** buscam identificar pontos de atenção ou exclusão relacionados a práticas do negócio que vão contra os objetivos da Tese de Aceleração da PPA. Neste sentido, merece destaque a prática de desmatamento, dado o impacto negativo sobre a biodiversidade.

TESE DE ACELERAÇÃO TEMAS-CHAVE: BIOECONOMIA

Negócios que contribuem para a manutenção da floresta em pé, via alternativas econômicas, a partir de insumos da biodiversidade da Amazônia.

Descrição	Filtro Positivo	Filtro Negativo
PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS - Extrativismo / uso sustentável de espécies nativas e/ou de outras espécies de importância na cadeia alimentar como insumos para alimentos e bebidas, moda, artesanato, cosméticos, saúde etc. - Serviços ou equipamentos relacionados - Soluções de uso sustentável de áreas florestais, envolvendo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	- Práticas produtivas / extrativistas sustentáveis, como exemplos: cultivo orgânico, manejo sustentável (planos de manejo, enriquecimento, adensamento restauração etc.), sistemas agroflorestais - Certificações (orgânica, rastreabilidade, boas práticas, comércio justo) - Inovação tecnológica no uso de matéria prima, processo ou cadeia de valor (como exemplos: biotecnologia, nova espécie, novo produto) - Redução de perdas nos processos/cadeia - Desenvolvimento de conhecimento aplicado sobre conservação da biodiversidade - Capacitação técnica especializada - Extensão da área de abrangência direta e indireta da iniciativa	- Práticas de desmatamento e ou degradação ambiental (queimadas, sobre exploração) - Impactos ambientais não mitigáveis <i>* Produtos Madeireiros não são elegíveis</i>
PESCA / AQUICULTURA - Extrativismo como insumos para alimentos, moda, saúde, entre outros - Produção primária sustentável (soluções inovadoras e sustentáveis de aquicultura), como exemplos: piscicultura, quelonicultura - Serviços ou equipamentos relacionados	- Práticas produtivas / extrativistas sustentáveis (como exemplo, plano de manejo) - Certificações (orgânica, rastreabilidade, boas práticas, comércio justo, ambiental) - Inovação tecnológica no uso de matéria prima, processo ou cadeia de valor (como exemplos: biotecnologia, nova espécie, novo produto) - Redução de perdas nos processos/cadeia - Desenvolvimento de conhecimento aplicado sobre conservação da biodiversidade - Extensão da área de abrangência direta e indireta da iniciativa - Manejo integrado dos recursos hídricos (no caso de aquicultura)	- Impactos negativos sobre habitats críticos (como exemplo, efluentes) - Impactos negativos sobre espécies ameaçadas e/ou estoques pesqueiros (como exemplo, introdução de espécies exóticas)
ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA - Hospedagem e serviços diversos relacionados a turismo sustentável e de base comunitária	- Conservação de áreas críticas / espécies ameaçadas - Certificações (boas práticas sociais e ambientais, base comunitária) - Educação ambiental - Extensão da área de abrangência direta e indireta da iniciativa	- Introdução de espécies invasoras - Aumento do estresse em áreas ecologicamente sensíveis/habitats críticos (como exemplo, impactos em ambientes noturnos)

TESE DE
ACELERAÇÃO
TEMAS-CHAVE:
SISTEMAS
REGENERATIVOS E
DE RESTAURAÇÃO
FLORESTAL

Negócios de fomento a regeneração de
ambientes já degradados/alterados.

Descrição	Filtro Positivo	Filtro Negativo
SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFS) E/OU INTEGRADOS - Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), lavoura-pecuária (ILP), silvipastoril (SSP) ou agroflorestais (SAF) - Soluções de uso sustentável de áreas florestais, envolvendo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) - Serviços ou equipamentos relacionados (como exemplos: ATER, projetos, maquinário, análise de solo)	- Certificações (orgânica, rastreabilidade, zero desmatamento, carbono, boas práticas, comércio justo) - Inovação tecnológica no uso de matéria prima, processo ou cadeia de valor (como exemplos: biotecnologia, nova espécie, novo produto, novo canal de comercialização) - Redução de perdas nos processos/cadeia - Desenvolvimento de conhecimento aplicado sobre conservação da biodiversidade - Capacitação técnica especializada - Extensão da área de abrangência direta e indireta da iniciativa - Combinação de espécies nativas e exóticas	- Práticas de desmatamento zero ou degradação ambiental - Impactos não mitigáveis -Potencial de abertura/desmatamento de novas áreas para prática produtiva
RESTAURAÇÃO FLORESTAL - Inovações e eficiência na produção de mudas e desenvolvimento de projetos - Tecnologias para restauração em larga escala - Soluções de uso sustentável de áreas em restauração, envolvendo de Pagamento por Serviços Ambientais (como exemplos: carbono, CRA, provisão de água) - Serviços ou equipamentos relacionados (como exemplos: ATER, maquinário, análise de solo)	- Restauração em áreas críticas - Uso / conservação de espécies ameaçadas e/ou locais - Certificações (carbono, biodiversidade, social) - Inovação e desenvolvimento de conhecimento aplicado sobre conservação da biodiversidade - Capacitação técnica especializada - Extensão da área de abrangência direta e indireta da iniciativa	- Práticas de desmatamento zero ou degradação ambiental - Uso de espécies exóticas fora dos parâmetros previstos no código florestal

TESE DE ACELERAÇÃO TEMAS-CHAVE: CARBONO / CLIMA

Negócios que contribuem para a redução de emissões e mitigação de mudanças climáticas.

[Além dos itens acima de Bioeconomia e Sistemas Regenerativos e de Restauração Florestal, que também contribuem nesse sentido]

Descrição	Filtro Positivo	Filtro Negativo
ENERGIA LIMPA, EFICIENTE E DISTRIBUÍDA - Geração de energia renovável, distribuída, de pequena escala (>1 MW) a partir de fonte solar ou biomassa - Soluções de eficiência energética (como exemplos: geradores a diesel eficientes para sistemas isolados complementando energia solar) - Serviços e equipamentos relacionados (como exemplos: componentes, softwares)	- Redução do consumo de energia (ou água) por unidade de produto (>20%) - Instalação/alcance em regiões florestais e/ou rurais remotas que viabilizem outros negócios de impacto - Certificações (carbono, social, selos de equipamentos eficientes) - Extensão da área de abrangência direta e indireta da iniciativa	- Fontes de biomassa associadas a desmatamento <i>* Micro centrais de energia hídrica ou projetos de 'infraestrutura convencional' não são elegíveis</i>
SANEAMENTO E EFLUENTES - Sistemas autônomos de saneamento básico para regiões remotas e/ou de baixa renda, (como exemplos: fossas sépticas, acesso à água potável e tratamento de efluentes de aquacultura) - Soluções de aumento do reuso de água na indústria, agropecuária e habitação - Sistemas de utilização de águas de chuva (cisternas) para consumo doméstico ou agrícola - Sistemas de tratamento de efluentes desenvolvidos a partir de soluções baseadas na natureza (SbN)	- Redução de quantidade e/ou carga poluente (>20%) - Aumento do acesso e instalação/alcance em regiões florestais e/ou rurais remotas - Capacitação técnica especializada - Extensão da área de abrangência direta e indireta da iniciativa	<i>* Projetos de 'infraestrutura convencional' não são elegíveis</i>
DESENVOLVEDORES DE PROJETOS DE CARBONO - Elaboração de documentos para validação de projetos, soluções para <i>marketplace</i>, sensoriamento, monitoramento e outros	- Certificações (carbono, biodiversidade, rastreabilidade)	- Projetos associados a desmatamento ou degradação ambiental

TESE DE
ACELERAÇÃO
TEMAS-CHAVE:
CADEIAS DE
FORNECIMENTO
SUSTENTÁVEIS

Mitigação de impactos socioambientais e eficiência para fortalecimento de cadeias de fornecimento sustentáveis da Amazônia.

[itens transversais ao demais temas-chave]

Descrição	Filtro Positivo	Filtro Negativo
RESÍDUOS E LOGÍSTICA REVERSA - Soluções voltadas para os princípios da economia circular no desenho, substituição, descarte e logística reversa de produtos - Soluções de tecnologias/processos industriais zero resíduo, uso único, coleta de resíduos recicláveis/ reaproveitáveis, sistemas de tratamento de resíduos autônomos/baixo custo e coprodutos	 - Certificações (destinação de resíduos, logística reversa, carbono, ambiental) - Desenvolvimento de conhecimento científico/aplicado - Mitigar impacto negativo em área de habitat crítico - Capacitação técnica especializada - Mitigação de risco de contaminação humana e de solo por gestão ineficiente de resíduos	 - Práticas de desmatamento ou degradação ambiental -Risco de contaminação do solo e humana - Sobreposição habitats críticos com impactos não mitigáveis -Projetos com incremento na intensidade de emissão de Gases de Efeito Estufa (>20% da linha de base)
LOGÍSTICA, DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO - Soluções e tecnologias para os desafios Amazônicos de logística e distribuição (como exemplos: <i>marketplace</i> , integração intermodal: <i>Mobility-as-a Service</i>) - Soluções e tecnologias para rastreabilidade (como exemplos: <i>blockchain</i> , <i>internet of things – IoT</i> etc.) - Soluções de comercialização para produtos Amazônicos (marketplace, entre outros)	 - Certificações (comércio justo, rastreabilidade, orgânica) - Redução de perdas no processo/cadeia (>20%) - Capacitação técnica especializada	 - Práticas de desmatamento ou degradação ambiental - Sobreposição habitats críticos com impactos não mitigáveis - Projetos com incremento na intensidade de emissão de Gases de Efeito Estufa (>20% da linha de base)
SERVIÇOS FINANCEIROS - Soluções de serviços financeiros e seguros aderentes às necessidades/inclusivos - Soluções para ampliação e capilarização de crédito/microcrédito para produtores - Soluções de serviços financeiros para projetos relacionados aos temas-chave citados (como exemplos: energia renovável, restauração etc.)	 - Certificações (investimento responsável, social, microcrédito) - Capacitação técnica especializada	 - Processo de diligência insuficientemente claro sobre risco ambiental dos investimentos - Histórico do negócio relacionado a desmatamento ou degradação ambiental

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E ANÁLISES NA SELEÇÃO DE NEGÓCIOS A SEREM APOIADOS PELA PPA, RELACIONADOS À BIODIVERSIDADE E A QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

RACIONAL DE ANÁLISE

Para a seleção de negócios apoiáveis, propõe-se a aplicação de perguntas-guias para os elementos centrais que devem ser analisados. Para cada pergunta, estão descritos os mecanismos de resposta (como exemplos, análise de informações autodeclaradas pelos empreendedores ou análise de banco de dados), a ponderação de acordo com a resposta (alto, médio ou baixo; ou sim/não) e por fim a pontuação e peso de cada item.

As perguntas visam avaliar o negócio vis-à-vis sua contribuição à biodiversidade e questões socioeconômicas, que são os dois eixos chave de impacto que serão levados em consideração na seleção de negócios a serem apoiados pela PPA.



BIODIVERSIDADE

Para o item de biodiversidade, os elementos a serem analisados e as perguntas-guia foram divididos em 2 blocos:

. **Magnitude de Impacto:** Contempla perguntas relacionadas ao tamanho das áreas a serem conservadas ou restauradas pelo negócio, seja de forma direta e/ou indireta. Para áreas diretas considera-se áreas próprias ou diretamente manejadas (como exemplo, áreas arrendadas) pela empresa, e indiretas aquelas associadas a cadeia de valor/fornecimento. O contexto das áreas em relação a sua relevância para conservação da biodiversidade também é levantado por meio das perguntas que abordam temas como: i) valor para conservação/presença de **valores de biodiversidade** (áreas prioritárias); ii) pressão por desmatamento; e iii) **conectividade**.

. **Probabilidade de Impacto:** As perguntas propostas tentam captar a probabilidade de contribuição positiva da empresa sobre a biodiversidade. Para tanto, buscam identificar aspectos qualitativos (como exemplo, boas práticas) e salvaguardas (como exemplo, certificações) que potencialmente indicam uma maior robustez da gestão do tema. As perguntas também buscam captar benefícios com impactos positivos indiretos para a biodiversidade, como educação ambiental e produção de conhecimento. Por fim, merece destaque também a pergunta de avaliação referente a repartição de benefício, que consiste na divisão dos benefícios

provenientes da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo desenvolvido a partir do acesso a patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado. Entende-se que negócios com estas práticas contribuam e estejam alinhados com os compromissos relacionados à biodiversidade.

Baseado nas respostas, são aferidas duas notas, de forma a localizar o negócio matriz de priorização estruturada de acordo com os dois eixos (magnitude do impacto x probabilidade do impacto), de forma a gerar um indicador de “impacto esperado”.

		PROBABILIDADE DE IMPACTO		
		ALTA	MÉDIA	BAIXA
MAGNITUDE DE IMPACTO	ALTA	ALTA	ALTA	MÉDIA
	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	BAIXA
	BAIXA	BAIXA	BAIXA	NÃO APOIAR

O resultado das notas e a localização dentro dos quadrantes da matriz permite uma avaliação ajustada da probabilidade de impacto do negócio (baixa, média e alta). Os negócios a serem apoiados pela PPA devem ter, pelo menos, uma probabilidade Alta ou Média de impacto esperado ajustado para a biodiversidade.

Nota: A distribuição dos valores entre as possíveis respostas, os pontos atribuídos para cada resposta, bem como os pesos destas, podem e devem ser revistos em função dos programas, dos negócios-alvo e perfil dos inscritos.

QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

Além de questões ligadas à biodiversidade, há a observação de elementos relacionados a questões socioeconômicas do negócio, dada a relevância do contexto socioeconômico no entorno do negócio e a realidade Amazônica. Os elementos desse bloco, diferentes do anterior, há aspectos para serem observados e vistos como diferenciais, não sendo então critérios excludentes (a não ser que haja programas com esses recortes específicos). São três elementos a serem analisados neste bloco:

. **Gênero, Raça, Orientação Sexual e População Tradicional:** entendimento de quanto o negócio leva em consideração esses aspectos na liderança, time e lente de atuação (se não são levados em consideração, se atentar para o potencial que existe e pode ser explorado nos programas de aceleração)

. **Beneficiários e Práticas Laborais:** entendimento do (i) alcance do negócio em termos de beneficiários e (ii) condições de práticas laborais (éticas/justas)

. **Geração de Renda e Desenvolvimento Local:** entendimento (i) da magnitude do negócio em termos de incremento de renda para beneficiários e (ii) do desenvolvimento local em que o negócio está inserido e atua (como exemplos, IDH ou IPS - ver mais em ‘Contextualização da Amazônia’)

Biodiversidade						
Magnitude de Impacto						
	Pergunta-guia	Forma de levantamento do dado	Ponderação	Tipo	Pontuação	Peso
Tamanho da Área	- Qual o tamanho da área (ha) diretamente <u>conservada</u> por meio do negócio?	Delimitação dos limites da área de influência do negócio com coordenadas geográficas (poligonal georeferenciado)	Grande (>500 ha) Média (500 ha> projeto>200 ha)	Positivo	Grande = 5 Média = 3	2
	- Qual o tamanho da área (ha) indiretamente <u>conservada</u> por meio do negócio?	Delimitação dos limites da área de influência do negócio com coordenadas geográficas (poligonal georeferenciado)	Grande (> 2.000 ha) Médio - 1.000 a 2.000ha Pequeno (até 500ha)	Positivo	Grande = 5 Média = 3 Pequena = 1	1
	- A área conservada/restaurada é adicional ao requerido pelo código florestal?	Dados fornecidos pelo projeto (Cadastro Ambiental Rural - CAR)		Positivo	Sim = 1 Não = 0	2
	- Qual o tamanho da área (ha) diretamente <u>restaurada</u> por meio do negócio?	Delimitação dos limites da área de influência do negócio com coordenadas geográficas (poligonal georeferenciado)	Grande (>100 ha) Média (100 ha> projeto>20 ha) Pequena (20ha>projeto)	Positivo	Grande = 5 Média = 3 Pequena = 1	2
	- Qual o tamanho da área (ha) indiretamente <u>restaurada</u> por meio do negócio?	Delimitação dos limites da área de influência do negócio com coordenadas geográficas (poligonal georeferenciado)	Grande (>200 ha) Média (200 ha - 100 ha) Pequena (< 100ha)	Positivo	Grande = 5 Média = 3 Pequena = 1	1
Relevância da área para a conservação da Biodiversidade	- Está em área prioritária/de alto valor para conservação (UCs, Habitat Crítico, Terra Indígena, local de espécie ameaçada/endêmica)?	Banco de dados (Probio, IBat, IUCN, WWF, ICMBio, outros)	Sim/Não	Positivo	Sim = 5 Não = 0	2
	- Está em área de pressão (relacionado degradação e desmatamento)?	Banco de dados (Prodes)	Alto (>2%a.a.) Médio (2%>projeto>0.5%) Baixo (0.5%>projeto)	Positivo	Alto = 5 Médio = 3 Baixo = 1	1
	- Promove conexão entre áreas (fragmentos florestais) nativas (primárias ou secundárias)?	Banco de dados (Probio, IBat, IUCN, WWF, ICMBio, outros), além de visita de campo caso seja necessário	Sim, entre áreas prioritárias; Sim, etre áreas não prioritárias, Não	Positivo	Sim, prioritárias = 5 Sim, não prioritárias = 3 Não = 0	1
Probabilidade do Impacto						
Mitigação de impactos negativos	- O negócio contempla ações que evitam/reduzem práticas com impactos negativos sobre a biodiversidade (ex. prevenção a poluição, introdução de espécies exóticas, combate ao tráfico/caça espécies ameaçadas) ?	Dados do negócio	Sim, de alta relevância Sim, de média relevância Sim, de baixa relevância Não	Positivo	Alta = 5 Média = 3 Baixa = 1 Não = 0	2
Boas Práticas	- O negócio tem boas práticas socioambientais? Qual a efetividade esperada para a recuperação da biodiversidade em função da técnica proposta? (aplicável para restauro ou sistemas regenerativos)	Dados do Projeto (PRA, projeto técnico com descritivo de técnicas e número de espécies)	Alta, média, baixa (ex.: técnica, número de espécies, acompanhamento técnico, tempo de implantação, outros aplicáveis)	Positivo	Alta = 5 Média = 3 Baixa = 1	1
Certificações	- O negócio tem certificações? (ex. orgânica, desmatamento, manejo, rastreabilidade)	Dados do negócio	Sim, com relação direta com biodiversidade Sim, com relação indireta com biodiversidade Não	Positivo	Sim = 5 Não = 0	1
Inovação / conhecimento aplicado	- O negócio contempla inovação e/ou desenvolvimento de conhecimento aplicado relacionada a biodiversidade?	Dados do negócio	Sim, com relação direta com biodiversidade Sim, com relação indireta com biodiversidade Não	Positivo	Sim, direta = 5 Sim, indireta = 3 Não = 0	2
Educação Ambiental e capacitação técnica	- O negócio contempla educação ambiental voltada para biodiversidade ou capacitação técnica?	Dados do negócio	Sim/Não	Positivo	Sim = 5 Não = 0	1
Gestão eficiente de recursos	- O negócio contribui com o uso eficiente de recursos na cadeia de valor?	Dados do negócio	Sim, com relação direta com biodiversidade Sim, com relação indireta com biodiversidade Não	Positivo	Sim, direta = 5 Sim, indireta = 3 Não = 0	1
Repartição de benefícios	- O negócio remunera sua cadeia de valor levando em conta o acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado?	Dados do negócio	Sim, repartindo benefícios por remuneração acima de valores de mercado. Sim, repartindo benefícios com remuneração no valor de mercado Não	Positivo	Sim, acima de mercado = 5 Sim, valor de mercado = 3 Não = 0	1
= Resultado do somatório gera duas notas (magnitud e probabilidade) que devem ser categorizados conforme matriz de probabilidade de impacto						
Magnitude do impacto (de 7 a 52 pontos) onde: i) de 7 a 23 - Baixo; ii) de 24 a 37 - Médio; e iii) maior que 38 - Alto						
Probabilidade do Impacto (de 1 a 45 pontos) onde: i) de 1 a 14 - Baixo; ii) de 15 a 29 - Médio; e iii) maior que 30 - Alto						

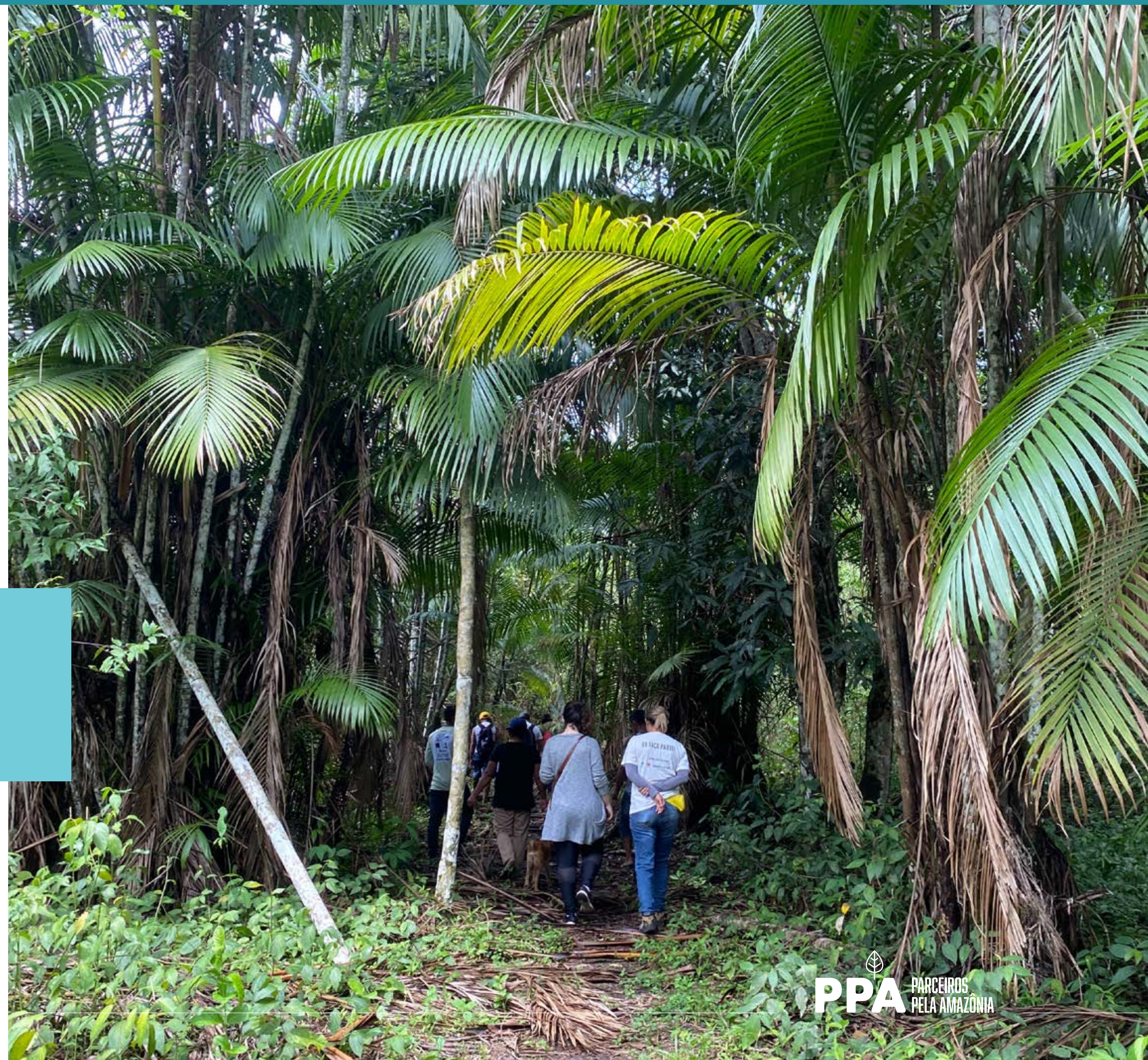
Socioeconômico						
	Pergunta-guia	Forma de levantamento do dado	Ponderação	Tipo	Pontuação	Peso
Gênero, Raça, Orientação Sexual e População Tradicional	- A equipe possui representatividade: mulheres, LGBTQIAP+, negros (pretos/pardos) ou população tradicional (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros ou grupos sociais que detêm grande conhecimento dos ecossistemas/biodiversidade da região)?	Análise dos dados enviados pelo empreendedor(a)	Alto = Maioria da equipe (nº / nº de funcionários) Médio = Minoria da equipe (nº / nº de funcionários) Baixo = Inexistente	Desejável	Alta = 5 Média = 3 Baixa = 0	1
	- A liderança (empreendedores/sócios/líderes) possui representatividade: mulheres, LGBTQIAP+, negros (pretos/pardos) ou população tradicional (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros ou grupos sociais que detêm grande conhecimento dos ecossistemas/biodiversidade da região)?	Análise dos dados enviados pelo empreendedor(a)	Alto = Maioria Médio = Pelo menos 1 Baixo = Inexistente	Desejável	Alta = 5 Média = 3 Baixa = 0	1
	- Há uma lente de gênero, raça, orientação sexual ou população tradicional no negócio? (ex. fomento de lideranças, fornecedores, parceiros, capacitação técnica)	Análise dos dados enviados pelo empreendedor(a)	Sim/Não	Desejável	Sim = 5 Não = 0	1
Beneficiários e práticas laborais	- Qual a amplitude de alcance do negócio (beneficiários afetados direta e indiretamente)?	Análise dos dados enviados pelo empreendedor(a)	Definido caso a caso entre alto, médio e baixo, ponderando o alcance direto e indireto	Positivo	Alto = 5 Médio = 3 Baixo = 1	2
	- Como são as práticas laborais do negócio? (no sentido de ser justa, ética, segura)	Análise dos dados enviados pelo empreendedor(a)	Definido caso a caso entre alto, médio e baixo	Positivo	Adequadas = 5 Medianas = 3 Inadequadas = 0	2
Geração de renda e desenvolvimento local	- Qual a magnitude do negócio na geração de renda para os beneficiários?	Análise dos dados enviados pelo empreendedor(a)	Definido caso a caso levando em consideração: a) Número de empregos: diretos e indiretos b) Média de remuneração c) Diferenciação do negócio na região que atua (gera valor agregado para a economia local ou é "mais do mesmo")?	Positivo	Alta = 5 Média = 3 Baixa = 1	2
	- Qual o contexto socioeconômico da região em que o negócio atua?	Sistema/dados, levantados pela PPA	IDH ou IPS - Índice de Progresso Social do(s) município(s) de atuação do negócio (pode ser parametrizado em relação à média Amazônica ou brasileira, a depender do contexto do programa)	Positivo	Alto = 1 Médio = 3 Baixo = 5	2
= Resultado do somatório gera uma pontuação para o eixo 'socioeconômico'						
Até 15 pontos para itens 'Desejáveis'						
De 40 a 6 pontos para itens 'Positivos', em que i) 6-17 Baixo, (ii) 18-29 Médio e (iii) 30-40 Alto						

MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO

A metodologia proposta para os critérios e as análises da seleção de negócios permite uma avaliação prévia dos negócios (ex-ante, da lógica da intervenção), ao mesmo tempo em que aponta para os indicadores relevantes para monitoramento posterior (ex-post). Os critérios avaliativos de magnitude de impacto (tamanho de área e relevância da área) permitem uma avaliação transversal de todos os negócios (da carteira/portfólio apoiado). Os critérios de probabilidade de impacto permitem selecionar indicadores específicos para os negócios conforme aplicável. Ainda há os critérios socioeconômicos, que são aplicáveis a depender do contexto dos negócios e programas.

A proposta elaborada prevê uma maior robustez nos critérios e análises de seleção, de forma a direcionar a escolha dos negócios de impacto socioambiental a serem apoiados.

A diretriz, neste momento, foi a premissa de que uma boa seleção mitiga uma série de aspectos e impactos negativos não desejados. De qualquer forma, há a orientação para o monitoramento de (i) indicadores básicos de impacto, (ii) indicadores de impacto customizados (como um aprofundamento do item i) e (iii) indicadores de processos, fundamentais para o acompanhamento de impacto dos negócios apoiados.



INDICADORES BÁSICOS DE IMPACTO

Para todos os negócios apoiados, os indicadores de monitoramento serão os mesmos daqueles utilizados como critérios de seleção de magnitude de impacto, então serão monitorados o tamanho em hectares das áreas diretamente ou indiretamente conservadas e restauradas.

Para áreas indiretamente impactadas, como por exemplo negócios com impactos indiretos relacionados a comercialização e cadeia de fornecimento, a correlação entre a atividade da empresa e a conservação e/ou restauração deverá ser explicitada, podendo ocorrer em função de requisitos de conformidade exigidos pela empresa, pagamento por produtos e/ou serviços oriundos das áreas ou outros.

Os indicadores de tamanho de área deverão também ser levantados nas diferentes categorias de relevância para a biodiversidade (**área crítica, sob pressão ou de conexão**).

POSSÍVEL APROFUNDAMENTO: INDICADORES DE IMPACTO CUSTOMIZADOS

Para os negócios localizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade e/ou com tese de impacto positivo específica sobre biodiversidade, a PPA poderá escolher apoiar o negócio no desenvolvimento de um Plano de Monitoramento de Biodiversidade (PMB) e criar um estudo de caso. Este deverá conter: (i) linha de base para o indicador de biodiversidade selecionado (o que aconteceria com este na ausência do negócio no território), medidas do estado dos valores da biodiversidade (como exemplo frequência, distribuição e diversidade) no momento de entrada no programa de aceleração da PPA; (ii) processo, monitoramento da implementação das ações previstas pelo negócio; e (iii) resultados, monitoramento da situação dos valores da biodiversidade durante a vida do projeto, em comparação com a linha de base. Recomenda-se que o PMB seja elaborado e acompanhado por profissional capacitado com conhecimento técnico na área (especialista).

Espera-se que o negócio desenvolva um conjunto prático de indicadores/métricas para os valores da biodiversidade que requerem mitigação e gestão. Os indicadores e o desenho amostral devem ser selecionados com base na utilidade, ou seja, na capacidade de informar as decisões sobre mitigação e gestão, e na eficácia, na capacidade de medir os efeitos com poder estatístico adequado, dadas as faixas estimadas de variabilidade natural para cada valor de biodiversidade. Indicadores proxy para alguns valores de biodiversidade podem ser necessários para satisfazer esses critérios.

É desejável que o BMP seja incorporado como uma ferramenta do sistema de gestão do negócio como suporte à tomada de decisão.

INDICADORES DE PROCESSOS

Os critérios de seleção relacionados a Probabilidade de Impacto para Biodiversidade e Questões Socioeconômicas também podem ser monitorados pela PPA como proxies de contribuição positivas do negócio. Obtenção de certificações, capacitações técnicas em boas práticas de uso da biodiversidade, número de pessoas expostas a conteúdos de educação ambiental, quantidade de mulheres na liderança, são exemplos de ações a serem monitoradas e relatadas pelos negócios, a tabela acima de critérios de seleção exemplifica possíveis indicadores de processos para estes casos.

REPORTE E ACOMPANHAMENTO DOS INDICADORES

Propõe-se que para cada programa/edição de aceleração da PPA seja alinhado com os parceiros e negócios apoiados a obrigação de reporte de indicadores selecionados ao longo da duração do programa - e acompanhamento posterior. O mecanismo de mensuração dos indicadores envolve informações autodeclaradas dos empreendedores, coleta e análise de dados. É sugerido também uma visita de campo dos implementadores selecionados para executar os programas da PPA para diligência das informações, a depender do programa e negócio apoiado.

GLOSSÁRIO

AQUICULTURA: contempla a produção de organismos aquáticos para uso do homem (alimentício ou ornamental). No contexto Amazônico, pode incluir a produção de peixes (piscicultura) e de quelônios (quelonicultura).

ÁREAS PRIORITÁRIAS (PARA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE): a definição destas áreas contempla aspectos ambientais como a ocorrência de espécies e ecossistemas, tais como diversidade, abundância e/ou endemismo. Também contempla aspectos sociais como custos e oportunidades para a conservação, tais como áreas sob pressão de desmatamento ou áreas que promovam conexão entre remanescentes florestais. Conforme previsto pelo Ministério do Meio Ambiente trata-se de “um instrumento de política pública que visa à tomada de decisão, de forma objetiva e participativa, sobre planejamento e implementação de medidas adequadas à conservação, à recuperação e ao uso sustentável de ecossistemas. Inclui iniciativas como a criação de unidades de conservação (UCs), o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, a fiscalização, o fomento ao uso sustentável e a regularização ambiental”. Para efeito desta publicação, áreas de habitats críticos devem ser consideradas como áreas prioritárias.

FRAGMENTOS FLORESTAIS DE NATIVAS (PRIMÁRIAS OU SECUNDÁRIAS): áreas com remanescentes de florestas nativas em diferentes estágios de conservação, podendo ser áreas não exploradas (primárias) ou onde tenha já ocorrido algum tipo de interferência humana (secundárias).

CÓDIGO FLORESTAL: dispõe sobre a proteção da vegetação nativa no Brasil, conforme previsto na Lei nº12.651 de Maio de 2012.

DESMATAMENTO ILEGAL: aquele que ocorre fora dos parâmetros estipulados pelo Código Florestal.

EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA: atividades que contribuem para as mudanças climáticas por meio da liberação na atmosfera de gases que absorvem uma parte da radiação solar

promovendo o aquecimento desta no fenômeno denominado como de efeito estufa. No contexto do desmatamento contempla a liberação do carbono contido na biomassa da floresta (carbono biogênico) para a atmosfera por meio da queima desta e a emissão de CO2 associada.

FONTES RENOVÁVEIS: fontes de energia elétrica no Brasil consideradas renováveis, contemplam: i) hidráulica; ii) biomassa; iii) solar; iv) eólica. No contexto do presente trabalho serão elegíveis as seguintes fontes de geração de energia renovável: solar, biomassa, biogás e micro-centrais hidrelétricas a fio d’água.

FIXAÇÃO DE CARBONO: capacidade dos ecossistemas florestais em fixar carbono da atmosfera em biomassa por meio da fotossíntese.

HABITATS MODIFICADOS: conforme definido no Padrão de Desempenho 6 da IFC (par. 11), contempla “áreas que podem conter uma grande proporção de espécies vegetais e/ou animais de origem não nativa e/ou nas quais a atividade humana tenha modificado substancialmente as funções ecológicas primárias e a composição das espécies de uma área. Os habitats modificados podem compreender áreas destinadas a lavouras e plantações florestais”.

HABITATS NATURAIS: conforme definido no Padrão de Desempenho 6 da IFC (par.13) contempla “áreas formadas por associações viáveis de espécies vegetais e/ou animais de origem predominantemente nativa e/ou nas quais a atividade humana não tenha modificado essencialmente as funções ecológicas primárias e a composição das espécies da área.”

HABITATS CRÍTICOS: conforme definido no Padrão de Desempenho 6 da IFC (par.16) contempla “áreas com alto valor de biodiversidade, incluindo (i) habitat de importância significativa para espécies gravemente ameaçadas e/ou ameaçadas de extinção; (ii) habitats de importância significativa para espécies endêmicas e/ou de ação restrita; (iii) habitats que

propiciem concentrações significativas de espécies migratórias e/ou congregantes; (iv) ecossistemas altamente ameaçados e/ou únicos; e/ou (v) áreas associadas a processos evolutivos-chave.”

MITIGAÇÃO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS: diz respeito a ações antrópicas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa de forma a reduzir os impactos das mudanças climáticas.

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA): incluir definição utilizada em “Contextualização da Amazonia”. Iniciativa que favorecem a manutenção, recuperação ou melhoria dos Serviços Ecossistêmicos. No contexto deste trabalho são exemplos de PSA ações relacionadas a incremento em fixação de carbono por meio de biomassa, provisão de água ou por meio de cotas de reservas ambientais para regularização de Reserva Legal.

PERDAS LÍQUIDAS DA DIVERSIDADE: conforme previsto no Padrão de Desempenho 6 da IFC (par. 15) trata-se de “uma perda única ou cumulativa de indivíduos que impacta a capacidade da espécie de sobreviver nas escalas global e/ou regional/ nacional por muitas gerações ou durante um período longo”. Para negócios desenvolvidos em áreas de habitat natural, serão elaboradas medidas de mitigação, de modo que não haja perda líquida da diversidade.

SALDOS LÍQUIDOS POSITIVOS EM BIODIVERSIDADE: conforme previsto no Padrão de Desempenho 6 da IFC (par. 18), trata-se de “resultados adicionais de conservação que podem ser alcançados para aqueles valores de biodiversidade para os quais o habitat crítico foi criado.” Para negócios com atividades em áreas de habitat crítico é possível alcançar saldos líquidos positivos mediante o desenvolvimento de uma compensação de biodiversidade para melhorar o habitat e proteger e conservar a biodiversidade.

SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS: contribuições diretas e indiretas dos ecossistemas ao bem-estar humano. Podem ser divididos em quatro categorias: provisão, regulação, culturais e de suporte.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS E/OU INTEGRADOS: são formas de uso ou manejo da terra, nos quais se combinam espécies arbóreas (frutíferas e/ou madeiras) com cultivos agrícolas e/ou criação de animais, de forma simultânea ou em seqüência temporal e que promovem benefícios econômicos e ecológicos. Dependendo dos elementos presentes podem ser categorizados como: i) Integração Lavoura Pecuária (ILP); ii) Integração Lavoura Pecuária e Floresta (ILPF); e Silvopastoris.

SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA: são ações inspiradas e apoiadas na natureza, que proporcionam benefícios ambientais, sociais, econômicos e ajudam a construir a resiliência com destaque para a questão das mudanças climáticas.

TURISMO SUSTENTÁVEL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: “modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para nos recrear e educar, dos recursos da Unidade de Conservação.”(ICMBIO)

SOCIOBIODIVERSIDADE: conjunto de bens e serviços gerados por meio da conexão entre a diversidade biológica, a prática de atividades sustentáveis, beneficiando produtos extraídos da floresta, e o manejo desses recursos por meio do conhecimento cultural e ancestral das populações tradicionais.

ZONAS DE AMORTECIMENTO E CONECTIVIDADE: são respectivamente áreas no entorno ou que ligam áreas de floresta nativa. Estas áreas têm papel importante na conservação da biodiversidade reduzindo a pressão sobre os remanescentes de vegetação nativa (zonas de amortecimento) e facilitando o fluxo das espécies entre áreas isoladas (conectividade).

5 PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO



SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA DOS PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO E O FOCO DE ATUAÇÃO DA PPA

O objetivo da Tese da Aceleração da PPA é identificar novas possibilidades de desenvolvimento e fortalecimento para diferentes tipos e estágios de negócios de impacto socioambientais que atuam na/com a Amazônia. Há uma série de possibilidades de programas de aceleração que podem contribuir neste sentido. A priorização e escolha de quais seriam os programas de aceleração e seus focos de atuação foi feita através de um amplo processo de mapeamento, escuta e construção coletiva com os membros da PPA.

A primeira etapa consistiu no mapeamento e entendimento do que já existe de iniciativas de fomento a negócios de impacto na Amazônia (ver mais em 'Ecossistema de Negócios de Impacto na Amazônia'), com o intuito de buscar propor programas para questões relevantes da região e complementares aos programas existentes, cobrindo lacunas e não se sobrepondo. Foram feitas conversas qualificadas com mais de quarenta organizações e iniciativas, entre intermediários, investidores e negócios de impacto socioambiental.



Em seguida, foram feitas sessões de escuta com as empresas membro da PPA para colher percepções sobre possíveis focos da Tese de Aceleração. Foram três sessões de consulta: GT1 Empreendedorismo (25 participantes; como SITAWI, IDESAM, Instituto Humanize, Fundo Vale, Dow, Climate Ventures, Mercado Livre), primeira consulta aberta (28 participantes; como IPE, Vale, Suzano, Denis Minev) e segunda consulta aberta (23 participantes; como ICS, MOV, CERTI, Ambev, Imaflora).

Observa-se que a construção foi feita levando em consideração fatores ambientais, sociais e econômicos do território, tríade que é, inclusive, inerente ao próprio conceito de negócios de impacto socioambiental. Ainda, o processo de construção permitiu o refinamento de macro objetivos de impacto e da estratégia da PPA:

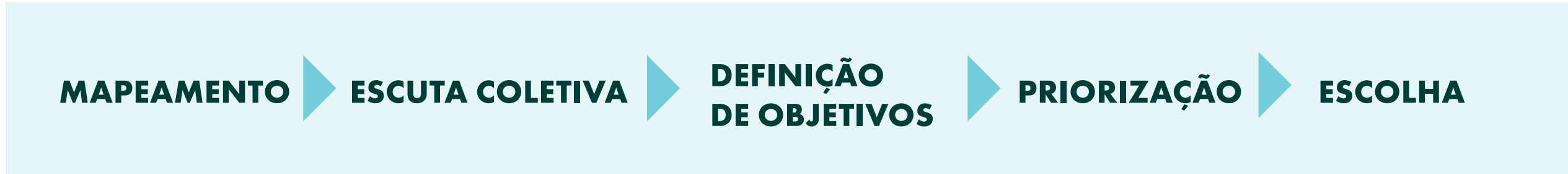
OBJETIVOS DE IMPACTO

- Contribuir para conservação e regeneração da biodiversidade da Amazônia
- Estimular o empoderamento local/comunitário via abordagens de negócio (com sustentabilidade financeira)

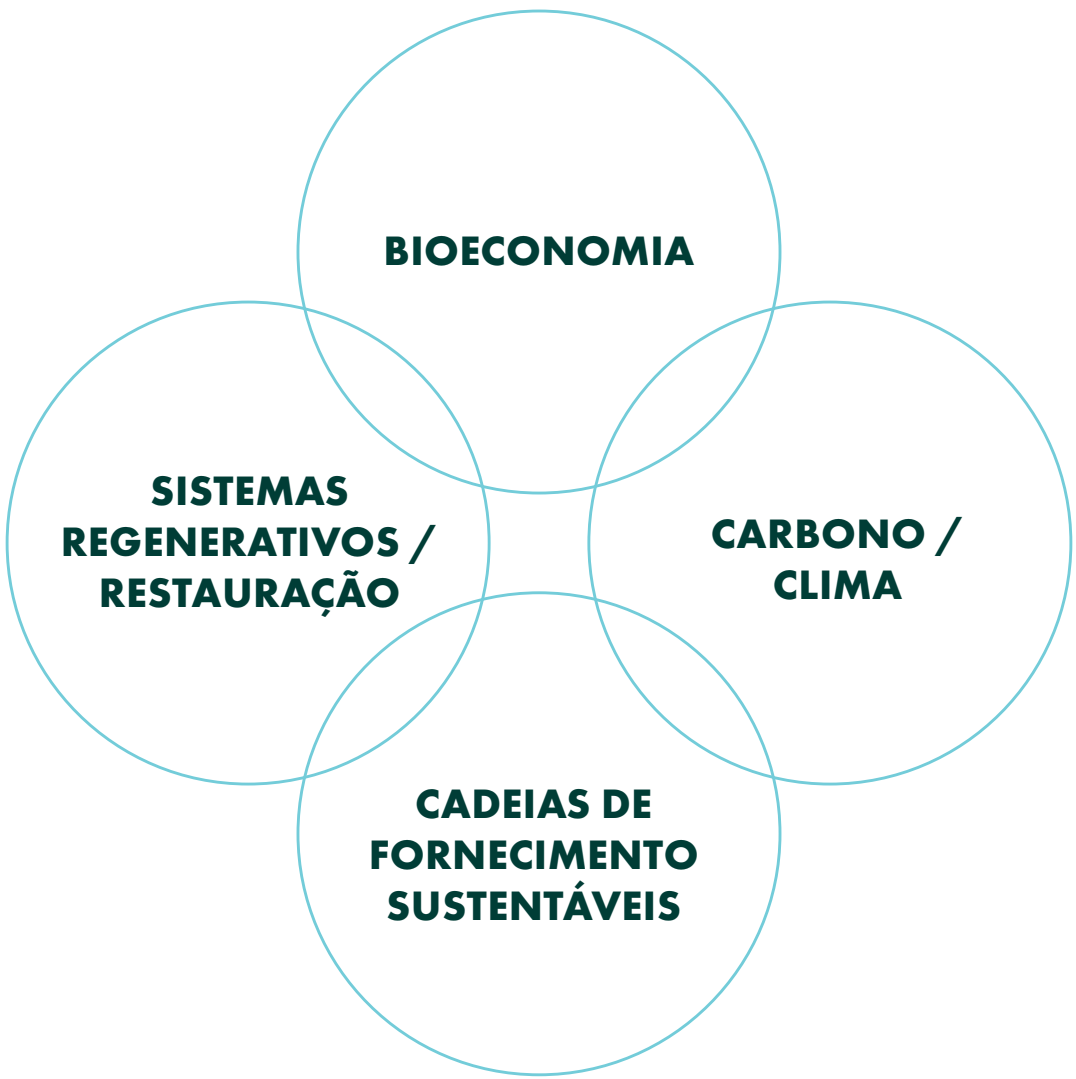
OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA DA PPA

- Gerar um fluxo constante de novos negócios de impacto socioambiental para endereçar os desafios socioambientais da Amazônia
- Fortalecer o ecossistema de negócios de impacto na Amazônia (via apoio a dinamizadores, serviços, dados, etc)

Avançando na definição da atuação da PPA neste tema, a priorização e escolha das possibilidades de programas de aceleração foi feita a partir daquelas que tinham maior aderência aos objetivos propostos e que estavam mais alinhadas com as estratégias e visão de futuro da PPA, alinhado com o Conselho Deliberativo.



Ao final do processo, foram propostos quatro eixos para os programas de aceleração para a PPA: para negócios de impacto socioambiental em Estágios iniciais, Estágios maduros, ligados a Restauração/regeneração ambiental, empreendidos por Populações locais e comunitários (ver mais em ‘Programas de Aceleração da PPA’). Ainda, os programas são guiados por eixos temáticos, relacionados a temas-chave para a conservação da biodiversidade e tendências no contexto amazônico: Bioeconomia, Sistemas regenerativos e restauração florestal, Carbono/Clima e Cadeias de fornecimento sustentáveis (ver mais em ‘Biodiversidade – Temas chave’). Outro possível recorte complementar é o relacionado a territórios, dado a magnitude do contexto amazônico e a possibilidade de fazer recortes no território (ver mais em ‘Contextualização da Amazônia’).



OS EIXOS DOS PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO DA PPA SÃO VOLTADOS PARA:

- Negócios de impacto socioambiental em estágios iniciais
- Negócios de impacto socioambiental em estágios maduros
- Negócios de impacto socioambiental restauração/regeneração florestal
- Negócios de impacto socioambiental empreendimentos por populações locais e comunitários

POSSÍVEIS RECORTES TERRITORIAIS PARA A TESE DE ACELERAÇÃO DA PPA:

- Relacionados ao desmatamento
- Relacionados ao tipo de território
- Relacionados a fatores socioeconômicos ou demográficos
- Relacionados a setores/cadeia chave da Amazônia
- Relacionados a questões geográficas
- Relacionados à área de atuação dos membros da PPA ou investidores interessados

Notas:

- (i) Não foi priorizado o foco em negócios em Estágio de Ideação, uma vez que se conecta menos com o objetivo de geração de pipeline e acreditamos que esse ponto deve ser trabalhado principalmente pela educação para o empreendedorismo e formação de talentos (e já há algumas organizações com iniciativas para esse foco), e não necessariamente via um programa de aceleração;
- (ii) Tampouco foi priorizado o foco para negócios em Estágio de Escala, entendendo que não há muitos negócios em fase de escala na Amazônia - e os poucos existentes, dado o seu nível de maturidade, conseguem acessar apoio via investimento;
- (iii) Inovação e tecnologia não foram aspectos destacados porque entende-se que deve ser um item transversal a todos os programas e diz mais respeito ao tipo de negócio, possivelmente de base tecnológica (ver mais em 'Ecossistema de Negócios de Impacto Socioambiental da Amazônia – Tipificação de negócios').

DIRETRIZES GERAIS PARA OS PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO

Para cada eixo da Tese de Aceleração da PPA, notadamente para negócios de impacto socioambiental (i) em Estágios iniciais, (ii) em Estágios maduros, (iii) ligados a Restauração/regeneração ambiental e (iv) empreendidos por Populações locais e comunitários, foram feitas descrições para orientar a construção dos programas da PPA, que serão executados por organizações implementadoras (terceiras). Essas diretrizes, então, funcionam como guia para a PPA utilizar quando implementar os programas, tanto no momento de escolha da organização implementadora, quanto no desenho do programa em específico com estes implementadores.

As descrições e diretrizes incluem: (ii) Exemplos de iniciativas que atuam com foco semelhante que já existem no ecossistema da Amazônia (de forma ilustrativa, não exaustiva), (ii) O que a PPA irá levar em consideração ao trabalhar essa possibilidade, (iii) Tipo de negócio, estágio e temas-chave foco do programa, (iv) Possíveis abordagens metodológicas (orientações sobre duração, formato, online vs. presencial, ponderação sobre o número de participantes), (iv) Conteúdos chave a serem abordados, (v) Busca e seleção de negócios para esse programa (critérios e processo) e (vi) Sobre aporte de capital para os negócios participantes do programa (não mandatório).

Na execução do programa pelos implementadores, alguns pontos merecem atenção, como o cuidado com a linguagem e comunicação (alinhamento da abordagem e discurso, de forma a dialogar com todos os envolvidos), assim como com as nomenclaturas e ferramentas utilizadas, para serem aderentes à realidade local e corretamente compreendidas pelos(as) empreendedores(as); além da acuracidade na escolha de quem irá ministrar os conteúdos dos programas junto aos(as) empreendedores(as), visando pessoas que tenham legitimidade e participação local, de forma a possibilitar alianças e legado para a região Amazônica.

Por fim, é importante mencionar que os programas de aceleração da PPA serão realizados via parcerias com empresas membro da PPA ou com outras organizações que tenham interesse em alguns dos eixos da Tese. Desta forma, cada programa de aceleração da PPA será customizado de acordo com o parceiro, prevendo aporte financeiro de ambas as partes (match funding – financiamento combinado). Assim, é previsto que cada programa em específico tenha características próprias, desenhadas pela PPA junto com a(s) empresa(s) membro parceira(s)-financiadora(s), além de, eventualmente, em conjunto com a organização implementadora selecionada (que irá executar o programa).

Nota: Compreende-se aceleração como processo que visa apoiar o desenvolvimento de negócios de impacto em múltiplas dimensões - de gestão, de acesso a mercado, de validação de produto ou serviço, dentre outros aspectos relacionados ao fortalecimento do empreendimento, de seus produtos ou serviços, e dos impactos positivos que ele gera para a sociedade. Ainda que o termo 'aceleração' tenha múltiplos significados, assume-o aqui num sentido amplo - lato sensu - contemplando os diversos tipos de programas de apoio e fortalecimento de negócios de impacto, em seus diferentes estágios e formatos jurídicos, com exceção da etapa de ideação (ver mais em 'Referências').

DIRETRIZES GERAIS DE BUSCA E SELEÇÃO DE NEGÓCIOS A SEREM APOIADOS

Sobre os critérios de busca e seleção
Os critérios de busca e seleção propostos envolvem:



Contribuir para conservação e regeneração da biodiversidade na Amazônia é um dos objetivos da Tese de Aceleração da PPA e seu eixo temático central. A **Biodiversidade**, então, foi a base para a definição de temas chave como foi acima mencionado, e também para a definição de **critérios de elegibilidade e análises na seleção das iniciativas**.

Neste sentido, para cada tema-chave, foram definidos subsetores elegíveis, além de filtros positivos e negativos. Filtros positivos são aqueles que buscam identificar pontos desejáveis de práticas do negócio que contribuam com os objetivos da Tese de Aceleração da PPA. Filtros negativos buscam identificar pontos de atenção ou exclusão relacionados a práticas do negócio que vão contra os objetivos da Tese de Aceleração da PPA (neste sentido, merece destaque a prática de desmatamento, dado o impacto negativo sobre a biodiversidade). Ainda, foram propostos critérios baseados em perguntas-guia e um sistema de pontuação para definir a ‘Probabilidade e Magnitude do Impacto em Biodiversidade’ e ‘Questões Sociodemográficas’ de impacto do negócio, de forma a ajudar a direcionar a escolha de “se deve ser um negócio a ser apoiado ou não” (ver mais em Biodiversidade - Critérios de Elegibilidade e Análises na Seleção).

Além dessa diretriz de seleção baseada em Biodiversidade, propõe-se levar em consideração **critérios gerais relacionados ao aspecto do ‘negócio’**, como:

EMPREENDEDORES E TIME	MERCADO E DEMANDA	SOLUÇÃO	MODELO DE NEGÓCIO	ENCAIXE COM O PROGRAMA
Perfil Empreendedor Os empreendedores têm perfil e competências necessárias para fazer o negócio dar certo? Time com talentos-chave O time tem potencial para fazer o negócio dar certo?	Demanda pela solução Há demanda pela solução atualmente? Quão relevante? Mercado com espaço para crescer Quais as previsões de crescimento e tendência para o mercado?	A solução é eficaz A solução resolve de fato a questão que se propõe a resolver? A solução tem diferencial competitivo A solução é diferente de outras existentes no mercado? Em que medida?	Sustentabilidade financeira O modelo tem orientação para mercado (visando sustentabilidade financeira), ou pelo menos tem a intenção ou potencial? Escalabilidade O modelo tem potencial de escalabilidade? Qual a estrutura de custos e despesas? Geração de impacto socioambiental Como o modelo de negócio gera impacto?	Aderência entre o negócio e o programa proposto Há aderência entre as necessidades do negócio e a proposta de valor do programa?

Ainda, foram propostos pontos de atenção nos critérios de busca e seleção específicos para cada programa de aceleração:

ESTÁGIOS INICIAIS:

(i) perfil empreendedor, (ii) intencionalidade do(a) empreendedor(a), (iii) negócio com potencial de inovação/tecnologia e (iv) Projetos/organizações socioambientais que querem desenvolver sua vertente de negócios.

ESTÁGIOS MADUROS:

(i) time: talentos-chave para crescer, (ii) perfil empreendedor e (iii) mercado (tamanho e tendência).

EMPREENDIDOS POR POPULAÇÕES LOCAIS E COMUNITÁRIOS:

(i) perfil empreendedor, (ii) inovação no produto/serviço ou (iii) comunidades que estejam sofrendo grande pressão externa negativa.

RELACIONADOS A REGENERAÇÃO E RESTAURAÇÃO FLORESTAL:

(i) time (entendimento de questões produtivas de campo e desenho de sistemas); (ii) potencial de inovação/tecnologia; (iii) potencial de mercado (no caso de regeneração produtiva, mas é um ponto que pode ser trabalhado ao longo do programa); (iv) conexão com os desafios florestais do membros da PPA (caso for um programa em parceria específico para esse fim)

SOBRE O PROCESSO DE BUSCA E SELEÇÃO

O **processo de busca e seleção deve servir e ser guiado a partir dos objetivos, da abordagem e da profundidade de cada programa de aceleração**. Por exemplo: programas curtos e em grupo podem prever uma seleção mais breve, ao passo que para programas mais longos e personalizados, a seleção deve ser mais minuciosa e extensa, garantindo que os negócios certos estão sendo selecionados para serem apoiados, dado o nível de dedicação e profundidade do apoio que será oferecido.

No contexto da Tese de Aceleração da PPA, para o **processo de busca de negócios** recomenda-se, na maioria dos casos, fazer: (i) chamadas abertas, transversalmente na Amazônia, com parceiros e organizações setoriais ou (ii) chamadas e programas específicos para determinados territórios, temas-chave/setores/cadeias ou desafios de empresas membro da PPA que se conectam com impacto socioambiental.

Para alguns casos, porém, como para negócios empreendidos por populações locais e comunitários, recomenda-se a busca ativa e recebimento de indicações e parcerias com organizações locais e setoriais; além da cautela para nomenclatura a ser utilizada ('negócio' ou 'empreendimento' pode não ser um bom termo ou compreensível, e sim 'iniciativa'). Ainda, para o programa voltado para negócios de Restauração e Regeneração florestal, é especialmente importante a parceria com atores locais, que estão em campo e conhecem possíveis negócios, produtores e propriedades aderentes ao programa.

O **processo de seleção**, por sua vez, conta com as diretrizes e critérios acima descritos, e deve ser desenhado programa a programa, de acordo com sua abordagem metodológica e programática.

“EMPREENDER É,
ACIMA DE TUDO, UM
APRENDIZADO
CONSTANTE E
DURADOURO.”

— LEANDRO KARNAL

5.1 PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO

ESTÁGIOS INICIAIS

NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL EM ESTÁGIOS INICIAIS

O QUE EXISTE NO ECOSISTEMA DA AMAZÔNIA

Observa-se que há na região um recente lançamento e/ou ampliação de iniciativas voltadas para o surgimento de novos negócios de impacto socioambiental e fomento daqueles que estão em estágios iniciais, com recortes e focos específicos (regional, público-alvo de empreendedores ou tipo de empreendimento, por exemplo).

A título de ilustração, é possível citar o **Centro de Empreendedorismo da Amazônia – CEA** (associação que atua na promoção e articulação de negócios sustentáveis na Amazônia) que desenvolve desde 2017 a iniciativa **Amazônia Up**, um programa de pré-aceleração de modelos de negócios com foco em floresta, biodiversidade e uso do solo voltado para estudantes de escolas técnicas, universitários e recém-formados. O foco são negócios relacionados a cadeias prioritárias do Estado do Pará,

como açaí, cacau, cupuaçu, produtos florestais não madeireiros (frutos, óleos, resinas, fibras etc.), sistemas agroflorestais, gastronomia, pesca, turismo, agricultura sustentável, moda sustentável e economia criativa. Os participantes passam por uma série de oficinas de conteúdo (de temas como mínimo produto viável, modelo de negócio, psicologia positiva, entre outros) e ao final do programa há a apresentação dos negócios, exposição dos produtos e conexões com parceiros e investidores.

O **Impact Hub Manaus**, por sua vez, desenvolveu o **Tribo Conexão**, programa online para refinar negócios com proposta de valor de impacto em fases iniciais. O programa tem como eixos (i) Ideação e Validação do negócio, (ii) Gestão e Organização, (ii) Capacitação e acesso a conexões e (iv) Futuros e Impacto. A metodologia envolve mentorias coletivas e individuais, conteúdos, vídeos e rede/eventos para conexões. O programa foi criado em 2020 e será relançado no segundo semestre de 2021 com novidades.

Não menos importante, a organização **CERTI**, referência na criação do ecossistema de inovação de Florianópolis, lançou em 2021 a iniciativa Jornada Amazônia. Dentre seus objetivos, está o fomento à originação de novos negócios que geram valor para a floresta em pé (startups que utilizam de forma sustentável produtos da biodiversidade amazônica ou que desenvolvem serviços e tecnologias que aumentam a competitividade das cadeias produtivas e da bioeconomia). O programa, chamado de 'Originação', fomenta novos negócios transformando ideias em empreendimentos, envolvendo suporte financeiro e mentorias.

OBJETIVO

O QUE A PPA IRÁ LEVAR EM CONSIDERAÇÃO
PARA ATUAR NESSA FRENTE:

Observa-se uma lacuna de surgimento de novos negócios de impacto socioambientais na Amazônia, de forma que iniciativas voltadas para o apoio a negócios em estágios mais avançados têm encontrado dificuldade em encontrar volume de negócios maduros, existindo, então, uma questão de originação no ecossistema da região. Ainda, há diversos programas de fomento a novas iniciativas de geração de renda na Amazônia, mas que em geral não se reconhecem como sendo parte deste ecossistema de negócios de impacto e não tem essa agenda de negócios que sejam autossustentáveis e com sustentabilidade financeira. Assim, essa frente tem como **objetivo gerar um fluxo constante de novos negócios de impacto socioambiental na Amazônia.**

A PPA não tem a intenção de se sobrepor com o que já existe no território, e sim apoiar o surgimento de mais e novos programas com esse fim, dada a amplitude do território Amazônico, a complexidade deste desafio e as diversas possibilidades de programas e recortes dentro dessa frente.

Ao tratar do surgimento de novos negócios, é importante mencionar **a questão da inovação, que deve ser transversal a esse programa, no sentido de fomentar o surgimento de negócios tecnológicos e inovadores no contexto Amazônico.** Considera-se aqui inovação em um contexto mais amplo, no sentido de que ser inovador na Amazônia adquire outros significados, como romper com mercado ilegais ou ter soluções criativas para desafios e gargalos locais.

Recomenda-se que esse olhar esteja presente nos critérios de seleção de negócios apoiados, na escolha de parceiros implementadores e mentores dos programas.

Além desse ponto, **é importante que, desde a concepção do negócio** (ou do momento que uma projeto ou organização já existente passa a se reconhecer como sendo um negócio), **haja reflexões e análises sobre suas práticas socioambientais.** Por exemplo, a relação com comunidade e fornecedores (comércio justo e compartilhamento de ganhos) e práticas ambientais do negócio ou seus fornecedores (sistemas agroflorestais ou integrados), visando o desenvolvimento local e a manutenção da floresta em pé.

Este tipo de programa tem como foco negócios que já passaram da fase da Ideia, e estão em **(i) Teste de Conceito** – e precisam de apoio para conhecer melhor seu cliente, **(ii) Prototipagem** - e precisam de apoio no refinamento da solução ou **(ii) Ida a Mercado** – e precisam de apoio para testar se o produto faz sentido no mercado e, assim, realizar as primeiras vendas de forma mais robusta e estruturada. Ainda, o programa é aderente para **organizações/projetos socioambientais que estejam passando a se reconhecer como negócio de impacto** e, embora eventualmente tenha a vertente do impacto bem avançada, se encontre em uma fase mais inicial em termos de ser um negócio.

O objetivo deste tipo de programa para negócios de impacto socioambiental é **comprovar que a dor é relevante, que a solução tem valor no mercado e há clientes dispostos a comprá-la, sendo válido desenvolver e apostar na estruturação do negócio.** O foco é na interação com seu cliente e mercado, com trocas de informações e validação de premissas, visando encontrar uma solução e modelo de negócio que atendam suas necessidades.

TEMAS-CHAVE E TIPOS DE NEGÓCIO A SEREM APOIADOS

Os temas-chave foco desse programa são Negócios de Impacto Socioambientais relacionados a ‘Bioeconomia’, ‘Carbono’ e ‘Cadeias de Fornecimento Sustentáveis’ (ver mais em Biodiversidade – Temas Chave). Negócios voltados para ‘Restauração e Regeneração Florestal’ terão um programa próprio, dada as especificidades da temática, muito relacionada a práticas de campo.

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROFLORESTAIS (NÃO PRODUZ)	SERVIÇOS QUE ENDEREÇAM DESAFIOS AMAZÔNICOS	BASE TECNOLÓGICA RELACIONADA À BIODIVERSIDADE
Negócios que compram insumos de empreendimentos agroextrativistas florestais (com relação justa, de desenvolvimento e práticas sustentáveis), eventualmente industrializam (ou já compram industrializado) e comercializam.	Negócios que oferecem serviços relevantes, inovadores e aderentes para a realidade e desafios da Amazônia, com tecnologia ou não (no produto final). Como exemplos, logística, turismo, financeiro, empréstimo, rastreabilidade.	Negócios de base tecnológica e agregação de valor relacionado a biodiversidade da Amazônia, com impacto socioambiental. A tecnologia pode estar a nível da molécula/enzima (biotecnologia), no processamento da matéria prima ou no processo.

Conforme a tipificação de negócios de impacto socioambientais da Amazônia (ver mais em ‘Ecossistema de Negócios de impacto da Amazônia’), os tipos de negócio foco deste programa são:

Os ‘Empreendimentos agroextrativistas florestais’ não são considerados foco deste programa por (i) geralmente serem configurados como organizações de base comunitária, que tem outra forma de desenvolvimento e maturação (ver mais em ‘Ecossistema de negócios de impacto da Amazônia’), (ii) por serem produtivos, e, portanto, tem questões de campo merecem ser observadas e trabalhadas; além de diferenças de linguagens e contextos. Esse tipo de negócio é foco do programa para ‘Empreendimentos de Populações Locais e Comunitários’.

POSSÍVEIS ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Orientações sobre formato e duração do programa

[**Formato sugerido:** em grupo, com momentos de apoio individuais; híbrido entre presencial e online]

[**Duração recomendada:** Pelo menos 1 ano; podendo ser uma parte em grupo e outra de acompanhamento individual (por exemplo, 8 meses de encontros em grupo, intercalado com apoio individual e 4 meses de acompanhamento individual, com comunidade de prática em paralelo)]

A diretriz geral é para que o **programa seja em grupo - e não somente de apoio individualizado para poucos negócios**. A abordagem em grupo possibilita um maior volume de negócios apoiados por vez e cabe no contexto de negócios iniciantes: uma vez que os negócios estão no começo da trajetória, há um risco

inerente de não sobreviver ao ‘vale da morte’ (conceito usado para se referir ao momento crítico em que o negócio está em atividade, mas ainda não é lucrativo e por vezes encerra suas operações), além de ser natural o processo de criação, teste, erro e acerto nas fases de amadurecimento de um negócio. Outro fator interessante do programa ser em grupo é que possibilita a formação de uma rede, seja para trocas entre os negócios e os empreendedores(as) em relação a desafios e dilemas – que são muitos nesse momento inicial de se empreender um negócio –, seja para abertura de contatos e portas comerciais, extremamente relevantes para os negócios poderem fazer suas primeiras vendas.

Apesar do programa ser em grupo, ele deve ser mesclado com **acompanhamento individual para apoio nas especificidades de cada negócio**. Uma proposta possível seriam os primeiros 6-8 meses com encontros em grupo de conteúdo e exercícios (ver mais em ‘Conteúdos Chave’), intercalados com apoios individuais. Os apoios individuais são um suporte para trabalhar os pontos trazidos nos encontros, dar apoio para o negócio evoluir, validar premissas e estruturas de documentos, entender demandas de abertura de portas da rede da PPA e de parceiros, trazer referências de conteúdo etc.

Após esses primeiros meses, há de se considerar por volta de 4-6 meses de acompanhamento, para os negócios que se destacaram e se mostraram como potências ao longo do programa: com premissas iniciais validadas, prototipagem em andamento ou primeiras vendas suficientes que demonstram que o produto fez sentido no mercado. É importante definir um objetivo/desafio por negócio como foco desses 4-6 meses de acompanhamento, tratados em sessões individuais de acompanhamento a cada 20 dias, por exemplo. Em paralelo, pode ocorrer mobilização da rede para abertura de contatos e fóruns em grupo para tratar de temas/desafios em comum de dos negócios, como

‘**Comunidade de Prática**’ (como exemplo, 4 fóruns ao longo dos 4-6 meses, para tratar de temas como patente e propriedade intelectual, formação de time, logística no contexto amazônico, pesquisa e desenvolvimento ou qualquer outra temática relevante naquele contexto). Pode ser disponibilizada, também, uma rede de mentores para mobilizar contatos e expertises durante esses 6 meses.

Ainda, é interessante que sejam previstos no programa **rodadas (i) de mentoria com especialistas das áreas dos negócios** (por exemplo 3 rodadas de conversas com mentores por negócio, com 30 minutos de duração cada), para trocar sobre desafios dos negócios) ou **(ii) de abertura de portas comerciais** (rodada com possíveis clientes e compradores, visando abrir novas possibilidades comerciais para os negócios participantes) ou até **(iii) rodadas/apresentações visando investimento ou financiamento**.

Para que o programa não fique restrito a uma região específica e exija muitos esforços e despesas para locomoção, a recomendação é que o **modelo seja híbrido: encontros em grupo online** (é necessário então garantir que o empreendedor(a) tenha acesso a internet, ou requerer apoio de infraestrutura/locomoção para ir até um local com acesso) e **acompanhamento individual presencial** (a equipe que apoia individualmente cada negócio se divide para se locomover e apoiar negócios de uma determinada região). É interessante haja um primeiro encontro de ‘Boas vindas’ presencial, se for possível, para criar um senso de grupo, os empreendedores(as) se conhecerem e trocarem sobre seus negócios, desafios e questões pessoais.

PONDERAÇÕES SOBRE NÚMERO DE NEGÓCIOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Dado que o programa é em grupo, mas mesclado com acompanhamento individual para apoiar as especificidades de cada negócio, é necessário ponderar o número de negócios participantes do programa com o número de pessoas (equipe) disponível para apoiar individualmente os negócios. Uma turma pode ser composta de 15-20 negócios, por exemplo, se há uma estrutura de time de 5 pessoas que tem a disponibilidade de acompanhar 3-4 negócios cada, acrescido uma estrutura ou pessoa para coordenação deste time.

CONTEÚDOS-CHAVE A SEREM ABORDADOS

Há conteúdos-chave que devem ser compreendidos (e experienciados) no momento inicial de teste de conceito, prototipagem e ida a mercado para negócios de impacto ambiental. Abaixo uma proposta de conteúdo que são importantes de serem abordados no programa, nos encontros em grupo (e/ou nos acompanhamentos individuais, nas rodadas de mentorias ou em fóruns da ‘Comunidade de Prática’). Adequações podem e devem ser feitas a partir do enfoque específico do programa que será implementado e do perfil dos negócios selecionados para serem apoiados.

. Escuta de mercado e problema

Diretrizes para uma primeira escuta de mercado (com os potenciais clientes) sobre o problema que o negócio visa resolver/necessidade que visa atender.

. Priorização de mercado e público-alvo

Diretrizes para uma segunda escuta de mercado (com os potenciais clientes) sobre a solução que o negócio visa oferecer/está oferecendo.

. Análise de concorrência e definição de diferencial competitivo

Diretrizes de pesquisa para analisar a concorrência e entender qual será/é o diferencial competitivo do negócio.

. Refinamento da solução/prototipagem (MVP)

Diretrizes para uma terceira escuta de mercado (com os potenciais clientes) visando testar a solução, no sentido de mínimo produto viável (MVP). É importante que (i) haja o acompanhamento individual neste aspecto porque cada negócio evolui em diferentes velocidades, (ii) haja um parceiro ou mentor de inovação/tecnologia caso aplicável e (iii) sejam estabelecidos indicadores de impacto socioambiental dentre os critérios de sucesso do MVP.

. Estratégia, gestão e time/sociedade para estágios iniciais

Conteúdos iniciais sobre estratégia (planejamento estratégico), gestão (rituais e rotinas mínimas) e time/sociedade (importância de lideranças-chave e habilidades complementares).

. Análise do modelo de negócio

Análise e refinamento do modelo de negócio.

. Básico de vendas e logística

Conteúdos básicos sobre vendas (quem é o cliente, quais os canais de venda, possíveis abordagens comerciais e de marketing), além de logística, dado o desafio amazônico.

. Impacto: teoria de mudança, indicadores e práticas socioambientais

Conteúdos de base sobre impacto: como desenvolver uma teoria de mudança (conectado a temática/problema que o negócio visa resolver e seu impacto socioambiental) e quais indicadores de impacto medir. Além de reflexões e análises sobre as práticas socioambientais do negócio, desde a sua concepção, por ex. relação com comunidade e fornecedores (comércio justo e compartilhamento de ganhos), práticas ambientais dos fornecedores (sistemas agroflorestais ou integrados), visando desenvolvimento local e manutenção da floresta em pé.

. Alternativas de financiamento

Conteúdos de base sobre possibilidades e mecanismos de financiamento para negócios em estágios iniciais.

ASPECTOS SOBRE BUSCA E SELEÇÃO DE NEGÓCIOS

Além das diretrizes gerais de busca e seleção (ver mais no item ‘Diretrizes gerais dos Programas e Busca e Seleção’), para esse programa e estágio de negócio, recomenda-se maior atenção para:

. **Perfil empreendedor:** no momento inicial é mais relevante um bom perfil empreendedor do que uma boa ideia ou modelo de negócio.

. **Intencionalidade do(a) empreendedor(a):** empreendedor(a) com intenção de resolver um problema relevante, com vivência/conhecimento desse problema, e atenção para práticas socioambientais do negócio.

. **Negócios com potencial de inovação/tecnologia:** para fomentar o surgimento de negócios inovadores no contexto amazônico.

. **Projetos/organizações socioambientais que querem desenvolver sua vertente de negócios**

Em relação ao processo de busca e seleção para este programa, recomenda-se fazer (i) **chamadas abertas**, transversalmente na Amazônia, com parceiros e organizações setoriais que permitam capilaridade e alcance ou (ii) **chamadas e programas específicos para determinados territórios, temas-chave/setores/cadeias ou desafios de empresas membro da PPA** que se conectam com impacto socioambiental.

SOBRE APORTE DE CAPITAL PARA OS NEGÓCIOS

O programa não necessariamente irá aportar capital para os negócios, é algo que poderá ser analisado caso a caso. **É interessante que, a depender da necessidade, os negócios possam receber capital semente (doação não reembolsável), na ordem de grandeza de R\$25.000-R\$50.000 para prototipar sua solução.** Essa doação de capital semente faz sentido no contexto de apoio a negócios em estágio inicial, dado que geralmente ainda não geram receita e/ou não tem recursos suficientes para desenvolver uma primeira versão da solução do seu produto ou serviço, portanto a falta de recurso pode fazer com que ele deixe de empreender.

ESTÁGIOS INICIAIS



OBJETIVOS

PARA PPA

Gerar um fluxo constante de **novos negócios de impacto socioambiental** na Amazônia

PARA OS NEGÓCIOS APOIADOS

Comprovar que a dor que se quer resolver é relevante, que a solução tem valor no mercado e há clientes dispostos a comprá-la, sendo **válido desenvolver e apostar na estruturação de negócio**



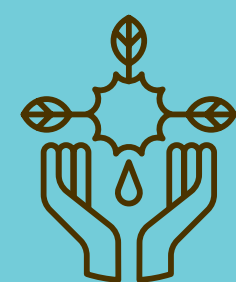
ESTÁGIO

Teste de **conceito**, prototipagem ou ida a **mercado**



TEMAS-CHAVE

Bioeconomia, Carbono/Clima e Cadeias de Fornecimento Sustentável



TIPO DE NEGÓCIO

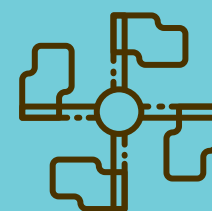
- Negócio de impacto socioambiental, relacionado a **comercialização** de produtos agroflorestais
- Negócio de impacto socioambiental, relacionado a **serviços** que endereçam desafios amazônicos
- Negócio de impacto socioambiental de **base tecnológica** relacionado à Biodiversidade



DURAÇÃO RECOMENDADA

Pelo menos 1 ano; podendo ser uma parte em grupo e outra de acompanhamento individual

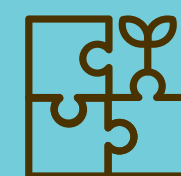
(por exemplo, 8 meses de encontros em grupo, intercalado com apoio individual + 4 meses de acompanhamento individual, com comunidade de prática em paralelo)



FORMATO SUGERIDO

Híbrido (encontros em grupo online + acompanhamento individual presencial)

É interessante incluir rodadas em grupo **de mentorias, de abertura de portas comerciais e de investimento**, fazendo uso da própria rede de membros e parceiros da PPA



CONTEÚDOS-CHAVE

- Mercado e problema
- Priorização e público-alvo
- Concorrência e diferencial
- Solução/prototipagem (MVP)
- Estratégia, gestão e time para estágios iniciais
- Modelo de negócio
- Comercial e logística
- Impacto: teoria de mudança, indicadores e práticas socioambientais
- Alternativas de financiamento



ASPECTOS SOBRE BUSCA E SELEÇÃO DE NEGÓCIOS

Nos critérios, atenção para:

- (i) **perfil empreendedor**
- (ii) **intencionalidade do(a) empreendedor(a)**
- (iii) **negócio com potencial de inovação/tecnologia**
- (iv) **Projetos/organizações socioambientais** que querem desenvolver sua vertente de negócios

Como processo, recomenda-se:

- (i) **chamadas abertas**, transversalmente na Amazônia, com parceiros e organizações setoriais
- (ii) **chamadas e programas específicos para determinados territórios, temas-chave/setores/ cadeias ou desafios de empresas** membro da PPA que se conectam com impacto socioambiental



SOBRE APORTE CAPITAL PARA OS NEGÓCIOS

É interessante que, a depender da necessidade, os negócios possam receber **capital semente** (doação não reembolsável), na ordem de grandeza de **R\$25.000-R\$50.000 para prototipar a solução**

5.2

PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO

ESTÁGIOS MADUROS

NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL EM ESTÁGIOS MADUROS

O QUE EXISTE NO ECOSISTEMA DA AMAZÔNIA

A própria PPA foi pioneira na criação de um programa de aceleração para negócios de impacto socioambiental na Amazônia, com o ‘Programa de Aceleração da PPA’. O programa, lançado em 2018, contou com 3 edições, acelerou 30 negócios amazônicos e investiu em 12 deles. Foram quase R\$ 7,9 milhões investidos em negócios amazônicos, trazendo opções customizadas e adaptadas aos diversos tipos de negócios, com diversidade de fontes (capital privado e filantrópico) e mecanismos financeiros. Liderado por um grupo de empresas da PPA, o programa foi coordenado pelo Idesam e teve apoio estratégico da USAID, Aliança Biodiversity & CIAT, Instituto Humanize, Fundo Vale e ICS.

Após pouco mais de dois anos acelerando e investindo em negócios de impacto na Amazônia, o Programa de Aceleração da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA) evoluiu e se transformou em uma **aceleradora de impacto, a AMAZ**. O surgimento da AMAZ pode ser visto como uma evolução natural do Programa da PPA, em que a iniciativa ganhou novos contornos e passou a ser independente – coordenada pelo Idesam, com o apoio de parceiros estratégicos.

O processo de aceleração da AMAZ tem diferenças em relação ao que foi desenvolvido nos dois anos de atuação do Programa de Aceleração, e esse redesenho foi possível, de modo assertivo, graças a essa experiência anterior. Os negócios continuam sendo selecionados por chamadas públicas anuais, mas a seleção é composta por duas etapas: (i) Pré-aceleração, na qual os negócios inscritos são classificados a partir de entrevistas e análises, e os selecionados participam de um workshop e acompanhamento intensivo por um mês, com foco na construção da teoria de mudança, planos de negócio e construção de indicadores de impacto. (ii) Aceleração, na qual os que tiverem melhor desempenho na etapa anterior são acelerados (com uma jornada de capacitação de aproximadamente 6 meses) e receberão aporte financeiro inicial no valor de até R\$ 200 mil.

A AMAZ possui tese temática bastante ampla (alimentação, extrativismo, agricultura e pecuária sustentável, turismo sustentável, artesanato, moda, transporte, logística, geração de energia para áreas rurais e em outras áreas de atuação), assim como apoia diversos estágios (consideram-se elegíveis negócios com protótipo desenvolvido, em fase de teste de mercado; produto testado, em fase de lançamento no mercado; ou produto lançado, em fase de captação ou expansão). As novas diretrizes dos programas de aceleração da PPA, por sua vez, optam por segmentar mais os programas de acordo com nível de maturidade (Estágios Iniciais e Estágios Maduros) e temáticas (os quatro temas-chave de Bioeconomia, Carbono/Clima, Restauração e Regeneração Florestal e Populações Locais).

Ainda, a título de ilustração, é importante citar outra iniciativa de fomento e crescimento de negócios de impacto socioambiental da Amazônia, a Amazônia B, do **Centro de Empreendedorismo da Amazônia (CEA)** associação que atua na promoção e articulação de negócios sustentáveis na Amazônia, com sede em Belém – Pará. A iniciativa **Amazônia B** identifica empresas sustentáveis com foco em produtos da floresta e em sociobiodiversidade que tenham potencial de crescimento de mercado e fomento seu desenvolvimento via investidores mapeados e sensibilizados neste tema na Amazônia.

OBJETIVO

O QUE A PPA IRÁ LEVAR EM CONSIDERAÇÃO PARA ATUAR NESSA FRENTE:

Uma vez que um negócio de impacto socioambiental se estabelece na Amazônia, há diversos desafios de crescimento – e de sobrevivência. O objetivo deste programa da PPA é fomentar a existência, crescimento e perenidade de bons negócios de impacto na região.

A PPA não tem a intenção de se sobrepor com o que já existe no território, e sim apoiar o surgimento de mais e novos programas com esse fim, dada a amplitude do território Amazônico, a complexidade deste desafio e as diversas possibilidades de programa e recortes dentro dessa frente.

Ao tratar sobre negócios em crescimento, é importante que haja reflexões e análises sobre suas práticas socioambientais, por exemplo a relação com comunidade e fornecedores (comércio justo e compartilhamento de ganhos, como exemplos) e práticas ambientais do negócio ou seus fornecedores (como sistemas agroflorestais ou integrados), visando desenvolvimento local e manutenção da floresta em pé.

ESTÁGIO DE MATURIDADE

Esse programa tem como foco Negócios de Impacto Socioambientais em estágios mais maduros. Aplica-se a régua de nível de maturidade de negócios estabelecida (ver mais em ‘Ecossistema de Negócios de Impacto da Amazônia’), em que são aderentes para esse programa são:

2. EXPANSÃO DE MERCADO E início de estruturação interna mais robusta	3. TRAÇÃO Estruturação e alavancagem do negócio
Fiz minhas primeiras vendas. É o momento de entender como expandir comercialmente (priorizar segmentos, tracionar canais de venda com reconhecido potencial, entender como investe em comunicação), criar modelo de logística de escoamento dada as distâncias amazônicas e ter maior robustez de operações e time.	Validei meu produto/serviço no mercado. É o momento de estruturar a gestão da organização, criar time robusto e refinar o modelo de negócio, de forma a ter evidências de que minha proposta de valor está inserida em um modelo de negócio escalável e lucrativo. (Encaixe do modelo de negócio)

O programa tem como foco negócios que estão em (i) Consolidação, e precisam de apoio para expansão de mercado e iniciar uma estruturação interna mais robusta de time e operações e (ii) Tração, e precisam de apoio para alavancar, refinar modelo de negócio, gestão e time. É possível fazer um mesmo programa que contemple esses dois estágios. Para negócios que estão em um estágio ainda mais maduro, de Escala, é necessário entender caso a caso se os pontos a desenvolver do negócio são aderentes ao que é proposto por este programa, ou se seria o caso de oferecer algum outro tipo de apoio. Como não há muitos negócios em fase de escala na Amazônia (e os poucos existentes, dado o seu nível de maturidade conseguem acessar apoio via investimento), esse não foi o enfoque dado enquanto a Tese de Aceleração da PPA.

O objetivo do programa para o negócio de impacto socioambiental é que ele se consolide no mercado e tenha uma estruturação interna robusta, visando crescimento e maior impacto socioambiental. Para tanto, há um leque de conteúdos que podem ser trabalhados, como estratégia, gestão, financeiro, comercial, time, impacto, captação de investimento, entre outros.

TEMAS CHAVE E TIPOS DE NEGÓCIO

Os temas-chave foco deste programa são Negócios de Impacto Socioambientais relacionados a ‘Bioeconomia’, ‘Carbono’ e ‘Cadeias de Fornecimento Sustentáveis’ (ver mais em Biodiversidade – Temas Chave). Negócios voltados para ‘Restauração e Regeneração Florestal’ terão um programa próprio, dada as especificidades da temática, muito relacionada a práticas de campo.

Conforme a tipificação de negócios de impacto socioambientais da Amazônia (ver mais em ‘Ecosistema de Negócios de impacto da Amazônia’), os tipos de negócio foco desse programa são:

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROFLORESTAIS (NÃO PRODUZ, MAS PODE, MAS PODE PROCESSAR, AGREGAR VALOR E/OU COMERCIALIZAR)	SERVIÇOS QUE ENDEREÇAM DESAFIOS AMAZÔNICOS	BASE TECNOLÓGICA RELACIONADO À BIODIVERSIDADE
Negócios que comprem insumos de empreendimentos agroextrativistas florestais (com relação justa, de desenvolvimento e práticas sustentáveis), eventualmente processam, agregam valor, industrializam (ou já comprem industrializado) e comercializam	Negócios que oferecem serviços relevantes, inovadores e aderentes para a realidade e desafios da Amazônia, com tecnologia ou não (no produto final). Como exemplos: logística, turismo, financeiro, empréstimo, rastreabilidade	Negócios de base tecnológica e agregação de valor relacionado a biodiversidade da Amazônia, com impacto socioambiental. A tecnologia pode estar a nível da molécula/enzima (biotecnologia), no processamento da matéria prima ou no processo.

Os ‘Empreendimentos Agroextrativistas Florestais’ não são o foco desse programa e estão por sua vez contemplados no ‘Programa para negócios de populações locais e comunitários’, para que haja uma abordagem específica para esse tipo de empreendimento, que tem elementos particulares relacionados a **(i) produção** (e portanto tem questões de campo merecem ser observadas e trabalhadas e **(ii) de gestão e governança** (por serem organizações de base, como associações ou cooperativas) que devem ser trabalhados com outras abordagens metodológicas e conteúdos programáticos.

POSSÍVEIS ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Orientações sobre formato e duração do programa

[**Formato sugerido:** em grupo, com momentos de apoio individuais; híbrido entre presencial e online]

[**Duração recomendada:** Pelo menos 2 anos, podendo ser uma parte em grupo e outra individual (por exemplo diagnóstico individual inicial + 1 ano de encontros em grupo, intercalado com apoio individual + 1 ano de acompanhamento individual, com comunidade de prática em paralelo)]

A diretriz geral é para que o **programa seja em grupo - e não somente de apoio individualizado para poucos negócios**. A abordagem em grupo possibilita um maior volume de negócios apoiados por vez e cabe no contexto de negócios mais maduros porque possibilita a formação de uma rede, seja para trocas entre os negócios e os(as) empreendedores(as) em relação a aprendizados e desafios de crescimento, seja para abertura de contatos e portas comerciais, que fomentam a expansão.

Apesar do programa ser em grupo, ele deve ser mesclado com **acompanhamento individual para apoio nas especificidades de cada negócio**. A proposta é que o programa se inicie com um **diagnóstico individual de cada negócio**, que deixe evidente os desafios, pontos que devem ser estruturados e gargalos para crescimento. O diagnóstico tem a função de direcionar tanto (i) os conteúdos dos encontros em grupo do primeiro ano, quanto (ii) o acompanhamento individual posterior.

A proposta é que o primeiro ano seja composto de encontros de conteúdo e exercícios (ver mais em ‘Conteúdos Chave’), intercalados com apoios individuais. Os apoios individuais são um suporte para trabalhar os pontos trazidos nos encontros, dar apoio para o negócio evoluir, validar premissas e estruturas de documentos, entender demandas de abertura de portas da rede da PPA e de parceiros, trazer referências de conteúdo etc.

Após o primeiro ano, há de se considerar mais um ano de acompanhamento individual, para todos os negócios participantes. Neste segundo momento, é importante definir objetivos/desafios por negócio (dois a três objetivos no máximo), tratados em sessões de acompanhamento individual semanal (realizados preferencialmente por uma equipe voltada para gestão e áreas correlatas).

Além disso, o negócio poderá ter mentorias individuais ao longo desse período (com mentores diferentes, a partir das demandas que surgirem). Ainda, podem ser previstos no programa rodadas em grupo para (i) de abertura de portas comerciais (rodada com possíveis clientes e compradores, visando abrir novas possibilidades comerciais para os negócios participantes) ou (ii) rodadas/apresentações visando investimento ou financiamento.

Em paralelo, ao longo desse ano é interessante a mobilização da rede para abertura de contatos e fóruns em grupo para tratar

de temas/desafios em comum de dos negócios, como ‘Comunidade de Prática, como exemplos, 8 fóruns ao longo do ano, para tratar de temas como formação de time, logística no contexto amazônico, investimento ou qualquer outra temática relevante naquele contexto). Para que o programa não fique restrito a uma região específica e exija muitos esforços e despesas para locomoção, a recomendação é que o modelo seja híbrido: encontros em grupo online (é necessário então garantir que o empreendedor(a) tenha acesso a internet, ou requerer apoio de infraestrutura/locomoção para ir até um local com acesso) e acompanhamento individual presencial (a equipe que apoia individualmente cada negócio se divide para se locomover e apoiar negócios de uma determinada região). É interessante que o primeiro encontro de ‘Boas Vindas’ seja presencial, se for possível, para criar um senso de grupo, os empreendedores(as) se conhecerem e trocarem sobre seus negócios, desafios e questões pessoais.

PONDERAÇÕES SOBRE NÚMERO DE NEGÓCIOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Dado que o programa é em grupo, mas mesclado com acompanhamento individual para apoiar as especificidades de cada negócio, é necessário ponderar o número de negócios participantes do programa com o número de pessoas (equipe) disponível para apoiar individualmente os negócios. Uma turma pode ser composta de 15 a 20 negócios, por exemplo, se há uma estrutura de time de 5 pessoas que tem a disponibilidade de acompanhar 3 a 4 negócios cada, acrescido uma estrutura ou pessoa para coordenação deste time.

CONTEÚDOS-CHAVE A SEREM ABORDADOS

Há conteúdos-chave que devem ser compreendidos e estruturados no momento de expansão e tração do negócio de impacto ambiental. Abaixo uma proposta de conteúdo que são importantes de serem abordados no programa, nos encontros em grupo (e/ou nos acompanhamentos individuais, nas mentorias individuais ou nos fóruns da ‘Comunidade de Prática’). Adequações podem e devem ser feitas a partir do enfoque específico do programa que será implementado e do perfil dos negócios selecionados para serem apoiados.

. Propósito, estratégia e gestão

Entendimento de conceitos sobre propósito, planejamento estratégico, rotinas de gestão e revisão do modelo negócio)

. Financeiro

Entendimento de conceitos financeiros. É importante que haja o acompanhamento individual neste aspecto para revisar e refinar esse tema no negócio

. Comercial (B2C e B2B)

Estruturação de vendas para negócios que vendem para o consumidor final (empresa para consumidor – Business to Consumer: B2C) e/ou que vendem para outras empresas (empresa para empresa – Business to Business: B2B).

. Logística e operação

Estruturação da logística e operação, tendo em vista os desafios amazônicos

. Time e gestão de pessoas

Conceito e práticas de formação de time e gestão de pessoas (incentivos, remuneração, cultura)

. Impacto, teoria de mudança e práticas socioambientais

Conteúdos de base sobre impacto: como desenvolver uma teoria de mudança (conectado a temática/problema que o negócio visa resolver e seu impacto socioambiental) e quais indicadores de impacto medir. Além de reflexões e análises sobre as práticas socioambientais do negócio, por exemplo, relação com comunidade e fornecedores (comércio justo e compartilhamento de ganhos), práticas ambientais dos fornecedores (sistemas agroflorestais ou integrados), visando desenvolvimento local e manutenção da floresta em pé

. Captação de investimento e governança

Conteúdos sobre possibilidades e mecanismos de captação de investimento e financiamento e governança para negócios em estágios mais maduros.

ASPECTOS SOBRE BUSCA E SELEÇÃO DE NEGÓCIOS

Além das diretrizes gerais de busca e seleção (ver mais no item ‘Diretrizes gerais dos Programas e Busca e Seleção’), para esse programa e estágio de negócio, recomenda-se maior atenção para:

. Time: observação se o negócio tem as pessoas certas (talentos-chave) para crescer

. Perfil empreendedor: observação de como o empreendedor(a) lidou com a estruturação, adversidades e crescimento do negócio até o momento

. Mercado: entendimento de qual o tamanho e tendência de mercado, para verificar se há potencial de negócio

Em relação ao processo de busca e seleção para este programa, recomenda-se fazer (i) chamadas abertas, transversalmente na Amazônia, com parceiros e organizações setoriais que permitam capilaridade e alcance ou (ii) chamadas e programas específicos para determinados territórios, temas-chave/setores/cadeias ou desafios de empresas membro da PPA que se conectam com impacto socioambiental.

SOBRE APORTE DE CAPITAL PARA OS NEGÓCIOS

O programa não necessariamente irá aportar capital para os negócios, é algo que poderá ser analisado caso a caso. Recomenda-se que a PPA estabeleça parcerias para desenhar mecanismos financeiros inovadores para os negócios apoiados, com o racional de ‘finanças híbridas’ (combinação de doação não reembolsável com capital retornável). O capital de doação pode ser utilizado para desenvolver e implementar novas práticas socioambientais no negócio (por exemplo, desenvolver fornecedores, apoiá-los na transformação de monocultura para sistemas agroflorestais etc.). Enquanto o capital retornável pode ser utilizado para outros fins a serem definidos estrategicamente para o negócio, via empréstimo ou investimento, como capital de giro (quando há diferença entre os recursos disponíveis em caixa e a soma das despesas e contas a pagar no modelo de negócio, há a necessidade de injeção de dinheiro no caixa), investimento em maquinário produtivo, time comercial ou outras demandas que possibilitem o crescimento e perenidade do negócio.

NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL EM

ESTÁGIOS MADUROS



OBJETIVOS

PARA PPA

Apoiar a **existência, crescimento e perenidade** de bons negócios de impacto socioambiental na Amazônia

PARA OS NEGÓCIOS APOIADOS

Consolidar no mercado e ter uma **estruturação interna robusta, visando crescimento e maior impacto** socioambiental



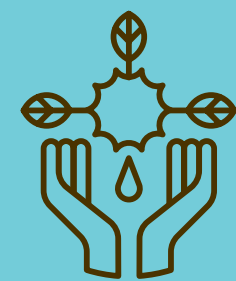
ESTÁGIO

Expansão de Mercado e Tração



TEMAS-CHAVE

Bioeconomia, Carbono/Clima e Cadeias de Fornecimento Sustentável



TIPO DE NEGÓCIO

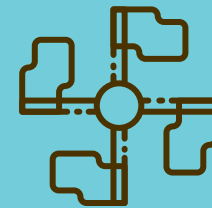
- Negócio de impacto socioambiental, relacionado a **comercialização** de produtos agroflorestais
- Negócio de impacto socioambiental, relacionado a **serviços** que endereçam desafios amazônicos
- Negócio de impacto socioambiental de **base tecnológica** relacionado à Biodiversidade



DURAÇÃO RECOMENDADA

Pelo menos 2 anos, podendo ser uma parte em grupo e outra individual.

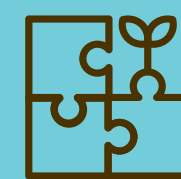
Por exemplo, diagnóstico individual inicial + 1 ano de encontros em grupo, intercalado com apoio individual + 1 ano de acompanhamento individual, com comunidade de prática em paralelo)



FORMATO SUGERIDO

Híbrido (encontros em grupo online + acompanhamento individual presencial).

É interessante incluir **mentorias individuais, e rodadas em grupo de abertura de portas comerciais e de investimento**, fazendo uso da própria rede de membros e parceiros da PPA



CONTEÚDOS-CHAVE

- Propósito, estratégia e gestão
- Financeiro
- Comercial (B2C e B2B)
- Logística e operação
- Time e gestão de pessoas
- Impacto, teoria de mudança e práticas socioambientais
- Captação de investimento e governança



ASPECTOS SOBRE BUSCA E SELEÇÃO DE NEGÓCIOS

Nos critérios, atenção para:
(i) **time**: talentos-chave para crescer
(ii) **perfil empreendedor**
(iii) **mercado** (tamanho e tendência)

Como processo, recomenda-se: (i) **chamadas abertas**, transversalmente na Amazônia, com parceiros e organizações setoriais ou (ii) **chamadas e programas específicos para determinados territórios, temas-chave/setores/cadeias ou desafios de empresas membro da PPA** que se conectam com impacto socioambiental



SOBRE APORTE CAPITAL PARA OS NEGÓCIOS

É interessante estabelecer parcerias para possibilitar a criação de mecanismos inovadores de '**finanças híbridas**', como a combinação de **capital de doação não reembolsável (para o desenvolvimento de novas práticas socioambientais) + capital retornável** para ser utilizado estrategicamente de acordo com cada negócio, via empréstimo ou investimento

5.3 PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO

POPULAÇÕES TRADICIONAIS



NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL EMPREENDIDOS POR POPULAÇÕES LOCAIS E COMUNITÁRIOS

O QUE EXISTE NO ECOSISTEMA DA AMAZÔNIA

Historicamente há na região amazônica projetos de apoio a populações locais (indígenas, ribeirinhas, quilombolas, entre outros) que, eventualmente, vão além de doações e englobam iniciativas de fomento a atividades de geração de renda, visando independência e sustentabilidade financeira. Em geral, essas iniciativas são coordenadas por organizações da sociedade civil voltadas para a área ambiental, que não necessariamente se conectam com a temática de negócios de impacto e não se reconhecem como parte deste ecossistema. Há, então, uma possibilidade de diálogo que permita maior identificação com esse campo de negócios de impacto e, eventualmente, incluam essa lente ao trabalhar com populações locais, algo que de alguma forma vem acontecendo naturalmente nos últimos anos, mas pode ganhar mais força.

A título de exemplo, é possível citar o **Instituto Socioambiental (ISA)**, organização da sociedade civil, fundada em 1994, referência nacional na produção, análise e difusão de informações qualificadas sobre os povos indígenas no Brasil. Possui subsedes na região amazônica, como Manaus (AM), Boa Vista (RR), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Altamira (PA). Dentre suas iniciativas, estão o Programa na Bacia do Rio Xingu, considerando a expressiva diversidade socioambiental que a caracteriza e a importância do corredor de áreas protegidas de 28 milhões de ha que inclui Terras Indígenas e Unidades de Conservação; e o Programa da Bacia do Rio Negro (PRN), que promove e articula processos e múltiplas parcerias a fim de melhorar da qualidade de vida, a valorização da diversidade socioambiental, segurança alimentar, desenvolvimento de uma economia responsável e produção colaborativa e intercultural de conhecimento. Ambas as iniciativas visam contribuir para o desenvolvimento de novos modelos de geração de renda e sustentabilidade financeira para essas populações, e a organização vem se reinventando, testando diversas abordagens para a temática, dado os profundos desafios existentes.

O IPÊ, **Instituto de Pesquisas Ecológicas**, possui a iniciativa **Legado Integrado da Região Amazônica (LIRA)**, um projeto concebido junto ao Fundo Amazônia e Fundação Gordon e Betty Moore para aumentar a efetividade de gestão de áreas protegidas (Unidades de Conservação e Terras Indígenas) até 2023. O território abarcado pelo projeto é de aproximadamente 80 milhões de hectares, que abrangem 86 áreas protegidas agrupadas em seis blocos: Alto Rio Negro, Baixo Rio Negro, Norte do Pará, Xingu, Madeira-Purus e Rondônia-Acre. Os parceiros institucionais são o Instituto Chico Mendes de Conservação da

Biodiversidade (ICMBio), Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA-AM) e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR-Bio). As linhas de atuação incluem planos de gestão territorial e ambiental (PGTA) ou de manejo; mecanismos de governança; uso sustentado dos recursos naturais; sistemas de monitoramento e proteção; integração com desenvolvimento regional e fortalecimento das políticas públicas; além do apoio direto a instituições locais, comunitárias e indígenas para implementar ações complementares que promovam a participação social na gestão do território e a bioeconomia.

A **Fundação Amazônia Sustentável (FAS)**, por sua vez, é uma organização da sociedade civil, fundada em 2008 e com sede em Manaus (AM), com a missão de “contribuir para a conservação ambiental da Amazônia através da valorização da floresta em pé e sua biodiversidade e da melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas associada à implementação e disseminação do conhecimento sobre desenvolvimento sustentável”. Dentre seus projetos, há diversos que se relacionam com a agenda de negócios de impacto socioambiental e populações locais, como o ‘Edital Floresta em Pé’ (entre 2017 e 2019, juntamente com o Fundo Amazônia, para fomentar as alternativas econômicas sustentáveis, associadas à redução do desmatamento e da vulnerabilidade social), a criação da ‘Agenda Indígena’ em 2018 (que inclui dentre os seus eixos o fomento à produção sustentável), o Prêmio da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (SDSN Amazônia),

que faz parte das Organizações das Nações Unidas (ONU) e é secretariada pela FAS; ou curso técnico de gestão do desenvolvimento sustentável, para jovens ribeirinhos, lançado em Março de 2021 pela FAS, Petrobras, Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) e outros parceiros, que envolve a criação de um plano de negócios.

O **Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)** é uma organização científica da sociedade civil, estabelecida em Belém do Pará, Brasil, em 1995. A organização tem, dentre seus eixos de atuação, os temas de (i) territórios naturais protegidos, (ii) agropecuária de baixo carbono e (iii) produção familiar sustentável, que de alguma forma se relacionam com a agenda de geração de renda e empreendimentos de populações locais. Como exemplo, há o projeto em parceria com o Ideflor-Bio (Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará), que promove capacitações a agricultores familiares na recuperação de áreas de preservação permanentes (APPs) em seus imóveis rurais com técnicas que ampliem sua renda.

Já a **Conexsus** é uma organização que tem aportado contribuições sistêmicas para a temática de negócios comunitários sustentáveis em diversas regiões do Brasil, entre elas na Amazônia, inclusive com o apoio da PPA. Sua atuação é ampla, incluindo o mapeamento de organizações de base existentes, o fomento à conexão com o mercado, a modelagem do negócio e jornadas de capacitação, assim como acesso a crédito. Fundada em 2016 com sede no Rio de Janeiro, a Conexsus tem conseguido capilaridade e atuação relevante na Amazônia via parceiros locais. O seu foco atualmente está na construção de uma plataforma de serviços para que as

organizações comunitárias melhorem seus modelos de negócios e ganhem autonomia e sustentabilidade financeira.

Por fim, mas não menos importante, é possível citar a **NESsT**, organização fundada nos anos 2000 nos EUA que atua de forma global com incubação e investimento com capital paciente de empreendimentos sociais: negócios criados para promover um propósito social de forma financeiramente sustentável. Há diversos anos presente no Brasil, iniciou em 2021 sua atuação na Amazônia, buscando instituições lideradas por comunidades tradicionais que tenham histórico de vendas e alto impacto socioambiental positivo. Associações, cooperativas ou empresas envolvidas em cadeias sustentáveis na Amazônia brasileira que contribuem para a conservação da floresta foram escolhidas para receberem investimento médio entre R\$ 50 a 200 mil e integrarem o Portfólio NESsT, com 1 a 3 anos de incubação, capacitação e mentoria personalizadas, acesso a rede de parceiros, exposição a novas parcerias comerciais e monitoramento do impacto social e ambiental. Ainda, a NESsT lançou, também em 2021, o Edital de Economia Indígena, que faz parte do projeto Amazônia Indígena Direitos e Recursos, financiado pela USAID, liderado por WWF e NESsT, com o apoio da COIAB, FEPOIMT, FEPIPA, OPAN, ICV e IPAM. O edital selecionou duas categorias de iniciativas econômicas indígenas (abaixo e acima de R\$100 mil de receita por ano) que fortaleçam os povos, a cultura, a proteção do território, o meio ambiente e a biodiversidade. São oferecidos prêmios entre R\$20-40mil, apoio técnico coletivo ou individualizado, mentorias, entre outros apoios.

OBJETIVO

O QUE A PPA IRÁ LEVAR EM CONSIDERAÇÃO PARA ATUAR NESTA FRENTE:

A Amazônia tem um tecido social singular, composto por uma diversidade de populações locais. A região engloba a maior parte da população indígena do país, tem os ribeirinhos como população característica que vive às margens dos rios, além de quilombolas, seringueiros e outras. Essa vasta diversidade étnica e populacional dialoga com a sustentabilidade e conservação da biodiversidade. Os povos e comunidades tradicionais aliam seu modo de vida com conhecimentos que contribuem para a conservação da floresta em pé e manutenção dos serviços ecossistêmicos que ela provê. Deste modo, o entendimento dessas populações e a proposição de modelos e novos empreendimentos que aliem a proteção da floresta, a geração de renda visando desenvolvimento local e melhores condições de vida é fundamental (ver mais em ‘Contextualização da Amazônia’).

O desafio é a elaboração de estratégias conjuntas levando em consideração modos de vida das populações locais, a agenda ambiental e possibilidades de geração de renda. Nesse sentido, além de políticas públicas, o fomento a negócios de impacto socioambientais que têm essa população como empreendedor ou parceiro/fornecedor pode ser um caminho pertinente.

Assim, esta frente tem como **objetivo apoiar no fortalecimento e perenidade dos negócios de impacto socioambientais empreendidos por populações locais** (ex. indígenas, ribeirinhos e quilombolas) e comunitários (ex. associações, cooperativas e redes). A intenção não é, necessariamente, que o negócio escale. O principal objetivo é contribuir para melhorar as suas práticas de gestão, de modo que **o negócio funcione como mecanismo de subsistência e manutenção da população naquele local, o que por si só já contribui para a proteção territorial e manutenção da floresta em pé.**

A PPA não tem a intenção de se sobrepor com o que já existe no território, e sim apoiar o surgimento de mais e novos programas com esse fim, dada a amplitude do território Amazônico, a complexidade deste desafio e as diversas possibilidades de programas e recortes dentro dessa frente.

TEMAS CHAVE E TIPOS DE NEGÓCIO

Os temas-chave foco deste programa são Negócios de Impacto Socioambientais relacionados a **‘Bioeconomia’**, **‘Carbono’** e **‘Cadeias de Fornecimento Sustentáveis’** (ver mais em Biodiversidade – Temas Chave). Negócios voltados para **‘Restauração e Regeneração Florestal’** tem um programa próprio, dada as especificidades da temática, muito relacionada a práticas de campo.

Conforme a tipificação de negócios de impacto socioambientais da Amazônia (ver mais em ‘Ecossistema de Negócios de impacto da Amazônia’), os tipos de negócio foco desse programa são:

EMPREENDIMENTOS AGROEXTRATIVISTAS FLORESTAIS	PEQUENOS NEGÓCIOS DE PROCESSAMENTO DE PRODUTOS AGROFLORESTAIS (NÃO NECESSARIAMENTE PRODUZ, MAS BENEFICIA, PROCESSA E AGREGA VALOR)
Geralmente organizações comunitárias (Cooperativas ou Associações) ou empresas que se dedicam à agricultura ou extrativismo sustentável no 'coração' da floresta	Negócios que comprem insumos dos empreendimentos agroextrativistas florestais, industrializam e comercializam (para consumo local, ou vendem para um terceiro que distribui mais amplamente); Ficam localizados em locais próximos da floresta ou em portos

Essas organizações têm algumas diferenças em relação a outros tipos de negócio, foco dos demais programas. Neste caso, são geralmente organizações de base comunitária (associações e cooperativas), que não necessariamente tem uma lógica de negócio (no sentido de independência e sustentabilidade financeira) e, portanto, tem desafios de gestão, governança e financeiros. Ainda, tem uma questão de configuração jurídica: podem ser organizações não formalizadas, configuradas como empresas ou como organização do terceiro setor (cooperativa ou associação).

ESTÁGIO DE MATURIDADE E OUTROS POSSÍVEIS RECORTES

O **programa pode abarcar diversos estágios** (exceto aqueles que ainda estão a nível da ideia), **dada a premissa que o principal recorte é em relação ao tipo de negócio e populações locais** – e o apoio previsto é individualizado, não em grupo (Ver mais em ‘Possíveis abordagens metodológicas’). Mas é importante **reconhecer que existem diversos níveis de maturidade desses negócios, e que a depender deles o apoio precisa ser ajustado**. A maturidade, para esse tipo de empreendimento que geralmente se configura como organização comunitária (associação ou cooperativa), diz respeito à estruturação e avanço, de forma não sequencial, em relação a aspectos, como:

- . **Socioambiental:** práticas de produção sustentável (como sistemas agroflorestais, integrados, produção orgânica), saúde e segurança do trabalho, além da definição e mensuração de indicadores socioambientais
- . **Negócio:** modelo de negócio, sustentabilidade financeira, formalização e controles financeiros
- . **Gestão, governança e time:** tomada decisão, planejamento, equipe (profissionais, contratados ou voluntários)
- . **Produção:** produtividade, entendimento de custos e despesas, melhoria da produção, processamento, beneficiamento e industrialização
- . **Mercado:** estruturação comercial e clareza em relação a como vender seus produtos, para quem, e qual mercado (interno, brasileiro ou exportação)

O objetivo do programa para os negócios é **aprimorar a gestão (no sentido de profissionalização) e a estruturação interna (no que tange governança, financeiro, produção,** como exemplos), visando perenidade e manutenção do impacto socioambiental.

Apesar do nível de maturidade não ser necessariamente um recorte, há outros possíveis que se aplicam neste caso. **O programa pode ser segmentado e voltado para determinados (i) Territórios** (organizações de determinado território na Amazônia, relacionado por exemplo a empresas que procuram gerar impacto em suas áreas de intervenção), **(ii) Recorte de público** (para empreendimentos indígenas, ribeirinhos, quilombolas ou outros) ou **(iii) Cadeias de valor** (para empreendimentos relacionados a cadeias específicas, como exemplos açaí, castanha, borracha). Neste sentido, é fundamental a presença e parceria com organizações locais, que têm conhecimento profundo destes determinados territórios, públicos ou cadeias.

POSSÍVEIS ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Orientações sobre formato e duração do programa

[Formato sugerido: acompanhamento individual, com comunidade de prática em grupo; híbrido entre presencial e online)]

[Duração recomendada: Pelo menos 3 anos, podendo ser mais ou menos frequente o acompanhamento durante esse período (por exemplo 1,5 anos de apoio individual mais frequente, por exemplo, 2 vezes ao mês e 1,5 anos de acompanhamento mais

distante, por exemplo, 1 vez a cada 2 meses; sempre com comunidade de prática em paralelo)]

A proposta é que o programa tenha o formato de **apoio individual e não de encontros em grupo de conteúdo, dada as especificidades de cada empreendimento e diferenças de desafios, linguagem e territorialidade**. Ademais, de qualquer forma são previstas a formação de turmas, no sentido de em paralelo ao apoio individualizado, haver encontros em grupo de ‘Comunidade de Prática’, em que há a mobilização da rede e possibilidade de trocas entre os empreendimentos para tratar de temas em comum, como os desafios de uma cadeia em específico, histórico e dilemas de um território, especificidades daquele público, ou qualquer outra temática relevante.

Para que o programa não fique restrito a uma região específica e pressuponha muitos esforços e despesas para locomoção, a recomendação é que o **modelo seja híbrido: acompanhamento individual presencial alternado com online** (a equipe que apoia individualmente cada negócio se divide para se locomover e apoiar negócios de uma determinada região). Os encontros em grupo (da comunidade de prática) também podem acontecer por vezes presencial e por vezes online. É necessário então garantir que o(a) empreendedor(a) tenha acesso a internet, ou requerer apoio de infraestrutura/locomoção para ir até um local com acesso.

É interessante que haja um primeiro encontro presencial de ‘Início do Programa’, se for possível, para criar um senso de grupo, os(as) empreendedores(as) se conhecerem e trocarem sobre seus empreendimentos, desafios e questões pessoais. Ainda, uma boa prática é a realização de **rodadas de trocas entre atores da cadeia e membros da PPA em relação a essa temática de empreendimentos de populações tradicionais e comunitários**.

PONDERAÇÕES SOBRE NÚMERO DE NEGÓCIOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Dado que o programa é individual para apoiar as especificidades de cada negócio, é necessário ponderar o número de negócios participantes do programa com o número de pessoas (equipe) disponível para apoiar individualmente os negócios. Uma turma pode ser composta de 10 a 15 negócios, por exemplo, se há uma estrutura de time de 5 pessoas que tem a disponibilidade de acompanhar 2 a 3 negócios cada, acrescido uma estrutura ou pessoa para coordenação deste time.

CONTEÚDOS-CHAVE A SEREM ABORDADOS

Há aspectos-chave nos negócios de impacto socioambientais empreendidos por populações locais e comunitários que devem ser estruturados e profissionalizados. Abaixo uma proposta de conteúdo que são importantes de serem abordados no programa, nos acompanhamentos individuais ou nos fóruns em grupo de ‘Comunidade de Prática’. Adequações podem e devem ser feitas a partir do enfoque específico do programa que será implementado e do perfil dos negócios selecionados para serem apoiados.

. Gestão e governança

Aspectos básicos e profissionalização de gestão e governança do negócio

. Modelo de negócio

Definição e projeções do modelo de negócio do negócio, com sustentabilidade financeira e impacto socioambiental

. Desenho e implementação produtiva

Definição de plano de negócio e produção, envolvendo questões de produção agrícola, beneficiamento, industrialização, entre outros

. Operação e time

Entendimento da forma de operação e time necessário

. Gestão financeira e jurídica

Entendimento e implementação de controles financeiros e formalização jurídica

. Impacto: teoria de mudança, indicadores e práticas socioambientais

Conteúdos de base sobre objetivos e indicadores de impacto, além de práticas socioambientais (preservação da floresta, comércio justo, entre outros)

ASPECTOS SOBRE BUSCA E SELEÇÃO DE NEGÓCIOS

Além das diretrizes gerais de busca e seleção (ver mais no item ‘Diretrizes gerais dos Programas e Busca e Seleção’), para esse programa, recomenda-se maior atenção para:

. **Perfil empreendedor:** orientação e capacidade da liderança da organização para empreender (mas é algo que pode ser trabalhado no programa)

. **Inovação no produto/serviço:** organizações que já estão de alguma forma inovando e propondo novos ou diferentes produtos/serviços

. **Comunidades que estejam sofrendo grande pressão externa negativa** e que já tem alguns empreendimentos com potencial de negócio, mas ainda frágeis e precisam de apoio no sentido de gestão, financeiro, acesso a mercado

*Cautela para nomenclatura a ser utilizada: ‘negócio’ ou ‘empreendimento’ pode não ser um bom termo ou compreensível para determinados públicos e tipos de organizações, e sim ‘iniciativa’

Em relação ao processo de busca e seleção, **não é recomendado fazer chamadas abertas. Uma melhor abordagem é a busca ativa e recebimento de indicações** de negócios elegíveis para os possíveis recortes do programa (territorial, público e/ou cadeia), via parcerias e

organizações setoriais que permitam capilaridade e alcance. Chamadas abertas tendem a não funcionar por não conseguir chegar dos empreendimentos-alvo, além de eles eventualmente não se reconhecerem em um primeiro momento para ‘programas de aceleração’.

SOBRE APORTE DE CAPITAL PARA OS NEGÓCIOS

O programa não necessariamente irá aportar capital para os negócios, é algo que poderá ser analisado caso a caso. Recomenda-se que a PPA estabeleça parcerias com organizações que atuam na região para analisar caso a caso a necessidade **de capital de doação (não reembolsável), para apoiar nas dificuldades estruturais do negócio e a aplicabilidade e construção de mecanismos de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais)**, que possibilitam entrada de renda para o negócio e manutenção de floresta em pé, combinado eventualmente com outros mecanismos financeiros e de capital paciente.

NEGÓCIOS DE IMPACTO
SOCIOAMBIENTAL EMPREENDIDOS POR

POPULAÇÕES TRADICIONAIS



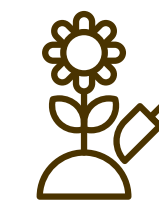
OBJETIVOS

PARA PPA

Fortalecer e dar perenidade a negócios de impacto socioambientais por populações locais (ex. indígenas, ribeirinhos e quilombolas) e comunitários (ex. associações, cooperativas e redes)

PARA OS NEGÓCIOS APOIADOS

Aprimorar a gestão (profissionalismo) e a **estruturação interna** (governança, gestão, financeira, como exemplos), visando perenidade e manutenção do impacto socioambiental



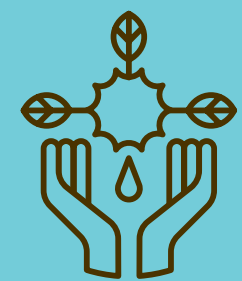
ESTÁGIO

Todos os estágios se aplicam (exceto a nível de ideia), mas é possível fazer recortes para o programa relacionados ao estágio de maturidade ou (i) **Territórios**, (ii) **Público** (indígena, ribeirinho etc.), (ii) **Cadeias de valor** (açaí, castanha etc.)



TEMAS-CHAVE

Bioeconomia, Carbono/Clima e Cadeias de Fornecimento Sustentável



TIPO DE NEGÓCIO

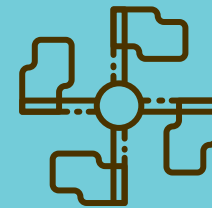
- Empreendimentos **agroextrativistas florestais**
- Pequenos negócios de **processamento de produtos agroflorestais** (não produz, mas beneficia, processa e agrega valor)



DURAÇÃO RECOMENDADA

Pelo menos 3 anos, podendo ser mais ou menos frequente o acompanhamento durante esse período

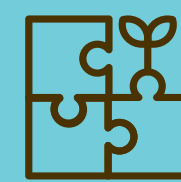
Por exemplo, 1,5 anos de apoio individual mais frequente, por exemplo, 2 vezes ao mês e 1,5 anos de acompanhamento mais distante, por exemplo, 1 vez a cada 2 meses; sempre com comunidade de prática em paralelo



FORMATO SUGERIDO

Híbrido (acompanhamento individual e encontros de comunidade de prática em grupo, em que ambos podem alternar entre presencial e online)

É interessante incluir **trocias entre atores da cadeia e membros da PPA em relação essa temática** de empreendimentos de populações tradicionais e comunitários



CONTEÚDOS-CHAVE

- Gestão e governança
- Modelo de negócio
- Desenho e implementação produtiva
- Operação e time
- Gestão financeira e jurídica
- Impacto: teoria de mudança, indicadores e práticas socioambientais



ASPECTOS SOBRE BUSCA E SELEÇÃO DE NEGÓCIOS

Nos critérios, atenção para:

- (i) **perfil empreendedor**
- (ii) **inovação no produto/serviço**
- (iii) **comunidades que estejam sofrendo grande pressão externa** negativa

Como processo, recomenda-se: (i) **busca ativa e recebimento de indicações** e parcerias com organizações locais e setoriais

* **Cautela para nomenclatura a ser utilizada:** 'negócio' ou 'empreendimento' pode não ser um bom termo ou compreensível, e sim 'iniciativa'



SOBRE APORTE CAPITAL PARA OS NEGÓCIOS

É interessante que, a depender da necessidade, empreendimentos possam receber **capital semente (doação não reembolsável)** para questões estruturantes e/ou a aplicabilidade de mecanismos de **PSA (Pagamento por Serviços Ambientais)**; combinado eventualmente com **outros mecanismos financeiros e de capital paciente**

5.4 PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO

RESTAURAÇÃO FLORESTAL

NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL LIGADOS A RESTAURAÇÃO E REGENERAÇÃO FLORESTAL

Os temas da restauração e regeneração na Amazônia ganham força e, como resposta, surgem iniciativas em diversas esferas (sociedade civil, empresas e governo) - e com diferentes focos, como fomento, articulação, investimento, entre outros.

A **mineradora Vale e o Fundo Vale**, membros da PPA, são exemplos de instituições que atuam nesse tema, ao assumir o compromisso de recuperar e proteger 500 mil hectares de áreas além de suas fronteiras, sendo, pelo menos, 100 mil hectares por meio de negócios de impacto socioambientais, com especial destaque para Sistemas Agroflorestais (SAFs). Destinado a buscar soluções inovadoras em Sistemas Agroflorestais (SAFs), por meio da aceleração, implantação e validação de Provas de Conceito (PoC) de modelos de negócios de impacto socioambiental, o Desafio Agroflorestal da Vale surgiu em 2019 como uma contribuição adicional em resposta ao desafio de recuperação de áreas em grande escala.

Como programa de fomento, é possível citar o **WRI (World Resources Institute)**, que lançou globalmente a iniciativa Land Accelerator (Aceleração da Terra), com programas na África, Ásia e América Latina (pela primeira vez em 2021). A iniciativa, por meio de treinamentos presenciais, on-line e orientação personalizada, capacita os empreendedores de negócios de impacto florestais a estruturar seu negócio e comercializar seus produtos (advindos da regeneração produtiva, por exemplo). Ao promover o empreendedorismo, a iniciativa oferece uma abordagem econômica para restaurar - e desenvolver - áreas rurais em todo o mundo.

Outras organizações internacionais da sociedade civil **como Solidariedad, Conservação Internacional (CI) e a The Nature Conservancy (TNC)** também vêm trabalhando essa temática, pelo viés de apoio a associações, cooperativas e produtores rurais na Amazônia, no desenvolvimento de sistemas agroflorestais com produção de cacau ou sistemas de integração lavoura pecuária floresta, por exemplo.

Ainda, nos últimos anos, surgiram movimentos e articulações nessa temática, como a **Aliança pela Restauração na Amazônia**, iniciativa multissetorial, estabelecida em 2017 e com Secretaria Executiva da Conservação Internacional (CI), cujo objetivo é promover, qualificar e ampliar a escala da restauração de paisagens florestais na Amazônia brasileira. Ou o **Observatório da Restauração e Reflorestamento**, uma iniciativa lançada em Março de 2021, que une dados de iniciativas e projetos de restauração em andamento no Brasil com dados de monitoramento via satélite (Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, com o apoio de WRI Brasil, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Pacto pela Restauração da Mata Atlântica (Pacto) e The Nature Conservancy (TNC)).

Mas ainda há muito por avançar no ecossistema. Há **poucos negócios de impacto socioambiental na Amazônia que trabalham a agenda específica dos negócios florestais, com tamanhos relevantes e/ou viés de escala**. A título de exemplo, é possível citar negócios como a Renature (que apoia produtores e empresas na transição para agricultura regenerativa – e é investida pela Meriaki Impact, fundo de investimento voltado para regeneração ambiental), a Caaporã (implementação de sistemas silvipastoris) ou a Belterra (atuação junto aos pequenos produtores na implantação de negócios de sistemas agroflorestais, combinando financiamento, assistência técnica e acesso ao mercado). Há também algumas associações e cooperativas referência na região amazônica nessa temática, como o Reca (associação de pequenos agricultores agroflorestais em Rondônia, que possui mais de 1.000 hectares), a Campta (cooperativa agrícola de Tomé Açu, Pará, fundada em 1931 e marcada por influência japonesa, produz polpas e derivados de frutas em sistemas agroflorestais) ou a Rede de Sementes do Xingu (associação criada em 2007 no Mato Grosso para atender demandas por sementes para a restauração de ecossistemas degradados e que oferece, além das sementes, a implementação de projetos de restauração por meio da Semeadura Direta - Muvuca).

OBJETIVO

O QUE A PPA IRÁ LEVAR EM CONSIDERAÇÃO PARA ATUAR NESSA FRENTE:

A questão da restauração e regeneração na Amazônia é latente (ver mais em ‘Contextualização da Amazônia’ e ‘Biodiversidade – Restauração e Regeneração Florestal na Amazônia’). Há áreas que já foram alteradas, antropizadas, desmatadas e ligadas, por exemplo, a grilagem, pastagem ou mineração. Há também déficits de Áreas de Proteção Permanente e Reserva Legal (instrumento de proteção de espaços naturais previsto na Lei de Proteção da Vegetação Nativa) nas propriedades, que devem ser restauradas para se adequarem à legislação do Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Diversos mecanismos e diversas soluções podem ser utilizados para essa pauta avançar, como a restauração natural (que pode ser por abandono ou assistida, com apoio e impulsionamento humano e de tecnologias) ou projetos de recuperação de vegetação nativa, não possuindo valor econômico a princípio (mas há novas soluções, como pagamento por serviços ambientais – PSA ou mercado de carbono). Ou a abordagem de restauro com valor econômico, via reflorestamento (plantio de árvores para fins econômicos, de nativas ou exóticas - geralmente de pinus e eucalipto, para o mercado de celulose, que não enriquece tanto a biodiversidade) ou regeneração produtiva (via sistemas integrados, como sistemas agroflorestais – SAF, silvipastoris ou de integração lavoura pecuária floresta – ILPF).

Para que a pauta de restauração e regeneração avance, é necessário o esforço e a articulação entre sociedade civil, empresas e governo. A PPA visa, com este programa, aumentar a participação do setor privado e do empreendedorismo de novos negócios escaláveis e inovadores nessa temática. O objetivo deste programa é, então, fortalecer e expandir negócios de impacto socioambiental ligados à temática de restauração e regeneração florestal da Amazônia; além de incentivar o desenvolvimento dos diversos elos desta cadeia (ex. provedores de serviços, tecnologias, maquinários, insumos).

TEMAS CHAVE E TIPOS DE NEGÓCIO

Os temas-chave foco desse programa são Negócios de Impacto Socioambientais Restauração e Regeneração Florestal. Os demais temas de Biodiversidade, Carbono/Clima e Cadeias de Fornecimento Sustentável estão abarcados nos demais programas. Conforme a tipificação de negócios de impacto socioambientais da Amazônia (ver mais em ‘Ecossistema de Negócios de impacto da Amazônia’), o tipo de negócio foco desse programa é:

NEGÓCIOS DE IMPACTO RELACIONADO À INOVAÇÃO E NOVOS MODELOS PARA RESTAURAÇÃO E REGENERAÇÃO FLORESTAL

Negócios que surgiram para resolver questões socioambientais relacionadas a cenários de degradação, sejam tecnologias/ inovações ou novos modelos para restauração ou regeneração produtiva; aderentes e aplicáveis na realidade Amazônica

Observa-se que os negócios podem ter modelos comunitários (associações ou cooperativas), sendo eventualmente necessários ajustes no programa para contemplar suas especificidades.

ESTÁGIO DE MATURIDADE

O programa pode abarcar diversos estágios (exceto aqueles que ainda estão a nível da ideia), dada a premissa que o principal recorte é em relação ao tema-chave do negócio, relacionado a restauração e regeneração florestal. Mas é importante reconhecer que existem diversos níveis de maturidade desses negócios, e que a depender deles o apoio precisa ser ajustado. O objetivo do programa para o negócio de impacto socioambiental é modelar sua operação observando vieses de escala, viabilidade financeira, conhecimento técnico – e conexão com o mercado (no caso de regeneração produtiva). Para tanto, há um leque

de conteúdos que podem ser trabalhados, como articulação entre os atores da cadeia, modelo de negócio, modelagem financeira, desenho e implementação produtiva, comercial e logística, entre outros.

Dentro da definição acima, o programa pode contemplar, por exemplo, negócios iniciantes de restauro e regeneração que precisam ganhar mais robustez ou que estão em fase de prova de conceito; projetos produtivos dessa temática que têm o potencial de negócio; associações e cooperativas agro florestais que querem incorporar a lógica de sustentabilidade financeira no modelo de negócio; assim como organizações que fornecem insumos para essa cadeia (como sementes, mudas, maquinário, apoio técnico) ou que desenvolveram novas tecnologias (ex. que aumente a chance de sucesso da muda, otimize recursos, mão de obra, entre outros).

POSSÍVEIS ABORDAGENS METODOLÓGICAS

Orientações sobre formato e duração do programa

[Formato sugerido: em grupo, com momentos de apoio individuais; híbrido entre presencial e online]

[Duração recomendada: Pelo menos 2 anos, podendo ser uma parte em grupo e outra individual (por exemplo 1 ano de encontros em grupos, intercalado com acompanhamento individual e 1 de acompanhamento individual, com comunidade de prática em paralelo)]

A diretriz geral é para que o **programa seja em grupo - e não somente de apoio individualizado para poucos negócios**. A abordagem em grupo possibilita um maior volume de negócios apoiados por vez e a formação de uma rede, seja para trocas entre os negócios e os empreendedores(as) em relação a desafios e dilemas – que são muitos nessa temática ambiental -, seja para abertura de contatos e portas comerciais, extremamente relevantes para os negócios poderem ampliar as vendas.

Apesar do programa ser em grupo, a proposta é que seja **mesclado com acompanhamento individual para apoio nas especificidades de cada negócio**. A proposta é que o primeiro ano seja composto de encontros de conteúdo (ver mais em ‘Conteúdos Chave’), intercalados com apoios individuais. Os apoios individuais são um suporte para trabalhar os pontos trazidos nos encontros, dar apoio para o negócio evoluir, possibilitar idas a campo, entender demandas de abertura de portas da rede da PPA e de parceiros, trazer referências de conteúdo etc.

Após o primeiro ano, é interessante prever mais 1 ano de acompanhamento. **Recomenda-se a definição de um objetivo/desafio por negócio** como foco desse primeiro ano de acompanhamento, tratados em sessões individuais de acompanhamento a cada 20 dias, por exemplo. Em paralelo, é previsto que ocorra a mobilização da rede para abertura de contatos e fóruns em grupo para tratar de temas/desafios em comum de dos negócios, como ‘Comunidade de Prática’ (como exemplo, 4 fóruns ao longo do ano para tratar de temas como regulação ambiental, desenho de modelos produtivos, utilização de tecnologia, logística no contexto amazônico). Pode ser disponibilizada, também, uma rede de mentores para mobilizar contatos e expertises durante esse ano.

Para que o programa não fique restrito a uma região específica e pressuponha muitos esforços e despesas para locomoção, **a recomendação é que o modelo seja híbrido:** encontros em grupo online (é necessário então garantir que o empreendedor(a) tenha acesso a internet, ou requerer apoio de infraestrutura/locomoção para ir até um local com acesso) e acompanhamento individual presencial (a equipe que apoia individualmente cada negócio se divide para se locomover e apoiar negócios de uma determinada região).

É interessante que o primeiro encontro seja presencial, se for possível, para criar um senso de grupo, os(as) empreendedores(as) se conhecerem e trocarem sobre seus negócios, desafios e questões pessoais. Ainda, **encontros e rodadas de troca sobre a temática de restauração e regeneração florestal podem ser de grande valia, entre os negócios, outros atores e fornecedores da cadeia e empresas-membro da PPA.**

PONDERAÇÕES SOBRE NÚMERO DE NEGÓCIOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Dado que o programa é em grupo, mas proposto com acompanhamento individual para apoiar as especificidades de cada negócio, é necessário ponderar o número de negócios participantes do programa com o número de pessoas (equipe) disponível para apoiar individualmente os negócios. Uma turma pode ser composta de 15 a 20 negócios, por exemplo, se há uma estrutura de time de 5 pessoas que tem a disponibilidade de acompanhar 3 a 4 negócios cada, acrescido uma estrutura ou pessoa para coordenação deste time.

CONTEÚDOS-CHAVE A SEREM ABORDADOS

Há conteúdos-chave que devem ser compreendidos e estruturados no contexto de negócios de impacto socioambientais relacionados a restauração e regeneração florestal. Abaixo uma proposta de conteúdo que são importantes de serem abordados no programa, nos encontros em grupo (e/ou nos acompanhamentos individuais ou em fóruns da ‘Comunidade de Prática’). Adequações podem e devem ser feitas a partir do enfoque específico do programa que será implementado e do perfil dos negócios selecionados para serem apoiados.

. Modelo de negócio

Análise e desenho do modelo de negócio, visando sustentabilidade financeira e impacto socioambiental

. Modelagem financeira

Elaboração de projeção financeira futura do negócio e entendimento de premissas (ex. produtivas de curto, médio e longo prazo; acesso a mercado e vendas)

. Desenho e implementação produtiva

Conteúdos relacionados aos aspectos técnicos da validação, implementação e/ou escala dos modelos regenerativos ou de restauração que os negócios estejam desenvolvendo.

. Questões regulatórias

Conteúdos relacionados a legislação ambiental brasileira, trabalho de campo, regulação da propriedade rural, entre outros

. Comercial e logística

Conteúdos relacionados a estruturação comercial, análise de demandas e possíveis contratos e logística dado o contexto amazônico (para regeneração produtiva)

. Impacto: teoria de mudança, indicadores e práticas socioambientais

Conteúdos de base sobre impacto: objetivos de curto, médio e longo prazo, indicadores de mensuração e análises das práticas socioambientais do negócio

. Investimento e financiamento

Conteúdos de base sobre possibilidades e mecanismos de investimento e financiamento para negócios que trabalham com essa temática

ASPECTOS SOBRE BUSCA E SELEÇÃO DE NEGÓCIOS

Além das diretrizes gerais de busca e seleção (ver mais no item ‘Diretrizes gerais dos Programas e Busca e Seleção’), para esse programa, recomenda-se maior atenção para:

. **Time:** entendimento de questões produtivas de campo e desenho de sistemas produtivos agroflorestais e restaurativos

. **Negócios com potencial de inovação/tecnologia:** novas soluções, tecnologias e serviços para essa temática

. **Potencial de mercado** (no caso de regeneração produtiva, mas é um ponto que pode ser trabalhado ao longo do programa)

. **Conexão com os desafios florestais dos membros da PPA** (caso for um programa em parceria específico para esse fim), com aderência aos desafios amazônicos

Em relação ao processo de busca e seleção para este programa, recomenda-se **(i) chamadas abertas, transversalmente na Amazônia**, com parceiros e organizações setoriais que permitam capilaridade e alcance ou **(ii) chamadas e programas específicos para determinados territórios e/ou desafios florestais das empresas membro da PPA**. Neste caso é especialmente importante a parceria com atores locais, que estão em campo e conhecem possíveis negócios, produtores e propriedades aderentes ao programa.

SOBRE APORTE DE CAPITAL PARA OS NEGÓCIOS

O programa não necessariamente irá aportar capital para os negócios, é algo que poderá ser analisado caso a caso. Recomenda-se que a PPA estabeleça parcerias para possibilitar um capital semente (doação não reembolsável) para impulsionar questões produtivas do negócio (ex. compra de insumos, equipamentos; contratação de desenho produtivo específico, mão de obra ou estudo de mercado); combinado com outros mecanismos financeiros (‘finanças híbridas’) de capital paciente.

NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL DE

RESTAURAÇÃO FLORESTAL



OBJETIVOS

PARA PPA

Fortalecer e expandir negócios de impacto socioambiental ligados à temática de restauração e regeneração florestal da Amazônia; e incentivar o desenvolvimento desta cadeia

PARA OS NEGÓCIOS APOIADOS

Modelar o negócio com viés de escala, viabilidade financeira, conhecimento técnico – e conexão com o mercado (no caso de regeneração produtiva)



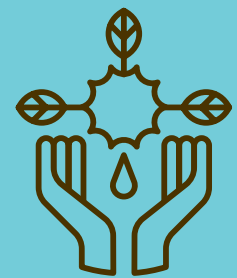
ESTÁGIO

Todos os estágios se aplicam (exceto a nível de **ideia**), mas é possível fazer recortes para o programa relacionados ao estágio de maturidade ou **territórios/desafios florestais**



TEMAS-CHAVE

Restauração e Regeneração Florestal



TIPO DE NEGÓCIO

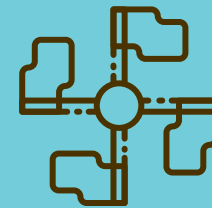
- Negócios de impacto relacionado à inovação/aos novos modelos para agropecuária sustentável, restauração e regeneração florestal



DURAÇÃO RECOMENDADA

Pelo menos 2 anos, podendo ser uma parte em grupo e outra individual

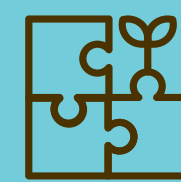
Por exemplo, 1 ano de encontros em grupos, intercalado com acompanhamento individual + 1 de acompanhamento individual, com comunidade de prática em paralelo)



FORMATO SUGERIDO

Híbrido (encontros em grupo online + acompanhamento individual presencial)

É interessante incluir **trocas entre os negócios, atores da cadeia e membros da PPA em relação essa temática** de restauração e regeneração florestal



CONTEÚDOS-CHAVE

- Modelo de negócio
- Modelagem financeira
- Desenho e implementação produtiva
- Questões regulatórias
- Comercial e logística
- Impacto: teoria de mudança, indicadores e práticas socioambientais
- Investimento e financiamento



ASPECTOS SOBRE BUSCA E SELEÇÃO DE NEGÓCIOS

Nos critérios, atenção para (i) **time** (entendimento de questões produtivas de campo e desenho de sistemas); (ii) **potencial de inovação/tecnologia**; (iii) **potencial de mercado** (no caso de regeneração produtiva, mas é um ponto que pode ser trabalhado ao longo do programa); (iv) **conexão com os desafios florestais do membros da PPA** (caso for um programa em parceria específico para esse fim). Como processo, recomenda-se: (i) **chamadas abertas**, transversalmente na Amazônia, com parceiros e organizações setoriais que permitam capilaridade e alcance ou (ii) **chamadas e programas específicos para determinados territórios e/ou desafios florestais** das empresas membro da PPA. *É especialmente importante a parceria com atores locais, que estão em campo e conhecem possíveis negócios, produtores e propriedades aderentes ao programa



SOBRE APORTE CAPITAL PARA OS NEGÓCIOS

Recomenda-se que a PPA estabeleça parcerias para possibilitar um **capital semente (doação não reembolsável) para impulsionar questões produtivas negócio** (ex. compra de insumos, equipamentos; contratação de desenho produtivo específico, mão de obra ou estudo de mercado); **combinado com outros mecanismos financeiros ('finanças híbridas') de capital paciente**

6 CONCLUSÃO

CONCLUSÃO E PRÓXIMOS PASSOS

As diretrizes da Tese de Aceleração da PPA **levam em consideração a magnitude Amazônica e suas especificidades e preveem, então, possíveis recortes territoriais** (relacionados a índices de desmatamento, tipo de território, fatores socioeconômicos, geográficos, entre outros); têm como **alicerce temas-chave relacionados à Biodiversidade** (Bioeconomia, Regeneração e Restauração Florestal, Carbono/Clima e Cadeias de Fornecimento Sustentáveis) e propõem quatro **eixos de programas de aceleração para diversos tipos e estágios de negócios de impacto socioambiental**: Estágios Iniciais, Estágios Maduros, relacionados a Restauração e Regeneração Florestal, de Populações Locais e Comunitários.

Estas definições foram feitas a partir de um trabalho de priorização de possibilidades que levou em consideração escutas a atores do ecossistema de impacto local e a empresas membro da PPA, a aderência à estratégia da PPA e a temática de Biodiversidade e a não sobreposição ao que já existe no ecossistema. É importante mencionar, portanto, que **há espaço para diversos outros tipos e recortes de programas, que podem ser relevantes para a realidade amazônica**. Ainda, a proposta foi elaborada observando-se especialmente o lado da oferta, no sentido de dialogar com organizações intermediárias, de fomento a negócios existentes, e temas-chave que são importantes de serem endereçados. Contudo, seria interessante observar mais profundamente dois outros eixos: o lado da oferta de capital

(investidores) e da demanda (negócios de impacto), no sentido de levantar quantos existem, de qual tipo são, quais são os pontos de sucesso e desafios, mas que não é um dado existente de forma sistemática no contexto Amazônico.

Como próximo passo, alinhado à proposta de valor da PPA de fomentar o ecossistema de impacto na Amazônia, a Tese de Aceleração da PPA tem por objetivo dar ampla publicidade e, dessa forma, contribuir com a **produção de conhecimento sobre o tema e sobre a realidade amazônica**. A proposta consiste na mobilização de atores e na ampliação de discussões, diálogos temáticos e conexões de valor. Mais do que isso, representa uma devolutiva pública para todas as organizações que contribuíram, de maneira estratégica e colaborativa, para sua realização (ver mais em 'Agradecimentos').

Este trabalho cria as condições para que vários programas de aceleração sejam concebidos, lançados e implementados, em conjunto com organizações implementadoras e financiadoras. A PPA pretende, com a divulgação do documento, **estimular parceiros a propor ativamente rodadas periódicas de conversa, ou possíveis interessados nos eixos de aceleração da Tese, para investigar possibilidades de apoiar programas de maneira compartilhada**. Novamente, é importante mencionar que os programas de aceleração da PPA serão realizados via parcerias ou consórcios, de forma que os programas serão criados admitindo processos de desenho que possam atender demandas customizadas envolvendo os parceiros. Nesse caso, estimula-se o compromisso estratégico, financeiro e institucional de todas as partes para o desenho e execução do programa. Entende-se que, dessa maneira, é possível garantir os recursos necessários para que as organizações implementadoras selecionadas possam executar os projetos de forma plena.

Por fim, a PPA não se posiciona como uma aceleradora de impacto em si. Com a Tese de Aceleração, reforça sua visão de plataforma de alavancagem de oportunidades.

O foco é promover programas de impacto que possam endereçar as diversas dimensões que a Tese identificou ao longo deste material.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos as pessoas e organizações que contribuíram para a realização desta publicação.

Amazônia 4.0	Denys Conrado	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	NEsST
Amazônia Hub Design	Denis Minev	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Palladium - Partnership For Forests
Ambev	Dow	Instituto Humanize	Rede de Cantinas Terra do Meio
Beatriz Saldanha	ECAM	Instituto Peabirú	Saúde e Alegria
Belterra	Forest Trends	Instituto Socioambiental (ISA)	Sense Lab
BH26	Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	Interelos	SITAWI
Caapora	Fundação Certi	Kaeté Investimentos	Solidaridad
Cacauway	Fundo JBS pela Amazônia	Mandu	Sustental
Centro Empreendedorismo da Amazônia (CEA)	Fundo Vale	Maniê	Suzano
CERTI	Hidrovias	Manioca	Terras
Chocolate de Mendes	ICLEI	Mercado Livre	The Nature Conservancy (TNC)
Aliança Bioversity/CIATCIAT	Idesam	Meriaki Impact	Trê Investimentos
Climate and Land Alliance (CLUA)	IMAFLORA	Mirova	TUCUM
Climate Ventures	Impact Hub Manaus	Mov Investimentos	USAID
Conexsus	Instituto Arapyaú	Move Social	Vale
Conservação Internacional (CI)	Instituto Clima e Sociedade (iCS)	MRN	World Resources Institute (WRI)
DD&L Advogados	Instituto de Estudos Brasileiro (IEB)		

REFERÊNCIAS

- Abramovay, R., 2019, Amazônia, caminho para a inovação. Valor Econômico, 31/10.
- Adeodato, S., 2019, Conceitos de Bioeconomia. Página 22. https://pagina22.com.br/uma-concertacao-pela-amazonia/wp-content/uploads/2020/10/Retratos-setoriais_Bioeconomia_Concertacao.pdf
- Alamgir, M., Turton, M., Macgregor, C. and Pert, P. (2016). Ecosystem services capacity across heterogeneous forest types: Understanding the interactions and suggesting pathways for sustaining multiple ecosystem services. The Science of the Total Environment, 566-567, 584-595.
- Amazônia Legal em Dados. Disponível em: <https://amazonialegalemdados.info/home/home.php>
- Aparecida de Mello, N. & Théry H., 2003. L'État brésilien et l'environnement en Amazonie : évolutions, contradictions. L'espace géographique, no 1, 3-20pg.
- Assunção, J., Gandour, C. & Rocha, R.; 2012, Deforestation Slowdown in the Legal Amazon: Prices or Policies?, Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative, Núcleo de Avaliação de Políticas Climáticas -PUC.
- Batmanian, G., 2012 - PPG7, maior programa ambiental do Brasil, deixa legado de terras e espécies preservadas. <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2012/07/19/ppg7-maior-programa-ambiental-brasil>.
- Becker, B. 2005, Geopolítica da Amazonia, Série Estudos Avançados, IEA - USP 19 (53).
- Becker, Bertha. 1995. Undoing myths: the Amazon, an urbanized forest. In: Clusener-Godt, M.; Sachs, Ignacy (Eds.). Brazilian perspectives on sustainable development for the Amazon region. Paris: UNESCO, p.53-89. (Man and Biosphere Series, 15).
- Castro, César N. e Caroline N. Pereira (2017), “Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater.” Texto para Discussão, Nº 2343, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Celentano, D.; Veríssimo, A., 2007, Celentano & Adalberto Veríssimo, O avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso. O Estado da Amazônia - indicadores. Imazon.
- Climate Ventures, PIPE Social, A Onda Verde, <https://aondaverde.com.br/>
- Colovsky, S., 2021, Oportunidades para Exportação de Produtos Compatíveis com a Floresta na Amazônia Brasileira. Projeto Amazonia 2030.
- Costanza, R., d'Arge, R., Farberk, S., Grasso and M., Hannon, B.(1997).The value of the world's ecosystem services and natural capital. Nature, 387, pp. 253-260
- De Antoni, G., 2010, O programa piloto para proteção das florestas tropicais do Brasil (PPG-7) e a globalização da Amazônia. Ambiente & SOCIEDADE, vol.13 no.2.
- Donofrio, S., Patrick M., Steve Z. e Merry, W.; 2020, Voluntary Carbon and the Post-Pandemic Recovery. Forest Trends' Ecosystem Marketplace. bit.ly/39NnJy2
- Eloy, L.; Coudel, E.; Toni, F., 2013, Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 4, n. 1, p. 21-42.
- Erika de Paula P. Pinto, Maria Lucimar de L. Souza, Alcilene M. Cardoso, Edivan S. de Carvalho, Denise R. do Nascimento, Paulo R. de Sousa Moutinho, Camila B. Marques1 e Valderli J. Piontekowski, 2019, Assentamentos Sustentáveis na Amazônia:o desafio da produção familiar em uma economia de baixo carbono. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM).
- EVPA, Enablers of Impact., 2020. Disponível em: <https://evpa.eu.com/knowledge-centre/publications/enablers-of-impact>
- Ferraro, P. J. & Kiss, A.; 2002, Direct Payments to Conserve Biodiversity. Science, 298, 1718-1719.
- Fundo Amazonia, 2019, Relatório da atividades. BNDES. http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/rafa/RAFA_2019_port.pdf
- Gonzaga, G., Alfenas, F. e Cavalcanti, F., 2020, Mercado de trabalho na Amazônia Legal: uma análise comparativa com o resto do Brasil. Belém: Projeto Amazônia 2020-2030 bit.ly/3t5tFKJ
- Haines-Young, R., M.B. Potschin (2018): Common International Classification ofEcosystem Services (CICES) V5.1 and Guidance on the Application of the Revised Structure. Disponível em: <<https://cices.eu/content/uploads/sites/8/2018/01/Guidance-V51-01012018.pdf>>
- Homma, A., 2011, Biodiversidade e biopirataria na Amazonia, como reduzir os riscos?. XLV Congresso da SOBER - "Conhecimentos para Agricultura do Futuro”.
- <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/05/AssentamentosSustentaveisNaAmazonia.pdf>
- IBGE, 2010, População residente do Censo Demográfico. IBGE - bit.ly/39NYyLO.
- IBGE, 2014, Logística dos Transportes. IBGE - bit.ly/3s0MZra.
- Imazon, O avanço da fronteira na Amazônia do boom ao colapso, Estado da Amazônia: Indicadores.https://imazon.org.br/PDFimazon/Portugues/estado_da_amazonia/o-avanco-da-fronteira-na-amazonia-do-boom-ao.pdf
- INCRA, 2018, Assentamentos rurais e Terras Quilombolas. INCRA.
- INPE., 2021 Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite – Projeto Prodes. 2020. terrabrasilis.dpi.inpe.br/.
- Instituo Escolhas, 2021, Áreas protegidas ou áreas ameaçadas? A incessante busca pelo ouro em Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Amazônia.
- Instituo Escolhas, 2021Destravando a agenda da Bioeconomia: Soluções para impulsionar o uso sustentável dos recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil
- IPEA, 2017, 2035: cenários para o desenvolvimento. IPEA (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada).
- ISA, 2021 Áreas Protegidas, Instituto Socioambiental, <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/monitoramento-de-areas-protegidas>.
- Lovejoy, T. (2019) Why the Amazon’s Biodiversity is Critical for the Globe: An Interview with Thomas Lovejoy. World Bank.
- Lovejoy, T., 2019, A importância fundamental da biodiversidade da Amazônia para o mundo. The World Bank. <https://www.worldbank.org/pt/news/feature/2019/05/22/why-the-amazons-biodiversity-is-critical-for-the-globe>
- Manso, C.A; Kohlmann, G.; Osterno, I.C., 2019, Uma nova economia para o Amazonas: Zona Franca de Manaus e Bioeconomia. Instituto Escolhas.
- MAPA & GIZ, 2019, Sociobiodiversidade da Amazonia, Catálogo de Fornecedores. Ministério da Agricultura e Abastecimento - MAPA. https://www.giz.de/en/downloads_els/Produtos_da_Sociobiodiversidade_da_Amazonia_Catalogo_de_Fornecedores.pdf
- Margullis, Sérgio. 2003. Causes of deforestation of the Brazilian Amazon. Washington: World Bank. (Working Paper, 22).
- Nobre, C. & Nobre, I., 2019, “Amazon 4.0” Project: Defining a Third Way for the Amazon. Fundação FHC. <https://medium.com/fundacao-fhc/amazon-4-0-project-defining-a-third-path-for-the-amazon-f0412305f066>
- Nobre, C., 2019, Programa Roda Viva - TV Cultura, <https://youtu.be/ccQTQieUZ-Q>.
- Pagiola, S.; Carrascosa, H.; Taffarello, D., 2013, Experiências de Pagamentos por Serviços Ambientais no Brasil. SMA - Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo.
- Presidencia da Republica, 2021, Lei Nº 14.119, de 13 de Janeiro de 2021. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14119.htm
- Rede Amazônia Sustentável, 2021. Página Hiperdiversidade. Disponível em: <https://hiperdiversidade.ambiental.media/>
- Santos, D.; Salomão, R.; Veríssimo, A., 2019, Fatos da Amazonia 2021 - Projeto Amazônia 2030.
- Sawyer, Donald. 1987. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil. In: Lavinás, Lena (Ed.). Urbanização da fronteira. Rio de Janeiro: Publipur, Universidade Federal do Rio de Janeiro. p.43-57.
- Seymour, F., and Harris, N. L. (2019). Reducing tropical deforestation. Science 365, 756–757. doi: 10.1126/science.aax8546.
- SITAWI, 2018, Investimento de Impacto na Amazônia: Caminhos para o desenvolvimento sustentável. <https://info.sitawi.net/investmentodeimpactoamazonia>
- Stella, Osvaldo, 2009, Paving the REDD Road in the Brazilian Amazon. IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
- Terrabrasilis, 2021, Plataforma de dados geográficos sobre desmatamento na Amazônia e Cerrado. INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br>
- Viola, E. & Franchini, M., 2012, Planetary boundaries, Rio+20 and the role of Brazil. Cadernos EBAPE BR 10(3):470-491.
- Viola, E., 1998, A Globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. XXI International Congress of the Latin American Studies Association", Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon. https://www.researchgate.net/publication/228581354_A_globalizacao_da_politica_ambiental_no_Brasil_1990-1998.
- Waack, R.S.; Piazzon, R.; Santos, I.; Pádua, C., Brito, M., Schor, T., Cenamo, M., 2021, O valor da biodiversidade para a bioeconomia. Página 22.
- Wunder, S.; 2006, Are direct payments for environmental services spelling doom for sustainable forest management in the tropics? Ecology and Society, 11, 23.



OBRIGADO!

ppa.org.br

contato@ppa.org.br

[@Parceirosamazonia](https://www.instagram.com/Parceirosamazonia)

[in /Parceirospelaamazonia](https://www.linkedin.com/company/ParceirosPelaAmazonia)